



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**  
**CONTEMPORÂNEA**

**RODRIGO CARREIRO**

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA LOCAL ATRAVÉS DA INTERNET**  
**E OS GANHOS DEMOCRÁTICOS PARA O CIDADÃO *ONLINE***

Salvador

2012

**RODRIGO CARREIRO**

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA LOCAL ATRAVÉS DA INTERNET  
E OS GANHOS DEMOCRÁTICOS PARA O CIDADÃO *ONLINE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Sivaldo Pereira da Silva

Salvador

2012

**Sistema de Bibliotecas - UFBA**

Carreiro, Rodrigo.

Participação política local através da internet e os ganhos democráticos para o cidadão  
*online* / Rodrigo Carreiro. - 2012.

202 f. : il.

Inclui apêndices.

Orientador: Prof. Dr. Sivaldo Pereira da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação,  
Salvador, 2012.

1. Comunicação na política. 2. Participação política. 3. Internet na administração pública.  
4. Democracia. 5. Administração local - Participação do cidadão. I. Silva, Sivaldo Pereira da  
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

CDD - 302.23

CDU - 316.77:32



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**COMUNICAÇÃO E CULTURAS CONTEMPORÂNEAS**

**ATOS DE EXAME COMPREENSIVO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

**MESTRANDO: RODRIGO CARREIRO DA SILVA**

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: “Participação política local através da internet: ganhos democráticos para o cidadão online e o caso do Cidade Democrática”**

**.DATA DA DEFESA: 08 de março de 2012.**

**EXAMINADORES:**

Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Denise Cristina Vitale Ramos Mendes (IHAC/UFBA);  
 Prof. Dr. Wilson da Silva Gomes (POSCOM/UFBA); e  
 Prof. Dr. Sivaldo Pereira da Silva (Orientador).

**PARECER COMPREENSIVO**

Depois de avaliarmos criteriosamente a dissertação intitulada “**Participação política local através da internet: ganhos democráticos para o cidadão online e o caso do Cidade Democrática**”, depositada no Curso de Mestrado deste Programa de Pós-Graduação, e a nós submetida para exame, e depois de realizados os ritos acadêmicos da defesa da dissertação, em que o mestrando apresentou sua pesquisa e respondeu às nossas observações críticas, nós, os examinadores, decidimos, em sessão privada, que o mestrando deve ser considerado APROVADO no Exame Compreensivo de Dissertação, a que se submeteu em conformidade com os regulamentos deste Programa.

Denise Vitale Ramos Mendes

Salvador, 08 de março de 2012.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pela inspiração que nunca me faltou nesse período de pesquisa e elaboração da dissertação.

Aos queridos professores do Poscom que me ajudaram nessa caminhada, com idéias e muito conhecimento e em especial a Wilson Gomes, coordenador do Grupo CID.

Ao professor Sivaldo, meu orientador, pela dedicação e esforço em discutir os erros e acertos da minha dissertação, mesmo estando longe.

À minha mãe especial por sempre ter tempo para me apoiar em qualquer decisão, assim como os demais membros da minha família.

À Marcela pela compreensão aos dias em que fiquei exclusivamente dedicado ao trabalho e, claro, pelo amor e carinho.

Aos colegas e amigos que fiz nesse período de mestrado, que, de uma forma ou de outra, contribuíram para minha formação, em especial a turma do Tropicasa: Cunha, Diego, Bob, Paulo e Alberto.

Aos colegas do Grupo CID, sem exceção, sempre prestativos e prontos para compartilhar conhecimento. Especial agradecimento a Rafael Sampaio, Graça Rossetto e Maria Paula Almada.

A Henrique Parra e Iana Chan, ambos do Cidade Democrática, pela cooperação na divulgação do questionário utilizado na dissertação e tão importante para a conclusão da mesma.

Ao casal Débora e Marcelo Lopez-Freire, amigos que sempre incentivaram para que eu seguisse em frente na vida acadêmica.

*Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. Não há, todavia, por que desesperar, já que a vida das coisas não é dada para todo o sempre. Se estas podem permanecer as mesmas na sua feição rígida, alteram-se, ao longo do tempo, seu conteúdo, sua função, sua significação, sua obediência à ação. As determinações mudam, mudando os objetos. As ações revivificam as coisas e as transformam.*

Milton Santos, 1991

## RESUMO

Da discussão contemporânea acerca da comunicação política e das novas tecnologias, a presente dissertação tem como objetivo principal analisar os ganhos democráticos que os cidadãos obtêm a partir da participação política online em âmbito local. Desde a exploração comercial da internet, a literatura em democracia digital têm se concentrado em entender como o novo meio pode ser democrático ou, ainda, como a internet pode ser usada para potencializar valores democráticos. Após o período inicial caracterizado pela polarização entre otimistas e pessimistas, as pesquisas apontam para novas direções, como o horizonte do redesenho institucional do Estado e o papel da sociedade civil diante dos desafios acionados pelas ferramentas digitais de comunicação. Essa dissertação está concentrada nesse último ponto, isto é, analisa a atuação da sociedade civil no desenvolvimento de projetos de participação política, mais precisamente com foco no âmbito local. Para tanto, discute inicialmente a participação dentro de teorias da democracia, mais notadamente a de raiz liberal, teóricos clássicos e as alternativas, a democracia participativa e a democracia deliberativa. Ainda no campo da sustentação teórica, têm-se discussões sobre sociedade civil e novos desafios perante as redes digitais, sobre os estudos sustentados na participação online para, então, adentrar o debate do espaço local e da participação online. Nesse quesito, o trabalho estabelece parâmetros iniciais, que se resumem à ideia de que essa participação pode ser entendida no âmbito das relações sociais cotidianas, trocas informativas e outros processos de comunicação menos formais, em que cidadãos articulam idéias e discutem problemas relacionados ao campo local, de modo que a internet ocupa espaço destacado. Desenvolve-se uma tipologia de sites e ferramentas que promovem participação online local para, então, dar sustentação à análise de caso, que investiga os ganhos democráticos em quatro categorias: informação, ação educativa, comunidade e monitoramento do poder. Esses aspectos são estudados a partir da análise das respostas de questionário aplicado aos usuários do site Cidade Democrática (n=123), dedicado à discussão e participação para assuntos locais, e de análise estrutural da ferramenta. Como resultados, conclui-se que o ambiente social em que os cidadãos estão inseridos influencia diretamente na participação, pois cenários em que sociedade civil organizada, cidadãos e políticos se envolvem, tendem a ser mais participativos. Além disso, sentir-se parte da comunidade só será um ganho democrático efetivo se o cidadão perceber que a sua participação terá efeito prático e se compreender que a coletividade também goza dos mesmos benefícios individuais. Para efeitos educativos mais tangíveis, a participação online precisa ampliar não só a quantidade de *inputs*, mas, sobretudo o alcance para atingir mais pessoas interessadas. Por fim, a informação política local atinge tanto o plano individual – contribuindo para que o cidadão tenha satisfação em curto prazo, além de aparelhá-lo para futuras participações – quanto o plano coletivo, pois há a formação geral de informação compartilhada e importante em longo prazo.

**Palavras-chave:** democracia digital; participação; ganhos democráticos; espaço local

## ABSTRACT

From the contemporary discussion about the politics, communication and new technologies, the present dissertation aims to analyze the democratic gains that the citizens get through the online political participation at the local level. Since the commercial exploration of the Internet, the literature on digital democracy is concentrated in understanding how the new environment could be democratic or, still, how the Internet could be used to increase the democratic values. After the initial period characterized by the polarization between optimists and pessimists, researches are going to new directions, like the institutional redesign of the State and the role of civil society in facing the challenges triggered by the NTICs. This dissertation is focused in the last item, ie, analyzes the performance of civil society in developing projects of political participation, specifically focused on the local level. For this, initially discusses the participation on theories of democracy, most remarkably on the liberal root, classical theorists and the alternatives, the participatory democracy and the deliberative democracy. Also in the area of theoretical support, there are discussions about the civil society and new challenges after the digital networks, about the studies supported on the online participation and, then, this work gets into the debate of the local space and the online participation. In this aspect, the paper establishes initial parameters, that is the idea of participation can be understood within the framework of everyday social relations, information exchanges and other less formal processes of communication, in which citizens articulate ideas and discuss issues related to their community, in a way that the Internet occupies a highlighted spot. Also, the dissertation develops a typology of websites and tools that promote local online participation, and then, give support to the case analysis, that investigates the democratic gains in four categories: information, educative action, community and monitor of political power. These aspects are studied through the analysis of questionnaire responses from users of the website “Cidade Democrática” (n=123) - dedicated to the discussion and participation to local issues - and for the tool’s structural analysis. As a result, it is concluded that the social environment in which citizens are inserted influences directly in their participation, therefore scenarios where organized civil society, citizens and politicians are involved, tend to be more participatory. Besides, the sense of belonging of a community will only be an effective democratic gain if the citizen realizes that its participation will have practical effect and understand that the collectivity also enjoys the same individual benefits. For more tangible educational purposes, the local online participation needs to increase not only the amount of inputs, but, mainly, the range to reach more interested people. At last, the local political information affects both the individual level – contributing so that the citizen has a short-term satisfaction, besides equip it for future involvement – and the collective level, because there is a general development of important and shared information at long term.

**Keywords: digital democracy; political participation; democratic gains; local space**



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - <i>High Level Model</i> , quadrante que demonstra a relação entre propósito cívico e nível de interação entre usuários em iniciativas de participação política local (FLOUCH e HARRIS, 2010). .....	105
<b>Figura 2</b> - home do blog <i>Your Arlington</i> .....	106
<b>Figura 3</b> - home da versão em inglês do site <i>Katif.net</i> .....	108
<b>Figura 4</b> - <i>Fix My Street</i> , com destaque para os problemas apontados em Londres ...	109
<b>Figura 5</b> - home do site Voto Consciente Jundiaí.....	111
<b>Figura 6</b> - home da rede social <i>Harringay Online</i> .....	113
<b>Figura 7</b> - exemplo de tópico de discussão aberto por parlamentar (Cidade Democrática) .....	115
<b>Figura 8</b> - iniciativas de participação política local online e suas relações entre propósito cívico e nível de interação entre esfera política e esfera civil .....	116
<b>Figura 9</b> - tópico de reclamação dentro do site Urbanias .....	121
<b>Figura 10</b> - slide de documento disponível no site do Comitê Popular da Copa – Porto Alegre .....	125
<b>Figura 11</b> - Unidade Móvel de Inclusão Digital, apoio à participação de cidadãos no Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte.....	131
<b>Figura 12</b> - página de sugestões dos moradores de Ulm para o planejamento urbano da cidade.....	134
<b>Figura 13</b> - Página do site Meu Rio.....	135
<b>Figura 14</b> - Dentro do projeto Adote um Vereador, blog fiscaliza a atuação de Netinho de Paula, vereador por São Paulo .....	143
<b>Figura 15</b> - Sequência de posts no Twitter da vereadora de Salvador, Vânia Galvão (www.twitter.com/vaniagalvao). .....	145
<b>Figura 16</b> - página mostra vídeo explicativo do funcionamento do site.....	150

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Resultado da pesquisa estruturada: sexo .....	159
<b>Gráfico 2</b> – Resultado da pesquisa estruturada: renda.....	160
<b>Gráfico 3</b> – Resultado da pesquisa estruturada: escolaridade.....	161
<b>Gráfico 4</b> – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 4 (conforme apêndice A)...	162
<b>Gráfico 5</b> – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 5 (conforme apêndice A)...	166
<b>Gráfico 6</b> – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 11 (conforme apêndice A).	166
<b>Gráfico 7</b> - Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 6 (conforme apêndice A) ...	171
<b>Gráfico 8</b> – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 12 (conforme apêndice A).	171
<b>Gráfico 9</b> – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 7 (conforme apêndice A)...	174
<b>Gráfico 10</b> – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 13 (conforme apêndice A)	175
<b>Gráfico 11</b> – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 9 (conforme apêndice A).	177
<b>Gráfico 12</b> – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 10 (conforme apêndice A)	178
<b>Gráfico 13</b> – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 14 (conforme apêndice A)	179
<b>Gráfico 14</b> – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 15 (conforme apêndice A)	180

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 – Contextualização e delimitação do tema de pesquisa .....	13
1.2 – Objetivos e hipóteses .....	15
1.3 – Percurso, <i>corpus</i> e métodos de pesquisa.....	17
1.4 – Estruturação da dissertação .....	18
<b>2 – DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</b> .....	21
2.1 – PARTICIPAÇÃO E A PERSPECTIVA DO LIBERALISMO .....	22
2.2 – A CRISE DO MODELO REPRESENTATIVO E A PARTICIPAÇÃO CIVIL .....	28
2.3 - DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E RETOMADA DE IDEIAS CLÁSSICAS .....	34
2.4 – A INSERÇÃO CIVIL NA DEMOCRACIA DELIBERATIVA .....	48
<b>3 – ESFERA CIVIL, PODER LOCAL E PARTICIPAÇÃO LOCAL ONLINE</b> ..	53
3.1 – O PARADIGMA LOCAL E A PARTICIPAÇÃO CIVIL .....	53
3.1.1 – A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE CONTEXTUAL .....	63
3.2 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ONLINE: DELIMITANDO UM TEMA DE PESQUISA .....	68
3.2.2 – AGENDA E PERSPECTIVAS DE ESTUDOS .....	79
3.2.3 –DA TEORIA À PRÁTICA: SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E O CIDADÃO ISOLADO .....	86
3.3 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA LOCAL ATRAVÉS DA INTERNET .....	93
3.4 – TRAJETÓRIA DOS EXPERIMENTOS DIGITAIS DE PARTICIPAÇÃO LOCAL: DA EXPLORAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO .....	97
3.5 – TIPOLOGIA DE INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO LOCAL ONLINE..	103
3.5.1 - Blogs de informação local .....	105
3.5.2 – Comunidades Digitais .....	107
3.5.3 – Geolocalização .....	109
3.5.4 – Acompanhamento de representantes .....	110
3.5.5 – Redes sociais locais .....	112
3.5.6 – <i>Inputs</i> diretos .....	114
3.6 - APROPRIAÇÃO SOCIAL DA INTERNET, POLÍTICAS LOCAIS E GANHOS DEMOCRÁTICOS .....	116

3.5.1 – Informação .....	120
3.5.2 - Ação Educativa .....	127
3.5.3 – Comunidade .....	132
3.5.4 - Monitoramento do poder.....	140
<b>4 – ESTUDO DE CASO: PARTICIPAÇÃO CIVIL E PODER LOCAL NO CIDADE DEMOCRÁTICA .....</b>	<b>147</b>
4.1 – OBJETO E PARÂMETROS METODOLÓGICOS.....	147
4.1.1 - ANÁLISE ESTRUTURAL DO CIDADE DEMOCRÁTICA .....	149
4.2 – ANÁLISE: GANHOS DEMOCRÁTICOS NO CIDADE DEMOCRÁTICA	158
<b>5 – CONCLUSÃO.....</b>	<b>183</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>191</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>201</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

### 1.1 – Contextualização e delimitação do tema de pesquisa

A presente dissertação se estrutura num momento mais cauteloso no que diz respeito aos estudos da interface entre participação cidadã, democracia e internet. Afastando-se dos trabalhos iniciais da área, em que era possível verificar tendências geralmente opostas com relação às possibilidades da internet para a democracia, o cenário atual tenta ir além de análises maniqueístas, estanques e definitivas. A compreensão do papel das tecnologias digitais na comunicação política contemporânea, das apropriações comunicacionais do Estado e do cidadão e seus efeitos no sistema democrático, o impacto do ambiente online em temas como transparência, *accountability*, participação civil e campanhas eleitorais são algumas das abordagens que vem sendo aprofundadas em pesquisas e análises mais específicas.

Diante deste contexto, o caminho aqui traçado segue por uma via teórica construída em cima dos estudos sobre participação no contexto da democracia participativa, envolvendo questões de nível local. Nas pesquisas internacionais sobre e-participação, é possível encontrar diversos trabalhos que se esforçam em compreender como funciona e quais os elementos essenciais para participação cidadã em nível local, com ou sem utilização de ferramentas digitais de comunicação e informação para tal (GORDON, 2008; FLOUCH e HARRIS, 2010). Já no Brasil, esses estudos são mais focados na questão administrativa, com certo teor de compartilhamento de poder na esfera da decisão e da construção de políticas públicas (DOWBOR 1994, 2001; SANTOS, 2008; FREY, 2003), com pouco interesse pelo papel das redes digitais nesse processo. A exceção são as investigações sobre orçamentos participativos digitais, mas que se constroem sob a égide da teoria deliberativa (MARQUES, 2008; MAIA, 2008; SAMPAIO, 2010).

O caminho teórico adotado segue os estudos da democracia participativa, que estabelece o processo participativo na sociedade como vital para se alcançar a soberania e a lógica legitimadora do sistema representativo. Além disso, desenvolve-se a ideia de que essa participação pode ser entendida no âmbito das relações sociais cotidianas, trocas informativas e outros processos de comunicação menos formais, em que cidadãos articulam idéias e discutem problemas relacionados ao campo local. Na esteira dos estudos mais clássicos (PATEMAN, 1992; MILL, 2009), retoma-se a concepção das

funções educativas da participação e do ideal de bem comum vinculado à saúde social e política da comunidade, contexto entendido como inicial e primordial para a formação política de cada cidadão. Com isso, no cenário mais atual, a internet se transforma não só no meio para realização de processos participativos, mas também como ferramenta usual para práticas de diversas outras formas de interação social que, em maior ou menor grau, ajudam na composição informativa do cidadão para futuras participações.

O eixo principal da dissertação, portanto, diz respeito aos ganhos democráticos para o cidadão a partir da participação política *online* no âmbito local. Isso sugere, inicialmente, que a internet pode ser usada como meio para gerar oportunidades participativas, fato já relativamente bem explorado no Brasil no que tange a iniciativas de democracia digital geridas pelo Estado (BRAGA, 2009; MARQUES, 2008; SILVA, S. P., 2009). Trabalha-se ganhos democráticos como atributos e benefícios de caráter democrático gerados para o cidadão a partir da participação, divididos entre informação adquirida, ação educativa do processo, senso de comunidade e monitoramento do poder.

Há, no entanto, uma lacuna nesses estudos em dois pontos. Primeiro, no privilégio de investigações focadas em ferramentas estatais, importantes para o entendimento do processo participativo digital, mas restrito no que diz respeito às atuais apropriações da internet e seus possíveis efeitos. Além disso, essas iniciativas estão acopladas a burocracias institucionais inerentes, sujeitas aos ajustes de mandatos e novos gestores e dependem exclusivamente da mão-de-obra estatal para que se desenvolvam. Ferramentas civis, por outro lado, também podem sofrer com os mesmos problemas, mas é possível estudá-las de forma a entender como elas funcionam e como podem melhorar o padrão da democracia digital no Brasil

O outro ponto diz respeito à pouca exploração do viés dos benefícios que a participação *online* traz para quem o faz. A literatura tem se preocupado bastante com o desenho das ferramentas e outras questões normativas referentes ao modo como o *input* participativo é criado, gerenciado e até posto em prática. No entanto, há poucos estudos que se concentram em entender quais os ganhos democráticos gerados para os envolvidos. Este tipo de investigação (1) estabelece a efetividade do processo na ponta final da participação; (2) analisa o processo à luz da sua importância para a saúde do sistema democrático.

Assim, a dissertação foca na participação de iniciativa civil e no ganho que é gerado para o cidadão que se envolve no processo. Com relação ao primeiro ponto, faz-se necessário entender os caminhos da sociedade civil a partir da Constituição de 1988,

uma vez que o diagnóstico que se faz do cenário é de cada vez mais aproximação entre organizações civis e Estado (MACHADO, 2007; MENDONÇA, 2011), tanto para produção de políticas públicas, quanto para gerir serviços mais específicos. Admite-se, portanto, a importância de tais entidades, principalmente na gestão de sites que promovem participação, mas elegendo o cidadão como principal beneficiário do processo.

Admite-se, portanto, que para além do estabelecimento de regras e normas à formação de boas iniciativas de participação, é preciso também pesquisar qual o real ganho para o cidadão. Ou seja, ao participar, o que o indivíduo consegue para si, seja do ponto de vista simbólico, seja do ponto de vista material e tangível. Assim, entende-se a participação como mais um elemento do processo democrático, formando-se não como um fim, mas como um meio para obter benefícios que vão ser vitais para a saúde do próprio sistema (GOMES, 2011). Esses ganhos são compreendidos a partir das funções normativas da participação (educativa e integrativa, por exemplo), apresentadas mais notadamente por Rousseau (2006) e Pateman (1992), e da mediação via meios digitais, como um modo natural que os cidadãos encontram para atingir seus objetivos cívicos (BUCY e GREGSON, 2001).

Para entender melhor essa questão, realiza-se um estudo de caso com os usuários do Cidade Democrática, site dedicado à discussão e participação para assuntos locais. A análise tem dois eixos. O primeiro investiga qualitativamente aspectos funcionais e estruturais do site, como navegabilidade e canais de participação oferecidos. O segundo busca analisar os ganhos democráticos para os participantes das discussões no site, por meio de questionário online.

## **1.2 – Objetivos e hipóteses**

Assim, a presente dissertação tem como objetivo analisar os ganhos democráticos que os cidadãos obtêm a partir da participação política online em âmbito local. Em outras palavras, o objetivo principal é compreender quais os benefícios obtidos pelo cidadão que participa em tais processos, seja do ponto de vista da informação particular, política e específica daquela comunidade, seja pelo viés da ação educativa que o processo gera ao longo do tempo, seja pelo senso de comunidade que é

desenvolvido no âmbito das relações ali estabelecidas, seja por meio do monitoramento dos representantes políticos que a participação permite.

Além disso, procura-se enquadrar o trabalho na esteira de estudos que consideram uma mudança significativa para as reivindicações civis diante das possibilidades participativas da internet. Com isso, objetiva-se estabelecer que as redes digitais podem ter papel fundamental no atual cenário de práticas da sociedade civil, que passa da lógica do conflito e do embate para a lógica da cooperação com o Estado (MACHADO, 2007). Sem querer excluir ações e caminhos em que haja proposições mais combativas, mas entendendo a participação como um processo que pode se alinhar a programas ou práticas governamentais mais ou menos abertas ao envolvimento do cidadão na resolução de questões locais.

Objetiva-se, também, mostrar que a internet pode ser usada para quebra de barreiras políticas locais, um viés pouco explorado diante da geralmente exaltada característica desterritorializante da internet<sup>1</sup>. Desta forma, a internet pode ser apropriada de modo a criar *inputs* participativos alternativos e, assim, angariar adesão de um maior número de cidadãos interessados no bem da comunidade local e, conseqüentemente, chamar a atenção de membros da esfera política, que, mesmo com objetivos diferentes, tendem a também fazer parte do processo participativo. Mais genericamente, o trabalho adota a concepção de Gordon (2008) de localidade em rede (*network locality*), em que se verifica que a utilização das redes digitais altera a forma como as pessoas vêem seus locais; não uma alteração brusca e definitiva, mas um reordenamento de significados em constante mudança, que inclui o campo político e da participação.

Para organizar melhor as análises e guiar a procura de exemplos a serem discutidos, a dissertação desenvolve uma tipologia de sites de participação local online. O objetivo era entender como esses sites se estruturam e funcionam, dispendo-os em categorias estabelecidas a partir de dois critérios (FLOUCH e HARRIS, 2010): propósito cívico da ferramenta e nível de interação que esta proporciona entre esfera política e civil. Deste modo, após a análise exploratória de 35 sites e a consideração de categorias apresentadas pela bibliografia disponível, chegou-se às seguintes categorias: blogs de informação local, comunidades digitais, geolocalização, controle social, redes sociais locais, e *inputs* diretos.

---

<sup>1</sup> Não há, nesse ponto, a compreensão do descolamento físico do cidadão perante as redes digitais, e sim se busca evidenciar a pouca exploração da importância do quesito territorial quando se trata de internet.



Diante desses objetivos e percursos teóricos, algumas hipóteses guiaram o presente trabalho. Elas dizem respeito aos ganhos democráticos, que podem, na verdade, ser divididas em quatro hipóteses. A primeira está relacionada à informação e versa sobre a capacidade do Cidade Democrática, como exemplo de iniciativa de participação local online, em servir como base para que o cidadão obtenha informação de teor local e específica de sua comunidade, passando a se alojar no repertório informativo político-social individual. Logo, ao participar das discussões no âmbito do site, o cidadão entende que consegue agrupar para si uma quantidade considerável de informação de teor local.

Segundo, no que diz respeito à perspectiva da ação educativa, espera-se que a participação no site seja vista pelos usuários como um modo de manter o processo participativo ativo na comunidade, contribuindo para que as decisões políticas sejam mais bem aceitas. Terceiro, espera-se que os participantes entendam o processo como meio de se tornar cada vez mais parte da comunidade local, isto é, trabalhando continuamente pelo bem comum. Por fim, ao participar das discussões, espera-se que o cidadão aumente seu sentido de eficácia política e aceite melhor decisões políticas tomadas a partir da participação de cidadãos inseridos na comunidade local.

### **1.3 – Percurso, *corpus* e métodos de pesquisa**

Para testar essas hipóteses, foi aplicado um questionário online com os usuários do Cidade Democrática (n=123). O site é uma iniciativa do Instituto Seva e tem como objetivo gerar mobilização e discutir assuntos relacionados às cidades. Iniciada em 2009, é uma ferramenta colaborativa que envolve tanto o público, quanto parlamentares e governos em nível municipal, que participam de forma voluntária. O funcionamento básico se dá quando um cidadão se cadastra e se vincula a uma cidade. Lá, ele pode realizar duas operações iniciais: apontar um problema ou criar uma proposta de um problema já apontado que são, na verdade, todos reunidos em tópicos. Além disso, há a opção de apoiar os problemas e propostas apontados. Em forma de rede social, o sistema facilita a conexão entre usuários e a discussão em torno de problemas locais relacionados à cidades de todo Brasil. Não há nenhuma ação em âmbito nacional ou estadual; todos os tópicos dizem respeito a cidades.

Autores que se concentram ou em desenvolver uma metodologia específica de análise da participação (MACINTOSH e WHYTE, 2008) ou que realizam tal investigação (FLOUCH e HARRIS, 2010) admitem que é possível estudar ganhos democráticos por meio do alinhamento de parâmetros estruturais e análise direta de respostas a questionários. Sobre o primeiro ponto, verificou-se: contexto e propósitos, navegabilidade e questões técnicas, atores envolvidos e canais de participação. Essa linha não é profundamente desenvolvida, pois o objetivo principal é o entendimento dos ganhos democráticos, análise realizada separadamente. A confluência das duas análises dá subsídios suficientes para, de um lado, investigar os propósitos, objetivos, estruturação técnica e funcionamento da ferramenta. Então, com o cenário estabelecido e bem descrito, analisam-se as respostas do questionário à luz do contexto social em que a participação ocorre e da bibliografia pesquisada, com o objetivo final de entender como se formam e quais os ganhos democráticos para os cidadãos que participam pelo site.

Assim, chegou-se ao número de 123 respondentes, espalhados por diversas regiões do país, mas com forte predominância no Estado de São Paulo e, mais precisamente, na capital e nas cidades de Jundiaí, Várzea Paulista e Cotia. Esse fato é explicável pela concentração de ações de divulgação focados nessas localidades, além da atuação da ONG Voto Consciente, que trabalha diariamente nessas cidades e juntamente com seus moradores. O questionário dispôs de perguntas demográficas – renda, escolaridade e gênero – para dar base para as questões mais direcionadas aos ganhos, como pode ser visto no apêndice A.

#### **1.4 – Estruturação da dissertação**

Diante desses pontos, a dissertação se estrutura em três capítulos. O primeiro percorre três momentos históricos de exploração da participação política cidadã, tidos como importantes para o entendimento atual da sua adoção em trabalhos teóricos e, principalmente, empíricos. Na seção inicial – intitulada *Participação e a perspectiva do liberalismo* –, investigou-se a tradição liberal de democracia e seu entendimento de que a participação era apenas possível por meio do voto e da escolha dos representantes, sem a necessidade de nenhum outro método de envolvimento mais direto do cidadão

nos negócios públicos. Na seção seguinte, *A crise do modelo representativo e a participação civil*, coloca-se o debate sobre a crise da representatividade e como isso se encaixa com a noção de participação política. A seção posterior, denominada *Democracia participativa e retomada de ideais clássicos*, traz a perspectiva da democracia, que vem ganhando força a partir da década de 1960, enfatizando a importância da participação civil para a saúde do sistema democrático. Uma noção baseada no resgate de autores tradicionais como Rousseau (2006) e Mill (2009) até aqueles mais recentes que ajudaram a delinear a concepção do modelo de democracia participativa que emergiu nas últimas décadas neste debate, como Pateman (1992) e seu estudo sobre a participação em ambiente de trabalho, no contexto industrial; Arnstein (1969) e sua proposição da escada da participação, elaborando níveis participativos; e Barber (1984) e a perspectiva da democracia robusta obtida pela participação dos cidadãos. Além desse caminho, apresentam-se brevemente conceitos e direcionamentos da democracia deliberativa, apontada pela bibliografia, ao lado da democracia participativa, como alternativa ao diagnóstico de crise do sistema representativo contemporâneo.

O segundo capítulo é dedicado às questões envolvendo poder local e participação, com especial atenção para questões de fundo que orientam o debate e as tipologias de sites que promovem participação local online. Na primeira seção (*Paradigma local e a participação civil*), apresentam-se três direcionamentos sobre o espaço local: a noção de que o espaço local é construído a partir do compartilhamento social de códigos em comum, que tem espaço físico delimitado apenas na concepção da discussão, mas que não se limita a ele para seu desenvolvimento. Segundo, entende-se política de forma mais genérica, retomando a gênese da palavra (“práxis humana”), para que se tenha no horizonte de práticas sociais o entendimento do que pode ser considerado ato político realizado pelos cidadãos. Terceiro, a noção de que a política local necessita de certa descentralização do poder, para que entidades civis e cidadãos tomem, em menor ou maior grau, as rédeas da decisão.

A segunda parte deste capítulo se dedica aos estudos da participação política online, apresentando agendas e perspectivas de estudos, em que é possível destacar trabalhos em diferentes áreas correlatas. Assim, chega-se ao ponto de varredura dos estudos sobre participação local online, em que se verifica uma grande quantidade deles espalhados pelo mundo, mais notadamente na Inglaterra, países nórdicos e EUA. Esse

mapeamento dá base para a continuidade da dissertação, que a seguir apresenta uma breve trajetória história dos experimentos digitais de participação local, que, em um primeiro momento, constroem-se de forma mais aleatória e com tom libertário para, posteriormente, consolidarem-se em iniciativas mais estruturadas e atinentes à realidades locais.

A terceira parte do segundo capítulo é dedicada à tipologia das apropriações locais da internet em busca de processos participativos, esforço que rendeu disposição dos sites em seis categorias: blogs de informação local, comunidades digitais, geolocalização, controle social, redes sociais locais, e *inputs* diretos. Em seguida, passa-se para a problematização em torno dos ganhos democráticos, demonstrando caminhos teóricos e desenvolvendo cada um especificamente: informação, ação educativa, comunidade e monitoramento do poder.

O quarto e último capítulo se concentra na análise de caso, apresentando o Cidade Democrática, sua análise estrutural e a investigação principal, que versa sobre os ganhos democráticos a partir da participação no âmbito do site. O estudo se divide em dois momentos. Na primeira parte, intitulada *Análise estrutural do Cidade Democrática*, apresenta-se um quadro analítico geral de diversos aspectos técnicos do site, contexto e propósitos da ferramenta, navegabilidade, de como a informação é disposta para os participantes, oportunidades participativas oferecidas, formas de participação e atores envolvidos. Posteriormente, por meio de gráficos, a dissertação apresenta os resultados da pesquisa estruturada em questionário online, em que é possível discutir tais resultados à luz dos ganhos democráticos gerados para o cidadão.

## 2 – DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O tema da participação política, e seus desdobramentos teóricos e práticos, permeia boa parte da história da teoria democrática e política. Se considerarmos as diversas mudanças sociais e políticas pelas quais o mundo passou, então teremos um bom quadro de análise de como a participação foi tratada ao longo dos séculos. Esse panorama nos apresenta teóricos de linha liberal, tais como Robert Dahl e Schumpeter, autores de acento mais participativo, como Habermas, Rosseau e Pateman, e uma nova safra de investigadores que surgiu a partir das apropriações sócias da internet.

Dessa forma, é natural que tenhamos abordagens históricas bem divergentes, que privilegiam a participação dentro de um contexto político mais aberto, ou que negam a participação ampla da população. O presente capítulo visa fazer uma revisão de alguns desses autores que abordaram a participação em suas teorias, de uma tradição liberal, passando pelo retorno ao tema em meados do século XX e chegando à nova valorização da participação a partir dos *inputs* propiciados pela internet. Apesar disso, não é intenção do capítulo fazer uma revisão ampla de cada teórico ou linha de pensamento, mas unicamente levantar pontos relevantes para a pesquisa de participação *online* e formar um lastro teórico condizente com os estudos atuais na área.

Assim, também serão abordadas as chamadas alternativas contemporâneas para a democracia representativa de ênfase liberal, a de raiz participativa e a de cunho deliberacionista. Desse escopo, inúmeros temas surgem e são analisados, em diferentes níveis, por uma vasta bibliografia, que entende que a apropriação cidadã da internet pode vir a resolver alguns desses problemas. Busca-se nesse capítulo apresentar algumas dessas idéias por meio de uma revisão de trabalhos que tratam de participação e democracia digital, a fim de caracterizar o campo e estabelecer conexões com o que é proposto na dissertação.

Na parte final, faz-se um breve percurso por algumas questões envolvendo sociedade civil, participação e novos *inputs* participativos proporcionados pela internet. Sem querer, de forma categórica ou definitiva, revisar conceitos historicamente estabelecidos, a dissertação busca discutir alguns aspectos que serão importantes para a compreensão dos demais capítulos e, principalmente, de como o cidadão se apropria de alguns sites para discutir questões políticas locais.

## 2.1 – PARTICIPAÇÃO E A PERSPECTIVA DO LIBERALISMO

Nos últimos 25 anos, o mundo se deparou com diversas mudanças sociais que redesenharam a geografia mundial, tanto territorialmente quanto politicamente. Se, em âmbito mundial, tivemos a queda do muro de Berlim e o fim da dicotomia política que pairava sob a égide da guerra fria, temos, também, a retomada da democracia em diversos outros países. Se, em escala global, acompanhamos a re-estruturação de nações na Europa, também fomos testemunhas do processo de redemocratização em países da América Latina, como o Brasil, que aprovou sua nova constituição apenas em 1988. Esse contexto político apresenta diferentes variações, ativadas, em maior ou menor grau, a depender das realidades locais, mas é notório que a ideia de democracia permeia o mundo como um todo – incluindo manifestações recentes em países com nenhuma ou pouca tradição democrática, como, por exemplo, os protestos chamados de primavera árabe.

A noção de que nunca houve na história tantas nações democráticas no mundo (BOBBIO, 2000; GOMES, 2005a) traz consigo um imenso debate teórico. Debate esse em que a participação ocupa lugar destacado, sendo fruto de análises empíricas ao longo desses últimos 20 anos. Seja por um sentimento global de abertura de mercados, globalização e derrubada de barreiras econômicas, seja pela introdução na vida social de um novo meio (internet), o fato é que participação política voltou à tona quando o assunto é democracia e comunicação. E voltou com um tom otimista, embora também rivalize com outro conjunto robusto de autores que não acredita numa melhoria participativa a partir da apropriação de mecanismos da internet. Porém, como nos mostra Pateman (1992), não foi sempre assim<sup>2</sup>.

A linha teórica mais aceita até a década de 1960 era a de raiz liberal, que, em geral, relegava a participação a um segundo plano. Mais profundamente, entendia-se que abrir canais mais efetivos de participação popular desestabilizaria o sistema democrático. Na concepção dos teóricos desse período – principalmente Schumpeter, o qual será abordado a seguir – isso ocorria por dois fatores básicos. Primeiro, por uma

---

<sup>2</sup> Marques (2009) lembra que a democracia, a despeito de ser um regime em que se pressupõe “governo do povo”, tem perspectivas defendidas que derivam de noções divergentes de participação civil.

necessidade de revisão normativa dos preceitos clássicos, isto é, diante de novos contextos sociais emergia uma necessidade intrínseca de mudança teórica. Segundo, por um certo medo das possíveis conseqüências da adoção da participação pelo totalitarismo.

A perspectiva liberal entende a participação direta como um mecanismo inferior, nociva à saúde de um sistema democraticamente estável. Essa é uma visão que pode ser entendida, atualmente, como de viés pessimista, mas esse conjunto de autores tinha uma “visão moldada pela sensibilidade não só por características negativistas de se viver num mundo de desenvolvimento tecnicista, mas também pelas conseqüências imprevisíveis da até mais bem intencionada ação política” (HELD, 2006, p. 125). Para entender a concepção liberal, é preciso considerar inicialmente uma noção de liberdade individual em sua relação com o Estado, garantindo liberdades de pensamento, religião, imprensa etc. No entanto, não se deve confundir isso com participação política em diversos âmbitos, seja em assembleias regulares, seja de forma mais direta.

fato mesmo de que a liberdade de participar, ainda que indiretamente, na formação do Governo esteja compreendido na classe das liberdades, mostra que, na concepção liberal da Democracia, o destaque é posto mais sobre o mero fato da participação como acontece na concepção pura da Democracia (também chamada participacionista), com a ressalva de que esta participação seja livre, isto é, seja uma expressão e um resultado de todas as outras liberdades (BOBBIO, 1998, p. 324).

Bobbio (1998) explica que os liberais pensavam o Estado estendendo a representação para outras camadas sociais. Um avanço significativo, pois “inicialmente era restrito a uma exígua parte dos cidadãos com base em critérios fundados sobre o censo, a cultura e o sexo” (p. 324). Esse direito foi se ampliando, até atingir o que se chama sufrágio universal, extensão absoluta do direito ao voto. Atrelado a isso, pensava-se também na criação cada vez maior de órgãos e pontos representativos, que criaram na sociedade nodos de descentralização da decisão política, a exemplo de casas legislativas, órgãos de poder local, chefes de estado etc.

Bobbio (1998) explica ainda que essa ampliação de espaços representativos, na concepção liberal, é o resultado de um Estado estruturado na provisão de garantias aos cidadãos. Held (2006) nos oferece uma perspectiva Weberiana na qual o Estado Liberal deveria ser pavimentado na liberdade de escolha e na liberdade de perseguir modos de ação. De fato, é uma linha teórica firmemente atrelada à individualidade e à diferença social, aspectos que são resultado de uma conquista história e gradual das liberdades

individuais, tal qual já foi comentado acima. Assim, fica claro que há uma melhoria democrática quantitativa, no sentido em que os cidadãos possuem mais meios de eleger representantes, num modelo de representação mais aberto à participação via sufrágio (BOBBIO, 1998); e qualitativa, na medida em que a população tem garantida direitos universais individuais invioláveis<sup>3</sup>.

Qualquer que seja as bases filosóficas desses direitos, eles são a condição necessária para os principais mecanismos procedimentais, que caracteriza um sistema democrático em funcionamento pleno. As normas constitucionais, que conferem a esses direitos, não são regras do jogo em si: são regras preliminares que permitem que o jogo seja estabelecido (BOBBIO, 1987, p. 25)<sup>4</sup>.

Podemos identificar essa concepção de direitos individuais e liberdades *a priori* até hoje na formulação dos Estados modernos. A Constituição Brasileira é um exemplo disso, pois têm princípios de soberania popular e dignidade da pessoa humana já no seu artigo primeiro. Assim, a doutrina de Teoria do Estado e Direito<sup>5</sup> apresenta algumas variações sobre o tema, como direitos de intimidade, direito de personalidade, liberdades públicas, etc., todas derivadas de um histórico de garantias que tem na concepção liberal seu ponto de desenvolvimento principal. Essas terminologias, em maior ou menor grau, têm seu desenvolvimento incorporado às cartas magnas nacionais, espalhando as idéias liberais até os dias atuais.

Outro aspecto fundamental da formulação liberal demonstra que os principais pilares do modelo são a emancipação do Estado do poder religioso e a libertação do poder econômico do poder político (*laissez-faire*) (BOBBIO, 1987). Desse modo, se o Estado perde poder absoluto que tinha, o transfere de algum modo, para o cidadão. Mas essa transferência não é legitimada pela participação política, e sim pela garantia de que cada indivíduo será julgado pela sociedade de forma justa e igualitária e que ele terá liberdade econômica, social, política e religiosa.

A partir dessa perspectiva, entende-se que a importância dos direitos individuais dá ao Estado a legitimidade necessária para funcionar a favor do cidadão. Esse, por sua

---

<sup>3</sup> Bobbio (1998) acredita que o Estado Liberal tem ganho mais quantitativo do que qualitativo, embora, obviamente, reconheça o valor da ampliação das liberdades individuais como um efeito positivo para o cidadão.

<sup>4</sup> Tradução própria do original em inglês: “Whatever may be the philosophical basis of these rights, they are the necessary precondition for the mainly procedural mechanisms, which characterize a democratic system, to work properly. The constitutional norms which confer these rights are not rules of the game as such: they are preliminary rules which allow the game to take place”.

<sup>5</sup> Ver Robert e Magalhães (2000).



vez, oferece ao Estado a escolha adequada dos representantes baseada na dimensão individual, e não em reuniões públicas ou assembleias de mesma natureza. Bobbio (1987) lembra que não há como conceber a democracia sem a garantia dessas liberdades, embora haja a necessidade de outros mecanismos os quais a perspectiva liberal não garante. Do ponto de vista da participação, essas idéias fogem um pouco à concepção que hoje se tem da mesma, isto é, num contexto mais aberto de comunicação – inclusive a de viés público – a participação política ocupa um lugar de destaque, com Estados mais porosos e atentos à novas alternativas de colaboração.

Como já foi dito anteriormente, a concepção liberal de democracia é defendida por inúmeros autores, que possuem origens distintas. De uma forma ou de outra, esses teóricos apresentam algumas formulações convergentes, por isso são classificados como autores liberais. Ainda assim, é possível destacar alguns para análise, pois esses possuem direcionamentos que apontam com mais ênfase para a o lugar da participação política do cidadão. Pateman (1992) explica que a revisão liberal dos princípios democráticos, e a conseqüente revisão do ideal participativo, não seria consistente se não tivesse sido abordado por Joseph Schumpeter. Falar nesse autor é falar em elitismo competitivo, uma perspectiva teórica que teve bastante reverberação durante parte do século XIX e XX, mas que também apresenta diversos outros autores tidos como importantes. Em artigo no qual objetiva revisar os conceitos dessa concepção, Borchert (2010) nos lembra que é possível, ainda, identificar outros nomes como imprescindíveis para entender o modelo, a exemplo de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Max Weber, Robert Michels, Robert Dahl, Giovanni Sartori, dentre outros.

A fim de sistematização, a análise se formatará a partir dos três princípios que regem o elitismo competitivo, que foram descritos de forma sucinta por Borchert (2010). Assim, resume-se a teoria e cria-se um guia de discussão, que iremos tratar logo a seguir. Além disso, sumarizam-se também temas e tópicos levantados por outros autores que já empreenderam trabalho semelhante de revisão de literatura sobre o tema (PATEMAN, 1992; MARQUES, 2008; HELD, 2006; BOBBIO, 1998)<sup>6</sup>.

O primeiro princípio, e o mais importante para a presente dissertação, diz respeito à soberania popular, que para os elitistas deve estar subordinado (ou

---

<sup>6</sup> O esforço dessa parte da dissertação não é esgotar as discussões sobre elitismo competitivo e seu lugar na teoria democrática. A intenção é, no entanto, levantar tópicos gerais sobre o modelo e focar na questão da participação.

“sacrificado”, como aponta Borchert) a um sistema representativo no qual o cidadão só pode/deve participar durante o período eleitoral. Na visão dos elitistas, a sociedade civil, organizada ou não, não possui capacidade para gerenciar necessidades ou entender o verdadeiro direcionamento dos negócios públicos (MARQUES, 2008). Em outras palavras, o Estado já dispõe do único e legítimo mecanismo de participação possível, as eleições, que permitem ao cidadão escolher o melhor representante para cada vaga legislativa ou executiva. É uma concepção contratual, que envolve a escolha individual (sob a égide das liberdades individuais de cunho liberal já discutidas aqui) e a confiança de que aqueles escolhidos representam a vontade da maioria.

Pateman (1992) nos lembra que Schumpeter elaborou sua teoria democrática entendendo que democracia não deve ser formulada como um fim em si, mas apenas como um método político composto por arranjos institucionais para se chegar a decisões políticas. Desse modo, a participação é menos importante do ponto de vista da interferência direta do cidadão na formulação de políticas públicas, ou até mesmo na tomada de decisão sobre determinada lei, por exemplo.

O autor tem em conta que os cidadãos, além de incapacitados, encontram-se, na maior parte do tempo, desagregados e que, por isso, conferir a eles um poder além da sua capacidade de gestão, conforme preferência dos defensores de uma soberania popular forte, representaria um risco. Os elitistas mobilizam o argumento de que os cidadãos sabem pouco como funciona o sistema político e possuem escasso conhecimento acerca dos temas de natureza pública, que se tornam cada vez mais especializados (MARQUES, 2008, p. 56).

Para Schumpeter, participar politicamente também significa discutir na esfera pública, sem que isso, obviamente, resulte em qualquer tipo de interferência institucional (PATEMAN, 1992). Para ele, seria danoso ao sistema práticas comuns de pressão cidadã, como o envio de cartas aos representantes, pois isso implicaria numa espécie de controle excessivo sobre o poder que foi legitimamente eleito.

O segundo princípio da teoria elitista versa sobre a formação de uma elite política natural e inviolável, pois, mesmo na democracia, é preciso haver a composição de um grupo político mais bem preparado para lidar com as questões públicas. Borchert (2010) explica que os elitistas acreditam que, invariavelmente, o contexto político em questão irá formar, de forma natural, uma elite que controlará o poder. Para evitar que os mesmos sempre ocupem os mesmos lugares, a eleição regular é uma maneira sadia e legítima de se recrutar novos membros.

Pode-se argumentar que a não participação do cidadão em um *approach* mais direto com os eleitos significaria dominação intelectual ou até mesmo estado democrático em risco, mas os elitistas formulam que há dois modos disso não acontecer. Por meio de eleições constantes, como dito acima, e por meio da ampliação de espaços representativos (casas legislativas em âmbito nacional, estadual e local). Para Schumpeter, há democracia onde há grupos diversos que lutam pelo poder a partir do voto, um pensamento que considera de suma importância a formação de líderes políticos em diversas instâncias do poder estatal (BOBBIO, 1998).

Se, como dito no primeiro princípio aqui analisado, a eleição é o meio máximo de participação cidadã, é também a base da vertente elitista:

Por esse método qualquer pessoa, em princípio, é livre para competir pela liderança em eleições livres, de modo que as liberdades civis costumeiras são necessárias. Schumpeter comparava a competição política por votos à operação de mercado (econômico): à maneira dos consumidores, os eleitores colhem entre as políticas (produtos) oferecidas por empresários políticos rivais, e os partidos regulam a competição do mesmo modo que as associações de comércio na esfera econômica (PATEMAN, 1992, p. 13).

O terceiro e último princípio do elitismo competitivo aqui analisado é uma consequência dos outros dois. Isto é, diz respeito à escolha natural de uma elite capacitada. Na visão dos elitistas, se os cidadãos participam regularmente do processo eleitoral, votando naqueles que acham os melhores e, em alguns casos, derrotando outros que foram julgados como despreparados, então existe uma seleção natural dos melhores. Ainda, se há uma luta plural de partidos e líderes são formados a partir de uma luta interna entre elites capacitadas, então esses irão para o embate com rivais igualmente (ou melhor) capacitados. Ao longo de um processo histórico mais longo, a classe política de uma nação seria formada por pessoas cada vez melhores e mais atentas aos problemas da sociedade. Borchert (2010) chama isso de uma “seleção miraculosa” e assim efetivamente pode ser entendida, pois assume-se que o cidadão que não tem capacidade intelectual para decisões mais complexas é o mesmo que pode escolher aqueles que vão decidir esses mesmos assuntos complicados.

Numa perspectiva weberiana, Held (2006) explica que a democracia está longe de ser um meio de desenvolvimento pessoal para todos os cidadãos, e mais um modo de garantir a eficácia política via escolha de líderes. Porém, para que essa função seja alcançada, somente um modelo democrático seria saudável.

Esse último ponto talvez resuma bem a diferença ideológica que marca os elásticos/liberais de outros teóricos da democracia, os chamados “clássicos” (PATEMAN, 1992). Esses, por sua vez, entendiam a democracia mais próxima da etimologia da palavra, assegurando mecanismos normativos de participação, ação educativa, provimento de informação e modos de monitoramento do poder dos representantes. Não é à toa que a gênese do elitismo competitivo de Schumpeter seja justamente a necessidade de uma revisão teórica e, em maior instância, negação dos princípios anteriores.

## **2.2 – A CRISE DO MODELO REPRESENTATIVO E A PARTICIPAÇÃO CIVIL**

De forma geral, é possível observar que qualquer modelo de democracia que se coloque como hegemônico pode ter suas deficiências exploradas em diversos níveis, ou seja, há muito o que se aprender a respeito de democracia estudando as diversas vertentes já teorizadas (HELD, 2006). Portanto, é difícil e demasiadamente simplório tentar opor modelos e contrapor idéias que podem, na verdade, serem observados em confluência mediante análise mais profunda de contextos sociais.

A rigor, o diagnóstico que hoje se faz da democracia não é de uma crise do modelo em si, mas sim do seu sistema representativo calcado em alguns valores pouco aprimorados (GOMES, 2008). Para que se coloque em discussão questões práticas advindas das alternativas democráticas – isto é, práticas e apropriações sociais da internet que visam, em algum modo, a melhoria democrática via participação ou deliberação pública –, é necessário que se entenda alguns aspectos que apontam para o desgaste do atual sistema representativo do ponto de vista da participação.

Assim, é possível identificar dois caminhos que se entrelaçam, mas podem ser entendidos separadamente: o caminho político, que versa sobre o desgaste das engrenagens políticas e dos modos de circulação das necessidades civis no poder estatal, e o caminho comunicacional, que diz respeito à frustração da promessa participativa dos meios de massa e o eldorado das redes digitais.

No campo político, é preciso entender que alguns valores inerentes à democracia passam por um processo de revisão e o tema participação permeia o palco central desse debate. Marques (2008) lembra que outros princípios democráticos vêm sendo aprimorados ao longo das últimas décadas, como direitos civis e garantias sociais, mas a participação permaneceu com poucos recursos empregados para sua melhoria<sup>7</sup>. Em um contexto global, o modelo neo-liberal reduziu ainda mais as possibilidades participativas ao colocar nas mãos do mercado ainda mais poder. “A esfera política é governada pela racionalidade estratégica adequada ao mercado, e não pode estabelecer a legitimidade de um princípio normativo democrático” (VITALE, 2006, p. 749). Essa visão não pode ser confundida com apelo anti-capitalista panfletário, mas revela em sua essência um diagnóstico importante para entender a pouca participação cidadã.

Nesse caminho, a democracia melhoraria a partir do momento em que o conceito de cidadão é levado mais a sério pelo Estado, ampliando espaços de participação e colocando o cidadão mais ao centro do poder decisório. Ainda, como consequência da questão anterior, a melhoria nos direitos civis e das garantias sociais mínimas aprimoraria a saúde democrática do sistema representativo. Assim, a operação do sistema político estaria essencialmente disfuncional por não atender às demandas econômicas e sociais da população, gerando o que Held (2006) chama de ‘governo sobrecarregado’ (*overload government*).

Assim, emerge a noção de que o regime democrático não concorre mais com nenhum outro<sup>8</sup>, porém a sua legitimidade está atrelada a mais participação política dos cidadãos (VITALE, 2006; BUCY e GREGSON, 2001). O viés participacionista evoca modos de aproximação do cidadão com os representantes num tom de “incidência, isto é, participação política *stricto sensu*” (SILVA, 2011, p. 132), mas o atual Estado liberal prevê inputs do cidadão ainda insuficientes para um modelo mais robusto de participação civil.

O viés participativo evoca certo consenso em rebater o voto popular como único instrumento de participação, visto que esse mecanismo, de cunho obviamente legítimo e aceitável, também carrega limitações inerentes:

---

<sup>7</sup> Ainda assim, é possível identificar algumas instâncias participativas implementadas a partir da década de 1980, a exemplo dos orçamentos participativos, conselhos consultivos, conselhos partidários, dentre outros. No entanto, estes não se estruturaram de forma robusta e ampla na sociedade.

<sup>8</sup> “A defesa dos regimes democráticos se tornou uma posição padrão, estando as divergências fundamentadas na qualidade desejável de democracia e de seus valores” (MARQUES, 2009, p. 141).

(...) conselhos setoriais, associações civis, orçamentos participativos e outros espaços que podem vir a ser criados, pautados pelo debate de questões morais e éticas, pela discussão e proposição de novas políticas públicas e pelo controle e fiscalização das políticas implementadas, bem como pelos princípios da publicidade, deliberação pública e prestação de contas permanente, que devem informar os governos democráticos (VITALE, 2007, p. 150).

A necessidade passa, então, a ser a da criação de novos espaços de articulação, discussão e possibilidade de interferência política. Não que isso signifique dizer que há um novo sentido político, mas apenas a consolidação de um dos princípios da democracia, como vimos anteriormente, a porosidade do Estado. Uma busca mais profunda irá identificar que, por exemplo, “parte da atração da democracia se refere na recusa em aceitar, *em princípio*, qualquer concepção de bem político que não seja gerado pelo povo por si próprio”<sup>9</sup> (HELD, 2006, p. 260). Portanto, em tese, a crise a que se referem os críticos deveria ser da democracia e não da representatividade. Mas, como mostramos anteriormente, estando diante de um modo de governo hegemônico no mundo ocidental, o mais prudente é realmente encarar as atuais deficiências do Estado a partir de uma análise circunstancial.

Ademais, Held (2006) chama atenção para uma mudança significativa que ocorreu na virada da década de 1980 para 1990, quando revoluções na Europa Oriental questionaram fortemente as estruturas das democracias locais. As mudanças seguiram padrão de alteração do ideal de um partido apenas controlando o governo para uma abordagem mais pluralista e com mais atores envolvidos (*multi-stakeholder*). A participação teria lugar de destaque nesse contexto, ampliando horizontes decisórios e a democracia sendo sinônimo de tolerância, discussão e descentralização do poder.

Mas esses espaços só seriam possíveis se houvesse uma preocupação maior no desenho institucional do Estado, que falhou ao não prever *inputs* em sua constituição liberal. Como dito acima, um dos únicos momentos de interjeição das esferas civil e política seria nas eleições, um dos raros mecanismos previstos para tal – afora, obviamente, outros modos mais rudimentares, como envio de cartas e contato face a face. O que autores como Manin (1997) entendem é que estruturalmente faltam concepções práticas de participação, desde abertura de espaços de deliberação e discussão pública ou até mesmo na formulação de leis. Esse último ponto até recebe

---

<sup>9</sup> Tradução própria do original em inglês: “part of attraction of democracy lies in the refusal to accept *in principle* any conception of political good other than that generated by ‘the people’ themselves”.

atenção em algumas constituições, como a brasileira, mas é carregada de burocracia e automatismo, que borram significativamente a atuação do cidadão.

Uma análise contextual nos traz algumas outras perspectivas sobre essa dita crise. Primeiro, os Governos tomam, a partir do período pós-segunda guerra, mais poder para si no quesito economia, criando novas estruturas administrativas e acumulando mais controle sobre o mercado. Advém daí, por exemplo, a necessidade de uma administração pública mais intervencionista, salvando até bancos privados da bancarrota (HELD, 2006) – pois isso, obviamente, acarretaria em problemas conjunturais para o Estado. Segundo, para manter a máquina funcionando, são necessários novos cargos e novas linhas de atuação administrativa, o que acarreta no aumento da complexidade das estruturas do Estado. Terceiro, crescem as despesas do Estado em consequência de mais intervenção e de custos para manter o funcionalismo público. “Esse desenvolvimento, então, estimula ainda mais demandas para o Estado, como por exemplo, de participação e consulta sobre decisões” (HELD, 2006, p. 196).

A avaliação mais direta desse quadro pode ser resumida em alguns aspectos: sentimento geral de que o governo é corrupto, intocável e distante (COLEMAN e BLUMLER, 2009); mesmo que haja possibilidade, mínima que seja, de contato com a esfera política, o entendimento geral é de que a opinião não será levada a sério; noção de que os representantes não representam interesses públicos, e sim interesses próprios; baixa taxa de participação em eleições em países onde o voto não é obrigatório (VERBA et al 2005); com baixa participação geral, a classe política tende a estar mais livre para atuar em seus próprios termos e regras (PATEMAN, 1992); sensação geral de pouca transparência e baixa responsividade do Estado (BUCY e GREGSON, 2001); o Estado não consegue prover seus cidadãos de suas necessidades, principalmente das classes menos favorecidas (TEIXEIRA, 2002); dentre outros.

O sujeito atingido por esses problemas seria, portanto, a sociedade civil, o ser público e a cidadania (GOMES, 2008). Assim, verifica-se que há, de um lado, autores que afirmam que os indivíduos estão cobrando mais e assumindo mais as rédeas de seu destino político (TEIXEIRA, 2002; COLEMAN, 2009; COLEMAN e BLUMLER, 2009) e, do outro, autores que se escoram em estudos empíricos (mais notadamente de

raiz americana<sup>10</sup>) para sentenciar a apatia dos cidadãos perante a política e suas implicações (WARD e GIBSON, 2009).

Já no campo da comunicação, a crise da democracia representativa se exprime na falha dos meios de comunicação de massa em oferecer subsídios (mais notadamente informação política) para participação e melhores decisões tomadas nas eleições. Um outro argumento versa sobre a variedade de opções que o cidadão passou a ter a partir da consolidação da televisão como meio de comunicação prioritário da população na maior parte do mundo.

Acerca do primeiro argumento acima exposto, as mudanças sociais dos últimos 50 anos também vieram na companhia de inovações tecnológicas, como televisão, TV a cabo, cinema, videocassete etc., fatores que também contribuíram para formação de cidadãos mais atentos a demandas interativas, mais diretos e com vontade de maior aproximação com a esfera política (COLEMAN, 2009). Assim, cidadãos e Estado estão imersos em uma sociedade mais complexa do ponto de vista da comunicação, principalmente se a análise se focar no crescimento da importância da televisão no cotidiano das pessoas.

Sobre os meios de comunicação de massa, Gomes (2008) explica que esses são costumeiramente apontados como os vilões da história, pois havia uma promessa de que seriam, em maior ou menor grau, “instrumentos privilegiados para extensão das possibilidades de participação democrática” (p. 300). Assim, como consequência direta do argumento do parágrafo acima, os *media* tomariam para si um posicionamento central na sociedade, logo, também se tornariam mecanismos de participação. Scheufele e Nisbet (2002) explicam que essa promessa não se concretizou porque houve uma crescente valorização comercial e de entretenimento dos meios, focando mais em questões “passatempo” do que em assuntos políticos.

Além disso, os *media* também contribuíram para uma visão distorcida da classe política, mostrando-os de forma sempre negativa, longe das discussões reais e das necessidades dos cidadãos (SCHEUFELE e NISBET, 2002). Isso influi diretamente na formação cognitiva das pessoas e na consequente atenção a outros assuntos que tragam menos valor pejorativo e mais sentimentos positivos (SHAH, KWAK e HOLBERT,

---

<sup>10</sup> Obtém especial destaque nessa questão a obra de Robert Putman, *Bowling Alone* (2000).



2005). Assim, devota-se aos *media* o papel de fornecedor pleno de informação política para os cidadãos, mas a avaliação corrente que se faz dos meios versa sobre:

A forte concorrência interna entre as indústrias de informação e, nesse contexto, o imperativo de atendimento às necessidades do mercado de notícias e entretenimento, levaram a comunicação de massa a assumir características que, numa lista aleatória, vão do sensacionalismo à simplificação das questões e das informações políticas, da seleção e ordenação das matérias políticas segundo interesses de competição e consumo e distorções, voluntárias ou involuntárias, em virtude de a pauta política estar orientada pelos imperativos de venda (GOMES, 2008, p. 301).

Tratando especificamente de televisão, Matos (2009) explica que o surgimento do meio veio atrelado ao sentimento de uma nova oportunidade de disseminação de informação, fato que iria aumentar, em algum grau, o engajamento cívico dos cidadãos e, conseqüentemente, consciência política do mundo. Nesse sentido, o estudo de Putman (2000) ganhou especial atenção ao responsabilizar a televisão pelo declínio do capital social dos EUA nos últimos 50 anos. A argumentação do autor parte do pressuposto de que o consumo de mídia em larga escala afasta as pessoas de contato interpessoal direto, tendo como conseqüência a diminuição do capital social, menos engajamento e consciência política comprometida.

No caminho contrário, Dahlberg (2001) explica que o desenvolvimento da televisão a cabo nos EUA, a partir da década de 1970, trouxe uma ideia libertária de democracia via TV, a chamada teledemocracia. O modelo consistia num mecanismo de voto, oferecido pela operadora a cabo, que respondia a questões levantadas em encontros comunitários em cidades americanas. Assim, o cidadão era capaz de acompanhar as discussões num encontro público o qual ele não poderia participar fisicamente, além de se inserir no processo via voto. Essa visão do uso da tecnologia para participação não encontrou reverberação na prática, pois o modelo ruiu e deixou de ser utilizado<sup>11</sup>, porém o mais importante aqui é entender que, a despeito do que foi exposto sobre as idéias de Putnam, a televisão também encontrou visão otimista em sua uso “a favor” da democracia.

De fato, a concepção de Putman e o da teledemocracia integram um caminho natural na análise de tecnologia e democracia (DAHLBERG, 2001; COLEMAN e

---

<sup>11</sup> Dahlberg (2001) associa as iniciativas de teledemocracia ao modelo liberal de concepção democrática, mostrando que os maiores entusiastas da ideia foram os “gurus da futurologia”. Para o autor, o fato de tal utilização seguir um ideal liberal foi fundamental para a baixa adesão aos mecanismos de teledemocracia.

BLUMLER, 2009). Primeiro, com a introdução do novo meio no cotidiano das pessoas, há a promessa de mudança substancial de diversos parâmetros sociais já estabelecidos. Porém, num segundo momento, um posicionamento pessimista acerca da relação emerge, transferindo para o meio todas as possíveis conseqüências negativas que a população sofreria.

Diante do quadro apresentado nessa parte do capítulo, que envolve questões que versam sobre um *gap* do atual modelo representativo, é possível, ainda, apresentar um posicionamento mais brando sobre o tema. Isto é, quando o assunto é comunicação política, é preciso ter cautela ao sentenciar o fracasso dos meios de comunicação como vetores de informação, ou até mesmo o fracasso das engrenagens políticas em se utilizar de meios de comunicação para interagir com os cidadãos.

Primeiramente, é possível afirmar que o provável distanciamento entre esfera civil e esfera política, que caracteriza as democracias liberais, não é um problema de comunicação. Embora o aumento da comunicação política entre indivíduos ou entre cidadãos e agentes políticos possam contribuir para uma maior saúde do sistema democrático, os meios de comunicação ou o ambiente digital não são capazes de gerar participação política de modo espontâneo. Também não são os únicos elementos capazes de aproximar politicamente tais atores (SILVA, S. P., 2009, p. 3).

Essa visão também nos fornece fôlego diante de quadros tão complexos para se analisar comunicação, tecnologias da informação e democracia. Ainda, põe certa dúvida também sobre a supervalorização da informação quando o assunto é participação e democracia. Por meio de análise sobre quatro momentos distintos da política dos EUA, Schudson (2003) mostra que a quantidade de informação estocada pelo cidadão não necessariamente influi na sua formação política. Logo, para que haja indivíduos mais conscientes politicamente e atentos à participação não é preciso um incremento na comunicação política, embora isso ajude.

### **2.3 - DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E RETOMADA DE IDEAIS CLÁSSICOS**

O modelo liberal de Estado, com suas diferenças contextuais, se estabeleceu no mundo ocidental a partir do século XX. A representação política, tão combatida pela concepção rousseauiana de democracia, tornou-se a grande inovação institucional moderna (VITALE, 2007), trazendo para o centro da construção do Estado ideais de

liberdades individuais, igualdade perante a lei, liberdade de expressão e o princípio de que o homem possui tais direitos de forma inalienável.

O contexto social do mundo do século XX inviabilizou em boa parte os ideais participativos mais diretos, pois diversos fatores indicavam para uma excessiva complexificação do Estado. Cidades cada vez maiores trazem consigo mais problemas estruturais; o capitalismo exige divisão do trabalho; e o Estado passa, portanto, a lidar com problemas que exigem certa especialização no campo da política (VITALE, 2007). Foi, como explica Pateman (1992), a época da excessiva burocratização da organização estatal, em que parecia haver uma dicotomia entre o conceito de Estado organizado e democracia. Assim, a participação se esconde num espaço restrito entre a esfera civil e a esfera política – essa última constituída por pessoas de dedicação profissional e por membros de corporações dedicadas ao controle central do poder interno, os partidos (GOMES, 2005b).

No entanto, há outra explicação para a consolidação do Estado Liberal de pouca participação no século XX, o totalitarismo:

O colapso da República de Weimar, com altas taxas de participação das massas com tendência fascista e a introdução de regimes totalitários no pós-guerra, baseados na participação das massas, ainda que uma participação forçada pela intimidação e pela coerção, realçam a tendência de se relacionar a palavra “participação” com o conceito de totalitarismo mais do que com o de democracia (PATEMAN, 1992, p. 11).

As décadas de 1960 e 70 foram especialmente importantes para uma retomada do ideal participativo, com o termo “participação” sendo empregado com ênfase em protestos na Europa (ARNSTEIN, 1969). Essa retomada, de certo modo, fez com que novas investigações fossem realizadas por teóricos da área, gerando novas interpretações de antigos modelos de democracia com ênfase participativa.

É fundamental fazer a distinção desses dois períodos históricos e identificar como cada um deles trata ou tratou a ideia de participação política<sup>12</sup>. No tópico anterior,

---

<sup>12</sup> Aqui, cabe uma importante ressalva. Um histórico mais amplo e abrangente sobre democracia e participação poderia ser feito, mesmo que abordando apenas questões pontuais sobre diversos momentos históricos. No entanto, essa dissertação entende que é preciso estabelecer parâmetros de análise sobre participação a partir da democracia moderna, isto é, exclui-se desse escopo uma revisão de conceitos mais antigos. Parte dos trabalhos que se concentra em entender tal relação parte do mesmo pressuposto (MARQUES, 2008; BORCHERT, 2010), sendo a principal expressão dessa abordagem o livro seminal de Carole Pateman (1992). Dessa forma, ficam de fora análises e conjecturas muito distantes da realidade atual, que envolvem conceitos e práticas de contextos históricos bem díspares. Mas é claro que não há um

foram levantados tópicos de discussão acerca do modelo liberal de democracia e da vertente do elitismo competitivo, que, de forma sucinta, relegavam a participação política ao momento único das eleições. É preciso, ainda, levar em consideração o contexto social e político em que cada vertente se desenvolveu para, então, tirar maiores conclusões, afinal, a formulação dos modelos é fruto de diversas concepções de diferentes autores.

Mas porque a participação política cidadã é, hoje, um tema tão recorrente na literatura de internet, democracia e comunicação? Há um percurso delineado, que começa, conforme tratado anteriormente, na negação da participação pelo modelo liberal, passa por um resgate ainda na década de 1970 e uma retomada mais incisiva por causa da internet e suas apropriações. Aqui cabe, portanto, uma revisão do porquê da participação ter voltado à baila de discussão política em meados do século passado. Mas, para isso, é necessário abordar alguns aspectos ditos “clássicos”.

Como nos lembra Pateman (1992), para que se entenda ou se anseie a um modelo de democracia participativa, é salutar estudar alguns autores, como Rousseau e John Stuart Mill. O primeiro sustenta ideais calcados num mundo ainda sem a formatação de algumas instituições modernas, mas mesmo assim oferece subsídios palpáveis para entender o lugar da participação dentro do sistema democrático.

Desse modo, Rousseau (2006) tinha como premissa básica a ideia de que o cidadão deve tomar parte dos negócios públicos e, conseqüentemente, participar em algum nível da tomada de decisões.

Somente a vontade geral pode dirigir as forças do Estado segundo o fim da sua instituição, que é o bem comum, pois, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi a conciliação desses mesmos interesses que a tornou possível. É o que há de comum nesses diferentes interesses que forma o laço social (ROUSSEAU, 2006, p. 34).

Chama a atenção que o autor aborda, ainda nas primeiras páginas de seu livro, a ideia de bem comum atrelada à noção de soberania popular. Se os liberais achavam esse conceito vago e irreal, Rousseau acredita no aspecto comum do homem como engrenagem vital para o funcionamento da democracia. Portanto, homens em conjunto possuem liberdades individuais (isso ele não nega), mas é somente na interjeição de

---

tom de dicotomia entre Eras distintas, apenas uma escolha de caminho teórico convergente com os principais trabalhos da área.

interesses comuns que há sentido na democracia ou, mais precisamente, na vida em sociedade. A participação aqui está na formação substancial do sistema democrático, pois é inconcebível a formação de elites e até a representação. A política comumente aceita pelo autor é aquela em que os benefícios e malefícios do sistema sejam compartilhados por todos (PATEMAN, 1992), sendo os espaços participativos o *locus* ideal para tal.

Tais espaços participativos deveriam ser ocupados, ainda que de forma preliminar, por indivíduos cientes de suas necessidades, o que excluiria a formação de blocos organizacionais em prol de uma causa única que não a comum (ROUSSEAU, 2006). Por isso, há uma aceitação clara de que o cidadão é o mais capaz de decidir sobre si mesmo, sobre as políticas que afetaram a sua vida e, naturalmente, são também passíveis de erros, que logo podem ser corrigidos por outros indivíduos. Ele é crítico, ainda, do fatiamento do poder soberano, ou seja, da criação de divisões políticas e administrativas, pois “fazem do soberano um ser fantástico e formado de peças ajustadas” (p. 36).

Assim, a soberania é inalienável e indivisível, mas outro princípio básico rege a teoria de Rousseau. Pateman (1992) explica que a ordem social em pleno funcionamento democrático-participativo influi consideravelmente na personalidade humana. Isso quer dizer que há um componente cognitivo, pois se acredita que a prática participativa age de forma educativa no cidadão, tornando-o, ao longo do tempo, mais apto a discutir questões políticas, mais preocupado com o bem comum e passível de aceitar melhor as decisões tomadas em conjunto<sup>13</sup>. Pateman (1992) classifica a ação educativa como primordial para entender a teoria rousseuniana, pois a capacitação contínua em participação gera ainda mais participação.

O limite do poder soberano é ele em si próprio, pois o cidadão é regido pela lei que ele próprio criou. Esse “espelhamento” evoca outro aspecto importante da teoria, o controle. Ora, se são os cidadãos os próprios criadores das leis, se são os cidadãos os que, de fato, discutem sobre os problemas e, conseqüentemente, formulam leis de acordo com o bem comum, então o controle social do Estado é definido a partir do controle de sua própria vida (ROUSSEAU, 2006). A integração social, portanto, ganha ainda mais pujança e se torna fator preponderante para o desenvolvimento democrático

---

<sup>13</sup> Esse tema será retomado novamente mais à frente.

sadio. Essa integração é alcançada através da relação dialética entre liberdade individual, participação e controle, conforme apresentamos acima.

Sistematizando a discussão acerca de Rousseau, podemos concluir que a participação tem funções para a sociedade. Primeiro, participando, o indivíduo aprende a fazer parte de um todo e constituir a soberania popular, logo, ele aceita mais facilmente as decisões ali tomadas. Segundo, há uma integração social, pois é preciso chegar a um senso comum sobre os problemas locais, as questões políticas e a formulação de leis. Terceiro, em consequência do segundo, o cidadão faz parte de uma ação educativa contínua, tanto individualmente, aprendendo “aos poucos” como participar, quanto coletivamente, pois passa-se à frente as noções aprendidas.

O autor ainda critica o direito do mais forte, isto é, a ideia de que pessoas mais ricas teriam legitimidade política maior que os cidadãos ordinários: “como fundamento do direito ele identifica a vontade do povo, o ser coletivo que nasce da livre associação de todos os homens que renunciam dessa forma ‘a exercer a própria vontade particular’” (BOBBIO, 1998, p. 284). Assim, a formulação contratualista de Rousseau foi especialmente importante para consolidação das revoluções modernas, como a Francesa e a Americana, colocando-o como essencial teórico do pensamento democrático em diversos momentos históricos. Autor, inclusive, chamado por Bobbio (1987; 1998) como um dos pais da democracia moderna ou, em instância prática, para formulação do ideal republicano contra regimes monárquicos e despóticos.

Outro autor que deve ser considerado é John Stuart Mill, filósofo inglês que formulou princípios participativos no século XIX. Diferentemente de Rousseau, Mill já está inserido no contexto social mais moderno, pois considera fundamentos e instituições modernas na sua concepção de Estado e democracia. Mill (2009) explica inicialmente que instituições políticas são resultado do trabalho dos homens, formulação que pressupõe atuação direta do cidadão nas coisas relacionadas ao Estado.

É sustentado que o maquinário político não age por si só. Como foi primeiro feito, então assim precisa ser trabalhado pelos homens, até mesmo pelos homens ordinários/comuns. Precisa não só da simples aquiescência, mas da ativa participação deles; e deve ser ajustado às capacidades e qualidades dos homens disponíveis (MILL, 2009, p. 11)<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Tradução própria do original em inglês: “it is also to be borne in mind that political machinery does not act of itself. As it is first made, so it has to be worked, by men, and even by ordinary men. It needs, not

Para que isso funcione, explica Mill, é preciso três condições. Primeiro, o povo para o qual a forma de governo é formatada deve aceitá-lo, ou em última instância não atrapalhar o processo. Segundo, o cidadão deve fazer o que for necessário e possível para manter o regime de pé. Terceiro, o indivíduo deve ser capaz e estar disponível a fazer o que for preciso para que o regime preencha todas suas proposições.

A concepção do autor segue algumas linhas convergentes com Rousseau, como a função educativa da participação e a sua influência sobre a mente humana – e nesses pontos Pateman (1992) demonstra que os dois são bastante semelhantes. Só que há diferenças marcantes entre os dois. A primeira delas é a ideia de que não é possível que todos os indivíduos participem igualmente, e isso é diagnosticado por um motivo simples. As democracias modernas enfrentam problemas de ordem social e populacional que inviabilizam a participação completa, o que refuta a noção de cidadão total de Rousseau. Assim, idealmente ou não, instituições representativas são necessárias, embora ele formule que formas de pressão e prestações de contas também são imprescindíveis.

A outra diferença é na avaliação de como o caráter educativo age na prática, ou seja, como efetivamente se configura a ação educativa da participação. Sobre esse quesito, Mill (2009) avalia que é no contexto local que o cidadão aprende, desenvolve e exerce, de fato, seu poder participativo<sup>15</sup>. Na explicação do autor, quando se trata de política em âmbito nacional, há uma efetiva redução das chances de participação, pois há um contato menos freqüente entre os agentes políticos e os cidadãos. Realmente, as liberdades individuais asseguradas garantem, teoricamente, a possibilidade de participação e interferência em quaisquer questões políticas, mas a maior parte das pessoas age mais na esfera do pensamento e da possibilidade do que na ação ativa (MILL, 2009). Já no caso da política local há uma confluência de possibilidades, maior número de cargos executivos disponíveis e mais proximidade com o poder.

Pode ser dito que essas funções locais, não sendo em geral procuradas por maior classificação, carregam consigo a importante educação política que as funções significam para a classe mais baixa da sociedade. A disciplina mental é, ainda, um fator mais importante em situação local que em assuntos do estado, enquanto não existem tais interesses vitais dependentes da qualidade da administração, um maior peso pode ser dado à consideração anterior, e

---

their simple acquiescence, but their active participation; and must be adjusted to the capacities and qualities of such men as are available”.

<sup>15</sup> Pateman (1992) argumenta que essa questão, na verdade, é uma solução para o desenvolvimento de um processo participativo em larga escala.

este último admite ser mais frequentemente adiado em questões de legislação geral (MILL, 2009, p. 321)<sup>16</sup>.

Essa noção e valorização da política local derivam, em certo modo, das preocupações de possíveis perigos eminentes das sociedades de massa. Mill explica que de nada adianta o sufrágio e as liberdades civis “se o indivíduo não for preparado para essa participação a um nível local; é neste nível que ele aprende a se autogovernar” (PATEMAN, 1992, p. 46). Então, mesmo considerando a vital função do sistema representativo, Mill também reserva ao âmbito local o espaço primeiro de articulação social do cidadão, mobilização política e, como processo, a participação política.

Mill (2009) empreende atenção à formação do governo local, acentuando a importância da eleição local como fundamental para formação de um corpo representativo atento às necessidades de seus moradores. A crítica aos modelos anteriores que o autor faz reside no fato da excessiva compartimentalização do governo ou, de certo modo, na burocratização monárquica. Para ele, se os governos locais estão atentos às questões apenas locais, então eles devem ter a “seu lado” o trabalho dos próprios cidadãos, pois são eles os que “sentem” na prática as decisões tomadas em instâncias institucionais. O aprendizado é, nessas circunstâncias, bem vindo e estimulado, pois garante cidadãos mais conscientes, atentos à questões que os concerne e, conseqüentemente, aptos para a participação. Mill compara o funcionamento da máquina de governo local a uma escola. Para ele, o governo não deve ter a função de um diretor de escola (*schoolmaster*), ou seja, não deve mandar e concentrar poder apenas em si. Por outro lado, o governo local deve ser apenas uma espécie de professor ou tutor (*pupil-teacher*) que tem nada mais do que a si próprio para ensinar.

Mill é, portanto, um autor que considera a participação política como algo vital para a saúde democrática, mas, ao contrário de Rousseau, garante lugar de destaque para a representação em diversos níveis. É também uma teoria que carrega alto teor de normatização, conforme criticava Schumpeter, porém Mill assume algumas posições mais realistas. “O filósofo inglês pensa, por exemplo, a esfera de atuação política como

---

<sup>16</sup>Tradução própria do original em inglês: “It may be added that these local functions, not being in general sought by the higher ranks, carry down the important political education which they are the means of conferring to a much lower grade in society. The mental discipline being thus a more important feature in local concerns than in the general affairs of the state, while there are not such vital interests dependent on the quality of the administration, a greater weight may be given to the former consideration, and the latter admits much more frequently of being postponed to it than in matters of general legislation and the conduct of imperial affairs.”



relacionada à dimensão do trabalho e da industrialização crescente” (MARQUES, 2008, p. 75), o que dá a ele fôlego para ser considerado em estudo mais atuais.

Diante dessas considerações, autores de teoria política e democracia empreenderam esforços em resgatar tais conceitos e formaram, a partir da década de 1970, o que Held (2006) chama de modelo em oposição ao modelo liberal. A democracia participativa descrita por autores de origens distintas, como Arnstein (1969), Pateman (1992) e Barber (1984), passeia por um terreno calcado nos ideais ditos clássicos, com forte ênfase na participação política dos cidadãos como remédio para o declínio da legitimidade do Estado.

Sherry Arnstein (1969) se estabeleceu como uma das autoras mais importantes da democracia participativa, tendo publicado um modelo de participação chamado “escada de participação cidadã” (*ladder of citizen participation*). A concepção básica da autora é de que participação quer dizer poder ao cidadão, o que implicaria numa imediata partilha do poder decisório do Estado. O modelo concebido pela autora tem clara inspiração nas revoltas francesas de 1968 e possuem forte teor contestatório da forma como os governos tratavam a participação, modelando-se no que ela chama de nível mínimo de participação ou manipulação.

Assim, Arnstein (1969) desenvolve uma tipologia baseada em níveis de participação, que vai de um estágio de não-participação a um patamar que ela qualifica como ideal, de controle cidadão: 1) manipulação (*manipulation*); 2) terapia (*therapy*); 3) informação (*informing*); 4) consulta (*consultation*); 5) conciliação (*placation*); 6) parceria (*partnership*); 7) poder delegado (*delegated Power*); 8) controle cidadão (*citizen control*). Os dois primeiros estariam na categoria não-participação, enquanto os níveis 3, 4 e 5 compõem a categoria simbolismo e as três restantes integram os níveis mais altos, de poder cidadão.

O nível manipulação diz respeito ao envolvimento do cidadão em comitês locais de participação, em que há uma espécie de tutor que “ensina” e lidera o processo participativo. Assim, o cidadão não propõe diretamente as discussões nem tem poder de condução, postos que são reservados aos membros do governo (ARNSTEIN, 1969). Essa modalidade envolve outras questões que a autora vê como negativas, como uma certa limitação no provimento de informação pública e o apoio dos oficiais de forma tendenciosa. Esse nível é tratado como altamente danoso à legitimidade democrática e

distorce a ideia de participação, pois não é conduzido da maneira como a autora vê como ideal.

Pode-se perceber um tanto de revolta em Arnstein (1969), mas é até certo ponto compreensível. A autora cita exemplos práticos em que tais reuniões de comitês locais manipularam o resultado de algumas votações, ainda que os cidadãos tenham saído dos encontros com a ideia de que tinham participado ativamente. Ocorreria, na verdade, uma ilusão de participação “já que as regras, a forma de condução e a efetividade das decisões seriam totalmente controladas pelos gestores” (SILVA, S. P., 2009, p. 38). O segundo nível apontado pela autora, terapia, segue caminho muito semelhante ao anterior e também se refere ao âmbito local e a constituição de grupos de discussão sobre assuntos diversos que são tidos como problemáticos, como racismo, exclusão e pobreza. Para Arnstein (1969), os chefes das discussões passam uma ideia de grupo, sentimento de comunidade e adesão por afinidade, mas na verdade o grupo não passa de um remédio paliativo para as adversidades, pois não busca a solução do problema no âmbito da política e do provimento de garantias sociais mais efetivas.

Percebe-se, nesses dois primeiros níveis, um tom de indignação que pode se tornar incompreensível atualmente justamente porque os exemplos que a autora cita parecem distante da realidade atual. O patamar em que o indivíduo efetivamente experimentaria a mínima participação está no nível 3, que ela chama de informação (ARNSTEIN, 1969). Nesse ponto, o cidadão toma parte dos negócios públicos por meio da comunicação do Estado, isto é, do provimento de informação por parte do Estado. Esse provimento de mão única é, no entanto, fruto de preocupação da autora, pois pode ser feito de forma distorcida e distanciar o indivíduo ainda mais do envolvimento mais direto com o assunto em questão.

O nível 4 se chama consulta é avaliado por Arnstein (1969) como proveitoso apenas se as discussões empreendidas na consulta sejam realmente levadas à frente; o contrário seria apenas uma máscara. Pode ser confundido com o primeiro nível, mas aqui a autora explica que há *surveys* mais elaboradas e com propósito mais direto. “Neste caso, ela sustenta a necessidade de assegurar o pleno provimento de informação e que seja estimulado o debate para que se reflita uma opinião pública minimamente segura e legítima através destes mecanismos de sondagem” (SILVA, S. P., 2009, p. 39). O nível seguinte, conciliação, avança para um terreno em que parte do poder decisório é

partilhado, ainda que de forma incipiente. Aqui, explica a autora, cidadãos escolhidos ganham o direito de participar mais ativamente de reuniões e assembleias consultivas, mas as decisões finais ainda estariam nas mãos dos membros do governo.

Do ponto de vista liberal, tal nível seria impensável, mas ainda assim Arnstein não encara a conciliação como um modo efetivo de participação, pois acha, numa visão rousseauiana, que a decisão final ainda caberia aos cidadãos. Por isso, a autora “sobe” a escada da participação e estabelece que somente a partir do sexto nível é que teríamos envolvimento participativo direto do cidadão. A chamada parceria envolve negociação entre indivíduos e membros do governo, um fato que para Arnstein (1969) é o mais evidente de que há poder nas mãos da população.

Eles concordam em compartilhar planejamento e responsabilidades de decisão dessas estruturas, como painéis de políticas públicas, comitês de planejamento e mecanismos de resolução de impasses. Após as regras do jogo serem estabelecidas a partir de algum modo em duas vias, não há maneira de mudança unilateral. A parceria pode funcionar mais eficientemente quando há uma base de poder organizada na comunidade em que os líderes são *accountable* (ARNSTEIN, 1969, p.9).

Deste modo, o sexto nível encontra seu maior trunfo na negociação de pontos em comum, realizada entre *stakeholders* da sociedade civil e do poder público, e na condução compartilhada de discussão política. O sétimo nível, poder delegado, é uma variação mais radical do patamar anterior, pois, de acordo com Arnstein (1969), em alguns encontros de planejamento o envolvimento dos cidadãos foi maior do que o próprio governo, dando, assim, mais poder de voto à sociedade civil.

O último estágio do modelo (controle cidadão) de Sherry Arnstein (1969) segue uma lógica de democracia direta, com a comunidade tomando conta de escolas e outros mecanismos de controle político em nível local. Ela explica que esse seria um nível complicado de ser posto em prática, mas não impossível, pois o povo estaria constantemente clamando por mais poder e controle em questões que concernem às suas vidas. Ela exemplifica sua argumentação com alguns casos em que cidadãos controlaram a administração de escolas (em Nova Iorque), o desenvolvimento de determinada região da cidade (em Cleveland), o aporte financeiro no campo (Alabama), dentre outros.

É possível identificar que, embora Arnstein tenha um posicionamento radical quanto às formas mais incipientes de participação, taxando-as de irrelevantes e ilusórias,

seu posicionamento identifica alguns exemplos que podem ter reverberação na atualidade – ou pelo menos não estão tão longe da realidade. Os três exemplos apresentados no parágrafo anterior podem ser encontrados, em maior ou menor grau, no Brasil. A administração de escolas públicas podem não estar nas mãos da população, mas em determinados bairros e comunidades brasileiras há divisão na gestão da mesma, revelando um senso de comunitarismo e, de certo modo, inteligência governamental ao trazer para perto de si uma comunidade com problemas sociais abundantes. Ainda, o caso de Cleveland, em que um grupo da sociedade civil foi incumbido de gerir aporte financeiro para desenvolvimento da área, também pode ser comparado a parcerias que o poder público faz com entidades civis no intuito de aproveitar o *know-how* delas para encontrar soluções viáveis para o desenvolvimento do turismo, por exemplo, em regiões carentes de tais investimentos.

Um ano após o artigo de Arnstein, Carole Pateman publicou um dos livros mais importantes para os estudos de participação e democracia. “Participação e Teoria Democrática” revisa conceitos de autores clássicos, como já foi realizado aqui, e acrescenta uma dimensão nova aos ideais participativos. Diante do cenário de industrialização, aliado ao fato de que há demanda por participação por parte da população, Pateman (1992) desenha um modelo que visa a participação no âmbito da indústria e do poder local. A autora trilha caminho teórico calcado em Rousseau, J. S. Mill e H. D. Cole e, embora assuma posição de crítica a Schumpeter e outros autores liberais, também realiza um estudo empírico para provar sua tese.

A preocupação inicial de Pateman é entender como que a participação pode ser introduzida como prática natural dos cidadãos, isto é, como o envolvimento político pode ser tratado cotidianamente. Assim, ela entende que isso só é possível no âmbito local, assumindo para seu estudo alguns princípios que são comuns a Rousseau e principalmente a J. S. Mill, de que a democracia deve ser “aprendida” nos termos da própria participação. Isso significa admitir duas coisas. Primeiro, que o cidadão tem interesse e dispõe de armas (informação) para tal. Segundo, que as estruturas de gestão devem estar democratizadas e descentralizadas. “A experiência da participação, de algum modo, torna o indivíduo psicologicamente melhor equipado para participar ainda mais no futuro” (PATEMAN, 1992, p. 65).

Parte dessa concepção ainda prevê o fim da separação do Estado das práticas civis, isto é, um Estado afastado do cotidiano das pessoas o torna um “cavaleiro protegido” (HELD, 2006) o qual o cidadão é obrigado a obedecer. Ao contrário, o indivíduo deve acreditar no poder institucional que está “a seu lado” (PATEMAN, 1992). Com isso, a autora acreditava num processo contínuo de educação cívica e política, em que o interesse dos cidadãos pelos negócios públicos contaminaria as engrenagens institucionais e a classe política. Essa contaminação geraria um efeito cascata de influência, pois o governo teria que trabalhar para absorver tal demanda, criando, assim, novos espaços participativos e descentralizando a gestão. Cabe aqui um retorno ao conceito de eficácia política (*political efficacy*), que foi tratado brevemente ainda nesse capítulo, mas que na teoria de Pateman ganha importância significativa.

As pessoas com senso de eficácia política têm mais probabilidade de participar de política do que aquelas que carecem desse sentimento, e se descobriu também que subjacente ao senso de eficácia política está uma sensação geral de eficiência pessoal, que envolve autoconfiança na relação do sujeito com o mundo (PATEMAN, 1992, p. 66).

Essa questão da eficácia política é vista pela autora como fundamental para entender porque pessoas tendem a participar mais quando percebem que seu envolvimento tem algum efeito prático. Ela consegue encontrar na literatura evidências de que isso acontece, inclusive em ambientes fora do governo, como indústrias e sindicatos. Isso só seria possível com certa descentralização da gestão e das estruturas de autoridade.

Isso traz um questionamento pertinente. Se, em uma cidade, estado ou país, o povo elege seus representantes que, por sua vez, trabalham para atender as demandas da população, então, porque no âmbito da indústria não pode existir uma estrutura participativa semelhante? Afora as diferenças básicas, principalmente a de que uma indústria é propriedade particular, Pateman entende que a formação de uma empresa industrial mais atenta às necessidades dos empregados, mais ligada à participação e eficácia política de cada indivíduo, pode se gerir melhor e ser benéfica para os cidadãos (PATEMAN, 1992). Claro que essa pode ser vista como uma visão utópica, mas a autora mostra estudos em isso é possível.

O estudo de caso de Pateman (1992) é a Iugoslávia e suas indústrias, que seguem um modelo socialista de gestão com conselhos formados por trabalhadores que gerenciam a fábrica. Longe de objetivar, aqui, alguma análise mais profunda sobre esse

ponto do trabalho de Pateman, que nos forçaria a adentrar caminhos (administrativos) que fogem ao escopo da proposta geral da dissertação, mas apenas é preciso visualizar a base de análise da autora. Então, seria mais proveitoso mostrar que a participação na visão de Pateman deve ocorrer nos mais baixos níveis da fábrica, isto é, esse seria um remédio eficiente para combater processos de corrupção e impasses que invariavelmente os conselhos enfrentam.

Em outras palavras, assim como a participação no local de trabalho atua como um “campo de provas” para a participação na esfera política mais abrangente, da mesma forma a experiência da tomada de decisão no nível mais baixo da administração pode funcionar como um treinamento inestimável para a participação na tomada de decisões nos níveis mais altos (PATEMAN, 1992, p. 130).

Assim, Pateman se estabelece como autora fundamental da teoria da democracia participativa, tendo seu mérito em alguns pontos-chaves. Primeiro, na recuperação de conceitos clássicos que até então haviam sido negligenciados ou desprezados pelos teóricos liberais. Segundo, ao admitir certa limitação dos autores clássicos no que diz respeito ao distanciamento da realidade que, embora Pateman não explicitasse isso, ela definitivamente partiu para o estudo empírico a fim de resolver problemas conceituais que a afligiam. Terceiro, com seu estudo de caso foi possível aproximar a teoria do então contexto de sociedade industrial da década de 1960. Logo, foi possível provar que a democracia participativa encontrava na realidade reverberação e incidência prática.

Décadas depois, mais precisamente em 1984, outro teórico da democracia participativa publicava livro em que tentava igualmente desenvolver uma teoria da democracia participativa. Benjamin Barber (1984) construiu seu trabalho em cima do conceito de *strong democracy* que, seguindo a linha de pensamento dos seus antecessores, se oporia ao que ele chamou de *thin democracy*, ou a concepção de democracia estabelecida pelos liberais. Para Silva, S. P. (2009), é compreensível que o livro de Barber tenha surgido nesse contexto “de acirramento de algumas tendências liberais, principalmente no que se refere ao desmonte do *welfare state* e a concretização daquilo que passou a ser chamado de Estado mínimo” (p. 43). De fato, Barber (1984) é menos incisivo com Schumpeter, mas tenta pensar mais o Estado do ponto de vista do cidadão e da participação.

A formulação básica de Barber (1984) é de que o governo participativo é gerido menos pelos interesses homogêneos, mas mais pela educação cívica que torna as

peessoas mais capazes de tomar partido sobre assuntos que concernem às suas próprias vidas. Assim, há confluência com ideais pluralistas e de separação do público com o privado. O autor chega a citar que a ideologia liberal vigente mascara-se de democracia, quando, na verdade, é apenas um modo de preservar os benefícios das elites políticas.

Barber (1984) desenha seu modelo a partir de diversos aspectos que ele entende como negativos de outros modelos. Ele critica, por exemplo, o viés centralizador de poder da democracia representativa de caráter liberal, moldando a *strong democracy* a partir dessas contradições anteriores. Assim, o modelo teria um modo político de participação, um valor intrínseco calcado na ação do cidadão, postura do indivíduo como uma ação centralizada em si, postura governamental descentralizada e sem outros valores independentes. Ganha-se, portanto, um teor de comunitarismo e decisão política pelos cidadãos em oposição aos malefícios da representação (BARBER, 1984). Mas essa decisão pelos cidadãos não leva em consideração apenas a dimensão individual, dos interesses próprios. Barber (1984) explica que é a multiplicidade de argumentos que dará sentido à participação e, conseqüentemente, à decisão tomada.

Para que o entendimento a *strong democracy* fique claro, Barber (1984) formula uma definição básica, a saber:

*Strong democracy* no modo participativo resolve conflitos na ausência de um terreno interdependente por meio de um processo contínuo de participação, auto-legislação imediata e criação de uma comunidade política capaz de transformar indivíduos privados dependentes em cidadãos, e interesses parciais e privados em ganhos públicos (BARBER, 1984, p. 151)<sup>17</sup>.

Diante do quadro apresentado acima sobre democracia participativa, é possível perceber algumas contribuições marcantes para os estudos seguintes, dentre outros. Primeiro, o entendimento de que determinado governo só é legítimo se promover participação dos cidadãos além das eleições regulares. Segundo, que quanto mais o cidadão participa, mais ele “aprende” sobre os processos e se torna um indivíduo melhor. Terceiro, os governos necessitam de certo tom descentralizador em sua gestão, para que os indivíduos se insiram no processo de decisão. Quarto, pessoas aceitam melhor as decisões nas quais elas também participam da discussão.

---

<sup>17</sup> Tradução própria do original em inglês: “Strong democracy in the participatory mode resolves conflict in the absence of an interdependent ground through a participatory process of ongoing, proximate self-legislation and the creation of a political community capable of transforming dependent private individuals into free citizens and partial and private interests into public goods”.

## 2.4 – A INSERÇÃO CIVIL NA DEMOCRACIA DELIBERATIVA

Assim como a perspectiva apresentada na seção anterior, a democracia deliberativa se apresentou nas últimas décadas como alternativa de modelo democrático no hiato existente nas democracias contemporâneas liberais. Se a modalidade participativa pressupõe envolvimento cidadão direto nas decisões políticas como condição para legitimidade política, a democracia deliberativa, por seu turno, acrescenta uma nova camada de participação: a que considera a deliberação pública como motor da engrenagem democrática.

Embora ainda haja obstáculos na política formal para a construção de debates amplos e outras instâncias deliberativas, é possível identificar que “as democracias constitucionais modernas abriram espaço para muitas formas de deliberação pública” (BOHMAN, 2009). As liberdades individuais, de imprensa, de escolha ideológica, religião etc., asseguradas pelas democracias liberais, são fontes iniciais para que deliberações ocorram nos espaços destinados, sejam eles formais ou informais.

É possível identificar desenhos de vetores de estudo que versam sobre diversas questões acerca da deliberação pública. Desde concepções mais normativas, voltadas para a verificação de pressupostos teóricos imprescindíveis para legitimidade democrática (FUNG, 2004; COHEN, 2007; GUTMANN e THOMPSON, 2007; BENHABIB, 2009), até trabalhos empíricos e estudos de caso (SCHOLOSBERG, ZAVESTOSKI e SHULMAN 2007; SAMPAIO 2010, 2011). Ainda que se avance, em níveis diferentes, por essas linhas, nota-se a adoção com mais frequência dos estudos de Jurgen Habermas (1997) e sua concepção de esfera pública, deliberação e legitimidade democrática.

Inicialmente, é preciso entender que outros estudiosos empreenderam esforços em discutir a deliberação, como nos mostra Held (2006), que resgata autores como Claus Offe, Ulrich Preuss e Bernard Manin. Ainda assim, Habermas se tornou peça fundamental na base teórica desses estudiosos mais recentes, apresentando



normatizações mais abrangentes e calcadas em ideais mais próximos da realidade social das últimas décadas<sup>18</sup>.

Habermas (1997) considera que o caminho mais correto – e, em certo ponto, natural – para propor um modelo de democracia é seguir pela via normativa, que teria um sentido genuíno e se formaria de maneira intuitiva. Assim, fica claro a tensão com o modelo liberal e suas concepções excessivamente realistas e escassamente falha em parâmetros normativos. No trajeto oposto aos modelos tradicionais, Habermas acredita na formação democrática a partir do entendimento mútuo, da troca de informações pública, de um “auto-entendimento ético-político” (p. 19) e busca pelo consenso na tomada de decisão pública.

Deste modo, Habermas busca entender política e legitimidade democrática por meio da racionalidade humana, admitindo que os cidadãos são competentes para discutir sobre assuntos que lhes dizem respeito.

Através de seus conceitos de racionalidade comunicativa e da ação comunicativa, Habermas pode fortalecer sua idéia inicial da importância da comunicação, da interação dos indivíduos, das deliberações públicas para o sistema político. Habermas, assim, lança bases vitais para sua teoria de uma democracia deliberativa. Habermas (1997) deseja uma verdadeira soberania popular e através de seu modelo deliberativo explica como o poder comunicativo se relaciona com o administrativo. O objetivo é apresentar as condições para a gênese legítima da lei. A razão que apresenta e testa normas assume uma forma procedimental nas condições de procedimentos justos e seguindo as pressuposições da comunicação, que suportam a feitura das leis (SAMPAIO, 2010, p. 48).

A questão da legitimidade democrática via participação, já bastante abordado na seção anterior, também é tema análogo à teoria deliberativa. A diferença é que nesse modelo a legitimidade só é alcançada via processos comunicativos entre os cidadãos (BENHABIB, 2009), uma vez que as decisões só são chanceladas a partir de processos deliberativos públicos. Deste modo, assume-se também que as “decisões representam um ponto de vista imparcial hipoteticamente igualitário com relação aos interesses de todos” (p. 112). O foco está, portanto, em pensar o poder do Estado somente legitimado via envolvimento direto dos indivíduos.

---

<sup>18</sup> Embora essa afirmação permaneça intacta, é preciso ressaltar que apresentaremos ao longo dessa seção argumentos e explicações de autores que, segundo Sampaio (2010), atuam na linha de atualização da teoria de Habermas. Assim, mesmo que não se fundam completamente aos postulados do autor alemão, esses autores fornecem subsídios para se pensar a democracia deliberativa como um todo.

Habermas se distancia ainda mais da raiz liberal ao assumir uma posição de crítica à separação entre Estado e sociedade civil. No entanto, não se coloca em oposição total, como fazem alguns autores de origem participativa, mas entende que a esfera civil toma para si arenas de discussões públicas como meio de construção de poder autônomo que a distingue do poder econômico e estatal. Na prática, essa noção se expressa não na legitimidade por si de uma lei votada pela maioria, mas sim no seio das discussões, explanações e troca de razões públicas empreendidas pelos cidadãos (HELD, 2006). Esses fluxos comunicacionais se dão na esfera pública, solução democrática encontrada por Habermas para que a deliberação se justifique (DRYZEK, 2004) e se forme de maneira mais alargada e consistente.

Gomes (2008) explica que o conceito de esfera pública, embora tomado por variações ao longo de décadas, consolida-se novamente quando Habermas a preenche da noção de “ação comunicativa”, “formação discursiva da opinião e da vontade” e “discurso”. “No centro da discussão sobre esfera pública, estão os processos pelos quais são formadas a opinião e a vontade coletivas” (p. 71). Assim, o pensamento do bem-estar comum é uma construção social coletiva daqueles que assim desejarem participar (MAIA, 2008), pois Habermas entende que os cidadãos são suficientemente preparados para enviar demandas para a esfera política decisória.

Isso leva à noção de que a soberania popular é alcançada de forma diferente do que entendem os liberais.

A soberania do povo retira-se para o anonimato dos processos democráticos e para a implementação jurídica de seus pressupostos comunicativos pretensiosos para fazer-se valer como poder produzido comunicativamente. Para sermos mais precisos, esse poder resulta das interações entre a formação da vontade institucionalizada constitucionalmente e esferas públicas mobilizadas culturalmente, as quais encontram, por seu turno, uma base nas associações de uma sociedade civil que se distancia tanto do Estado como da economia (HABERMAS, 1997, p. 24).

Assim, o debate político é ordenado e calcado no bem comum (COHEN, 2009), longe de amarras institucionais burocráticas, mas acopladas a elas, assumindo que é possível encarar o processo político como factível nas relações cotidianas das pessoas. Mansbridge (2009) empreende especial atenção a essa questão, mostrando que, se a conversação cotidiana não é deliberativa por si só, ela se constitui como importante componente da deliberação pública. Assume-se, portanto, relações comunicativas entre membros do poder institucional entre si, entre esses e cidadãos ordinários, entre

indivíduos “soltos”, entre indivíduos organizados, entre agentes da mídia, partidos e organizações em geral – todos estes fazendo parte do que Mansbridge (2009) chama de sistema deliberativo: um amplo ambiente de conversação e trocas argumentativas.

Essa vertente, na verdade, amplia o conceito tradicional da teoria para pensar os espaços públicos mais abrangentes, não só reconhecendo os momentos formais de decisão política (eleições, votações de conselhos, referendos etc.) como importantes. Nesse contexto, a concepção de política é ampliada para se atentar a contextos práticos da vida social (MAIA, 2008), aos modos mais simples de trocas informativas como fazendo parte do motor deliberativo que legitima as decisões políticas. Essa seria, portanto, a esfera pública informal.

Há derivações na bibliografia normativa da democracia deliberativa que seguem pelo caminho do modelo que passou do estágio teórico puramente para uma etapa de *working in progress* (CHAMBERS, 2003). Por isso, é possível identificar uma série de normas e exigências que se formam a partir da noção básica de deliberação e que atendem a propósitos que saem dessa mesma raiz. Marques A. (2008), num esforço de síntese de diversos autores da área, resume alguns princípios que o processo deliberativo deve ter: igualdade, publicidade, reciprocidade, reflexividade, *accountability*, autonomia, ausência de coerção e respeito mútuo. A autora lembra também que os participantes da deliberação devem estar cientes e de acordo das normas do processo e da dinâmica das trocas argumentativas.

Na tentativa de organizar o debate e suprimir dúvidas com relação ao sistema, Cooke (2009) desenvolve cinco argumentos a favor da democracia deliberativa. Primeiro, o processo de deliberação tem poder educativo, fato que segue na linha de pensamento de teóricos participativos, como John Stuart Mill (2009). Logo, ao deliberar na esfera pública, o cidadão aperfeiçoa aspectos morais e cívicos e tende a participar ainda mais no futuro. Segundo, a deliberação gera sentido de comunidade – tema, mais uma vez, comum a autores participativos, como Barber (1984). Assim, indivíduos que deliberam e participam dos negócios públicos passam a reconhecer-se na própria comunidade, uma vez que esses fluxos comunicacionais se dão em múltiplas vias dentro dessa localidade. Terceiro, deliberação significa que o resultado do processo será melhor aceito pelo cidadão porque tal resultado é oriundo da discussão pública e se

torna, portanto, mais justo. Quarto, derivando do anterior, o resultado final da deliberação também é racional em sua concepção prática.

Cooke (2009), no entanto, chama a atenção para o fato de que esses argumentos só são possíveis se houver o entendimento de que a democracia deliberativa é constitutiva de um ideal de “quem somos”, ou seja, o ideal de um *self* específico das democracias ocidentais ou até mesmo da noção de um entorno social formado por cidadãos com um sentido de condução social semelhante. Ainda, a deliberação proporcionaria uma melhoria dessas questões.

Já Cohen (2009) se concentra em estabelecer cinco características principais da deliberação formal. Primeiro, indivíduos deliberam na espera de que isso ocorra novamente num futuro indefinido. Segundo, há entendimento geral entre os participantes de que as normas que regem o jogo são compartilhadas, assim como a própria estruturação do debate e seus resultados. Terceiro, apesar de cada indivíduo possuir liberdade e pensar a partir de parâmetros próprios, não se pensa num conjunto de ideais dominantes, e sim no entendimento mútuo. Quarto, as regras e normas da deliberação devem ser públicas, claras e objetivas, pois a confluência entre elas e o resultado efetivo deve ser considerado. Quinto, os participantes de uma deliberação se reconhecem como capazes, assumindo que são iguais uns aos outros na possibilidade de trocas argumentativas eficientes.

A despeito do cumprimento ou não desses princípios – que, na verdade, dependem de diversos outros fatores e não são unanimidade na bibliografia – é possível entender a teoria deliberativa como assentada em dois aspectos básicos. Por um lado, verifica-se seu forte tom antiliberal no sentido da aceitação do poder da sociedade civil como construtor de melhores decisões políticas, além do fato de que deve haver maior contato entre a esfera política e esfera civil. Por outro lado, encara-se a participação a partir das trocas argumentativas e de fluxos comunicacionais alternativos aos meios formais da política, formando na esfera pública as discussões que legitimam o resultado a decisão política.

### **3 – ESFERA CIVIL, PODER LOCAL E PARTICIPAÇÃO LOCAL ONLINE**

Antes de aprofundar questões mais diretas sobre participação local através da internet, faz-se necessário o desenvolvimento de um percurso teórico que aborda aspectos cruciais, envolvendo poder local, articulação social do cidadão, paradigma político local, construção social do espaço local, dentre outros assuntos. É salutar ressaltar que essas questões não são exploradas até à exaustão, pois a intenção do capítulo é apresentar conceitos, discussões e perspectivas de análise que são importantes para o objetivo principal da presente dissertação.

Outra ressalva a se fazer é a predominância de trabalhos estrangeiros aqui discutidos, principalmente na exemplificação de casos de aproximação. São artigos e relatórios de práticas governamentais de países distintos, como Estados Unidos, Suécia, Noruega e Inglaterra, e outras regiões do mundo, como África e Oriente Médio. Buscou-se extrair contribuições que dêem sustentação aos pontos de discussões posteriores, que envolvem participação cidadã, relação com esfera política e práticas sociais associadas à busca de informação e participação política com foco local.

Por fim, ainda no campo dos esclarecimentos pontuais, é necessário explicar que tentou-se estabelecer parâmetros tipológicos para melhor entendimento da participação política local na internet. A intenção não foi de definir uma tipologia estanque, e sim organizar e sistematizar a discussão – e, pra isso, outros trabalhos na mesma linha foram utilizados como referência. Assim, desenvolveu-se uma breve tipologia de participação on-line local baseada na literatura analisada, ou seja, levou-se em consideração as práticas pesquisadas, e não trabalhos teóricos sobre o assunto.

#### **3.1 – O PARADIGMA LOCAL E A PARTICIPAÇÃO CIVIL**

Falar sobre contexto social e político dos últimos 20 anos é falar em globalização, abertura de mercados e, naturalmente, internet. Frey (2003) explica que as mudanças estruturais do Estado, em escala global, afetaram profundamente a atuação dos governos locais. Diversos aspectos emergem a partir disso, como políticas de austeridade fiscal, desregulação e privatização, que vão impactar em ações que as

municipalidades vão programar. Para Machado (2003), a consequência disso é cada vez mais espaço para forças de mercado atuarem livremente, reduzindo a capacidade do Estado de intervir em questões que vão impactar diretamente na vida dos cidadãos. No caso das cidades, esse problema se agrava.

O que está ocorrendo, é uma nova hierarquização dos espaços, segundo as diferentes atividades, envolvendo tanto globalização como formação de blocos, fragilização do Estado-nação, surgimento de espaços sub-nacionais fracionados de diversas formas, transformação do papel das metrópoles, reforço do papel das cidades, e uma gradual reconstituição dos espaços comunitários desarticulados por um século e meio de capitalismo (DOWBOR, 1996, p. 1).

Não precisa ser tão alarmista quanto Dowbor para perceber as mudanças que as cidades vêm passando nesse período de 20 anos. O próprio autor apresenta uma concepção mais branda, ao criticar a ideia de que “tudo se globalizou”. Ora, se as cidades, principalmente as subdesenvolvidas, estão esmagadas entre bolsões de pobreza e espaços multimilionários, também é evidente que o desenvolvimento dessas áreas não depende tão somente da articulação política global. Isto é, os espaços locais se relacionam, se interdependem, “cada nível apresentando os seus problemas e as suas oportunidades, e a totalidade representando um sistema mais complexo” (DOWBOR, 1996, p. 2).

Ainda na esfera dos problemas estruturais que as cidades enfrentam, Rocha (2011) acredita que o ponto crucial é mesmo a descentralização da máquina administrativa local. Porém, diferentemente do que já foi discutido anteriormente sobre esse assunto, o autor aponta que esse fato combateria alguns sérios problemas que se acentuaram nas últimas décadas: “balcanização do poder público por elites econômicas e políticas; exercício de um poder ilegítimo da burocracia pública no processo de tomada de decisões; e o clientelismo como lógica de ação do Estado” (p. 172).

Para se ter uma dimensão histórica da questão, Lefebvre (2001) diferencia três momentos distintos em relação às cidades: cidade oriental, cidade arcaica e cidade medieval. As duas primeiras formavam um composto essencialmente político, enquanto que a medieval herdou esse processo e cresceu com um acento econômico forte. Com isso, Lefebvre explica que quando a industrialização se desenvolveu no mundo, as cidades já possuíam caráter econômico excludente, embora em menor grau, mas apresentando características semelhantes ao que mostraria séculos depois.

Esse breve recorte histórico é importante para entender como, séculos atrás, a lógica dicotômica entre local e global já se apresentava robusta. Tendo em vista,

obviamente, que o global da época medieval, por exemplo, era mais restrito. Ainda assim, percebe-se que transformações sociais tinham na cidade sua expressão primeira – pois eram lá onde os cidadãos trocavam informação – e derradeira – pois também eram nelas onde se desenhavam as conseqüências dessas mudanças. O espaço local é, portanto, a base da ação reativa do cidadão (SANTOS, 2008).

Dessa forma, o espaço local também é *locus* de um paradigma o qual cidadãos, estados e organizações estão igualmente inseridos. Na medida em que a globalização se acentuou nos últimos 20 anos, as decisões políticas importantes foram sendo tomadas em ambientes globais, enquanto que o impacto desse processo é sentido, primordialmente, nos espaços locais em todo o mundo. Essa visão é defendida por diversos autores, como Dowbor (1998), Frey (2003), Santos (2008) e Gordon (2008), embora cada um com seu direcionamento particular. Essa questão envolve a estrutura política local em situações de claro entrave, pois é preciso que inúmeras questões superiores sejam resolvidas para que outras tantas sejam destravadas no espaço local.

Exemplos disso não faltam. Financiamentos públicos são condicionados a índices sociais mínimos, pois uma cidade só consegue determinado aporte financeiro para construção de uma ponte, por exemplo, se a cidade atingir o mínimo de austeridade fiscal. Isso, por sua vez, depende da permanência da cidade num plano nacional de financiamento. A nação, como o Brasil, por exemplo, também depende da aprovação internacional, a partir de índice de desenvolvimento humano mínimo, para conseguir altos investimentos de entidades trans-nacionais, como o Fundo Monetário Internacional. Uma mudança em escala global, portanto, pode desencadear um processo de cortes que chega, em última instância, à cidade que não possui recursos próprios para suprir determinadas necessidades.

Outro fator que influencia na questão são normas legais. O caso brasileiro é emblemático e fornece um plano de análise interessante (EGLER, 2010), com dois exemplos. A Lei Kandir, promulgada em meados da década de 1990, estabelece mecanismos de isenção fiscal para produtos e serviços destinados à exportação, o que afeta diretamente cidades que não possuem tradição de produção dessa natureza. Assim, mesmo regiões próximas, que vivem realidades semelhantes, podem gozar de benefícios nacionais – e conseqüentemente globais – muito díspares. Outro mecanismo legal é o Estatuto da Cidade, lei que dá subsídios para que governos locais busquem o desenvolvimento urbano de várias formas, “que pode ser determinante na busca de sustentabilidade urbana, como também para a conquista de competitividade nos

mercados globais” (EGLER, 2010, p.93). Outra maneira, portanto, de distanciar cidades com menos habitantes, menos vocação urbana e menos modos de produção.

Quando um país era constituído por uma capital e algumas cidades mais, rodeadas por uma massa dispersa de camponeses, era natural que todas as decisões significativas, e sobretudo o controle dos financiamentos, passassem pelo nível central de governo. Com o processo de urbanização, os problemas se deslocaram, mas não o sistema de decisão correspondente. Assim, o que temos hoje é um conjunto de problemas modernos e uma máquina de governo característica das necessidades institucionais da primeira metade do século (DOWBOR, 1998, p. 222).

Embora Dowbor acredite na descentralização do poder local como solução definitiva para o paradigma, não é a intenção do presente trabalho aprofundar essa questão. No entanto, entende-se que há um *gap* que, juntamente com os argumentos apresentados no capítulo anterior, levam a uma valorização da participação cidadã na política local, mesmo em nível mais incipiente. Machado (2007) fala em “interconexão reativa dos atores locais” (p. 261) para que não ocorra o que Frey (2003) classifica como “incertezas gerais” (p. 175). Quer dizer, sem o mínimo de envolvimento participativo dos cidadãos, os espaços locais tendem a ficar cada vez mais suscetíveis às variações da política externa.

Na visão de Dowbor (1994), o desenvolvimento local vive uma espécie de terceiro eixo, uma instância democrática seguinte à democracia representativa. Esta, como visto no primeiro capítulo dessa dissertação, é vista por parte da literatura como em crise, justamente por não abrir espaços consideráveis de participação cidadã. No caso do Dowbor (1994), a questão é mais profunda e diz respeito a intervenções de colaboração já em nível local, isto é, antes de pensar em questões maiores de impacto global (meio ambiente, fome, pobreza etc.), é preciso que se pense em adversidades locais. É uma questão muito mais de interesse pontual do que de necessidade global (DOWBOR, 1998). A diferença é que uma sociedade mais participativa e focada em seus interesses locais, torna-se uma fonte, inclusive, de sustentação do próprio poder estatal, pois esse passa a ser regido pelos interesses daqueles que o cercam.

Além disso, para o cidadão, esse tipo de prática participativa gera mais controle social sobre as decisões e condutas dos governos, contribuindo para a formação de uma nova cultura política local. Embora, como vimos, a sociedade civil venha tomando rumos mais cooperativos e menos combativos, o papel do Estado na construção de um modelo participativo é essencial. Além disso, ele deve ser o “coordenador do desenvolvimento e das redes de colaboração formadas por empresários, sindicatos,



organizações comunitárias, instituições científicas e de informação” (FERNANDES e SAMPAIO, 2006). A perspectiva deve se ater, portanto, em mudar o foco instrumental e paternalista de gestão local, rumando para diálogos mais contínuos com setores da sociedade. É um esforço endógeno (DOWBOR, 1994), é verdade, mas que se traduz em práticas, iniciativas e esforços de dentro para fora, reforçando a capacidade dos cidadãos em pensar sobre assuntos que lhe cercam.

De acordo com Silva, M. (2009), estudos sobre poder local e política se dividem em duas áreas principais: sociologia e ciência política. A partir daí, três linhas básicas de pesquisa se desenham, a saber: teoria das elites, pluralismo e marxismo. Como a própria autora ressalta, essas perspectivas “enfocaram fenômenos particulares e atores específicos, por isso representam visões praticamente impossíveis de se conciliarem em termos teóricos” (p. 72). Ainda assim, mesmo furtando-se a se enquadrar em alguma categoria de pesquisa, é possível estabelecer alguns pontos de partida para entender a relação entre política local e participação cidadã.

O primeiro deles é entender o espaço local como uma construção social compartilhada dos cidadãos. Gordon (2008) explica que a origem de um espaço específico tem pés fincados no físico, mas não somente. Pessoas que estão fisicamente em locais diferentes podem compartilhar gostos, impressões, características e sentimentos ligados a um espaço físico determinado. O compartilhamento pelos indivíduos é que vai dar o valor do local. Lefebvre (2001) empreende especial atenção ao “sentimento de pertencer”<sup>19</sup> das pessoas, aos códigos em comum que cidadãos possuem e que, em menor ou maior grau, compartilham entre si, passando de geração para geração.

Santos (2008), embora também não entenda essa diferenciação como dicotômica, caracteriza o local por dois gêneros de constituição. O primeiro é o limite territorial, físico e palpável. O outro é o “mundo” das normas e organização social que regulamenta o funcionamento do primeiro gênero. “O lugar, a região não mais frutos de uma solidariedade orgânica, mas de uma solidariedade regulada ou organizacional” (p. 33). Outro autor que segue caminho parecido é Egler (2010), ao separar dois conceitos: urbano e cidade. É importante entender que a cidade tem dimensão material, é particular, interna e circunscrita em si. Enquanto que o urbano tem dimensão simbólica, é abstrata e generalizante. Logo, como um depende do outro, estamos falando, na

---

<sup>19</sup> Esse tema será retomado mais à frente, no quarto capítulo.

verdade, de como as relações locais ganham importância na construção política de cada cidadão. “É o acontecimento configurando o que é local. É a realidade vivida e vivenciada, mas também a realidade vinculada a relações maiores, de contornos nacionais e globais” (SILVA, M., 2009, p. 70).

Essa questão é estudada com profundidade por Lefebvre em diversas obras, mas principalmente em “Direito à Cidade”. Na concepção do autor, o espaço local é essencialmente construído pelas trocas comunicacionais realizadas pelos cidadãos. Por isso, não há uma concepção final sobre determinado local, e sim uma ideia desenvolvida ao longo do tempo. A partir disso, o autor desenvolve um modelo dialético de estudo do espaço, dividindo-o em três: o concebido, o percebido e o vivido<sup>20</sup>. A ideia central de Lefebvre é que essas três instâncias espaciais são distintas, mas se completam e não podem ser entendidas de forma dissociada. Mas, principalmente, o local tem apenas raiz física em sua concepção inicial – não esgotando seu desenvolvimento social nem político em si mesmo.

Nesse caminho, percebe-se claramente a importância das trocas cotidianas para formação da ideia de determinado local, mas isso depende prioritariamente dos cidadãos. Se, como afirma Lefebvre, o cidadão tem o direito à cidade, ele também possui o dever com a cidade. Knudsen (2007), em um estudo em que também busca o autor francês para pensar a questão da construção sócio-política do espaço, argumenta que há a formação de um cidadão insurgente, que se molda a partir daquilo que ele é em relacionamento com os outros cidadãos. As práticas cotidianas, portanto, “são encontradas onde reivindicações para uma cidadania inclusiva e substancial são feitas e ‘lutadas’, a favor e contra”<sup>21</sup> (KNUDSEN, 2007, p. 9). Isso significa entender o local como arena de conflitos, mas também de relações dialógicas e compartilhadas<sup>22</sup>.

É preciso, ainda, entender que a noção de cidade deriva de uma aglomeração cada mais concentrada de pessoas. Mais especificamente, advém do latim “civitas”, o

---

<sup>20</sup> Não é a intenção desse trabalho analisar à fundo as questões levantadas por Lefebvre, até porque elas fogem, em parte, ao escopo aqui delimitado. No entanto, é importante levar em consideração que a questão do espaço local tem estudos em diversas áreas e que, em níveis diferentes, podem servir ao estudo da participação local.

<sup>21</sup> Tradução própria do original em inglês: “These practices are found where claims for an inclusive and substantial citizenship are made and fought, for and against” (KNUDSEN, 2007, p.9).

<sup>22</sup> A autora, na verdade, desenvolve sua ideia em cima da cidadania local insurgente a partir da participação nos negócios públicos tendo como fomentadoras as organizações civis. Para ela, estas são comunidades de discurso e prática política que atuam condicionadas ao trabalho dos cidadãos, que por sua vez só se unem por interesses específicos. Isso, então, formaria a noção de cidadania calcada no espaço local, o espaço primeiro de envolvimento político de cada um. Para a dissertação, é importante entender essa questão, pois, mais à frente, aspectos sobre sentimento de pertencimento e formação de comunidades em torno de discussão de problemas locais serão discutidos.

que nos lembra do forte caráter cívico que a ideia se originou (DOUGLASS, 2002). Portanto, entende-se que o espaço local é, primordialmente, o espaço do envolvimento cívico nos negócios que dizem respeito a todos. Para tanto, como nos lembra Douglass (2002) e Lefebvre (2001), espaços locais de envolvimento, colaboração e participação fazem parte *a priori* do desenvolvimento diário de determinada cidade, localidade ou região, destacando, assim, a face política da arena local.

Fica claro, portanto, que o local, qualquer que seja, pressupõe de um espaço físico determinado e um conjunto de normas compartilhadas que regem o funcionamento em sociedade. Essa construção social também deixa para o cidadão o “dever” de participar nas questões que envolvem a arena social e política da sua localidade, pois ela só se constitui a partir de espaços de participação e colaboração.

Avançando na questão, outro ponto a se considerar é a noção de política adotada no presente trabalho. Sem objetivar grandes discussões acerca do conceito em si, entende-se que, a partir do momento em que se pensa na valorização das relações cotidianas e no compartilhamento de códigos sociais fincados num local específico, a política passa a ter uma realização prática mais diluída e longe das amarras institucionais. Bobbio (1998) mostra que o termo política foi usado durante séculos para designar as coisas relativas ao Estado, ou até mesmo as atividades tendo como referência o Estado. Daí advém obras clássicas de teor normativo, como Política, de Aristóteles, mas que não esgotam em si a problematização acerca do termo.

O próprio Bobbio apresenta a ideia de política, a partir de sua gênese léxica, como referente “à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social” (p. 954). Obviamente que essa concepção remonta a tempos antigos, em que o domínio da cidade era o domínio da vida completa, pois não se tinha como referência uma ideia de estado total nem de mundo de extensão territorial vasta, como séculos seguintes mostrariam. Ainda assim, serve de bússola para indicar um parâmetro basilar o qual o presente trabalho se desenvolve, entendendo a política como “forma de atividade ou práxis humana” (BOBBIO, 1998)<sup>23</sup>.

Como vimos anteriormente, o espaço local socialmente construído pressupõe parâmetros, normas e códigos sociais compartilhados, que têm nas práticas cotidianas seu meio de difusão. Embora haja, principalmente nos últimos 20 anos, uma escala

---

<sup>23</sup> Essa concepção não exclui a ideia nem a função do Estado, embora alguns estudos na área de política local tendam a diminuir o poder e necessidade do Estado na melhoria social da cidade. Mais à frente, quando o trabalho abordar os limites e perigos da perspectiva local de participação, essa questão será brevemente abordada.

global vivenciada por parte das pessoas, é na raiz física local que se desenvolvem as trocas sociais entre os atores. Para se entender essa questão, é preciso perceber que “o local, a cidade em primeiro lugar, constitui escala e arena de construção de estratégias trans-escalares e de sujeitos políticos aptos a optarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas” (SILVA, M., 2009 *apud* VAINER, 2001, p. 149). A vida cotidiana ganha, portanto, mais importância no quesito construção de vivência política.

Santos (2008) é mais categórico e entende o local como o espaço em que “revemos o mundo” (p.33) e onde o cidadão ajusta sua concepção de mundo. Ao trocar informações, compartilhar idéias, relacionar-se com seus vizinhos, o cidadão se faz e se reflete na relação diária. Mediado ou não por meios de comunicação, esse processo resulta em aspectos culturais específicos de cada local, que também podem ser acionados de diferentes locais – basta conhecer projetos de discussão política local que serão analisados mais à frente.

O problema central, portanto, é o da recuperação do controle por parte do cidadão, no seu bairro, na sua comunidade, sobre as formas do seu desenvolvimento, sobre a criação das dinâmicas concretas que levam a que nossa vida seja agradável ou não. (...) A participação comunitária constitui hoje claramente o mecanismo mais racional de regulação das principais atividades da área social, da urbanização, da pequena e média produção, além de construir um ‘lastro’ indispensável para o equilíbrio do conjunto das atividades no nível macroeconômico (DOWBOR, 1994, p. 48).

Para Felizes (2000), esse tipo de concepção reflete o caráter essencialmente complexo do fenômeno político, pois considera práticas cotidianas como importantes condutores políticos. Em sua análise estrutural da formação do poder local, o autor retoma formulações clássicas de autores como Max Weber e Michel Foucault para explicar as diversas forças e poderes que atuam no ambiente social, estabelecendo que uma concepção política de determinado local só é possível se considerado as diversas instâncias de poder construídas através das relações sociais entre agentes. Portanto, é possível dizer que existe a atuação do poder estatal, de organizações, de cidadãos ordinários, organismos religiosos e, não menos importante, das relações cotidianas.

A nossa interpretação da forma como se configuram estes poderes vai no sentido de distinguir entre, de um lado, os poderes difusos mais ‘organizados’, como será o caso de diversos grupos locais e mesmo de algumas elites e, por outro lado, um poder difuso mais próximo do cotidiano social, das relações que envolvem estratégias mais ou menos conscientes de apropriação e utilização desse poder, que não é o poder político ou econômico reconhecido pelo senso comum, mas mais um poder de ‘classificar’, ‘ver’ e ‘fazer ver’ o mundo, como diria Pierre Bourdieu (FELIZES, 2000, p. 4).

Se se identificou anteriormente a noção de política como “práxis humana”, então é salutar aqui acrescentar mais uma camada conceitual, também oferecida por Bobbio (1998): “o conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder”<sup>24</sup>. Assim, como forma de organizar a questão aqui discutida, formula-se que a noção de política está ligada à ideia de prática cotidiana ou como o domínio das relações cotidianas, que são, por sua vez, embebidas de relações de poder, sejam eles de instância formal ou civil.

Considerada a noção de política, faz-se necessário, também, abordar outra questão anterior à discussão sobre participação política local. Autores desse campo tendem a supervalorizar a ideia de descentralização do poder local. Isso significa entender o panorama político local menos concentrado nas mãos do Estado, com forte participação da sociedade civil organizada. Em um trabalho que apresenta vasta revisão de literatura sobre o assunto, Silva, M. (2009) também mostra que o local é mais que o físico, mas vai além. Ela fala em relação de “redes estruturadas”, isto é, em conjunto de pessoas ou instituições que defendem interesses identificáveis e específicos. Em diversos trabalhos, o pesquisador Ladislau Dowbor (1994, 2001) apresenta essa ideia, principalmente quando afirma que poder local envolve descentralização e desburocratização para uma verdadeira racionalização do espaço de vida do cidadão. Para o autor, “90% das ações da cidade podem ser discutidas e realizadas localmente, sem necessidade de intervenção em âmbito nacional ou mundial” (1994, p. 22-23).

O exemplo mais claro que ele apresenta dessa questão é o caso dos Bolsões residenciais de São Paulo, criados ainda na década de 1980 e que previa o zoneamento de áreas residenciais para facilitar a discussões de problemas locais e otimizar a circulação de pessoas. Para ele, a principal questão é que quanto mais se centraliza a decisão política, mais se afasta a participação dos cidadãos. Frey (2007), outro autor brasileiro que aborda a questão, segue na mesma linha, explicando que nenhum ator social consegue resolver problemas locais sem um intenso processo de interação com outros setores da sociedade – seja o cidadão ordinário ou a sociedade civil organizada. Por isso, o Estado não é único no processo de tomada de decisão.

---

<sup>24</sup> O conceito de poder, seus desdobramentos e tipologias ocupam espaço vasto na literatura política ao longo dos séculos. Estabelecem, portanto, inúmeras conceituações adjacentes que fogem ao escopo aqui objetivado. Em sua obra, Bobbio (1998) apresenta especial atenção ao assunto, ao abordá-lo no verbete de política – analisando tipologias clássicas e modernas – e ao reservar um verbete específico para tal. É importante salientar que aqui se busca apenas identificar a noção geral apresentada pelo autor e que, de forma genérica, encaixa-se à proposta deste trabalho.

as cidades não estão desvinculadas do contexto nacional e global que condiciona a direção e as margens de ação dos governos locais. Seja pela necessidade de maximizar recursos financeiros e sociais, seja pela necessidade de apresentar respostas às crescentes demandas do setor produtivo e dos setores sociais mais empobrecidos, estratégias de articulação das potencialidades e dos atores locais, de forma partilhada em rede, se tornam imperativas (FREY, 2007, p. 139).

Silva, M. (2009) e Felizes (2000) seguem linhas de pesquisa bastante parecidas e falam em partilhamento de ideias e poder para determinar trajetórias globais e até mesmo a formação de contrapoderes externos ao Estado, na tentativa de instrumentalização do mesmo por meio de diversos agentes. Em maior ou menor grau, segue a ideia de reatirulação da estrutura social local apresentada por Dowbor (1996): “as hierarquizações tradicionais dos espaços já são insuficientes, ou inadequadas, precisamos de muito mais democracia, de uma visão mais horizontal e inter-conectada da estrutura social” (p. 12). Essa visão pode ser entendida como utópica, mas aqui não cabe esse tipo de especulação; apenas fez-se necessário a busca de um elemento importante na discussão do poder local e da participação cidadã e que vai, de alguma maneira, ser importante na compreensão dos casos mostrados no restante desse trabalho.

Ainda sim, é salutar reconhecer a importância como Torres (2009) entende a descentralização do poder local, pois insere na questão outra camada de análise. Para ele, três pontos devem ser considerados na concepção da estrutura política local: instituição político-administrativa da localidade; funções sociais das associações locais; e dinâmica de relação entre os dois primeiros aspectos. Isso quer dizer que pensar em algum tipo de descentralização do poder local só pode ser feito se dentro da estrutura do poder administrativo, “caso contrário é vazio de sentido e desprovido de eficácia” (p.127). Portanto, é importante entender a necessidade de abertura de novos meios de participação cidadã, mas sem perder de vista o papel do Estado na efetivação das questões discutidas.

Em parágrafos anteriores, reconheceu-se a importância das relações cotidianas para a formação política do âmbito local, porém é salutar acrescentar à esse aspecto a noção de outras camadas políticas locais. Isto é, estamos diante de um fluxo de trocas políticas, que tem no Estado seu poder mais institucional e coercitivo, mas que pressupõe uma partilha mínima de poder decisório. Mesmo considerando as especificidades de cada local, é razoável entender que há níveis de poder e relações do dia a dia que permeiam a vida dos cidadãos e que vão, mais ou menos concentrado,

moldar os diversos desígnios da cidade (FELIZES, 2000), como exclusão, solidariedade, cidadania e participação.

O poder está, portanto, em fluxo e se forma a partir de uma rede de outros poderes espalhados pelo tecido social e “em todo o sistema de relações e representações da realidade humana” (MARCON, 2010, p. 260). A autora apresenta o termo/conceito “rede política territorializada”, que pode ser bastante útil para a análise aqui empreendida. Uma rede política é formada por um conjunto de poderes delimitados territorialmente, um arranjo que agrega cidadãos, organizações e órgãos institucionais em torno de determinado assunto. Já a rede política territorializada representa as instâncias de articulação política local, em escala horizontal e que dão sentido às formulações sociais e políticas do local

Esses três grandes aspectos abordados pretendem estabelecer parâmetros iniciais, que vão guiar, em grande parte, o entendimento do ponto principal do trabalho. Primeiro, a noção de que o espaço local é construído a partir do compartilhamento social de códigos em comum, que tem espaço físico delimitado apenas na concepção da discussão, mas que não se limita a ele para seu desenvolvimento. Segundo, entende-se política de forma mais genérica, retomando a gênese da palavra (“práxis humana”), para que se tenha no horizonte de práticas sociais o entendimento do que pode ser considerado ato político realizado pelos cidadãos. Terceiro, a noção de que a política local necessita de certa descentralização do poder, para que entidades civis e cidadãos tomem, em menor ou maior grau, as rédeas da decisão.

### **3.1.1 – A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE CONTEXTUAL**

Como visto no primeiro capítulo, a participação política se constitui num tema vasto e amplamente explorado pela literatura ao redor do mundo, principalmente quando se coloca em interface com questões como democracia e comunicação. É visto com ainda mais atenção a partir de espectros mais pessimistas, que apontam para uma crise da democracia representativa e um conseqüente *gap* de interferência civil no processo de decisão pública. Do ponto de vista da política local, a perspectiva clássica de participação nos traz inúmeros aspectos de estudo, que trilharam caminhos distintos nesses últimos 15 anos de desenvolvimento da internet. Antes que essas pesquisas sejam

abordadas, faz-se necessário algumas considerações e explicações que cercam o tema de forma mais genérica.

Autores da área (DOWBOR, 1994; FREY, 2003) defendem que a participação e o envolvimento do cidadão no negócio público, em qualquer nível que seja, deve ser direcionado por um plano de gestão local. Isso implica na busca por novos padrões administrativos – como citamos mais acima, caracterizados por esforço de acultramento endógeno – e aprendizado público<sup>25</sup> no sentido mais amplo. Dowbor (1994) faz a ressalva de que, mesmo com um projeto mais definido, as relações cotidianas e o simples envolvimento do cidadão em seu nível mais puro já se caracteriza importante meio de participação política. De fato, como vimos na primeira parte desse capítulo, as trocas diárias de informação entre cidadãos – privilegiados por vivenciarem os resultados políticos advindos de decisões tomadas em qualquer instância do poder central – são cruciais para a constituição da arena sócio-política de determinado local, porém é imprescindível que haja um projeto de gestão para que essa participação seja incorporada aos modos tradicionais de decisão.

Nos estudos de participação local, identifica-se, conforme Felizes (2000), o desenho de cinco linhas de pesquisa, e três delas são importantes para entender a importância da organização do estado para construção de um modelo de participação local minimamente eficiente:

uma, o estudo da formação conflitual das várias políticas e sua distribuição pelos diferentes níveis de governo; outra, o estudo da organização interna dos governos locais, nomeadamente ao analisar os modelos administrativos de tomada de decisões; a terceira, estudos que, reflectindo a controvérsia entre autores neo-marxistas e neo-liberais, discutem a prevalência do modelo capitalista a nível local, no primeiro caso, ou a aposta numa reorganização dos níveis de governo e da tomada de decisões, redistribuindo os recursos, na linha dos autores neo-liberais (FELIZES, 2000, p. 2).

Deste modo, a análise e o desenvolvimento de uma política sistematizada de participação devem seguir o contexto social de cada localidade. O principal não é o modo com o qual se estrutura um modelo de participação local, mas sim sua capacidade de se moldar à realidade o qual se destina (FREWER e ROWE, 2005). Parece lógico que o Estado deva pensar nas necessidades daquela região para que se monte um processo participativo mais condizente com os cidadãos que vivem aquela realidade

---

<sup>25</sup> O aprendizado aqui tratado segue linha do que Pateman (1992) aborda como uma das funções da participação política, a educação cívica. Tema esse já tratado brevemente no primeiro capítulo, mas que será amplamente discutido na terceira parte desse capítulo.



particular, embora, obviamente, deva-se levar em consideração algumas questões universais.

A formação de uma estrutura de participação pode seguir outros meios, como sugere Posner (2004) em sua análise da participação local no Chile. O autor mostra que em diferentes culturas políticas, a formulação de projetos de participação pode estar de acordo não com as necessidades da população, mas estar em confluência apenas com os arranjos e as oportunidades que o jogo político oferece no momento. Esse distanciamento dos ideais da população afasta paulatinamente a vontade de participação dos cidadãos (POSNER, 2004), gerando entraves cada vez mais robustos à confluência de interesses da esfera civil e da esfera política.

Dois casos podem servir de exemplos para a questão da participação a partir da análise contextual, um de participação em nível industrial (PATEMAN, 1992), e outro em contexto africano (MATOVU, 2011)<sup>26</sup>. O primeiro caso é descrito no livro bastante conhecido de Carole Pateman (*Participação e Teoria Democrática*) e demonstra que participação deve ser realizada no interior das estruturas de autoridade das quais os cidadãos fazem parte. Isso porque estamos tratando de um contexto de guerra fria e mundo politicamente polarizado, pois a análise prática de Pateman é no seio das indústrias da Iugoslávia. Quer dizer, naquela época, fruto de uma realidade política e social específica, fazia sentido o tipo de estudo que a autora empreendeu. Mais do que isso, reflete uma preocupação de gestão industrial que condiz com as práticas políticas da região e, portanto, segue lógica particular e desenvolve atividades que concernem àquele contexto.

Já Matovu (2011) descreve um processo que, ainda focando em descentralização do poder local, desenvolveu-se a partir de necessidades básicas de sobrevivência dos cidadãos de Ruanda e Uganda, ambos na África. Nos dois casos, houve mobilização geral dos residentes para ajudar Governo e órgãos internacionais no que tange ao fornecimento de serviços públicos mínimos, como saúde e saneamento básico. No exemplo de Ruanda, a população tinha como motivação para participar a qualidade de vida, expressa na necessidade de otimização da oferta de saúde. País arrasado por guerras internas, Ruanda se voltou para gestão compartilhada da saúde, passando para comitês a organização dos atendimentos e evocando princípios de comunitarismo. No caso de Uganda, a participação se deu no nível deliberativo, com o desenvolvimento de

---

<sup>26</sup> A intenção aqui não é estabelecer uma análise comparativa entre os dois casos, mas apenas demonstrar na prática a importância do contexto político local para o processo participativo.

orçamentos participativos locais e na formação de grupos de discussão focados na questão de gênero. Assim, por serem de contextos sociais tão particulares, Ruanda e Uganda desenvolveram projetos de participação em âmbitos mais básicos, objetivando resultados com foco principal na sobrevivência de seus cidadãos. Se, no caso apresentado por Pateman (1992) a concepção ultrapassa o momento da participação em si e segue como um longo processo de educação cívica, os exemplos africanos visam a uma necessidade mais imediata.

Oliver (2000) demonstra que há vasta literatura na área de política local que aborda o tamanho da cidade como fator preponderante para menor ou maior nível de participação nos assuntos locais. Além disso, diversas questões sobre capital social, cidades urbanizadas, regiões subdesenvolvidas, confiança comunitária e outras perpassam esses estudos, mas o autor explica que a variedade de pesquisas é proporcional à variedade de resultados<sup>27</sup>. Assim, a análise contextual torna-se ainda mais relevante, pois formar um padrão de participação local é uma tarefa praticamente inexequível.

Independente do caso, entende-se que o cidadão pode incorporar na sua vivência cotidiana o fator “participar”, sem que isso soe de forma utópica. Em seu estudo sobre os processos sociais e políticos no âmbito local, Lefebvre (2001) diferencia duas concepções cidadãs: o direito à apropriação e o direito à participação. Deste modo, o indivíduo que se relaciona cotidianamente com outras pessoas “usa” a cidade para facilitar sua vida, trocar informação, buscar o lucro, entreter-se etc. Com essa apropriação, ele passa a ter, também, o direito à participar da vida pública e política dela, o que vai afetar, dialeticamente, a produção da noção do espaço local. A participação política passa a ser, portanto, um fator de condução da vida social local, perpassando arenas institucionais e espaços mais diluídos de relacionamentos.

Embora o foco da dissertação seja os ganhos democráticos advindos da participação em nível local, a abordagem de outra dimensão dessa questão é necessária. A bibliografia acerca do assunto, que envolve, inclusive, áreas do direito (ROBERT E MAGALHÃES, 2000), da administração (DOWBOR, 1994; MILANI e CUNHA, 2005) e membros de governo (PILLORA e MCKINLAY, 2011), ressalta a necessidade e a

---

<sup>27</sup> No caso específico do pesquisador, seu estudo concluiu basicamente que pessoas em cidades grandes têm menos interesse na política local que os indivíduos de localidades menores. O percentual de diferença chega a 40%, levando em consideração a análise de cinco categorias de envolvimento cívico e político. Ainda assim, o autor alerta: “essa relação negativa parece não refletir nenhuma generalização sobre aversão política em residentes urbanos” (OLIVER, 2000, p. 369).

importância de um novo projeto de gestão local ou, ao menos, uma reformulação nas práticas de gestão pública a fim de inserir o cidadão em algum nível de interferência nos negócios públicos. A intenção não é concordar ou não com o posicionamento desses autores, apenas busca-se mostrar uma importante dimensão dos estudos na área. Ainda assim, quando abordarmos os ganhos democráticos e focarmos na análise de caso, alguns aspectos abaixo discutidos voltarão à tona.

No cenário político local, quatro estratégias de gestão emergem (PILLORA e MCKINLAY, 2011). A primeira delas é a melhoria do atual sistema de representação, que em alguns ambientes pressupõe reforma eleitoral, mas em outros (onde o voto não é obrigatório) quer dizer aumentar a participação da população no simples ato de votar. A outra estratégia também concerne à representação, mas no sentido de melhorar os processos administrativos. Outro ponto é entender o cidadão como consumidor de serviços públicos e, assim, desenvolver modos de melhorar o provimento desses serviços. Por último, uma atuação ativa no quesito participação, gerindo referendos, promovendo diálogo aberto com a população, partilhando o poder etc.

Se um novo modelo de gestão local é requerido, então Robert e Magalhães (2000) defendem uma ampla reforma política no âmbito do Estado, apelando para um modelo constitucional ainda mais aberto à participação nos assuntos locais. O poder central deve estar funcionando com uma estrutura administrativa atenta às mudanças políticas advindas de um processo contínuo de colaboração cidadã. Mais à fundo, os autores defendem a formulação de tal reforma calcada em princípios dos direitos humanos, pressupondo a participação política local como direito fundamental e inviolável – tendo como resultado mais efetivo a institucionalização de processos participativos.

Na visão administrativa do assunto, o desenvolvimento de um projeto político local é uma “resposta alternativa à falsa universalidade das fórmulas do desenvolvimento veiculadas pela cooperação técnica internacional” (MILANI e CUNHA, 2005). Essa concepção revela um tom de antítese exagerado ao inevitável contexto mundial, mas chama a atenção para a dimensão do desenvolvimento de ferramentas participativas utilizando recursos locais. Dowbor (1994) elabora um longo plano de ação para governos locais, tendo como objetivo final melhorar a gestão pública através da participação. Assim, ele apresenta como pré-requisito o planejamento descentralizado de poder (já tratado brevemente aqui), incentivo à produção científica educacional (como forma de estudar as questões locais desde a educação infantil até a

formulação de projetos mais complexos em nível superior), integração de informação, divisão correta e justa do município (âmbito físico), representatividade diluída (referendo e reuniões com grupos de trabalho) e atuação da sociedade civil organizada (articulação de comunidades, sindicatos, órgãos de pressão diversos).

### **3.2 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ONLINE: DELIMITANDO UM TEMA DE PESQUISA**

Como vimos nas seções anteriores, o tema da participação tem angariado atenção da literatura em Ciência Política e demais áreas correlatas, resultando tanto em estudos de raiz revisionista do ponto de vista teórico, quanto análises empíricas baseadas nas novas tecnologias da informação e comunicação. Ainda assim, é possível observar que trabalhos do campo se espalham ainda mais por diversas outras áreas e passam a formar uma quantidade robusta de estudos que tendem a ser interdisciplinares<sup>28</sup>. A participação política, como um tema de pesquisa dos mais tradicionais da agenda de democracia (GOMES, 2011), vem sendo o ponto principal dos estudos que tentam entender a relação entre requisitos e efeitos democráticos e internet.

Em maior ou menor grau, existem forças de pressão que têm forçado as instituições do Estado a se tornarem mais porosas à participação dos cidadãos nos negócios públicos. O advento das mídias digitais e suas apropriações diversas é um dos fatores principais para que isso ocorra, uma vez que, independente de avaliações mais detalhadas ou críticas teóricas, a internet injetou novas possibilidades para que o indivíduo cobre por mais participação. No entanto, é preciso esclarecer que modos de participação online não são de todo novos, pois são, na verdade, uma evolução de várias outras formas existentes de envolvimento político (SAEBO, ROSE e FLAK, 2008) e que ganham novas possibilidades de se espalharem pelo tecido social. Além disso, historicamente “o Estado sempre exerceu de algum modo a função de agente comunicativo” (SILVA, S. P., 2009), revelando diferentes abordagens participativas, como vimos a partir dos modelos democráticos acima apresentados.

---

<sup>28</sup> Macintosh, Gordon e Renton (2009) relacionam estudos em participação online a pelo menos cinco campos específicos: teoria democrática, ciência política, comunicação, tecnologia e ciência da informação.

É salutar apresentar, ainda, outras ressalvas quanto à pesquisa de participação e internet, na medida em que, quando mais à frente for apresentado análises e outras questões, estes não fiquem soltos nem se coloquem como verdade absoluta. Assim, uma importante ressalva versa sobre o campo tecnológico. É comum que de um lado esteja uma grande quantidade de autores, geralmente de raiz na cibercultura (LÉVY, 1999; REIHNGOLD, 2000; LEMOS, 2009), que sustentam uma ideia libertária da internet, atingindo também questões políticas e participativas. Mas, do outro lado, outros estudos defendem que os dispositivos digitais não alteram engajamento ou participação política, por exemplo. Tentando se distanciar desses extremos – e correndo o risco de se tornar excessivamente neutro – é possível se debruçar com mais atenção e neutralidade sobre o tema da participação online somente agora, mais distante da euforia e da negação iniciais dos primeiros estudos sobre internet e política.

Também contribui para esse posicionamento o fato de que nenhuma tecnologia é democrática por si só (COLEMAN e NORRIS, 2005). É, sim, um composto muito mais complexo, que nos força a tentar entender suas apropriações, mais do que suas características puramente ou até mesmo questões genéricas. Silva, S. P. (2009) lembra, por exemplo, que a internet, assim como qualquer outra tecnologia da informação e comunicação, pode gerar apropriações das mais diversas, servindo, inclusive, como meio de circulação de idéias nazistas, de pedofilia e grupos criminosos. Deste modo, “suas ferramentas possuem flexibilidade de uso, que podem tanto aumentar o controle da ação comunicacional quanto propiciar válvulas de escape a este mesmo controle” (p. 4). Historicamente, há uma tendência em associar rapidamente uma nova tecnologia a um efeito democrático imediato, como no caso da televisão. Mas Coleman e Spiller (2003) mostram que a lógica é que, assim como os estudos em *media effects* evoluíram e passaram a abordar contextos sociais diferentes e outras questões específicas, trabalhos no campo de internet e política devem seguir o mesmo caminho e não tratar a tecnologia como um fator independente<sup>29</sup>.

Outra questão de fundo no debate em questão – e que, em alguns momentos, é esquecida – é o fato de que estamos tratando de internet num contexto do modelo representativo consolidado (POLAT, 2005). Ainda que problemas estruturais existam no Estado no que diz respeito à constituição de formas de participação, é evidente que

---

<sup>29</sup> Polat (2005) enfatiza a característica convergente das mídias digitais, o que obrigaria pesquisadores da área a considerar mais as facetas desse processo do que o meio em si.

não há um questionamento da representação quanto à sua legitimidade. Portanto, estudos na área devem se ater à lógica do funcionamento do modelo representativo, o que traz consigo uma quantidade razoável de pontos a serem discutidos. Por exemplo, Gronlund (2009) critica trabalhos em participação online que dão elevado valor à ideia de democracia direta, como se a internet fosse devolver ao cidadão um valor democrático (já perdido) imprescindível.

Deste modo, é importante também enfatizar o fato de que participação online está dentro dos estudos em democracia digital ou e-democracia (*e-democracy*). A assertiva um tanto quanto óbvia é necessária, pois esclarece diversas questões e problemas acima apresentados. Certamente, pode-se procurar definições em diferentes autores que dão, dentro de suas conceituações, pesos diferentes a questões como transparência, *accountability* e governo eletrônico. No entanto, verifica-se que há certa tendência em valorizar participação, isto é, em assumir que democracia digital busca algum tipo de contato maior entre esfera civil e classe política/decisões políticas.

Entendo por democracia digital qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, *smart phones*, *palmtops*, *ipads*...), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, sites, redes sociais, medias sociais...) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos e práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política (GOMES, 2011, p. 28).

A definição acima<sup>30</sup> resume claramente os diversos propósitos da democracia digital, mas uma avaliação mais profunda consegue identificar que a participação política ganha especial atenção, tanto teoricamente quanto em termos práticos. Coleman e Norris (2005) seguem por caminho parecido, enfatizando que se a avaliação geral é de que as democracias modernas carecem de participação cidadã como um todo, então os recursos das tecnologias da informação e comunicação são essenciais para suprir essa necessidade. Chadwick (2006) é outro autor que dá importância à participação via dispositivos digitais, pois acredita que é preciso que os cidadãos utilizem as armas que são convenientes e disponíveis em seu contexto social. Neste caso, há uma preocupação com aqueles cidadãos que normalmente não dispõem de oportunidades participativas, mas que com a internet novos canais se abrem para eles (SCHLOSBERG e DRYZEK,

---

<sup>30</sup> Em texto anterior, o mesmo autor se preocupou em enfatizar com mais clareza a questão da aplicabilidade prática dessas iniciativas de democracia digital. Isto é, Gomes (2007) estabelece que o desenho dessas aplicações deve se acoplar às estruturas do Estado para que seus resultados sejam realmente efetivos, tendo em vista que iniciativas podem ser alternativas às “instituições pré-existentes do Estado (padrão mínimo), outras vezes modificando ou re-configurando outras instituições (padrão máximo)” (p. 3).

2002), sendo esse aspecto o mais exaltado da democracia digital. Na visão de Marques (2008), há uma diferença marcante entre iniciativas de e-dem do Estado e da sociedade civil. Enquanto esta se preocupa em diminuir o hiato participativo, o outro também precisa estar atento à “diminuição da burocracia e efetividade dos serviços do estado” (p. 269).

A circulação de informação política pública, assim como os demais temas citados acima, depende, em alguma medida, de aspectos administrativos (COLEMAN e NORRIS, 2005). A questão é: uma vez bem desenhado um projeto de democracia digital, com participação ativa de cidadãos e até membros políticos, como tornar tudo isso possível na geração de resultados? Países como Estados Unidos e Inglaterra buscam acabar com esse problema com a implantação de programas nacionais de democracia digital e governo eletrônico. No caso americano, há um documento (*Open Government*<sup>31</sup>) que estabelece padrões de governo eletrônico para todas as instâncias do poder nacional, que funciona como um guia de práticas digitais e um guarda-chuva de iniciativas de transparência e participação. Já na Inglaterra, o governo desenvolveu um projeto de democracia local (*UK Local Democracy Project*), com o intuito de criar novos canais participativos por meio da internet.

Nestes casos, busca-se aliar práticas comunicacionais do Estado com efetivação de resultados no âmbito da administração pública. Do contrário, essas iniciativas se perdem no meio da burocracia estatal e viram ou um problema para o governo – que não sabe efetivamente o que fazer com aquilo – ou não resultam em nada, já que são geridas por funcionários de médio escalão (COLEMAN e NORRIS, 2005).

Numa perspectiva um pouco diferente, Lee (2011) consegue identificar como causa principal de fracasso de muitas iniciativas de participação não a acoplagem com a máquina administrativa, e sim a dificuldade em atingir número significativo de cidadãos envolvidos. Ainda assim, o autor admite que projetos de democracia digital ainda não entraram na agenda normal de alocação de recursos públicos na maioria dos países.

Verifica-se um esforço inicial das pesquisas de democracia digital em experimentar novos (à época, década de 1990) horizontes no que tange às possibilidades da internet. Tentando se afastar um pouco das críticas inerentes aos estudos daquele momento, Wright (2006) vê como salutar o fato de que esses pesquisadores enfrentaram

---

<sup>31</sup> <http://www.whitehouse.gov/Open>

riscos que seriam impossíveis de serem evitados, uma vez que as possibilidades surgidas vinham atreladas a riscos eminentes. Por isso, no período que compreende 1996 a 2001, segue o autor, a democracia digital permaneceu embebida de erros advindos de experimentações variadas, principalmente por parte de governos.

De fato, iniciativas de democracia digital empreendidas pelo poder estatal são carregadas de questões e burocracias inerentes, como, aliás, já vimos rapidamente em um momento anterior. No entanto, há diferenças marcantes quando tratamos de ferramentas e iniciativas geridas pela sociedade civil. Sem amarras institucionais e burocracia estatal, os riscos assumidos pelas iniciativas civis são infinitamente menores. No entanto, é curioso perceber que há um desnível no que diz respeito a estudos de democracia digital *top-down* (geridos pelo Estado) e *bottom-up* (iniciativa civil). Não que pesquisas devam se dividir perfeitamente entre análises de projetos estatais e análises de iniciativas da sociedade civil, mas claramente se percebe que a conjuntura geral do campo pende para o lado do *top-down*. No mundo, como poderá ser visto no capítulo seguinte sobre participação local online, os estudos têm enfoque em iniciativas desenvolvidas por estruturas locais, governos regionais e até projetos maiores, como o já citado *UK Local Democracy Project*. No Brasil, o cenário segue a mesma lógica, só que privilegiando estudos com viés nacional em detrimento de análises de modelos de participação local.

Hilton (2006) mostra, por exemplo, que na Inglaterra o padrão de democracia digital é *top-down* e gerido por governos locais. Essa avaliação é no mínimo estranha, pois é possível encontrar, apenas em uma cidade inglesa (Londres), exatamente 173 sites de iniciativa civil que se encaixam de algum modo no conceito de democracia digital (FLOUCH e HARRIS, 2010). Esse tipo de diagnóstico revela um enviesamento no tratamento destas iniciativas, ou seja, questiona-se aqui se projetos civis estão sendo encarados de fato como de democracia digital – com todas as características já expostas aqui – ou se estão sendo negligenciados e encarados de forma isolada. Este caminho, portanto, levaria ao entendimento de que iniciativas civis, sejam elas ferramentas desenvolvidas de maneira ordenada (*Vote na Web*, *Fix My Street*, *Cidade Democrática* etc.) ou apresentadas isoladamente (protestos como *#occupywallstreet* e a primavera árabe, e até mesmo movimentações acerca do Ficha Limpa), estariam mais para o lado do ativismo político do que da democracia digital. Em sendo assim, é possível encontrar



trabalhos que privilegiam discussões teóricas de fundo ligadas à cibercultura e pouco, ou quase nada, de teoria democrática.

A crítica acima não tem a intenção de opor dialeticamente pesquisas de um campo interdisciplinar e, por isso, espinhoso do ponto de vista da chancela teórica. Isso significa dizer também que uma análise sobre determinado dispositivo político na internet pode ser encarado como ativismo e também com toques de avaliação em democracia digital. Contudo, não é isso que ocorre, uma vez que, de um lado, estudos evocam as maravilhas da internet para o cidadão (claramente com tom libertário<sup>32</sup>) e, do outro, pesquisas avaliam profundamente somente iniciativas governamentais e relegam a um segundo escalão uma análise igual, em termos metodológicos e práticos, de ferramentas civis<sup>33</sup>.

Seguindo em frente, é possível destacar potencialidades participativas da internet, dada suas concepções materiais inerentes e que pode, em maior ou menor grau, contribuir para ações participativas. Com isso, identifica-se graus e níveis de participação, uma vez que projetos desse tipo precisam ser avaliados também na sua concepção geral. A seguir, é o momento de fazer uma análise geral das pesquisas em participação online no mundo, destacando algumas tendências, hiatos na bibliografia e categorizando os mesmos. Por fim, discute-se a questão da sociedade civil e iniciativas digitais de participação de sua própria “autoria”, novos horizontes para tais engajamentos e uma breve discussão do ponto de vista concorrencial entre cidadania e organizações.

Se a participação é recorrente nas discussões sobre democracia, então é preciso um cuidado teórico ao enquadrar o assunto no atual contexto de apropriações sociais da internet. Com isso, evita-se que o tema navegue solto por caminhos não tão claros, a saber, o descolamento de qualquer teoria democrática. Vimos também que o século XX trouxe perspectivas para essa discussão, seja a partir da década de 70 para o viés participativo, seja nos anos 1980 para as pesquisas de deliberação. Portanto, quando tratamos de participação quer dizer que estamos inseridos no cenário de estudos dessas modalidades, mas sem perder no horizonte o sistema representativo.

---

<sup>32</sup> O termo é utilizado no sentido da ideia de liberdade total que alguns estudos transferem às práticas sociais na internet.

<sup>33</sup> No entanto, veremos mais à frente que alguns poucos trabalhos já seguem essa linha.

Seria lógico e natural que a inserção social de uma nova tecnologia da comunicação e informação trouxesse também uma carga política forte. Mas, no que diz respeito à participação dos cidadãos nos negócios públicos, houve uma ruptura de práticas e adoção de novas? É possível fazer um paralelo com o jornalismo e perceber que, como aponta Palacios (2003), a internet não deu margem à criação de novas características para o jornalismo, e sim ajudou a ampliar as possibilidades já existentes. Foi assim com a interatividade, que já era possível por meio de telefone em programas de rádio, atualização contínua, comum em programas de rádio e televisão, dentre outros aspectos. Assim como no jornalismo online, a participação cidadã ganhou canais alternativos aos já existentes: “quem usa e-mail ou skype para fazer contatos políticos em vez de carta, fax ou telefone simplesmente substitui uma tecnologia por outra, digital” (GOMES, 2011).

Se pensadores participativos clássicos e mais recentes não se preocupavam tanto com a questão da formulação técnica de meios e oportunidades, as iniciativas digitais tendem a estar mais atentas a esses aspectos (SAEBO, ROSE e MOLKA-DANIELSEN, 2010). Isso significa dizer que modos de participação online nascem como um sistema de informação, acompanhados de preocupação com um design que ajude o cidadão a se movimentar pela ferramenta.

Assim, participação online não foge ao propósito construído historicamente: tomar parte dos negócios públicos e influir, de alguma maneira, na decisão política final. Autores mais recentes, inseridos no contexto de maior abertura política à participação, apresentam variações termo<sup>34</sup>. Pode-se entender participação política como o envolvimento das pessoas na “proposição de agenda pública, processos decisórios e formação de atividades políticas diversas das organizações e instituições responsáveis pelo desenvolvimento de políticas” (FREWER e ROWE, 2005, p. 5). Do ponto de vista da “mecânica” da participação, o cidadão se envolve em atividades que podem ser vistas como etapas (BIMBER, 2001). Assim, primeiro, ele se esforça para obter informação, para então avaliar o “custo” desse esforço na garantia daquilo que ele procura. O sucesso do processo participativo está ligado à transformação dessa informação (que já foi “digerida”, num terceiro momento) em atitudes em prol do bem final.

---

<sup>34</sup> De forma geral, Bobbio et al (1998) fazem uma importante ressalva quando se tenta entender participação, já que é preciso colocá-la no contexto de estudos políticos ocidentais. Além disso, a cultura política do local em que se pesquisa também deve ser levada em consideração, pois é possível que modos e canais participativos se distingam de acordo com o contexto social estudado.

A motivação para participar deriva de inúmeras fontes: senso de responsabilidade própria; satisfação que vem da participação com outras pessoas em direção a um interesse comum; a identificação de um problema público que afeta você ou aos que você estima; e da crença de que seu envolvimento fará a diferença. (...) O cidadão deve ter a oportunidade de se tornar envolvido na vida pública em formas efetivas. As habilidades específicas necessárias para participar variam de acordo com o tipo de participação em questão, mas podem incluir tempo, dinheiro, informação, certos tipos de organização, comunicação e habilidades de liderança (DELLI CARPINI, 2000, p. 343).

Outros autores também seguem por linha parecida. Milakhovic (2010) segue pelo caminho da articulação em torno de assuntos de interesse comum para influenciar na decisão política. Já Frewer e Rowe (2005) apresentam estudo em que resumem a visão de diversos autores sobre práticas participativas. A extensa relação inclui mais de 100 mecanismos de participação, tornando-se muito abrangente e que foge, por exemplo, da visão mais restrita de outros estudiosos importantes da área, como Benjamin Barber (1984).

É importante salientar que essa visão, além de atinente à perspectiva de democracia participativa, está inserida no contexto de pesquisas de internet e política. É, portanto, um viés que se desdobra em um conjunto de temas “que, de um modo ou de outro, implicam ou consideram frontalmente o problema da participação política mediada por tecnologias digitais” (GOMES, 2011, p. 19). Esse entendimento é imprescindível para que se coloque a participação da forma como ela realmente se desenvolve nesse cenário, isto é, como um processo de comunicação digital, seja ele atrelado às instituições políticas já desenhadas, seja ela fora desse sistema, mas buscando a influência sobre ele a partir de apropriações da internet. Isso implica na relação dialética entre as possibilidades comunicativas do meio e o uso que se faz delas, duas forças que não são necessariamente congruentes (SILVA, S. P., 2009).

Essa questão pode ser mais bem compreendida a partir de um diagrama indutivo e condicionada mutuamente por cinco elementos (SAEBO, ROSE e FLAK, 2008; SAEBO, ROSE e MOLKA-DANIELSEN, 2010). Participação online quer dizer o envolvimento de *atores interessados*, tanto da sociedade civil organizada, cidadãos ordinários, associações advogando em causa própria, instituições públicas e políticos. São eles que conduzem e mantêm as *iniciativas participativas online*, uma ação social realizada a partir da apropriação da internet. Estas atividades só são possíveis porque foram desenvolvidas à luz de *fatores contextuais*, que são aspectos derivados das

características intrínsecas da internet<sup>35</sup>, habilidades digitais, acesso à rede, motivação, oportunidades, dentre outras questões.

Seguindo em frente, tais atividades participativas levam a *resultados*, que podem ser encontrados no campo individual (como sentido de eficácia política alta, fortalecimento de laços comunitários, aumento do engajamento cívico etc.), no campo coletivo (criação de ambientes deliberativos, mais espaço para grupos sociais marginalizados) e na esfera política (influência direta ou indireta em alguma decisão política de impacto coletivo). Esses resultados estão, ainda, condicionados futuramente a estudos de *avaliação*, que diagnosticam problemas e questões a serem aprimoradas para que as próximas atividades participativas sejam mais bem desenhadas e se desenvolvam mais eficientemente em todos os pontos do processo.

Gomes (2011) explica que quaisquer iniciativas democraticamente relevantes, entre elas as de base online, requerem uma dose de ação social, sendo a participação apenas mais um tipo de ação social. Portanto, há de se fazer uma distinção (não em termos opostos) entre a ação de obter informação e armazená-la e o ato da participação propriamente dita. Numa visão ampla da participação, Frewer e Rowe (2005) ainda a encaram como um tipo de engajamento cívico, que por sua vez só é possível após um acúmulo suficiente de informação para subsidiar uma participação mais direta em determinada questão política. O enfoque da democracia participativa, embora com raízes diferentes da visão acima, também pressupõe coleta de informação como condição para realização da participação. Esta informação também pode ser entendida a partir das trocas comunicativas entre cidadãos ou entre cidadãos e membros políticos, cada um cumprindo seus respectivos papéis (SAEBO, ROSE e MOLKA-DANIELSEN, 2010), mas formando um composto de conteúdo político de interesse<sup>36</sup>.

A participação propriamente dita como um tipo de ação social se desenvolve a partir de outras práticas que são complementares à obtenção de informação política – mas nem por isso se tornam imperativas.

O primeiro conjunto de ações pode servir para orientar o indivíduo na sua participação política e para aparelhar o grupo para o envolvimento na vida pública. Pode até mesmo, em virtude da informação obtida, produzir um

---

<sup>35</sup> Interação ponto a ponto, rapidez na troca informativa, construção mais eficiente de uma rede de contatos, novas formas de interação entre políticos e cidadãos etc.

<sup>36</sup> Outras questões sobre esse assunto serão discutidas no capítulo seguinte, quando a dissertação empreenderá esforços em discutir os ganhos democráticos da participação online local para os cidadãos.

efeito imediato de participação. O segundo conjunto de ações é participação, em sentido estrito (GOMES, 2011, p. 37).

A partir desse entendimento, nota-se que o conjunto de temas que envolve a participação se desdobra em hipóteses acerca dos efeitos que a internet gera sobre ele. Na bibliografia, é possível encontrar estudos teóricos e empíricos que analisam o que as redes digitais podem gerar de resultados democráticos para os cidadãos e para o Estado a partir de práticas participativas. Assim, identifica-se dois aspectos a serem abordados (NORRIS, 2001): a hipótese da mobilização e a hipótese do reforço. Pode-se também estudar esses efeitos por meio de uma divisão mais simples entre os trabalhos que se formam a partir de uma agenda otimista e, portanto, análoga à hipótese da mobilização, e os que compõem uma agenda realista ou pessimista, sendo colocada ao lado da hipótese do reforço ou da normalização. Um outro viés paralelo é encontrado no trabalho de Gomes (2005a), que desenvolve dois sumários de participação política via internet: um de potencialidades (com sete aspectos) e outro de deficiências – que podem, mais uma vez, se acomodarem analogamente aos modos anteriores.

No que diz respeito às potencialidades apresentadas no parágrafo anterior, verifica-se que com a (1) superação dos limites de tempo e espaço para a participação política temos cada vez mais informação circulando em rede, além de inúmeras ferramentas que contribuem para isso, inclusive em busca de efeitos democráticos. Com dados e tecnologia de acesso disponíveis, as pessoas têm a potencialidade de engendrar estratégias cognitivas diferentes, levar à frente ações mais efetivas de participação e moldar realidades sociológicas, ideológicas e imaginárias da sociedade contemporânea. Com isso, a (2) extensão e qualidade do estoque de informação online ganha fôlego um fator tecnológico material se destaca. A informação na internet não tem “cara”, não se apresenta de forma igual para todos, pois é possível disponibilizá-la e acessá-la por inúmeras plataformas, o que facilita consideravelmente a circulação de conteúdo político.<sup>37</sup>

Esses dois aspectos anteriores dão sustentação a (3) comodidade, conforto, conveniência e custo que a participação pode experimentar na internet e à (4) facilidade e extensão de acesso. Essas características atuam em duas vias. Primeiro, na clara

---

<sup>37</sup> Manovich (2001) trata essa característica como a que dá base de sustentação das novas mídias. A transcodificação transforma a mídia em dado de computador, em códigos baseados em “zeros” e “uns”. Mesmo considerando que textos digitalizados ainda são sentenças gramaticais, continua o autor, isso tudo está transcodificado em linguagem de programação computacional.

potência de liberação do pólo de emissão da informação (LEMOS, 2004), isto é, na liberdade que qualquer indivíduo tem de produzir conteúdo e que propiciada de forma intrínseca pelas redes digitais. Mesmo que criada com determinado propósito, o meio se tornou outro quando foi apropriado pelo público, “revirado” e “remixado”. Segundo, a potencialidade também facilita iniciativas de participação no modelo *up-down*, pois a mesma lógica se repete para o poder público: é mais fácil disponibilizar contas públicas (*accountability*), mais cômodo e mais barato. Da perspectiva do cidadão, percebe-se que (5) não há filtro nem controle no que diz respeito ao acesso e à produção de conteúdo político, embora essa questão não seja inteiramente resolvida na literatura especializada<sup>38</sup>, e que possibilidades de (6) interatividade e interação políticas são acentuadas. Esse último aspecto reforça ideais deliberativos, tanto do ponto de vista da comunicação horizontal, quanto de mais produção de constrangimentos políticos à esfera política. Como parte desse processo, uma última potencialidade seria a (7) oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas ganharem terreno, seja no campo individual, seja na formação de redes de organizações civis e atuação mais direta em causas próprias.

Essas potencialidades evocam claramente aspectos materiais da internet e são necessárias, pois, se estamos tratando de participação política mediada por redes digitais, então é preciso que se faça essa analogia<sup>39</sup>. Atrelado a isso, há outro pilar de sustentação de cunho genérico, pois é possível compreender que há uma vontade escondida nos cidadãos em se envolver politicamente, participar e cooperar na comunidade. A internet seria, portanto, o dispositivo que ativaria esse processo (hipótese da mobilização).

Já no lado oposto do debate, a hipótese do reforço sustenta que os ditos novos padrões de comunicação digital – e consequentes apropriações – não mudam o cenário político do ponto de vista do controle da informação, da participação nem muito menos das estruturas do Estado liberal. Por esse viés, não há informação política qualificada,

---

<sup>38</sup> Steinberg (2004) busca na materialidade da internet subsídios para afirmar que a própria lógica de funcionamento técnico da internet gera sistemas de controle. Obviamente que não são sistemas semelhantes aos da transmissão em massa, como a TV, que concentra poder na produção e distribuição, não no consumo. Para internet, sobretudo no atual cenário, a possibilidade é de vetores de produção, transmissão e consumo mais horizontais, mas que acabam tendo limitações em sua própria concepção tecnológica. Seja nos endereçamentos de protocolo ou nas conexões estabelecidas por roteadores globais, há sempre algum tipo de poder concebido. Ora, conexões não se formam sozinhas. Elas precisam de “impulso”.

<sup>39</sup> Uma análise mais profunda sobre essa questão foi realizada em trabalho anterior (CARREIRO, 2010).

mesmo que haja intensa troca de informação política isso não a torna um fator democrático tão relevante (SCHUDSON, 2003), a participação política pode gerar *flames* ou simplesmente se assentar em padrões pouco distributivos ou descentralizados (CHADWICK, 2006). Nesse sentido, “a ação política dos indivíduos dependeria menos da existência de canais de comunicação ou das características interativas deste novo meio e mais dos elementos culturais e contextuais precedentes” (MARQUES, 2008). O cenário se estabilizaria após um período de práticas iniciais mais empolgadas.

Ainda na esteira dessas deficiências, Gomes (2005a) enumera mais alguns aspectos, a saber: desigualdade de acesso – que certamente evoca um importante tema acerca de internet, a exclusão digital –, cultura política deficitária – que passa por uma tradição liberal de pensamento participativo –, os meios de massa continuam prevalecendo – afinal, mesmo com a introdução da internet no cotidiano das pessoas, essas mantêm padrão de obtenção de informação política basicamente pela televisão, rádio ou jornal –, a liberdade e o controle ainda existem (ver nota 35) e a ciber-ameça e um certo ideal panóptico paira sobre as relações políticas na internet. Esse cenário revela preocupações ligadas ao real objetivo de processos participativos online e, num âmbito final, o que é feito com essa discussão (COLEMAN e NORRIS, 2005).

### 3.2.2 – AGENDA E PERSPECTIVAS DE ESTUDOS

Dentro do campo de pesquisas sobre participação online é possível identificar uma série de direcionamentos que, embora partam de um mesmo princípio, seguem por caminhos que se entrelaçam com outras áreas e abordam questões das mais variadas, como aquelas com foco no cidadão, outras especificamente sobre desenhos institucionais, algumas concentradas em entender a mecânica da participação, dentre outros. Esses estudos apresentam uma série de metodologias diferentes, mas principalmente *survey* e estudo de caso (SAEBO, ROSE e FLAK, 2008), e se assentam na ideia geral de que quanto mais participação, melhor para a saúde democrática do Estado.

Sendo assim, num passo anterior a uma análise mais específica, há exemplos na literatura que tratam do nível de participação que determinada iniciativa oferece ou, em termos governamentais, qual o modo de participação que é ofertado ao cidadão por

determinados sites do governo. Frequentemente se associa baixo nível de participação a iniciativas que dispõem apenas de informação pública ou de interesse público, e alto nível de participação a uma maneira em que o cidadão interfere diretamente em alguma decisão política minimamente relevante. Como explica Gomes (2011), a primeira opção, de tão elementar e simplória, merece pouca atenção, uma vez que não há subsídios de conteúdo participativo a ser estudado a não ser a simples oferta de informação. Já a segunda opção, continua o autor, também se torna de difícil investigação, pois se trata de um ideal de democracia direta que dificilmente será possível na atual conjuntura representativa. Portanto, resta aos pesquisadores da área se concentrar em pesquisas de investigação das iniciativas que se acomodam entre os estágios intermediários desse espectro participativo.

Assim como autores de democracia participativa se preocupam em estabelecer parâmetros conceituais sobre o que significaria bons níveis de participação política (ARNSTEIN, 1969), estudos na área do online também seguem com a mesma preocupação (GOMES, 2005b). É possível, portanto, identificar que há alguns níveis de gradação participativa via internet, que certamente vai de um patamar mais simplório, com provimento de informação e acesso a serviços básicos online, ao estágio mais elaborado de um sistema de democracia digital, notadamente aquele referente à democracia direta. Nesse sentido, Gomes (2005a) desenvolve uma escala de participação online em cinco graus, que revelam, em última instância, “à escala de reivindicação dos modelos de democracia participativa” (p. 218). O primeiro grau refere-se aos objetivos mais elementares da informação pública, enquanto que o segundo avança no quesito consulta aos cidadãos. Até aqui, o fluxo de comunicação tem sua origem definida no poder do Estado e a iniciativa civil é apenas tomada na forma de *feedback*, ou seja, em resposta a um acionamento prévio.

Na bibliografia européia, verifica-se claramente influência direta dos estudos da OECD (*Organisation for Economic Co-Operation and Development*) no que tange à avaliação de níveis de participação. A entidade desenvolve trabalhos frequentes na área de democracia digital e alguns de seus relatórios têm enfoque na participação e em como governos podem criar estratégias para se aproximar do cidadão por meio da internet. Assim, Saebo, Rose e Flak (2008), Panapoulou, Tamboris e Tarabanis (2009) e Aichholzer e Alhutter (2011) empreendem esforços em avaliar participação a partir de um esquema básico de estágios participativos: informação, consulta e participação. Esse



esquema advém de um trabalho publicado pela OECD em 2001<sup>40</sup> e que tinha como objetivo se transformar num guia prático para uso de governos locais, regionais e nacionais. O referido relatório tem seus dois primeiros níveis análogos aos apresentados acima por Gomes (2005a), isto é, um estágio inicial em que a relação entre governo e cidadão é de via única (*government to citizen* ou G2C), frequentemente envolvendo acesso passivo do cidadão à informação e ação ativa dos governos no provimento de tais conteúdos; e um estágio secundário, de consulta pública, avaliado por Gomes (2005a) como seguindo o fluxo anterior, mas estabelecido pela OECD como já experimentando modos de interação em via dupla. Na verdade, essa diferença é proveniente de uma simples questão conceitual: para o autor brasileiro, *feedback* é entendido de maneira estrita e se refere à resposta estritamente, enquanto que para a entidade internacional *feedback* também pode ser considerado como uma forma ativa de comunicação no sentido participativo.

O terceiro grau considerado por Gomes (2005a) seria, numa comparação direta com o relatório da OECD, um patamar intermediário entre a participação de caráter informativo e a participação de caráter mais decisivo no que tange à decisão política. Assim, o pesquisador brasileiro admite que aqui não há interferência civil em alguma questão política direta, mas o Estado atinge um alto nível de provimento informativo (transparência). Por sua vez, o quarto grau seria a fase em que haveria um contato direto entre representantes e indivíduos, estabelecendo uma relação de diálogo e parceria constante no processo decisório. O relatório da OECD lembra que a decisão final ainda permanece nas mãos do governo, mas Gomes (2005a) esclarece que haveria processos deliberativos envolvidos e outras formas de participação<sup>41</sup>.

Em uma análise prática, Panopoulou, Tamboris e Tarabanis (2009) seguem os parâmetros acima, mas atribuindo pesos diferentes para informação (30%), consulta (30%) e participação ativa (40%), deixando clara a visão de democracia participativa que o estudo é inserido. Já Aichholzer e Alhutter (2011) e Saebo, Rose e Flak (2008) preferem não encarar os níveis de participação dessa forma, ou seja, admitem que as práticas participativas por meio da internet podem ser diversas e encaixá-las em níveis

---

<sup>40</sup> OECD, Citizens as Partners: OECD Handbook on Information, Consultation, and Public Participation in Policy-Making. Disponível em: [http://www.ezd.si/fileadmin/doc/4\\_AKTIVNO\\_DRZAVLJANSTVO/Viri/Citizens\\_as\\_partners\\_hanbook\\_oecd.pdf](http://www.ezd.si/fileadmin/doc/4_AKTIVNO_DRZAVLJANSTVO/Viri/Citizens_as_partners_hanbook_oecd.pdf)

<sup>41</sup> O quinto grau, como já foi dito anteriormente, refere-se à democracia direta e seus desdobramentos.

pré-definidos é perigoso. Portanto, ambos entendem que é melhor tratar em formas de participação, como *e-services*, *e-consultation*, *e-activism*, *e-petitioning*, *e-campaigning* e *e-participation*, e entender que, a partir disso, a participação online deve ser compreendida como um processo que carece de todas as etapas.

Num caminho alternativo, Redick (2011) estuda o estágio atual da participação online nos EUA e parte do princípio de que 1) participação online é um *continuum* e, portanto, experimenta estágios menos ou mais estruturados; e 2) os governos não precisam necessariamente desenvolver estratégias em todas as etapas de forma linear para que seus projetos de participação sejam considerados eficientes. Ainda assim, eles admitem que mais demanda por ferramentas de *e-gov* vai forçar o governo a criar novas formas de participação e consulta pública.

Diante desses critérios e avaliações *a priori*, é possível identificar uma grande quantidade de estudos em participação online, que notadamente não seguem padrões definidos, mas se formam a partir de algumas áreas bem definidas. Nesse sentido, há alguns trabalhos que empreenderam especial esforço em contabilizar, categorizar e analisar o estado da arte da bibliografia do campo (SANFORD e ROSE, 2007; SAEBO, ROSE e FLAK, 2008; SAEBO, ROSE e MOLKA-DANIELSEN, 2010) e que, de forma geral, formam um panorama consideravelmente consistente da participação política online em grande parte do mundo.

Antes, Grounlud (2003) mostra que em 2000<sup>42</sup> a avaliação que se fazia da democracia digital na Europa era de que o foco era demasiado em informação e serviços e pouco ou quase nada no quesito participação. Ainda, que não existia uma preocupação “no cidadão com o papel político individual” (p. 59), isto é, em criar formas de *empowerment* para que o cidadão se sentisse na necessidade ou com vontade de se esforçar para participar politicamente. Num segundo momento, após a ampliação do acesso mundial à rede e o aparecimento de novas apropriações sociais da internet, iniciativas e sites governamentais passaram a oferecer mais ferramentas de envolvimento direto de cidadãos em questões políticas.

De forma geral, entre as diversas formas de avaliação e enquadramento dos estudos na área, é possível trilhar dois caminhos. O primeiro deles tem enfoque naquele

---

<sup>42</sup> Official Committee on Democracy. (2000). A sustainable democracy—Policy for rule by the people in the 2000s (SOU 2000:1). Stockholm: Fritzes.

diagrama de participação, indutivo e condicionado mutuamente por quatro elementos, que já foi apresentado anteriormente (SAEBO, ROSE e FLAK, 2008): atores envolvidos, fatores contextuais, efeitos participativos e avaliação de atividades participativas. O segundo caminho, por sua vez, divide a área em quatro discursos de investigação, a saber: normativo, interpretativo, crítico e dialógico (SANFORD e ROSE, 2007). Nesse caso, os estudos são categorizados segundo seus propósitos técnicos de pesquisa. A confluência dessas duas formas de categorização e análise da bibliografia torna-se eficiente por aliar um critério mais ligado ao foco de elementos que invariavelmente constituem a participação política, isto é, elementos constitutivos de qualquer forma de participação, com um critério voltado para o direcionamento filosófico e interpretativo da questão.

Na primeira linha de análise<sup>43</sup>, é possível identificar muitos estudos com foco no cidadão, mas os autores chamam a atenção para o fato de que os trabalhos em sua maioria tratam o indivíduo se relacionando com outros envolvidos (*stakeholders*). Nesse sentido, destaca-se pesquisas que tratam de *empowerment* a partir de participação online. Outro foco é jogado sobre a classe política, embora com bem menos atenção que a indicação anterior e que instituições políticas. Sobre esse último, verifica-se aqui no Brasil um esforço constante em entender como se dá a relação entre cidadão, senado ou câmara e formas de participação, mais notadamente como essas instituições se re-desenham (ou tentam) para dar conta da demanda participativa da população (MARQUES, 2008, 2010b; SILVA, S. P., 2009).

Ainda no primeiro elemento, outra linha de pesquisa que ganha destaque é aquela referente ao uso da internet por organizações sociais e voluntárias, movimentos sociais e demais formas de apropriação participativa da internet por parte da sociedade civil. Inclui-se aqui também iniciativas isoladas que partem da esfera civil, seja na forma de embate a partir de determinada situação conflituosa, seja em parceria com órgãos do Estado. No Brasil, esse tipo de estudo está mais focado em questões genéricas, como entender as novas formas de ação da sociedade civil perante as mídias digitais (MACHADO, 2007; AZEVEDO, 2007; MAIA, 2007, 2011; LYCARIÃO e

---

<sup>43</sup> É preciso que se faça uma ressalva importante nesse ponto da dissertação. Aqui, não é intenção apresentar todos os trabalhos resumidamente como forma de construir um estado da arte completo sobre participação online. Isso significa dizer que essa parte do trabalho irá focar em dar um panorama geral de como estudos na área se dividem, dando atenção à apresentação e categorização dos principais estudos brasileiros. Para mais detalhes sobre estudos internacionais, os dois artigos os quais nossa análise se baseia apresentam subsídios suficientes para tal.

SAMPAIO, 2010; PEREIRA, 2011) ou analisar o panorama de tais apropriações (ROSSETTO e CARREIRO, 2011). No entanto, também constitui alvo de trabalhos algumas análises de caso, tanto na esteira de estudos que tratam estratégias de mídias digitais em alinhamento com mídia tradicional (AGGIO, 2010; LYCARIÃO, 2011), quanto pesquisas que visam avaliar níveis de participação, sua efetividade e outras questões sobre apropriação (MENDONÇA, 2011; BARROS e REIS, 2011; CARREIRO e SILVA, 2011).

Com relação ao elemento atividades participativas, Saebo, Rose e Flak (2008) destacam os trabalhos em *eVoting*, mais notadamente com foco em países onde essa prática é encontrada, como Suíça, e discurso político online e consulta, em que consideram trabalhos sobre deliberação. No Brasil, essa categoria recebe especial atenção, com estudos que discutem a deliberação online como forma de engajamento e participação (COELHO e NOBRE, 2004; MENDONÇA, 2010; ALVES, 2010) e estudos de caso (SAMPAIO, 2010; SAMPAIO, BARROS e MORAIS, 2011; DANTAS e SAMPAIO, 2010; MIOLA, 2011). Outro aspecto é formado pelas análises de formas mais diretas de interferência na decisão política, como os estudos em participação local (mais detalhados no capítulo seguinte) e aqueles com alinhamento à esfera política (MARQUES, 2008, 2010b; SILVA, S. P., 2009; SAMPAIO, 2010). Há, ainda, trabalhos que tratam de ativismo político online, principalmente aqueles que tratam de questões mais pontuais, campanhas online (AGGIO, 2010; SILVA e BUENO, 2009) e petições.

Dentro do elemento fatores contextuais, Saebo, Rose e Flak (2008) lembram que alguns estudos são difíceis de se encaixarem na categoria anterior, justamente por se preocuparem mais em analisar aspectos circunstanciais que influem no processo participativo. Compõem essa lista trabalhos nas áreas de disponibilidade de informação e inclusão digital, infra-estrutura tecnológica (STEINBERG, 2004; LEMOS, 2009), acessibilidade, questões legais e estruturas governamentais (GOMES, 2005a; SILVA, S. P., 2009; MARQUES, 2010a). No que diz respeito aos efeitos da participação, verifica-se que é possível enquadrar diversos estudos que já foram apresentados acima, como os que tratam da sociedade civil e engajamento cívico (AZEVEDO, 2007; MENDONÇA, 2011), deliberação (SAMPAIO, 2010; MIOLA, 2011) e efeitos democráticos em geral (GOMES, 2005a; 2005b).

Quanto ao último elemento apresentado por Saebo, Rose e Flak (2008), avaliação da participação, há inúmeras referências que tentam abordar a questão por meio de análises quantitativas (SCHLEGEL, 2009), qualitativas (SILVA, 2005; MARQUES, 2008; SILVA, S. P., 2009) e criação de uma metodologia específica para avaliar eficiência de sites governamentais (BRAGA, 2007).

O segundo caminho de análise diz respeito aos discursos de investigação (SANFORD e ROSE, 2007), que divide o campo de pesquisa da participação online entre normativo, interpretativo, crítico e dialógico. O primeiro se refere aos estudos que buscam discutir teorias democráticas por trás de questões participativas, suas aplicações nas iniciativas digitais, recomendações e normas de formação de projetos de participação e possibilidades de ganhos democráticos para os cidadãos. Já quanto à categoria interpretativa, é possível classificar estudos que focam nas interações sociais propiciadas pela internet que se formam a partir de processos participativos, analisando iniciativas sob a luz do entendimento mútuo de elementos que influenciam a participação. Além disso, pesquisa o papel da participação em determinado ambiente político, sem deixar de levar em consideração questões circunstanciais.

A terceira via diz respeito às pesquisas críticas, que aplicam discurso crítico para investigar o porquê de iniciativas de participação online não darem certo – ou, em outra instância, aplicam teorias que se fundem no discurso contrário, mais condizente com a hipótese da mobilização. Deste modo, as pesquisas críticas têm esse viés de avaliação contextual. A última categoria, a dialógica, dá conta dos trabalhos que relacionam aspectos particulares com questões macro, a exemplo de estudos empíricos, assentados em *surveys*, que dialogam variáveis dependentes e independentes para se chegar a determinada conclusão acerca das estruturas (das iniciativas ou das responsáveis pela porosidade do Estado) que determinam a participação.

Diante desse quadro – e independente de a qual categoria pertença qualquer trabalho na área –, certamente fica visível uma priorização de estudos brasileiros com foco em participação de iniciativa governamental. De fato, é evidente que, conforme apresentamos anteriormente, o conceito de participação aqui adotado segue a linha de que é preciso contato (independente do nível) entre esfera civil e esfera política. Portanto, para que um processo participativo se efetive, é preciso que haja o mínimo de abertura institucional para tal, seja na forma de projetos desenvolvidos para tal, seja na

atuação de políticos que utilizam ferramentas digitais para gerar um *input* alternativo de participação. Em qualquer que seja o caso, há um *gap* de estudos brasileiros na investigação de como se dá a participação a partir de uma iniciativa civil. Mais uma vez, é salutar fazer a ressalva de que eles existem (alguns já foram apresentados acima e outros serão abordados no capítulo seguinte), mas ainda são em menor número se comparado aos de foco em ferramentas ou sites de desenvolvimento estatal.

### **3.2.3 –DA TEORIA À PRÁTICA: SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E O CIDADÃO ISOLADO**

A presente dissertação fez, até aqui, um panorama geral sobre a participação online, com atenção final ao fato de que há uma lacuna não preenchida que carece de futuras investigações. Trata-se de estudos relacionados à iniciativas de participação brasileiras que são criadas e geridas pela sociedade civil, seja ela de forma organizada, seja ela de cunho mais objetivo e voltado para um assunto específico do momento. Independente disso, faz-se necessário algumas considerações sobre a questão da sociedade civil e iniciativas digitais de participação de sua própria “autoria”, novos horizontes para tais engajamentos e uma breve discussão do ponto de vista concorrencial entre cidadania e organizações.

O domínio da sociedade civil é altamente heterogêneo e até por isso é preciso fazer distinções entre as intenções das associações, seus objetivos e sua relação com propósitos da democracia. Além disso, da sua organização interna, suas relações com outros atores da sociedade dentro e fora do jogo político, seus efeitos e eficácia política em diferentes planos, entre outras coisas.

O início do debate acerca da sua influência sobre as interações interpessoais, o engajamento cívico ou o ativismo político foi marcado principalmente por conjecturas e especulações, sem o respaldo de pesquisas empíricas sistemáticas. Atualmente, inúmeros estudos empíricos, desenvolvidos nas variadas especialidades da comunicação política, vêm produzindo uma grande diversidade de resultados, com conclusões muitas vezes díspares, o que torna difícil um quadro unificado de generalizações. Contudo, alguns consensos também têm sido estabelecidos nesta última década (MAIA, 2011:18).

É preciso considerar, como novamente nos lembra Maia (2007), que a sociedade civil é heterogênea; e as associações cívicas podem tanto fazer avançar quanto obstruir a

democracia. Faz-se então necessário entender um pouco melhor a natureza dessas associações e do que aqui se chama de iniciativas da sociedade civil.

De modo geral, a sociedade civil, na literatura contemporânea, refere-se às associações formais e informais e às redes na sociedade, que existem fora do âmbito do Estado. Alguns autores (Etzioni, 2000; Cohene Arato, 1992; Young, 2002) fazem, também, a distinção entre sociedade civil e economia. Nessa perspectiva, a sociedade civil abrange a esfera privada da família e das associações, os movimentos sociais e outras formas de comunicação pública, como os *media* (MAIA, 2007:45).

No entanto, a mesma autora considera insuficiente essa definição e advoga que para entender a sociedade civil como uma esfera de atividade associativa pública, à parte do Estado e do mercado, é preciso compreender a estrutura e organização interna das associações, sua forma de angariar e administrar recursos, além de seus propósitos e da abrangência da sua influência. Assim, poder-se-ia entender a sociedade civil como um ecossistema composto por “grupos de ação local, associações voluntárias em prol de causas de interesses comuns, grupos beneficentes, organizações híbridas em parceria com o poder público etc.” (MAIA, 2007, p. 47)<sup>44</sup>, sendo estas peças importantes para o fortalecimento da democracia.

No que se refere à perspectiva da participação dentro do atual contexto de democracias representativas liberais, independente de qual seja a noção conceitual de sociedade civil, o fato é que se requer um entrelaçamento das esferas civil e política, buscando o alinhamento das práticas políticas decisórias com os interesses públicos. Diante disso, o Brasil oferece um cenário particular de análise, uma vez que a redemocratização do país na década de 1980 trouxe novas práticas constitucionais de aproveitamento político de entidades civis. A nova Constituição de 1988 “descentralizou a autoridade política, conferindo às administrações municipais recursos suficientes e independência política para reestruturar o processo de produção de políticas públicas” (WAMPLER e AVRITZER, 2004, p. 210). Ainda que se questione mais a fundo essa formulação, o fato é que o novo regimento do país colocou certo poder nas mãos de instituições sociais, ONGs, entidades de classe etc.

Essa adoção forçou o Estado, em suas instâncias nacional, estadual e municipal, a chamar para perto de si tais entidades, se não para participação política em termos de decisões legislativas, mas sim no que diz respeito à formulação de políticas públicas e

---

<sup>44</sup> Swanson (2000) acrescenta a esse ambiente outros grupos, que ele chama de centros de poder que emergem fora do sistema de governo. São eles: corporações globais – conglomerados transnacionais que ditam as regras da economia, poder cultural, de emprego, concentram renda e têm influência política – e *single-issue groups*, ativistas de uma causa só.

resolução de problemas sociais imediatos. Rocha (2001) lembra que esse processo<sup>45</sup> fez acender no país a noção de defesas comunitárias mais sólidas e formação de blocos de atuação a partir de necessidades e/ou minorias sociais, de grupos comunitários de saúde e gestão participativa, a instituições de apoio a causas homossexuais.

Essa questão nos leva ao ponto – e aqui se pode também considerar outros contextos nacionais – de que há uma mudança de foco de atuação da sociedade civil, passando da lógica do conflito para a cooperação. Esse não é um caminho pavimentado e bem estruturado, pelo contrário, é um terreno trilhado por forças de poder difusas e conceitos divergentes que geralmente colocam entidades civis em oposição total ao Estado e ao mercado.

Esta leitura se foi tornando antiquada à medida que os movimentos sociais passaram a proliferar, ganhando notável complexidade e alcance com o surgimento de organizações e coletivos que lutavam pelas causas mais diversas. Surgiu então o termo “novos movimentos sociais” para designar tais coletivos que não encontravam uma interpretação satisfatória na maioria das interpretações predominantes. Os “novos” movimentos sociais seriam principalmente os movimentos pacifistas, das mulheres, ambientalistas, contra a proliferação nuclear, pelos direitos civis e outros (MACHADO, 2007, p. 253).

Se no Brasil essa mudança pode ser compreendida pelo viés da redemocratização do Estado, no cenário mundial os fatos que contribuem para tal são o fim da guerra fria, o fortalecimento de instituições capitalistas e uma maior abertura política em todo o mundo. O resultado pode ser visto pelo “imbricamento entre atores do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil” (MENDONÇA, 2011, p. 13), fato esse que coloca, em diversas situações, representantes dessas forças em uma mesma mesa de negociação. Esse é um cenário que evoca, costumeiramente, questões acerca do enfraquecimento do Estado perante novas demandas sociais (TORRES, 2009), atrelando legitimação democrática via participação de tais entidades.

Organizando o debate, temos a noção de que a atuação da sociedade civil passa de uma lógica de embate e conflito, para ações de cooperação. Com isso, percebe-se a formação de um modelo tripartite de sociedade civil, em que é possível identificar trabalho conjunto entre esferas de poder que atuam sobre as coisas públicas. Diante desse panorama, Frey (2003) aponta dois desafios principais para a consolidação das ações da sociedade civil. O primeiro deles dá conta das organizações civis aprenderem,

---

<sup>45</sup> Pode-se dividir esse processo em três estágios. O primeiro se refere à proliferação de novas associações voluntárias, o segundo à introdução de novas práticas sociais e o terceiro ao desenvolvimento de novas instituições de produção de políticas públicas.



com práticas empresarias, sobre táticas de arrecadação financeira, articulação em rede e modos de promover confiança e reciprocidade entre esses membros. O segundo diz respeito à democratização de processos internos, ou seja, “procedimentos democráticos e práticas coletivas baseadas em deliberações públicas e interativas” (p. 176).

Outro fator preponderante para formação de novas práticas civis nos últimos 20 anos é a consolidação da internet como ferramenta de apropriações discursivas, de ativismo, advocacia de causas, recrutamento ideológico, deliberação pública, dentre outros. Se o cenário apontado nos parágrafos acima se solidifica, então se verifica que as redes digitais 1) formam-se nesse mesmo contexto social de abertura política e, portanto, trazem consigo valores análogos de participação e cooperação; e 2) são instrumentos e meios para obtenção de resultados pretendidos.

O debate sobre o que a internet tem a oferecer à esfera civil como um todo é similar ao discurso sobre as potencialidades democráticas do meio. Parte-se de um início altamente entusiasmado, focado no acesso do cidadão ao governo e seus serviços facilitados; a possibilidade de informação mais rápida; agregação de indivíduos e grupos sociais capazes de revigorar a esfera pública; os movimentos sociais e as ONGs podendo aperfeiçoar suas maneiras de atuação devido às facilidades de produção e divulgação de material informativo e de comunicação com o público em geral, sem as barreiras de custo e as dificuldades de acesso comuns aos *media* tradicionais. Chega-se, num segundo momento, a uma visão pessimista, com críticos demonstrando que todos esses potenciais poderiam igualmente servir para sustentar regimes ditatoriais e grupos organizados que não tenham quaisquer objetivos democráticos, conhecidos como uma espécie de “má sociedade civil”.

O exame ponderado dessas visões leva ao reconhecimento de que a internet não promove automaticamente a participação política nem sustenta a democracia. O que é essencial é observar as motivações dos sujeitos e seu contexto.

Levando em consideração as características das redes digitais, seus métodos de organização e de participação política, alguns autores têm destacado que o uso da comunicação digital tem facilitado: a) a sustentação de campanhas permanentes, que visam transformações no modo de entendimento e tratamento de certos problemas ao invés da conquista de uma meta política específica (Matter, 2001; Bohman, 2004, Dahlberg, 2007); b) o crescimento de grandes redes de protesto em escala global, com uma ampla gama de atividades com graus diversos de duração e eficácia (Palczewski, 2001; Guedes, 2001; Deibert, 2000; Langman, 2005); c) a sustentação de *media* alternativas, *media* táticas e blogs, os quais oferecem informações que

usualmente não estão disponíveis nos media massivos tradicionais (MAIA, 2011:26).

Assim, interessa-nos aqui o primeiro aspecto apresentado pela autora, pois o presente trabalho tem foco em iniciativas promovidas pela sociedade civil que obtenham, ao longo de um período permanente de ações envolvendo diversos atores sociais, ganhos em termos democracia digital e participação – de acordo com os parâmetros já apresentados anteriormente<sup>46</sup>. Ainda assim, mesmo que as atividades se estabeleçam perante outros critérios, diversos autores da área acreditam que o ponto principal dessa questão é a possibilidade de formação de uma rede de indivíduos e instituições em torno de determinada causa (FREY, 2003; MACHADO, 2007; CHADWICK e HOWARD, 2009; BIMBER, STHOL e FLANAGIN, 2009; MAIA, 2011). Nesse ambiente, é comum ouvir falar em articulação em rede, formação de redes cívicas, conexão global em torno de temas em comum, difusão mais rapidamente de causas, cibertativismo e até uma nova dinâmica de atuação da esfera civil no que tange à resolução de problemas sociais ou participação políticas.

No que se refere à internet como ferramenta de recrutamento, Ward e Gibson (2009) explicam que as redes digitais são fundamentais para descentralizar formas de se atingir novos usuários e indivíduos preocupados com determinado tema defendido pela entidade. Assim, há ganhos do ponto de vista administrativo, com facilidades gerenciais garantidas, e de marketing, além do fato de que (teoricamente) a internet oferece novos meios de informação – estes, apontados pelos autores, como fundamentais para a formação de processos participativos e engajamento. Já quanto à difusão mais rapidamente de causas, a internet age no sentido de formar uma rede de pequenos ativistas interessados em passar à frente conteúdo voltado para determinado assunto, espalhando através de sites, e-mails, fóruns e, mais recentemente, redes sociais online informações de maneira ágil e rápida (CHADWICK e HOWARD, 2009).

Naturalmente, é preciso ficar atento para não comprar teorias e argumentos pré-formatados de que a internet realiza ganhos imediatos para organizações civis.

Com isso em mente, a dinâmica da internet em relação à política pode ser entendida no contexto. Em espaço de ação coletiva, a internet não leva a novas formas de organização e organizações. Como outros desenvolvimentos sócio-técnicos anteriores, a internet parece alterar a distribuição de ação

---

<sup>46</sup> Há um caminho alternativo que versa sobre a utilização de estratégias paralelas de alcance de objetivos cívicos, contrabalanceando ações para chamar a atenção da mídia de massa com ações específicas na internet. Para mais, ver Pereira (2011) e Lycarião (2011).

coletiva no espaço. O ponto crucial da internet como meio relevante para a política é a falta de especialização no que diz respeito à interação e engajamento (BIMBER, STHOL e FLANAGIN, 2009, p. 83).<sup>47</sup>

Diante de todas essas questões, pode-se fazer um breve resumo do que foi discutido até aqui. Primeiro, identificou-se que a sociedade civil, de conceito variado e heterogêneo, tem um percurso teórico e prático ligado a noções diferentes de descolamento da esfera estatal e de mercado. Num contexto mais contemporâneo, a abordagem que se acentua na literatura é de que a esfera civil vem se formando de diversas formas no mundo, logo, no Brasil pós-1985 a lógica de apresentação das organizações se fez passando de um período de claro embate entre esferas para práticas de aproximação entre elas. Isso significa dizer que o Brasil, por meio de sua Constituição de 1988, reservou espaço para que entidades civis trabalhassem em conjunto com membros do mercado e instituições e classe política na formação de políticas públicas, resolução de problemas sociais e participação. Assim, percebe-se, de forma geral e não excluindo outros aspectos contrários ou alternativos, cada vez mais a consolidação de um modelo tripartite (MENDONÇA, 2011) de mediação de questões políticas. Com isso, a internet é ambiente propício para ampliação da atuação das redes cívicas e demais organizações.

É, portanto, que chegamos ao ponto que devemos fazer, primeiro, uma nova ressalva com relação à atuação de organizações em detrimento de ações individuais de participação e, segundo, apontar para o rumo o qual seguirá a dissertação daqui para frente. Com relação ao aspecto inicial, há uma corrente de pensamento sobre sociedade civil que vê com restrições o crescimento da importância da sociedade civil organizada no que tange à parceria em questões administrativas e participativas na política estatal. Assim, questiona-se o papel de tais organizações perante demandas sociais mais individualizadas e a legitimação destas a partir do entendimento de que não há legitimação comprovada de quem comanda as organizações, além do fato de se encarar participação como uma liberdade individual indivisível.

De fato, essas entidades constroem importantes pontes entre cidadãos e Estado, mas, por outro lado, a internet teria o poder de eliminar essa intermediação – ou pelo

---

<sup>47</sup> Tradução própria do original em inglês: “With this in mind, the dynamics of the internet in politics can be placed in context. In collective action space, the internet does not lead to wholly novel forms of organizing or organization. Like other sociotechnical developments before it, the internet would appear to alter the distribution of collective action in this space. The hallmark of the internet as a medium relevant to politics is its lack of specialization with respect to interaction and engagement”.

menos diminuir tal importância. Assim como é possível criar redes cívicas envolvendo organizações de todo mundo, angariar recursos e ativistas, as redes digitais também podem fazer tudo isso, só que no plano individual. As fronteiras entre as forças de poder, que estão cada vez mais difusas, também borrariam a participação do cidadão ordinário, ciente de suas obrigações, deveres e direitos civis e que, de uma forma ou de outra, não se sente compelido a participar de nenhuma organização civil ou simplesmente prefere agir politicamente de forma individual ou em associação a poucas pessoas.

Lycarião e Sampaio (2011) pontuam que, logicamente, entidades organizadas e cidadãos ordinários desempenham funções diferentes em relação à influência política. Um indivíduo, socialmente colocado próximo à margem da classe política, pode ter poder suficiente para negociar questões que entidades civis bem organizadas não teriam; e vice-versa. Ou, diante do crescimento das redes sociais online, diversos protestos sem vinculação organizacional estão sendo marcados e gerenciados por meio do *Facebook*, por exemplo, sem que se aponte um centro de decisão específico, sendo os próprios usuários os responsáveis por espalhar tais protestos e atingir a mídia tradicional, que reserva espaço considerável para discutir a questão, e políticos.

Essa visão evoca algumas questões cruciais ao debate da sociedade civil no contexto democrático, como a liberdade subjetiva (MAIA, 2011), o direito que o cidadão tem de não querer se envolver politicamente em nada e a perspectiva concorrencial de participação política (GOMES, 2011). Quanto a esse último ponto, historicamente ele já foi debatido, por Rosseau, por exemplo. Para o pensador francês, a participação política ideal seria aquela praticada por cada indivíduo separadamente, sem interferência de grupos organizados, pois estes acabariam formando interesses atinentes a si próprios e não ao público em geral.

Por esse caminho, Gomes (2011) propõe entender o problema da participação online através de um novo quadro conceitual. Para ele, o cidadão habita um ambiente povoado por “conjuntos de instâncias concorrentes” a ele, isto é, o sistema político, entidades religiosas e econômicas e as corporações sociais (entidades organizadas) trabalham de forma concorrente aos interesses individuais. Obviamente, há o entendimento da importância desse conjunto para a esfera de decisão política do Estado, no entanto, o autor sente falta da noção da participação individualizada, longe de

qualquer amarra social e, em último grau, até admitindo que todos têm o direito de simplesmente não se interessar por política nem ter envolvimento direto com tais questões.

A crítica de Gomes (2011) tem exemplificação forte no Brasil, tanto no quesito privilégio de associações civis no que diz respeito à formulação de políticas públicas e outras formas de participação online, quanto em iniciativas civis de democracia digital. Em um trabalho anterior (ROSSETTO e CARREIRO, 2011), verificou-se que há uma relação dependente de sucesso de iniciativas civis de participação a partir do trabalho conjunto de entidades fortes e politicamente relevantes historicamente. Isso pode ser encarado como falta de amadurecimento do setor e da própria sociedade, que não consegue criar iniciativas sem que seja preciso vinculação prévia. Vinculação essa que tende a seguir normas pré-estabelecidas e estar presa às amarras de instituições com foco dividido.

Diante desse quadro geral, uma análise prática das iniciativas civis de participação local nos prepara um caminho em que é preciso 1) considerar as questões apresentadas sobre sociedade civil e novas perspectivas perante a internet; e 2) levar em conta que o cidadão, independente de sua vinculação organizacional, deve ser considerado em sua dimensão individual e em interação com os outros membros da comunidade. Isso significa dizer que no campo teórico as discussões apresentadas nesse capítulo põem sobre a mesa do debate da participação inúmeras normas e condições, que não se formulam a ponto de opor o papel de associações cívicas e cidadãos ordinários. Portanto, “uma democracia saudável requer ambos” (MAIA, 2011, p. 61). Além disso, no campo prático, veremos que há iniciativas civis de participação online das mais variadas, desde formas mais imediatas de envolvimento que não requer associação a nenhum grupo civil, até ferramentas construídas e mantidas por entidades civis organizadas. Ainda, é possível identificar outras iniciativas que dependem, de um lado, da administração social de uma entidade, mas, do outro, experimentam forte apoio de cidadãos ordinários sem vinculações.

### **3.3 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA LOCAL ATRAVÉS DA INTERNET**

Quando o assunto é internet e política, alguns temas tomam conta do debate. Como o fato da internet permitir avanço em mecanismos de transparência, ou então a

internet como uma nova esfera pública que dá vazão à necessidade de criação de novos espaços deliberativos. Ainda, a ideia de que movimentos sociais podem gerir protestos, realizar campanhas de advocacia e romper barreiras físicas antes intransponíveis. No entanto, pouco se diz ou estuda a respeito da derrubada de tais barreiras físicas mesmo em âmbito local. Se, por um lado, as redes digitais permitem que se gerencie uma rede de contatos ao redor do mundo para trabalhar a favor de determinada causa, a internet também pode desempenhar tal papel no ambiente local.

Assim, alguns autores chamam atenção para o caráter libertário da internet no quesito política local (CHADWICK, 2006; GORDON 2008; BERGER, 2009; HAMPTON 2010), mesmo que isso não se transforme em decisões melhores ou que o Estado passe a ser mais poroso. Ora, se estamos tratando aqui (1) de uma concepção de política enraizada nas relações cotidianas, (2) na construção do valor de determinado local a partir das trocas interacionais e informacionais dos cidadãos, e (3) de certo nível de descentralização do poder, então podemos tentar buscar na internet um espaço que sirva como terreno para os processos participativos locais.

Autores da democracia participativa gastam especial espaço em seus livros e artigos para destacar a importância das práticas cotidianas no nível da participação política. Assim, como demonstra Bakardjieva (2009) e Lemos e Lévy (2010), a internet tem se misturado cada vez mais às práticas cotidianas, o que nos faz estabelecer a mínima conexão entre as duas situações. Quer dizer, se a política e a participação podem e devem ser realizadas no âmbito local e se misturam às práticas cotidianas, também é possível entender como a internet se “intromete” nesse meio, servindo de base para praticamente qualquer ação social, como namorar, relacionar-se profissionalmente, fazer investimentos, conversar e, claro, estabelecer conexões políticas.

Óbvio que essa é uma premissa básica e discutida à exaustão principalmente pela literatura de cibercultura. Uma exploração que pode ser vista do trabalho de Mark Weiser, ainda em 1991, até recentes entendimentos sobre cartografia digital ou expressões musicais pela rede. Ainda assim, é possível buscar em algumas questões sobre internet e política local um hiato de pouca exploração. A busca por informação local na internet já é uma realidade consolidada, como mostra estudo de 2011 da *Pew Internet Research*. O instituto revelou que a internet é o terceiro meio de informação quando o assunto é política local, atrás da TV e do rádio, mas a distância já não é tão

grande<sup>48</sup>. Berger (2009) mostra que um estudo empírico em 2005 revelou que das 20 matérias mais lidas do jornal *Seattle Times*, apenas duas se referiam a assuntos internacionais.

Há diversos estudos, como veremos a seguir, que mostram iniciativas digitais que de fato diminuem o espaço entre políticos locais e seus representados. Mas nos vários debates sobre internet e política a questão do espaço é frequentemente negligenciada, pois a rede é tida como meio de ultrapassar barreiras físicas multinacionais. Chadwick (2006) explica que a política local é preservada por barreiras físicas óbvias, que separam o público dos membros políticos. Quando há protestos locais, continua o autor, as reivindicações são feitas nas ruas, numa tentativa de contato direto com aqueles que podem mudar a situação requerida, mesmo que o objetivo seja cumprido apenas parcialmente, com divulgação na mídia local. A utilização da internet nesse sentido derrubaria a barreira imposta mesmo no nível local, pois introduziria um novo *input* diante da classe política.

É possível entender a questão aqui levantada do viés do *affordance* (HAMPTON, 2010), que seria as capacidades percebidas de objetos, ambientes e tecnologias em geral. Como meio de comunicação, a internet foi entendida inicialmente como desterritorializante, isto é, a característica material das redes digitais é de propor comunicação sem vínculo físico *a priori*. Assim surge termos diversos para caracterizar esse aspecto da internet, como o “espaço de fluxos” de Castells (2001). Mas essa premissa pode não ser a principal da internet:

Enquanto que distância é percebida como o *affordance* dominante da comunicação via internet, isso pode não ser o único *affordance*. Pesquisadores têm argumentado que quando um número grande de pessoas, com um ambiente local específico compartilhado, adota a internet, como uma vizinhança ou espaço de trabalho, eles cultivam uma maior conscientização de que a internet permite comunicação atrelada ao espaço local tanto quanto através de espaços distantes (HAMPTON, 2010, p. 1113)<sup>49</sup>.

Fica fácil entender, e até óbvio perceber, que não dá para privilegiar determinada característica da internet sobre outra – e assim é também no caso do valor de rompimento de barreiras mesmo em ambiente local. No caso de Castells, e sua noção de

---

<sup>48</sup> Disponível em: [http://www.journalism.org/analysis\\_report/local\\_news](http://www.journalism.org/analysis_report/local_news). A porcentagem exata é: TV local (28%), jornal local (26%) e internet (17%).

<sup>49</sup> Tradução própria do original em inglês: “Whereas distance is perceived as the dominant *affordance* of Internet communication, it may not be the only communication *affordance*. Researchers have argued that when a critical mass of people within a shared local environment adopt the Internet, such as a neighborhood or workplace, they cultivate an increased awareness that the Internet affords communication within local space as much as it does across distant space”

espaço de fluxos, é salutar rebater uma ideia subjacente de que o tal espaço de fluxos de sobreposição ao espaço dos lugares, por assim dizer. A análise sistemática das relações sociais via internet feita por Castells falha ao não identificar o indivíduo em sua dimensão primeira: “Pessoas são localizadas. E esse simples fato continua por influenciar as relações sociais” (GORDON, 2008, *online*), a partir de suas raízes locais, sua cultura compartilhada e seu modo de vida que, inevitavelmente, está fincada no local.

Por esse viés de análise, Gordon (2008) introduz a concepção de localidade em rede (*network locality*), que será visivelmente importante para o entendimento tanto dos casos apresentados na seção seguinte, quanto para entendermos de forma geral a posição defendida na dissertação. A premissa básica é de que as pessoas estão utilizando a internet para redefinir seus espaços, seja no âmbito da cultura, conhecimento ou entretenimento, seja no campo político (GORDON, 2008). A utilização das redes digitais altera a forma como as pessoas vêem seus locais; não uma alteração brusca e definitiva, mas um reordenamento de significados em constante mudança. “A pessoa continua existindo em casa, no quarteirão, na vizinhança, na cidade, mas as relações entre usuário e informação usadas para construir esses conceitos é que mudaram” (GORDON, 2008, *online*).

A característica desterritorializante da internet rendeu muitas promessas, desde a de que é possível se informar sobre qualquer lugar do mundo a qualquer hora, até a ideia de que seria possível vivenciar experiências sociais a partir de costumes e práticas de outros países (BERGER, 2009). De fato, tudo isso é possível, mas é preciso entender que a internet é feita de práticas e apropriações – e essa lógica segue um caminho evolutivo. Se, num primeiro momento o fetiche diante da internet era de se conectar ao mundo, as apropriações que se seguiram também apontaram para outros vieses, isto é, entende-se que no âmbito local também é possível discutir política, por exemplo.

O governo britânico estabeleceu algumas metas a serem alcançadas pelos governos locais no quesito utilização da internet para participação local. Todas elas envolvem maior provimento de informação, disseminação de ideais e de cultura local, realização de consultas públicas e, de forma geral, mais participação. Como será analisado na próxima seção dessa dissertação, o relatório entende como premissa o fato da internet ser um instrumento de provimento de participação local – e, assim, carrega uma responsabilidade em desenvolver políticas públicas específicas a partir das redes digitais.



O projeto do governo envolve outras questões de e-democracia em âmbito nacional e até internacional, mas é preciso entender que as questões aqui levantadas já são tratadas no seio do poder institucional como fundamental para o crescimento da participação política nas cidades e regiões. Assim, não são só os cidadãos os beneficiados e os que devem se engajar, mas também os prefeitos, vereadores e membros dos governos locais.

### **3.4 – TRAJETÓRIA DOS EXPERIMENTOS DIGITAIS DE PARTICIPAÇÃO LOCAL: DA EXPLORAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO**

Nesse sentido, diversas iniciativas de participação local são descritas na bibliografia nacional e internacional. Para organizar o entendimento e as análises a seguir, algumas considerações devem ser feitas. Primeiro, a dissertação se atém às práticas com foco em internet, isto é, iniciativas de participação local que usam a internet de algum modo. Segundo, uma breve tipologia foi desenvolvida, com a intenção de sistematizar a análise a partir do que as iniciativas se propõem e do que elas oferecem aos cidadãos. Terceiro, o levantamento de casos tem por objetivo buscar padrões e parâmetros que serão importantes para o desenvolvimento da terceira parte desse capítulo, que vai discutir os ganhos democráticos gerados para os cidadãos que participam em iniciativa de participação digital local.

Antes que se destaquem as iniciativas mais relevantes na área, é possível identificar dois momentos de apropriação da internet para participação local. O primeiro estágio pode ser chamado de *Exploratório*, com atividades encharcadas de teor otimista, super valorização de um “novo ambiente virtual”, preocupação com provimento de acesso global à rede, intenção de formar comunidades virtuais e a vasta utilização do ideal de cidade digital. Segue a lógica de experimentação da democracia digital como um todo, descrita por Wright (2006) como fase de riscos e erros necessários para o desenvolvimento futuro. O segundo estágio, o da *Consolidação*, compreende iniciativas pós-anos 2000, momento de maior realismo, mais diversificação de ferramentas, dispositivos mais bem desenhados, mais participação da esfera política decisória e adequação a práticas mais ligadas à ideia de web 2.0.

É até curioso que o estágio *Exploratório* tenha como característica principal a tentativa de formação de comunidades virtuais, uma vez que, como vimos

anteriormente, o fetiche inicial da internet apontasse para super valorização de uma ideia de aldeia global, conectada e ativa. O surgimento de novas tecnologias da informação, como telégrafo, televisão, rádio e telefone, sempre evocam utopias e sentimentos de rompimento de barreiras intransponíveis (LEMOS e LÉVY, 2010). Ainda assim, no caso da internet, algumas de suas características materiais propiciaram o ideal de um comunitarismo perdido ou o que se pode chamar de digitalização do ideal urbano. Silva (2004) explica que esse momento inicial da internet trouxe também a retomada do “drama urbano histórico”, isto é, a busca da concepção de aldeia, de agora que havia se perdido há séculos. Então, com a internet propiciando conexão ponto a ponto, de qualquer lugar, dando conta de prover os cidadãos de formas de conversação instantânea e certa igualdade de fala, poderia se pensar na formação de cidades digitais.

Assim, esse retorno histórico tem fundamento numa premissa clássica de democracia, que retoma ideais de Rousseau e J. S. Mill.

Na origem, a ideia de democracia é bastante simples: ela supõe que as pessoas que se falam no mercado, nos cruzamentos, nos adros dos templos, e cujas crianças poderão talvez se casar entre elas, decidem em conjunto as regras e as grandes orientações que dizem respeito a todos, em vez de deixar essas decisões a uma minoria que seria tentada a perseguir um interesse particular em detrimento do interesse geral (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 115).

Embora essa premissa esteja correta, parece carregada de certa ingenuidade quando colocada em interface com a internet e suas apropriações. Traz até um tom de comunitarismo de raiz americana, um ideal de engajamento cívico em que membros de uma comunidade se encontram, conversam e se ajudam mutuamente – ações que não têm necessariamente cunho político. Se, por exemplo, Putman (2000) atestou o fim do engajamento dos americanos, fruto da introdução da televisão no cotidiano das pessoas, então a internet poderia resgatar esse ideal.

Esse caminho de pensamento é corroborado pela noção de que quanto mais a cidade cresce, menos engajados aos negócios públicos o cidadão está (FILLA e JOHNSON, 2010). Ou, ainda, quanto maior o centro urbano “menor o contato entre vizinhos e menos possibilidade de ter contatos sociais geograficamente próximos” (OLIVER, 2000, p. 370). A internet, portanto, surgindo em meio a esse dito caos urbano traria a solução tecnológica para combater esse mal e, à reboque, inseriria novas formas de participação política. Daí surgiu a concepção da cidade digital, conceito que foi bastante utilizado na década de 1990 pela literatura de cibercultura e política (ISHIDA,

2000; SERRA, 2000; SCHULER 2002; HIRAMATSU e ISHIDA, 2002; GUMPERT e DRUCKER 2002; LEMOS, 2004), mas que perdeu fôlego a partir da década passada.

A definição básica de cidade digital – e que foi largamente utilizada posteriormente por outros pesquisadores – pode nos ser fornecida por Ishida (2000), autor japonês que desenvolveu diversos artigos e livros a respeito: “cidades digitais integram informação urbana (tanto realizável quanto em tempo real) e cria espaços públicos para as pessoas viverem nas cidades” (p. 7). A premissa é simples: com a crescente adoção da internet no cotidiano das pessoas, passa-se a criar espaços virtuais que “espelham” a cidade física e criam novos espaços de interação social. Nessa corrente, inúmeros trabalhos buscaram entender como esse fenômeno altera a percepção do cidadão da cidade em que vive; ou, ainda, como o cidadão utiliza as tecnologias digitais para se informar, informar outros e trocar idéias com pessoas do seu próprio entorno social.

Algumas cidades digitais se destacaram, como aquelas criadas pela AOL, nos Estados Unidos (COLEMAN e NORRIS, 2005), algumas experiências européias (SCHULER, 2002; LEMOS e LÉVY, 2010) e até no Japão (HIRAMATSU e USHIDA, 2002). Todas, em maior ou menor grau, traziam consigo certo tom utópico, que se exprime mais claramente na definição e no uso do termo “cidade digital”. A novidade das apropriações da internet incentivou essa enxurrada de estudos, que tentavam explicar como os cidadãos agora (década de 1990) tinham mais um ambiente em que podiam “viver a cidade”. No entanto, essa concepção traz uma contradição em si – que será paulatinamente desfeita ao passo que novas ferramentas web forem surgindo e, conseqüentemente, o uso do termo for sendo descartado para dar lugar a experiências mais realistas e que não necessariamente se fazem valer de um conceito fechado.

Os autores dessa vertente assumem a ideia, aceitável em termos práticos, de que a internet passa a ser, ainda na década de 1990, um meio de comunicação natural no dia a dia das pessoas. No entanto, se isso realmente for tomado como verdade, como, aliás, nós já mostramos em certo ponto dessa dissertação, então a internet se mistura às relações sociais, trocas informacionais e interfaces de comunicação. Logo, não há como distinguir vida “real” e “virtual”, ou cidade “física” e “digital”. Como também já foi mostrado anteriormente, o espaço local é construído socialmente, o que inclui tanto relações sociais face a face, quanto mediadas por computador. Não há como “transportar” para um novo ambiente algo que pode, na verdade, misturar-se a esse novo ambiente, uma vez que a internet passa a ser ubíqua e pervasiva na vida das pessoas. Assim como

não há como imaginar uma “cidade televisiva” ou “cidade radiofônica”, não há como definir uma cidade como digital.

Lemos e Lévy (2010) nos oferecem um percurso nas práticas de cidades digitais que talvez ajude a entender como o conceito se diluiu em outras práticas. Primeiro, estão iniciativas como aquelas que corroboram com o conceito de Ishida (2000), de representação de determinada cidade na web. Aqui estão os projetos embrionários, como o holandês “*De Digitale Stad*” e o projetos das cidades digitais de Kyoto (Japão) e Santa Mônica (EUA), que se transformaram em grandes portais que pouco têm de semelhante com suas concepções iniciais.

Segundo, a ideia de cidade digital como um provedor de serviços públicos online (otimização no processo de pagamento de taxas e impostos ou agendamento para vistoria de carros, por exemplo) e de acesso à internet<sup>50</sup>. A terceira experiência envolve o planejamento urbano, com a criação de modelagens 3D para o auxílio na criação de políticas locais de urbanismo. A quarta se desenvolve no plano metafórico (LEMOS e LÉVY, 2010) e diz respeito à criação de cidades que não têm qualquer ligação com outras já existentes.

As primeiras experiências não deram certo – ou pelo menos não se desenvolveram ao longo dos anos seguintes como pretendiam – por alguns motivos. Primeiro, porque apostaram em iniciativas que seriam unicamente respostas ao individualismo e à burocratização contemporâneas (DAHLBERG, 2001), relegando a formulação de participação local como antagonismo aos ditos maus da vida moderna. Segundo, por causa de grande investimento de dinheiro privado nas iniciativas (FERBER, FOLTZ e PUGLIESE, 2006), tornando-as direcionadas a interesses que não condiziam com os do público e dos governos. Terceiro, porque essas ferramentas “pararam no tempo” (FERBER, FOLTZ e PUGLIESE, 2006) e não se atualizaram num contexto de constante mudança tecnológica.

Obviamente, como veremos inclusive como um dos tópicos de ganhos democráticos que será discutido mais à frente, o conceito de comunidade não é tão fechado, nem muito menos a tentativa de se formar um sentido comunitário mais coeso, a partir de apropriação da internet, é algo utópico. Assim, após os primeiros anos de

---

<sup>50</sup> O Ministério das Cidades do Brasil possui o Plano Nacional de Cidades digitais com o objetivo de promover políticas públicas de acesso à rede, que envolve o Plano Nacional de Banda Larga, Telecentros Comunitários e o desenvolvimento de práticas de inclusão digital. Para mais informações a respeito: <http://www.mc.gov.br/inclusao-digital-mc/telecentros>.

práticas empíricas e discussões teóricas, diversas iniciativas mais realistas passaram a integrar o ambiente digital de participação política local.

O segundo estágio de desenvolvimento pode ser entendido como *Consolidação*, em que as iniciativas já não focam mais em prover informação local apenas, ou simplesmente tentar fortalecer laços comunitários através de simples fóruns. Ao contrário, as ferramentas se integram de forma mais natural às localidades e passam a ser base para discussão mais específica, sem necessariamente tomar para si ideais futuristas de comunidades virtuais. Essa mudança ocorreu de forma natural, pois seguiu a lógica de evolução da internet. Se algumas iniciativas de participação local on-line ficaram para trás, apostando em práticas que não se atualizaram ao gosto do público, outras foram criadas com atenção aos usos e apropriações dos usuários.

Ainda no começo da década passada, quando avaliou diversas iniciativas locais de participação via internet, Gronlund (2003) concluiu que as ferramentas até ali desenhadas sofriam de alguns problemas. Primeiro, elas tinha uma divisão clara entre *top-down* e *bottom-up*, cada uma oferecendo características particulares e com objetivos, embora avaliados como positivos, que não se conectavam. Tinha-se, de um lado, as iniciativas geridas pelo governo, que visavam a um contato limitado com os cidadãos, e, do outro, as iniciativas da esfera civil que não conseguiram atingir interação satisfatória com a esfera política, embora apresentassem desenhos mais bem elaborados. Como veremos em algumas ferramentas a seguir, essas adversidades, de algum modo, são sanadas, integrando mais governo e público e se preocupando em se desenvolver de forma mais simples.

Além disso, as iniciativas do estágio da *Consolidação* se preocupam mais em se moldar às necessidades da população a qual se destina. Temos, portanto, menos padronização de ferramentas e mais adaptação às realidades locais, gostos locais e abordagem de temas mais focados nas necessidades específicas. Se o momento é de web 2.0 e mais personalização de conteúdo, informação acessível em plataformas diversas, aplicações dinâmicas e produção de conteúdo focado no usuário, então as iniciativas desse período também se utilizam dessas características para seu desenvolvimento.

Outro tema que aparece com mais frequência nas iniciativas desse período é a transparência, um valor democrático vital para as democracias modernas, mas que encontrava pouco ou quase nenhuma reverberação em ferramentas civis locais. Hoje já é possível encontrar, a despeito de inúmeros sites de transparência com foco nacional, ferramentas dessa modalidade com intenção de provocar constrangimento local e buscar

a transparência de contas e obras públicas<sup>51</sup>. É o caso do *Data SF* e *Sunshine Review*, dos EUA, do *Consejo Visible Bucaramanga* (Colômbia) e de recentes iniciativas de transparência de dados da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, ambos no Brasil<sup>52</sup>.

Para compreender melhor o estágio da *Consolidação*, é possível fazer uma analogia com o desenvolvimento do britânico *Local E-democracy National Project*<sup>53</sup>. Este pode ser definido como um projeto de amplitude nacional para promoção de boas práticas de democracia local, incluindo painéis e fóruns online – sempre buscando o contato mais próximo entre políticos e público. O investimento do Estado chegava aos cofres municipais, que o utilizava para desenvolver iniciativas de participação. Alguns trabalhos foram publicados com a intenção de analisar diversas nuances do projeto (MACINTOSH *et al*, 2005; MACINTOSH e WHYTE, 2008; FLOUCH e HARRIS, 2010), mas um que chama a atenção trata especificamente do caso da cidade de Bristol (HILTON, 2006). A localidade de pouco mais de 500 mil habitantes levou à frente diversas iniciativas de democracia digital, incluindo painéis de consulta, voto eletrônico e outras ferramentas de participação.

As três fases do projeto apontadas por Hilton (2006) são análogas à transição dos estágios aqui descritos, da etapa *Exploratória* à etapa de *Consolidação*. O primeiro momento da iniciativa de Bristol focou suas atenções em formar um grande banco de dados de informação local e estruturação de fóruns para conexão de vizinhos em rede. Num período pré-redes sociais, essas ferramentas tinham seu valor, mas como explica Hilton (2006), aos poucos a população se viu diante de dispositivos ultrapassados. Ora, se as pessoas usam a internet para fazer compras, pagar contas e outras atividades cotidianas, porque não, também, entrar em contato com seus representantes? Esse primeiro momento em Bristol corresponde justamente à fase *Exploratória*, com pouco contato entre representantes e representados e ferramentas voltadas majoritariamente para formação de um sentido comunitário.

Num segundo momento, já ultrapassando os primeiros anos da década de 2000, Bristol se viu no desafio de incrementar seu projeto. Assim, desenvolveu um sistema chamado “*Double Click*”, para atrair a atenção dos jovens para participar em questões que envolviam a cultura da cidade e entretenimento. O modo de participação seguiu

---

<sup>51</sup> Como o foco do trabalho é analisar iniciativas de participação, e não transparência, não iremos abordar com mais aprofundamento estas ferramentas.

<sup>52</sup> Endereços, na ordem de citação: <http://datasf.org> , <http://sunshinereview.org>, <http://www.concejovisible.com/sitio/>, <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com/>.

<sup>53</sup> <http://e-democracy.org/uk/>

uma lógica de programa de televisão, com os cidadãos votando em espécies de quis. Mais tarde, Bristol realizou o que Hilton (2006) classificou como a iniciativa mais efetiva de participação até então, com a discussão do desenvolvimento de um projeto local de urbanismo. Houve inscrição online para encontros presenciais e deliberação em fóruns estruturados, como o *e-Decide tool*.

Essa última iniciativa foi a ponte para a consolidação do projeto em um âmbito mais estruturado e de acordo com as reais necessidades do povo da cidade. Assim, foram desenvolvidas dispositivos de painel eletrônico e petição online, ambas as iniciativas atraindo atenção de mais de 12 mil pessoas. Mais importante, forneceu ao governo local subsídios para criação de outras ferramentas, além de respaldar suas decisões políticas.

### **3.5 – TIPOLOGIA DE INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO LOCAL ONLINE**

Diante desse breve percurso pelos estágios de participação política local online, faz-se necessário, como já enfatizamos anteriormente, a verificação de iniciativas de tal modalidade. Para tanto, empreendemos esforço no sentido de desenvolver uma tipologia para essas iniciativas, baseando-se na bibliografia consultada e já discutida, em observação exploratória dos sites que serão enquadrados abaixo e na navegação dos mesmos. Nesse sentido, alguns trabalhos na área já objetivaram tal esforço (GRONLUND, 2003; PANAPOULOU, TAMBORIS e TARABANIS, 2009; MESCH e TALMUD, 2010; HAMPTON, 2010), mas sem ter como resultado final uma sistematização mais efetiva ou até mesmo uma divisão mais bem estruturada.

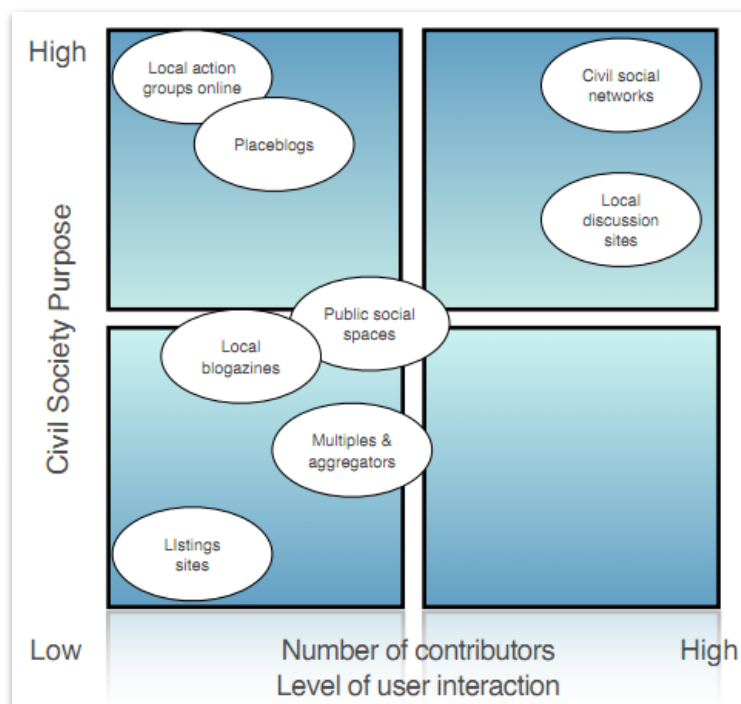
Dois trabalhos guiaram a tipologia do presente trabalho. O primeiro deles é o relatório “U.S. *Municipalities E-Government Report*” (HOLZER, 2007). O objeto de análise dos pesquisadores foram os sites de cidades americanas, analisando como a democracia digital se desenvolve a partir desses sites. Para tanto, foi empreendida uma metodologia de visita exploratória aos sites e a categorização deles entre aqueles que proviam mais de serviços públicos online (*e-gov*) e aqueles que promoviam, em algum grau, participação política (*e-dem*). Essa divisão aparentemente simplória tem bastante validade na medida em que separa iniciativas de algum modo semelhantes, mas que têm objetivos distintos.

Isso fica claro no *ranking* desenvolvido pelos autores, em que a cidade de Salt Lake City ocupa o primeiro lugar em provimento de serviços públicos através do seu site, mas está apenas no 29º lugar no quesito participação cidadã. A contribuição desse relatório foi no sentido de estabelecer parâmetros para que nosso estudo exploratório inicial excluísse diversas iniciativas que pouco tinham de participação cidadã. Assim, dentro do escopo de participação estão ferramentas que promovem deliberação, contato direto entre membros políticos e população e engajamento em alguma atividade política e/ou cívica.

O outro trabalho norteador da presente tipologia também é um relatório (FLOUCH e HARRIS, 2010), porém este analisou a relação entre sites civis de localidades britânicas e sua relação com a participação dos cidadãos. Quatro sites foram estudados a partir de quatro grandes categorias: capital social e coesão; comportamento de apoio e negativo em espaços locais online; empoderamento, envolvimento cívico e co-produção; e relação com vereadores. Essas categorias nos ajudaram a estruturar uma divisão inicial de tipologia, mas ainda não era o suficiente. Deste modo, a primeira navegação e as primeiras incursões analíticas tenderam a se dividir por essa categorização que é, na verdade, mais de acordo com o que ela produz para o cidadão e, portanto, mais válida para a seção posterior desse capítulo.

Flouch e Harris (2010) desenvolveram também uma tipologia própria de sites de participação local online. A análise deles percorreu 160 sites desse tipo, somente “lotados” em Londres, o que amplia muito o escopo do estudo. No entanto, a preocupação inicial deles é diferente da do presente trabalho, pois os autores identificaram qualquer site que ofereça o mínimo de informação com propósito cívico, desde simples painel de informações sobre shows e atividades culturais, até ferramentas mais complexas que promovem participação política. A tipologia adotada por Flouch e Harris (2010) é a seguinte: redes sociais civis; sites de discussão local; *Placeblogs*; revistas-blogs locais; espaços sociais locais; grupos ativos locais online; notícias locais digitais (comercial); e serviços e listas (comercial).





**Figura 1** - *High Level Model*, quadrante que demonstra a relação entre propósito cívico e nível de interação entre usuários em iniciativas de participação política local (FLOUCH e HARRIS, 2010).

As categorias, como podem ser observadas, incluem atividades diversas, inclusive algumas, na avaliação da presente dissertação, que poderiam ser fundidas e outras excluídas. Ainda assim, é um esforço considerável, uma vez que leva em conta um *corpus* grande e ainda empreende uma divisão em quadrantes que também é adotada pela nossa análise. Tal adoção, conforme figura 1, divide os sites em quatro a partir de dois eixos: o vertical compreende o propósito cívico de cada iniciativa, e o horizontal mostra o nível de contribuição mútua e interação. Na seção seguinte mostraremos uma atualização desse quadrante, já contando com a tipologia aqui desenvolvida devidamente distribuída pelos eixos.

### 3.5.1 - Blogs de informação local

Esse tipo de site se ancora na característica de postagem contínua dos blogs para compor uma extensa quantidade de informação sobre determinada localidade. Esses blogs normalmente não desvirtuam seu propósito local, concentrando as postagens apenas sobre assuntos que interessam aos cidadãos locais. Nesse escopo, a abordagem é atenta a alguns assuntos. 1) informações sobre história e preservação cultural da

localidade. Nesse caso, destaca-se posts em que personalidades locais são focos de entrevistas ou formação de perfil; além de postagem sobre monumentos, praças, Igrejas, avenidas ou ruas de destaque histórico. 2) conteúdo voltado para formação da agenda cultural da região, com indicação de melhores programas e atenção para artistas locais. 3) apontamento de problemas locais, mais notadamente flagras em foto e vídeo de questões que afligem a população, como buracos na rua, depredação do patrimônio público, desrespeito a leis etc. 4) em alguns casos, eles têm interesses específicos em um assunto de destaque, como é o caso de blogs de movimentos anti-Copa do Mundo no Brasil.

A participação política aqui está no âmbito da construção de uma identidade local, a partir do consumo de informação localizada, e das discussões empreendidas por meio dos comentários dos posts. Algumas iniciativas até se integram a fóruns externos mais especializados em discussão e deliberação, como é o caso do blog britânico *Brockley Central*<sup>54</sup>, que incorpora tópicos do fórum *South East Central*. Assim, é possível perceber posts repercutidos no fórum, e vice-versa, demonstrando uma característica de diversificação de acesso ao conteúdo localizado.

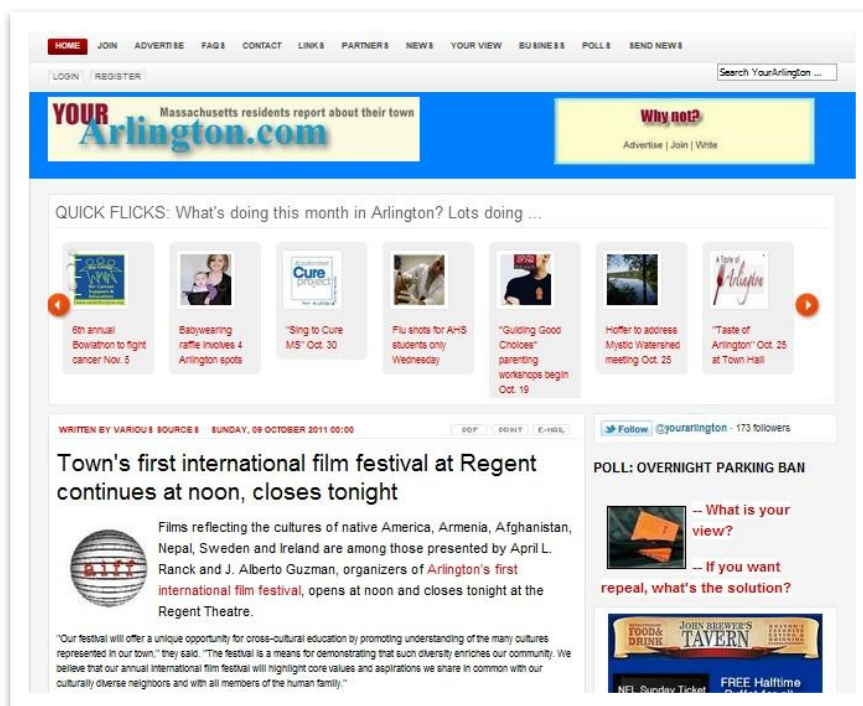


Figura 2 - home do blog *Your Arlington*

<sup>54</sup> <http://brockleycentral.blogspot.com/>

Não há uma determinação de quem controla o blog, podendo ser tanto uma pessoa isoladamente, quanto um grupo de indivíduos interessados no mesmo assunto. Nota-se, ainda nesse quesito, que algumas grandes empresas de mídia possuem seus próprios blogs locais – descrito em Flouch e Harris (2010) como *Placeblogs* – com o intuito de gerar conteúdo hiperlocalizado. É o caso do The Local, produzido pelo The New York Times, que apresenta dois blogs desse estilo, o “The East Village”<sup>55</sup> e o “Fort Greene e Clinton Hill”<sup>56</sup>. Ambos se destacam por informar a comunidade sobre acontecimentos locais, discutir problemas, apresentar agenda cultural, dentre outras funções. No Brasil também é possível encontrar exemplo dessa natureza, com o projeto Bairros.com, desenvolvido pelo jornal O Globo.

No entanto, as iniciativas mais consistentes são geridas e mantidas por organizações civis e cidadãos comuns. Alguns casos apresentam layout simples e funcionamento básico, como, por exemplo, o *King’s Cross Environment*<sup>57</sup>, que trata de assuntos da região londrina King’s Cross. Porém, algumas iniciativas são mais sofisticadas, como o *Your Arlington*<sup>58</sup> (figura 2), permitindo postagem de cidadãos e mesclando notícias, informações políticas locais e fórum. Nesse caso, há um sistema mais elaborado que um simples gerenciador de conteúdo de blog (*wordpress* ou *blogspot*, por exemplo) e uma divisão mais bem estruturada de tópicos.

### 3.5.2 – Comunidades Digitais

Nessa categoria, pode-se enquadrar diversos sites e fóruns de discussão da década de 1990, estruturados da forma como apresentamos mais acima. No entanto, com a evolução natural das ferramentas e novas apropriações pelos cidadãos, mais características foram acrescentadas à esses sites que dão mais valor democrático aos mesmos e, conseqüentemente, mais consistência no *empowerment* do cidadão. Antes que se descrevam as características das comunidades digitais, é preciso fazer a ressalva de que inúmeras outras iniciativas poderiam ser enquadradas como tal, porém não estão aqui por 1) suas principal característica não tem como objetivo formar um sentido comunitário; 2) seus controle estão nas mãos de agentes da mídia *mainstream*.

<sup>55</sup> <http://eastvillage.thelocal.nytimes.com/>

<sup>56</sup> <http://fort-greene.thelocal.nytimes.com/>

<sup>57</sup> <http://www.kingscrossenvironment.com/>

<sup>58</sup> <http://www.yourarlington.com/>

Os sites dessa categoria apresentam forte apelo comunitário, agregando cidadãos que moram em regiões e localidades próximas a fim de discutir qualquer assunto que seja de interesse local. Geralmente, há uma estruturação em forma de fórum, com cadastro pessoal, formação de tópicos, moderação e assuntos com foco único local. Esse conteúdo forma uma agenda de assuntos proeminentes de cada região, demonstrando os temas que mais demonstram interesse nos indivíduos, seja pelo apelo imediato, seja pelo teor político.

A literatura da área descreve diversos casos, como o Stroud Green Forum, o East Dulwich Forum (FLOUCH e HARRIS, 2010) e o *Minnesota E-democracy*<sup>59</sup> (DAHLBERG, 2001), que foi durante anos um exemplo de fórum bem estruturado que promovia troca de informações, formação de sentido comunitário e deliberação. A iniciativa se destacou também pela participação elevada, pelos tópicos que discutam problemas locais e pela diversificação de tópicos, que se espalham por várias regiões da cidade. Na mesma linha está o *City Bahnhof Ulm*<sup>60</sup> (de Ulm, na Alemanha) site que se dedicou a discutir uma questão específica: planejamento urbano da cidade. Esse propósito foi aos poucos se ampliando e hoje é possível acompanhar diversas outras discussões pontuais empreendidas pelos cidadãos.



Figura 3 - home da versão em inglês do site *Katif.net*

<sup>59</sup> <http://forums.e-democracy.org>

<sup>60</sup> <http://www.ulm-citybahnhof.de>

Outras iniciativas, como o *UK Villages*<sup>61</sup> e o *i-Neighbors*<sup>62</sup> (HAMPTON, 2010), têm amplitude nacional, na tentativa de atingir comunidades e bairros de seus países. Os sites oferecem espaços únicos para cada comunidade, com fóruns exclusivos e conteúdo localizado. Diferente do caso *Katif.net* (LEV-ON, 2010), que se formou com um propósito específico: reunir a população de Gush Katif, comunidade judaica da Faixa de Gaza, que foi expulsa de seu território em 2005. Como o trabalho de Lev-On (2010) demonstra, o *Katif.net* se estabeleceu como “local” de encontro de famílias desagregadas e pessoas em busca de discussão de problemas e questões relacionadas à localidade perdida.

### 3.5.3 – Geolocalização

Os sites dessa categoria apresentam como principal característica a disposição de conteúdo em mapas, interativos ou não. Se já estamos tratando de informação localizada, isto é, com foco em assuntos sobre determinada localidade, o uso dos mapas têm duas funções básicas. Primeiro, situar os usuários fisicamente, dispondo de marcações exatas de tópicos de discussão, apontamento de problemas e outras questões. Segundo, serve como um panorama geral de acompanhamento de determinado assunto, pois com a visualização no mapa é possível ter uma noção geral de como aquele tema se espalha pela região.

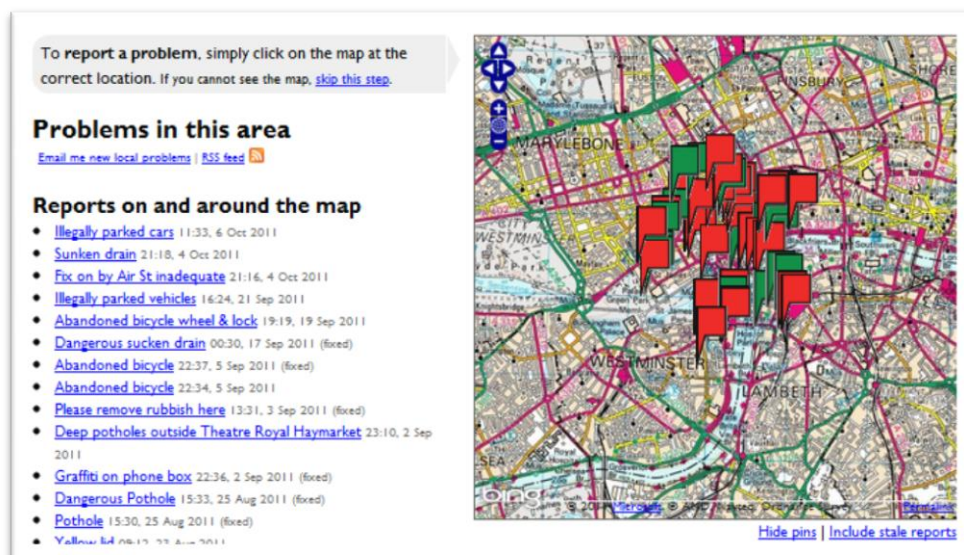


Figura 4 - *Fix My Street*, com destaque para os problemas apontados em Londres

<sup>61</sup> <http://www.ukvillages.co.uk>

<sup>62</sup> <http://www.i-neighbors.org/>

Apesar de ter esse aspecto em destaque, esses sites têm características comuns a outras categorias, pois apesar do mapa ter importância fundamental na construção do site e na disposição dos elementos (fóruns, tópicos, usuários etc.), ele não é único e tem uma finalidade maior. Pode-se considerar que o objetivo principal desses sites é apontar problemas locais, a fim de espalhar a questão pela rede, chamar a atenção das autoridades e incentivar outros cidadãos a fazerem o mesmo. Assim, uma ferramenta que se destaca no mundo é o *Fix My Street* (figura 4), possível de se encontrar associada a diversas cidades no mundo. No Brasil, a iniciativa ainda é tímida (ROSSETTO e CARREIRO, 2011), mas na Inglaterra já apresenta resultados mais significativos. O *Fwix*<sup>63</sup> está no ramo das ferramentas desenvolvidas com propósito comercial, mas que funciona adotada em algumas cidades americanas.

Ainda sobre o Brasil, o Urbanias se destaca por focar em problemas da cidade de São Paulo, dividindo seu conteúdo entre nove categorias: acessibilidade, cidadania paulista, segurança, lixo e poluição, trânsito, ruas e calçadas, ônibus e metrô, barulho e outros. Assim, é possível que o cidadão não só identifique uma questão problemática sobre transporte urbano, por exemplo, mas também acompanhar onde exatamente essa questão se repete em sua cidade. Numa visão geral do mapa, o indivíduo visualiza que problemas de transporte em São Paulo se espalham por toda cidade, enquanto que quando o assunto é acessibilidade as marcações se concentram no centro da capital paulistana.

### 3.5.4 – Acompanhamento de representantes

Iniciativas para acompanhamento de representantes – deputados, senadores ou vereadores – são geralmente ligadas ao Estado, que utiliza os sites das casas legislativas para empreender projetos de transparência e participação. De origem civil, algumas se destacam, como o *Open Congress*<sup>64</sup> (EUA) e *Vote na Web*<sup>65</sup>, no Brasil, (CARREIRO e ROSSETTO, 2011), mas ambas se concentram em conteúdo nacional. No caso local, as ferramentas não são tão avançadas nem muito menos têm tradição em promover participação, mas ainda assim é possível encontrar alguns exemplos.

---

<sup>63</sup> <http://fwix.com/>

<sup>64</sup> <http://www.opencongress.org/>

<sup>65</sup> <http://www.votenaweb.com.br/>

Em um trabalho em conjunto com o Grupo de Pesquisa Comunicação, Internet e Democracia, da UFBA (Universidade Federal da Bahia), identificou-se sete categorias de iniciativas de democracia digital. Uma delas coincide com essa aqui apresentada e tem como principal característica o “monitoramento das atividades, resoluções e ações dos próprios representantes políticos” (SAMPAIO, 2011, p. 9). Além disso, as iniciativas abordadas em outros artigos, como Carreiro e Rossetto (2011), apontam que esses sites podem gerar tanto resultados mais efetivos, como relatórios e *rankings* de acompanhamento de sessões, quanto apenas provimento de informação.

Essa lógica se repete quando o foco é local. É possível verificar no “Adote um Vereador”, por exemplo, um esforço de se aproximar dos vereadores paulistas por meio de sessões legislativas em conjunto e, mais regularmente, da alimentação de blogs individuais para cada legislador. Assim é também com o “Adote um Distrital”<sup>66</sup> (DF), iniciativa que também permite acesso a informações biográficas dos distritais, acompanhamento da pauta semanal e demais conteúdo de interesse político local. Já no site da ONG Voto Consciente – seção Jundiaí<sup>67</sup> (SP), é possível acompanhar inúmeras ações do grupo pela cidade, conectar-se a outros cidadãos, votar em enquetes e acessar as informações legislativas locais. A ONG ainda promove debates públicos, utilizando seu site como agregador de indivíduos em torno dos assuntos tratados, luta por direito a acesso a sessões públicas horários mais acessíveis para a população, desenvolve relatórios e cartilhas com foco na informação para cidadania, dentre outros aspectos.



Figura 5 - home do site Voto Consciente Jundiaí

<sup>66</sup> <http://adoteumdistrital.com.br/>

<sup>67</sup> <http://votoconscientejundiai.com.br/>

Nessa categoria, ainda se destacam iniciativas com o objetivo de acompanhar os representantes sobre um assunto específico, como são os casos dos sites de movimentos civis anti-Copa do Mundo no Brasil, por meio dos chamados comitês populares. Assim é o caso de Curitiba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador<sup>68</sup>, que possuem blogs que visam protestar contra a realização da competição em suas cidades e cobrar dos vereadores e deputados medidas a respeito de transparência e mais participação popular nas decisões sobre o tema.

### 3.5.5 – Redes sociais locais

Ainda no período que compreendia iniciativas de participação online local ligadas ao estágio *Exploratório*, era possível identificar, de algum modo, a formação de redes sociais a partir dos fóruns em torno das discussões sobre determinada cidade. Porém, isso só foi possível mesmo a partir da criação e, principalmente, da adoção maciça dos usuários de internet das chamadas redes sociais online, que têm como principais características a permissão de construção de perfil público e articulação em rede de contatos e conteúdo (BOYD e ELLISON, 2007).

Além de possibilitar que pessoas conheçam novas pessoas e articulem novas relações, as redes sociais têm o poder de articular e deixar visível suas próprias relações sociais já existentes que, no caso aqui discutido, referem-se à comunidades, localidades e regiões específicas. Para tanto, exploram diversas camadas de conteúdo a ser compartilhado, como fotos, vídeos, textos, informações pessoais, entre outros. Apesar de cada site ter características específicas, eles convergem na possibilidade de conexão direta usuário-usuário e num sistema baseado em ligação por nichos de temas relacionais dentro de um mesmo ambiente digital local.

---

<sup>68</sup> Respectivamente: <http://copa2014curitiba.wordpress.com/>; <http://comitepopularpe.wordpress.com/>; <http://comitepopulario.wordpress.com/>; <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com/>; <http://www.observatoriosalvador2014.com.br/>.





Figura 6 - home da rede social *Haringay Online*

Assim, a partir do estágio de Consolidação, surgiram iniciativas locais que se concentram em, além de dispor de tópicos em fóruns locais, formar um rede local, conectando cidadãos a partir das características expostas no parágrafo acima. Alguns sites, como o *Every Block*<sup>69</sup>, tem menos cunho político, dispendo de uma interface fácil de utilizar, que se aproxima de outras redes mais famosas (*Facebook* e *Twitter*), e que concentra indivíduos divididos em regiões dentro de uma mesma cidade – Nova York, Seattle, Dallas etc. É a mesma lógica do *Local People UK*<sup>70</sup>, dessa vez focando em localidades britânicas, utilizando mapa interativo para disposição do conteúdo e incentivando os usuários a compartilharem e espalharem o conteúdo apresentado no site em outras redes.

É possível encontrar sites que advoguem por uma causa específica, como a rede Boa Praça, que luta pela preservação das praças de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Assim como o exemplo brasileiro, a rede *Haringay Online*<sup>71</sup> (Inglaterra, figura 6) utiliza a plataforma *Ning*, que permite criação de redes sociais próprias, embora compartilhe de características comuns a todos: fóruns, criação de perfil, inclusão de vídeo e foto etc. A adoção do *Ning* torna fácil o processo de formação de uma rede comunitária, pois a ferramenta é gratuita e tem interface auto-explicativa. É diferente,

<sup>69</sup> <http://nyc.everyblock.com/>

<sup>70</sup> <http://www.localpeople.co.uk>

<sup>71</sup> <http://www.haringayonline.com/>

por exemplo, do *My Fun City*<sup>72</sup>, iniciativa que agrega outras redes sociais (*Foursquare*, *Twitter* e *Facebook*), mas mantém plataforma fechada e menos formas de discussão online.

### 3.5.6 – *Inputs* diretos

Nessa categoria estão as iniciativas que propiciam maior contato entre esfera política e esfera civil, embora diversos sites pudessem ser enquadrados em divisões anteriores. A principal característica, portanto, é a formulação de estratégias e práticas que propiciem contato e interação entre cidadãos e membros políticos com poder de decisão, configurando-se como ferramentas que criam *inputs* de participação direta. Aqui, não há preocupação em formular aspectos normativos quanto à concepção dos sites, mas apenas identificar iniciativas que promovam tal participação.

Ainda assim, é possível verificar diferenças, pois há sites em que a participação de membros políticos é uma condição *a priori*, mas existem outros em que tal interação se deu de forma natural e no decorrer das apropriações. No primeiro caso, identifica-se iniciativas de consulta e painel público, com a construção conjunta de políticas públicas locais, discussão de problemas pontuais e votação em questões fechadas. É o caso do *Kista* e do *Alvsjo* (GRONLUND, 2003), dois fóruns locais de cunho deliberativo que reuniram cidadãos e políticos para discutirem importantes temas de suas regiões, ambas no subúrbio de Estocolmo (Suécia). Embora os dois exemplos tenham apresentados problemas – o fórum de *Kista* se tornou uma ferramenta empresarial e o de *Alvsjo* sofreu de baixa responsividade da classe política (GRONLUND, 2003) –, eles podem ser considerados plataformas eficientes do ponto de vista normativo da participação. Já o *Kalix* se desenvolveu como um fórum/painel de consulta pontual e obteve participação considerável de 7% da população total (GRONLUD, 2003; COLEMAN e NORRIS, 2005), outro exemplo sueco de tentativa de implantação de um projeto de participação política online local.

---

<sup>72</sup> <http://www.myfuncity.org/principal>



Figura 7 - exemplo de tópico de discussão aberto por parlamentar (Cidade Democrática)

Ainda na seara das ferramentas condicionadas à participação da classe política em sua concepção inicial, os Orçamentos Participativos Digitais se destacam (SAMPAIO, 2010) como formas eficientes de aliar interesse cidadão direto e possibilidade real de participação política. Além disso, configuram-se como ambientes de deliberação, em que é possível expor idéias, confrontar informações e resultar em um controle mais direto sobre o orçamento que vai gerir sua própria cidade.

Por outro lado, há também sites que são formulados de uma maneira, mas que ganham outros formatos a partir do envolvimento direto de membros políticos. É o caso do Cidade Democrática, fórum que mistura rede social, fonte informativa local e formação de comunidade digital. No site, é possível acompanhar discussões que tratam de assuntos de implicação direta na vida das pessoas, porém essa característica é incrementada com a participação de vereadores e gestores públicos<sup>73</sup>.

<sup>73</sup> Como o site será analisado em mais detalhes no capítulo seguinte, aqui reservou-se apenas uma breve descrição do mesmo.

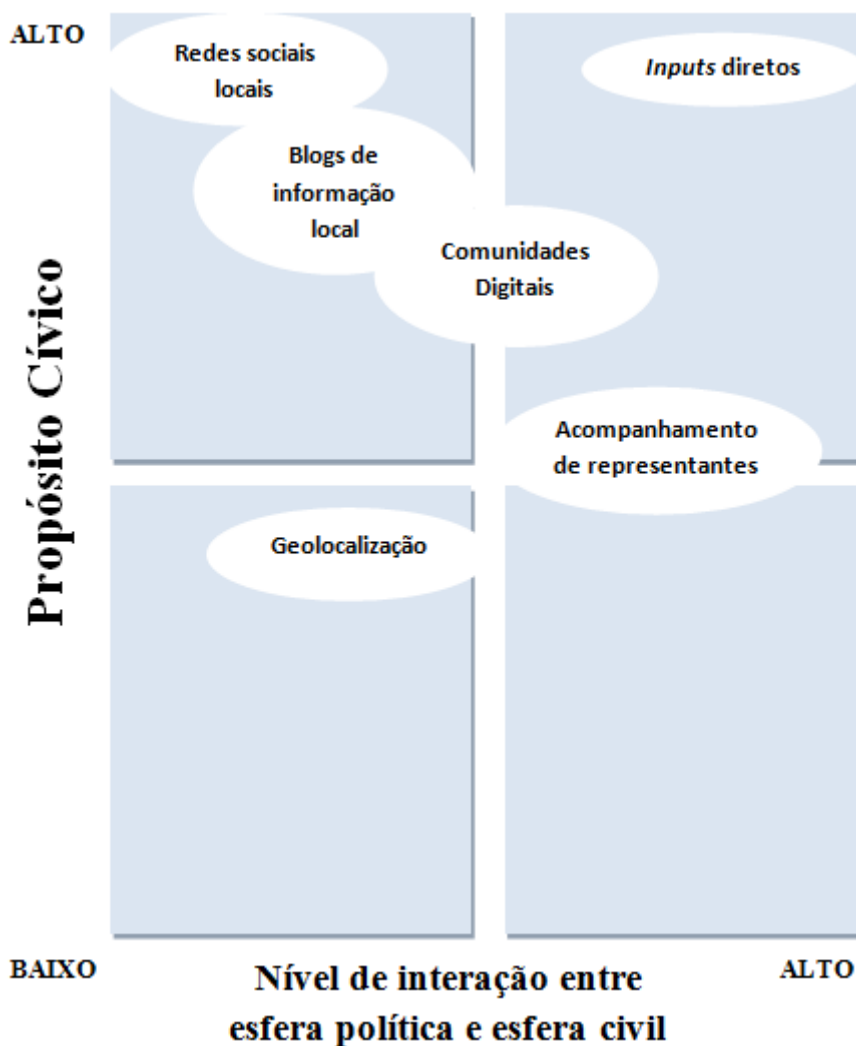


Figura 8 - iniciativas de participação política local online e suas relações entre propósito cívico e nível de interação entre esfera política e esfera civil

### 3.6 - APROPRIAÇÃO SOCIAL DA INTERNET, POLÍTICAS LOCAIS E GANHOS DEMOCRÁTICOS

Após a análise dos casos acima e dos estudos sobre participação e poder local no capítulos anteriores, é possível estabelecer direcionamentos práticos para a pesquisa sobre os ganhos democráticos gerados para os cidadãos que participam em iniciativa de participação digital local. Em termos gerais, significa dizer que a seguir o trabalho apresenta quatro categorias que representam os ganhos democráticos, aspectos que, de uma forma ou de outra, já foram abordados até aqui, mas que serão mais detalhadamente descritos e analisados conjuntamente com exemplos práticos.

Primeiramente, há de se reconhecer o papel da participação em sua concepção dinâmica perante a democracia. Para tanto, não há como fugir de uma breve retomada de algumas questões já discutidas aqui, uma vez que é preciso restabelecer alguns parâmetros para seguir em frente. Diante disso, a participação é um tema que flutua pela teoria democrática e experimenta diferentes interpretações, mas, num olhar direcionado aos últimos séculos, é possível identificar uma trajetória de negação à sua prática (liberalismo) e retomada de seus ideais a partir da década de 1960. Quanto a esse último momento, os autores da democracia participativa, e até mesmo da democracia deliberativa, não se furtaram a formular suas concepções de estado, soberania e democracia dentro do contexto da representação política. Isto é, mesmo que se oponham ao modelo, segundo diagnóstico unânime, da representação desgastada, a tradição participativa reconhece a importância da representação como meio de sanar o problema (ou paradoxo) da participação geral e do cidadão total.

É por isso que não devemos entender a participação como um fim (GOMES, 2011). Mais precisamente, não podemos encarar o processo participativo como o objetivo único do Estado, pois é impensável que isso ocorra diante das questões sociais contemporâneas. Rousseau, como o arquiteto inicial do projeto de Estado Moderno, via a participação do povo nos negócios públicos como único modo de se alcançar a soberania popular, mas o principal ponto a ser levado em consideração sobre o pensador francês é a sua perspectiva contratualista – justamente o ponto adotado com mais clareza tanto por autores liberais, quanto por autores participativos. Isso significa entender o indivíduo como único e indivisível, com suas preferências pessoais inquestionáveis, mas participante ativo de um todo igual a ele e que só se legitima a partir disso.

Diante das questões sociais contemporâneas, é mais salutar imaginar a participação como uma parte do processo democrático, um meio para obtenção de ganhos ou recompensas cívicas que, *a priori*, dirige-se ao indivíduo em sua concepção única, mas que acaba formando um composto geral de cidadãos semelhantes.

A participação não tem valor intrínseco, a não ser para o benefício provado do próprio participante, como outras atividades, como fazer dieta, exercício físico ou se divertir. Mas esta esfera de benefícios exorbita o âmbito específico da democracia, cujo objeto específico está relacionado ao vínculo coletivo, ao contrato social (GOMES, 2011, p. 24).

Essa perspectiva defendida não pode ser encarada como participação gerando determinado *efeito democrático*, pois é difícil identificar, teoricamente ou na prática,

como se formaria tais efeitos. Rousseau (2006) e Pateman (1992) preferem estudar a participação a partir de suas funções, enquanto que, como vimos acima, Gomes (2011) fala em benefícios para os cidadãos. Outra perspectiva, a encontrada no trabalho de Bucy e Gregson (2001), vê a questão pelo viés das recompensas cívicas (*civic rewards*). Tentando se posicionar entre as funções, os benefícios e as recompensas, preferimos adotar o termo *ganhos democráticos* por alguns motivos. Inicialmente, como estamos adotando um contexto de democracia participativa, entende-se que a participação é um dos valores democráticos, a exemplo da transparência e da responsividade (SILVA, S. P., 2009) e, por isso, pode gerar, assim como os outros valores, ganhos democráticos individuais. Estes não são ganhos únicos, nem muito menos mais importantes que os demais obtidos a partir de outros valores. Mas eles podem ser encarados diferentemente, pois para a presente pesquisa, eles são gerados para os cidadãos a partir de dois aspectos: das funções normativas e da mediação via meios digitais.

Quanto ao primeiro ponto, tais funções já foram discutidas anteriormente no primeiro capítulo, quando se discutiu a democracia participativa, e no segundo capítulo, quando se abordou a participação em âmbito local<sup>74</sup>. Por meio da análise de diversos autores, identifica-se que a participação tem função educativa, na medida em que “ensina” os cidadãos a viverem respeitando as escolhas alheias em confluência com seus próprios direcionamentos, além de formar cidadãos mais atentos à participações futuras; função coletiva ou integrativa, pois entende o indivíduo em sua comunidade, trabalhando cotidianamente no sentido de melhorar seu entorno social, o que ajuda a tornar as decisões tomadas em conjunto mais facilmente aceitas; função informativa, tanto do ponto de vista da importância das relações cotidianas e trocas comunicacionais horizontais (*citizen-to-citizen*) e verticais (*government-to-citizens*); e função de controle, na medida que coloca responsabilidade nas mãos das pessoas para fiscalizar os representantes e, em algum nível, participar das decisões.

Com relação ao segundo ponto, Bucy e Gregson (2001) explicam que, paralelo ao entendimento “clássico” da participação direta e sem intermediários, também é possível identificar ganhos democráticos a partir de mediação por meios digitais. Se acoplarmos a isso um ambiente atual em que cada vez mais a internet faz parte do cotidiano das pessoas, então é compreensível estudar a participação nas redes digitais

---

<sup>74</sup> Tais funções não estão explícitas ou listadas ordenadamente pelos autores da democracia participativa. São, na verdade, discutidas em diversos âmbitos e a intenção nesse ponto é sintetizar a discussão e organizar o debate, sem visar a um reducionismo imediato.

como um modo natural que os cidadãos encontram para atingir seus objetivos cívicos, seja participando de fóruns locais, seja entrando em contato via e-mail com um deputado.

De fato, ao invés de serem desprezados por uma forma de “pseudo participação”, como tradicionalistas (Kerbel, 1999) poderiam caracterizar o uso de novas mídias, os cidadãos se beneficiam da conscientização que a participação midiática fornece proximidade com as elites políticas, faz a política ser continuamente disponível e divertida (acessível), oferece espaço aberto para acesso a uma grande audiência, socializa cidadãos a participarem em assuntos públicos, e permite votantes a cultivarem identidade cívica e conhecer seus próprios gostos (BUCY e GREGSON, 2001, p. 375).<sup>75</sup>

Essas modalidades são entendidas como geradoras de ganhos aos cidadãos a partir da discussão pública de assuntos locais na internet. Bucy e Gregson (2001) explicam que há atividades civis diretas e indiretas que levam a dois tipos de empoderamento do cidadão, simbólico ou material. No campo simbólico, votar, voluntariar-se, corresponder-se e participar de fóruns são consideradas ações de participação ativa. Já seguir discussões políticas mediadas por meios de comunicação e participar de eventos eventualmente são consideradas ações indiretas de participação. No campo material, no entanto, a lógica é de participação ativa via doações e esforços de *lobby*.

Quando essa dinâmica é colocada mediada pelos meios de comunicação, Bucy e Gregson (2001) destacam que a internet tem influência tanto nos modos de participação ativa/direta, quanto nos modos passivos/indiretos, com especial atenção para o fato de que os atores sociais envolvidos também fazem parte da esfera política. No caso da discussão política de âmbito local, essa dinâmica tende a se reforçar ainda mais, pois, como vimos anteriormente, determinados sites podem servir de fonte de informação local, agregadora de “vizinhos” e ainda promover discussão de assuntos de implicação direta e cotidiana nas pessoas.

É importante que se diga que os ganhos democráticos obtidos pelos cidadãos tanto via funções normativas quanto via mediação, na verdade, não brigam entre si. Pelo contrário, eles são pontos que se cruzam em todas as situações, estabelecendo entre si uma relação dialética. Portanto, para fins de sistematização da presente análise,

---

<sup>75</sup> Do original: “Indeed, rather than being slighted by a form of ‘pseudo participation’, as traditionalists (e.g. Kerbel, 1999) might characterize new media use, the citizen benefits from the awareness that media participation provides proximity to political elites, makes politics continuously available and entertaining (i.e. accessible), offers open-mike access to a wide audience, socializes citizens to participate in public affairs, and allows voters to cultivate a civic identity and know their own minds”.

identifica-se quatro ganhos democráticos majoritários: informação, ação educativa, comunidade e monitoramento do poder.

### **3.5.1 – Informação**

Na primeira parte desse capítulo, mostramos que o valor e a concepção que se dá a determinado local é o resultado de diversos fatores que, dentre outros, envolve as trocas comunicacionais realizadas entre os indivíduos. Tais trocas, ou simplesmente fluxos de comunicação, iniciam-se fincadas no espaço físico, mas não se limitam a ele, desenvolvendo-se na medida em que indivíduos compartilham idéias e códigos em comum sobre aquele local. É assim na rua, na praça e em qualquer espaço público compartilhado, como a internet também pode ser entendida. Isto é, do ponto de vista de um local específico, as redes digitais também podem servir como modo de dar vazão aos fluxos informativos localizados.

Dessa forma, o espaço local é uma construção social realizada a partir dos fluxos informativos que percorrem os ambientes de interação dos cidadãos, seja no âmbito físico e palpável, seja mediado por computadores. A política também está nesse contexto, afinal, pessoas interessadas em seus lugares de vida discutem e se informam sobre diversas questões, como entretenimento, saúde, educação e, claro, política. Há, portanto, uma confluência de temas no que tange à concepção política de que trocas cotidianas de informação podem ajudar a formar a ideologia política de cada um ou simplesmente alimentar de repertório cognitivo indivíduos que irão participar em alguma questão mais específica.

Na raiz da democracia participativa, Rousseau (2006) e Mill (2009) vêm com especial atenção as relações cotidianas no âmbito local como o espaço primeiro de articulação e participação política. O pensador francês entende a participação dentro de um modelo democrático a partir do compartilhamento de benefícios e malefícios da vida em sociedade, ou seja, indivíduos se comunicam e se relacionam para formarem o bem comum, mesmo que isso traga alguns malefícios, mas é, sobretudo, para alcançar os benefícios que eles se entendem publicamente. A integração social, portanto, ganha ainda mais pujança e se torna fator preponderante para o desenvolvimento democrático sadio. Essa integração é alcançada através da relação dialética entre liberdade individual, participação e controle.



Para que essa engrenagem funcione, é preciso informação para alimentar o repertório político individual dos cidadãos.

É a informação compartilhada sobre o portão do cemitério, ou as resenhas coletadas num café local, ou os debates que se desenvolvem em torno de uma lista de serviços públicos local – o conhecimento de outras pessoas tendo o mesmo conhecimento do local é o que integra a construção do conhecimento local (GORDON, 2008, s/p).<sup>76</sup>

Na verdade, a informação que é tida como um ganho democrático para o cidadão se forma em duas concepções. Primeiro, aquela informação obtida de forma individual, na busca por um conhecimento que alimente a coleção de informação sobre determinado assunto e que vai ser, mais cedo ou mais tarde, importante para uma discussão política ou uma discussão que possa ter implicação política. Segundo, e mais importante, aquele tipo de informação que, como afirmou Gordon, é compartilhada e foi construída socialmente a partir de fluxos informativos que costumam as relações sociais. Na concepção de Bucy e Gregson (2001), adquirir informação é um tipo de ganho de caráter psicológico e cognitivo, isto é, não resulta em um resultado efetivo e direto que pode ser quantificado ou mensurado. Mas, sim, atua no sentido de dar base para outros tipos de ganhos mais ativos e com implicação material mais “palpável”, conforme veremos nos tópicos seguintes.

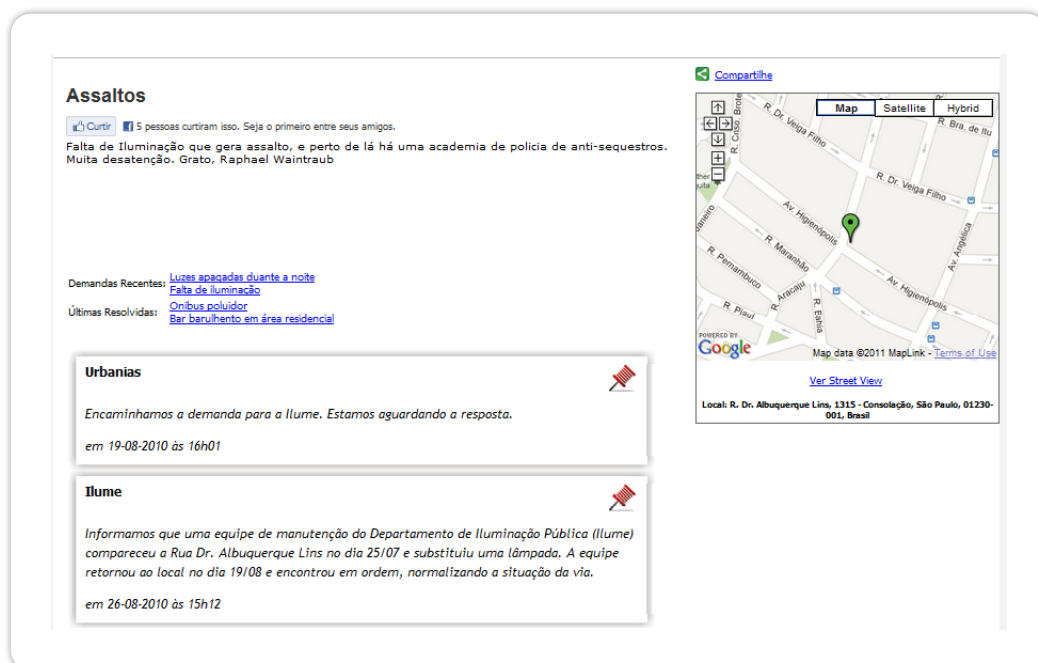


Figura 9 - tópico de reclamação dentro do site Urbanias

<sup>76</sup> Tradução própria do original em inglês: “It is the shared information about the cemetery gate, or the collected reviews of a local café, or the debates that take place on a local listserv — the knowledge of other people having the same knowledge of location is integral to the construct of local knowledge”.

Em São Paulo, cidadãos podem utilizar o Urbanias<sup>77</sup> para denunciar (através de fotos, vídeos e descrição da situação por escrito) os pontos da cidade que apresentam problemas em diversos setores que concernem à qualidade de vida na cidade e, por consequência, afetam o dia-a-dia dos moradores, como problemas relacionados ao trânsito, ônibus e metros, ruas e calçadas, lixo e poluição, acessibilidade, dentre outros assuntos. Nesse caso, que se encaixa na categoria Geolocalização, há a formação de um composto informativo sobre diversas questões paulistas, apresentando, ainda, um quadro geral formador de uma agenda pública de problemas.

Conforme pode ser visto na figura 9, o cidadão contribui para informação geral sobre São Paulo, ao apontar onde exatamente está o problema e qual é essa questão que afeta a cidade, para uma informação direcionada sobre segurança e consegue receber um *feedback* de sua reclamação. A partir desse processo, o indivíduo ainda compartilha a questão com os amigos, por meio do Facebook, e amplia o alcance do conteúdo, contribuindo, mais uma vez, para o composto informativo geral da cidade. Além disso, ele ainda entra em contato, mesmo que indiretamente, com a empresa responsável pela solução do seu problema, mais um tipo de informação que irá compor o repertório local do cidadão para futuras participações.

É importante fazer uma distinção entre informação para participação e informação obtida a partir da participação. Sobre o primeiro aspecto, Saebo, Rose e Flak (2008) não caracterizam a simples troca de informação, independente de qual nível, como componente do escopo participativo. Isso significa admitir a informação apenas como um elemento anterior ao processo participativo, somente como formador do repertório do discurso político individual. Na perspectiva aqui adotada, esse aspecto não é único, e o mais importante é o fato de que a participação é concebida, dentre outros elementos, a partir da informação adquirida individualmente que é discutida e reformatada pelos fluxos comunicacionais e informações advindas de outros indivíduos. O resultado disso é que, num segundo momento, o próprio processo participativo gera mais conteúdo para que seja base para futuras participações.

Para tanto, meios de comunicação de qualquer nível são aspectos condutores de tais trocas e participações. No caso específico da internet, que é foco de estudo aqui, ela se estabelece como ponto central para que tudo isso ocorra. Seja no viés da simples

---

<sup>77</sup> <http://www.urbanias.com.br>

obtenção de informação, seja pelo aspecto de ser base para formas de participação mais avançadas, a internet lida com informação, inclusive a de cunho político. Nesse caso, os meios de comunicação são as principais fontes de informação, acrescido da internet nos últimos 15 anos (POLAT, 2005). Na verdade, essa questão se torna óbvia se nos lembrarmos de que a internet está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, seja para pagar contas em banco, relacionar-se, trabalhar ou consultar serviços públicos, seja para se informar sobre eleições ou sobre sua cidade. Mas, um dos pontos interessantes à perspectiva aqui adotada, dentre outros, é o fato de que na internet cada pessoa ser um consumidor de informação e ao mesmo tempo um potencial produtor de informação (POLAT, 2005), fato que influi diretamente nas questões abordadas nos parágrafos anteriores.

No que tange ao acúmulo de informação na rede, é evidente que os governos democráticos de todo o mundo estão provendo largamente seus cidadãos de conteúdo público. Como vimos no histórico da democracia digital, esse é o aspecto explorado inicialmente por diversas iniciativas e sites, mas Dahlberg (2001) lembra que, ainda assim, ferramentas online de participação também devem ser lembradas como fontes importantes de informação direcionada. No caso do ambiente local, isso também se reflete em ganho para os cidadãos, na medida em que as trocas informativas que se dão nesses tipos de sites também contribuem para a formação cognitiva do cidadão.

A disponibilidade de informação pertinente e a facilidade com a qual floresce pode fazer uma significativa diferença na qualidade de vida das vizinhanças. A partilha de informação é um ingrediente essencial, mas curiosamente negligenciado em capital social local. Onde a informação e a comunicação são sufocados, confiança e cooperação são menos propensos a prosperar. Onde eles florescem, residentes podem sentir mais empoderados e prontos para engajar em processos de co-produção (FLOUCH e HARRIS, 2010, p. 2).<sup>78</sup>

No caso brasileiro, um estudo<sup>79</sup> mostra que os níveis de participação e engajamento dos cidadãos, em qualquer nível (local, regional ou nacional), são baixos: 12% e 18%, respectivamente, do total da população brasileira. Outra estatística mostra que apenas 4% dos brasileiros se sentem muito informados sobre política

---

<sup>78</sup> Tradução própria do original em inglês: “The availability of pertinent information and the ease with which it flows can make a significant difference to the quality of life in neighbourhoods. The sharing of information is an essential but curiously overlooked ingredient in local social capital. Where information and communication are stifled, trust and co-operation are less likely to thrive. Where they flourish, residents can be expected to feel more empowered and ready to engage in coproduction”.

<sup>79</sup> Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil - TIC Governo Eletrônico 2010, do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Disponível em: <http://www.cetic.br/tic/egov/2010/index.htm>

governamental e 49% se sente pouco informado sobre a mesma questão. Esses dois conjuntos de índices podem mostrar que há uma relação direta entre participar/engajar em questão pública e se sentir informado sobre política, ainda que esta esteja ligada à política de ordem governamental. Numa comparação com o caso inglês analisado por Flouch e Harris (2010), vemos que o uso contínuo de sites que pretendem fornecer participação dá subsídios para que cidadãos se sintam informados sobre suas cidades, sendo que 92% dos pesquisados afirmam entender que informação local útil é compartilhada eficientemente, enquanto que 74% confiam no conteúdo que é divulgado e produzido no âmbito de sites locais.

Uma afirmação mais categórica de uma relação positiva sobre essas duas situações necessitaria de uma pesquisa mais aprofundada, mas ainda assim é possível tirar algumas conclusões a respeito, como poderá ser lido no parágrafo seguinte quando ocorrerá o estudo de caso. Ainda assim, discute-se alguns pontos a partir disso. O primeiro deles diz respeito à importância que a troca de informação sobre determinado local tem para os cidadãos, que se torna um ganho democrático na medida em que influi sobre seu repertório político e serve como base para futuras participações. Fluxos de comunicação mais abertos, incluindo a participação de membros da classe política em constante contato com o público, podem ser vitais para a formação de uma “cultura da mutualidade” (FLOUCH e HARRIS, 2010, p. 3), fato que irá implicar diretamente no ganho democrático seguinte. Além disso, quando se trata de um tema político mais específico – e que podemos entender, além de outros aspectos, como um tema local, aquele em que somente pessoas circunvizinhas têm conhecimento a respeito, pois vivem aquela realidade – a estocagem informativa é essencial para participação (SAEBO, ROSE e FLAK, 2008). Mais uma vez, a relação aqui é dialética: é preciso mais informação para se discutir e entender uma questão política específica, que, por sua vez, gera como ganho mais informação adquirida, só que dessa vez carregada de uma essência compartilhada.

A realização da Copa do Mundo no Brasil tem gerado inúmeras iniciativas civis de participação e reivindicação de transparência de dados, conforme foi apresentado na categoria Acompanhamento de Representantes. Uma delas, o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, produz conteúdo diariamente no sentido de constranger a política local e forçar os órgãos públicos a divulgarem informações a respeito de gastos com obras. Além disso, num ponto que interessa mais diretamente a esse momento da análise, o

Comitê distribui conteúdo de um estudo sobre os impactos urbanos que a Copa vai trazer à Porto Alegre.

A figura 10 mostra um slide de apresentação em que o Comitê tenta chamar a atenção para os gastos com o Aeroporto local e a conseqüente mudança de famílias locais para outra área da cidade. A questão é mostrada com certa riqueza de números, que contribui para o repertório daqueles indignados com a questão ou que não sabiam do acontecido e agora possuem informação para futuras discussões. No caso, a participação aqui, de cunho simbólico (BUCY e GREGSON, 2001), torna-se um ganho para o cidadão na medida em que ele se informa sobre uma questão local e tem oportunidade de compartilhar esse conteúdo ou apenas tomar para si a informação e aguardar o momento para utilizá-la. Isto é, mesmo sem produzir conteúdo ou entrar diretamente em contato com nenhum político, o cidadão se empodera de subsídios que também podem ser aproveitados para ações de engajamento cívico.



Figura 10 - slide de documento disponível no site do Comitê Popular da Copa – Porto Alegre

Do ponto de vista do engajamento, que para Frewer e Rowe (2005) a participação é apenas um tipo, é necessário entender a prática como dependente de acúmulo de informação. Um diagnóstico mais preciso da eficiência da participação, seguem os autores, seria a possibilidade de o cidadão adquirir conteúdo sobre aquele tema. Por esse viés mais abrangente de análise, a informação acumulada pelo cidadão teria ainda mais uma função, a de cancelar o engajamento em atividades das mais

diversas, tornando-se um ganho democrático na medida em que aumenta as possibilidades de interação dele com os demais membros da sua comunidade.

Numa linha contrária a esses argumentos, há uma grande quantidade de autores que afirmam que mais informação não ativa automaticamente participação. A obviedade de tal afirmação se compara à de que a televisão aliena os indivíduos que se informam por ela. Para fugir de situações como essa, é preciso estudar contextos específicos, ainda que Norris (2001) consiga provar isso num estudo empírico, ou que Polat (2005) acredite que a internet traz apenas quantidade de informação e não qualidade, e Schudson (2003) mostre que na história americana a informação nunca teve papel relevante no quesito política. Uma análise contextual elimina sobressaltos conclusivos, a exemplo do que Schlegel (2009) mostra sobre a participação online no Brasil. Num estudo comparativo com outros países da América Latina, o autor mostra que a questão da exclusão digital no Brasil não tem tanta relevância, pois esse fator não influi diretamente no fato de uma pessoa querer participar ou não. Pelo contrário, a participação não-mediada por computador tem as mesmas variáveis dependentes do que a participação via redes digitais.

No caso da informação local, a visão pessimista apresentada por Polat (2005) poderia ser facilmente refutada pelo estudo da participação local apresentado por Flouch e Harris (2010). Isto é, a partir de sites e ferramentas bem conectadas aos cidadãos e suas realidades distintas, estes podem contribuir para que a informação não seja apenas um fator decisivo a priori para a participação, e, sim, ser um aspecto importante para a retro-alimentação desse processo. Nesse caminho, Macintosh e Whyte (2008) explicam que um sistema de participação bem arrumado e desenhado consegue sanar o problema do *information overload*, além de integrar ações que pressuponham a participação de membros políticos – para que dêem encaminhamento às solicitações – e incentivar a participação a partir de modos de produção de conteúdo colaborativo, em rede e em parceria com organizações civis e governos.

Essas questões também têm implicação em outro aspecto. Gordon (2008) argumenta que a ubiquidade que a internet vem adquirindo no cotidiano das pessoas faz com que se torne natural a realização de qualquer prática social, antes restrita a outros campos, por meio das redes digitais. Ou seja, antes da internet, também o cidadão também se deparava com excesso de informação a respeito da sua localidade, obviamente que em nível comparativo inferior – mas ainda assim era preciso selecionar e “digerir” o conteúdo. Os complexos fluxos-informativos gerados pela internet, que

também têm implicação local, ativam outras habilidades sociais, que vão sendo desenvolvidas com o tempo. Portanto, é comum ver pessoas procurando sites na rede para obter informações que antes só poderiam ser adquiridas numa situação específica. Nesse sentido, é a dinâmica do fluxo informativo que vai constituir a noção de local (GORDON, 2008), seja ela do ponto de vista político ou até mesmo lúdico.

### 3.5.2 - Ação Educativa

Tanto do ponto de vista da democracia participativa quanto da perspectiva deliberativa, é possível entender a importância que a conversação cotidiana tem para a formação e participação política dos cidadãos. Em curto prazo, essas trocas geram efeitos imediatos em diversos aspectos do capital social de cada indivíduo, contribuindo para o repertório que dará base para diversas outras relações no tecido social. Já em longo prazo, pode-se identificar, também, tais efeitos, mas um ganho efetivo que pode ser apontado gira em torno da educação cívica/cidadã de cada pessoa, isto é, a conversação cotidiana e práticas conseqüentes (como a participação política) têm uma ação educativa forte na continuidade da vida social de cada indivíduo.

Rousseau (2006), Mill (2009), Habermas (2007) e outros autores que tratam sobre o assunto, tendem a dedicar especial atenção ao papel fundamental que as relações cotidianas têm para a participação política dos cidadãos, seja no âmbito da informação, da formação de um sentido comunitário próprio ou no monitoramento da classe política local. Esses elementos juntos têm o poder de formar um composto educativo forte, perpassando diversos momentos e/ou aspectos da vida social de cada indivíduo, contribuindo para que as pessoas formem suas concepções políticas individuais, ajudando para que essas questões sejam mantidas na comunidade e “digeridas” de forma a garantir continuidade desse processo, e montando o repertório pessoal para participação mais efetiva em questões políticas locais.

Vitale (2006) lembra que a formação de um indivíduo consciente politicamente é imprescindível para a consolidação de uma democracia participativa, o que implica na formação contínua das pessoas, conforme apontado acima. Não uma formação institucional, ligada a entidades educacionais inseridas num contexto normativo fechado, e, sim, ligadas à ideia dos fluxos comunicacionais do dia a dia. Essas questões envolvem, como pode ser visto na categoria Comunidade, um forte senso comunitário

“porque a própria identidade e os interesses dos indivíduos são marcados pela inserção nessa comunidade” (MAIA, 2011, p. 13). Claro que é importante ressaltar que isso não implica numa perspectiva *neo-tocquevilleana* (como, aliás, a própria autora prefere enquadrar a questão), afinal, estamos tratando de um contexto social marcado por interações que podem ser realizadas sem barreiras físicas (redes digitais). Isso quer dizer que, mesmo pensando o bem de uma localidade específica, pessoas podem fazer isso utilizando informações e outras questões ligadas a outras localidades como forma de adquirir subsídios para tal.

Em longo prazo, esse aspecto educativo esbarraria num anteparo robusto: a vida cotidiana traz consigo “uma constante tensão entre a afirmação instrumental de interesses (no limite, dos interesses individuais) e a constituição de solidariedades e de identidade coletiva, em diferentes graus” (MAIA, 2011, p.14). De fato, Rousseau (2006), já no século XVIII, previa isso, mas entendia que a própria ação educativa gerada pelos processos contínuos de participação iria sanar tal problema, uma vez que os cidadãos aprenderiam a contrabalancear interesses pessoais com os coletivos – ou, em maior instância, igualar os dois interesses.

Outra forma de compreender isso é por meio da noção de que o cidadão só vai se esforçar para participar se entender que há benefício para ele, e se houver, se o benefício que ele recebe vale à pena.

Imagino, contudo, que as pessoas, mesmo limitadas e visitadas por valores e interesses que condicionam e possibilitam sua decisão de participar, sejam capazes de identificar e determinar razões para a sua participação e que tais razões (que não precisam ser realmente racionais) funcionam como motivações suficientes para a sua ação em geral (GOMES, 2011, p. 31).

Nesse contexto, a visão participativa vê como benefício da participação a promoção do bem comum, de melhorias sociais e políticas para todos e outras questões que derivam em ganhos democráticos gerais. Isto é, além de haver um ganho pessoal contínuo, o esforço em participar advém, também, da ideia de que ele valerá à pena pelo fato de que aquelas pessoas do meu entorno social, que também praticam a participação, vão sair ganhando de alguma forma. Assim, indivíduos ganham para si uma certa autonomia política que é equalizada pelas suas virtudes cívicas pessoais – e, nesse caminho, bom repertório de capital social – e pelo valor cívico da comunidade. Pateman (1992) aponta essa questão local como o espaço primeiro do “treinamento social” de cada um, uma vez que instituições nacionais ou até mesmo internacionais oferecem poucas oportunidades de participação.



Em última instância, a soberania popular só é alcançada diante da confluência de interesses pessoais e comunitários obtidos via participação. Isto é, a ação educativa como um ganho para o cidadão resolve questões muito mais a longo prazo, pois a soberania não é algo que se imagine sendo alcançada de forma automatizada e atrelada somente às amarras institucionais. Mesmo que se alinhem processos participativos com meios individuais para tal, é importante não perder de vista o papel das associações nesse quesito. Klein (1999) explica que tais organizações – e aqui é preciso ressaltar que não se trata apenas de ONGs ou outras entidades com certo teor de burocracia, mas também de organizações cívicas mais cotidianas, como Igreja, associação de bairro e até mesmo grupos de discussão na internet – são essenciais para a equalização dos assuntos privados com os assuntos públicos (*public affairs*).

Estamos tratando aqui (1) de uma concepção de política enraizada nas relações cotidianas, (2) na construção do valor de determinado local a partir das trocas interacionais e informacionais dos cidadãos, e (3) de certo nível de descentralização do poder, então podemos tentar buscar na internet um espaço que sirva como terreno para os processos participativos locais. Como vimos anteriormente nesse capítulo, a internet tem se misturado cada vez mais às práticas cotidianas, o que nos faz estabelecer a mínima conexão entre as duas situações. Quer dizer, se a política e a participação podem e devem ser realizadas no âmbito local e se misturam às práticas cotidianas, também é possível entender como a internet se “intromete” nesse meio, servindo de base para praticamente qualquer ação social, como namorar, relacionar-se profissionalmente, fazer investimentos, conversar e, claro, estabelecer conexões políticas e de participação.

No Brasil, há um caso que merece mais atenção no que diz respeito à participação local, internet e ação educativa. Jundiaí, cidade do interior paulista, com população em torno de 370 mil habitantes, possui uma ONG que atua diretamente em questões políticas da cidade. A Voto Consciente, embora com filiais espalhadas pelo Estado, concentra em Jundiaí fortes ações de cidadania e participação, principalmente no âmbito da câmara de vereadores da cidade. A organização produz relatórios anuais do andamento da Casa, reúne-se periodicamente com vereadores, promove passeatas e outras manifestações presenciais, dentre outros. Claro, utiliza seu próprio site como base e plataforma de distribuição de conteúdo informativo local e de agregação de pessoas atinentes com os projetos em andamento.

O grupo também é responsável, em parceria com outras entidades, por duas ferramentas de participação local: Adote um Vereador e Cidade Democrática, essa última com especial enfoque na parte final dessa dissertação. Dessa forma, as ações da organização se espalham por diversos pontos da rede, infiltrando-se de forma natural em diversas apropriações da internet realizadas pelos jundiaenses, afinal, a maior participação do Cidade Democrática advém de moradores da cidade.

O acompanhamento contínuo das atividades legislativas e a utilização da internet como ferramenta de agregação e distribuição de conteúdo localizado formam alguns dos muitos elementos que contribuem para a formação cidadã e participativa dos moradores da cidade. Como ganho democrático, a ação educativa está no limiar entre ações imediatas, que vão subsidiando estocagem de material individual para participação e sensação de eficácia coletiva, e ações contínuas, na medida em que constrói uma cidade composta por cidadãos mais atentos à sua própria localidade.

Já na Inglaterra, Flouch e Harris (2010) mostram que o uso de sites de informação e participação local está ligado a altos níveis de benefícios sociais e psicológicos percebidos. Ou seja, as pessoas tendem a voltar àqueles sites locais que são entendidos como ativadores de tais ganhos democráticos. Essa continuidade também é concebida no âmbito das discussões empreendidas por meio das ferramentas apresentadas, pois os indivíduos se sentem cada vez mais compelidos a participar. Essas questões evocam, inevitavelmente, uma breve consideração sobre capital social<sup>80</sup>, pois estamos tratando de situações que geram sentido de eficácia coletiva e obtenção de bens sociais e simbólicos a partir da participação.

A premissa básica é que, ao lançar mão de seu repertório individual para participar, o cidadão entende que outros assim o fazem e aprende a aceitar mais facilmente a tomada de decisão política proveniente de discussão pública. Esse processo só se formaria continuamente, num caminho educativo que se consolida com o tempo e costura as relações sociais do dia a dia local. Um aprofundamento sobre essa questão poderá ser lida no parágrafo seguinte, quando ocorrerá a análise de caso, mas é possível lembrar do caso inglês, descrito por Flouch e Harris (2010): 82% dos respondentes concordam que é possível que pessoas se juntem na internet para discutir e participar

---

<sup>80</sup> Adotamos a noção geral de capital social de Pierre Bourdieu, descrita assim por Matos (2009): “conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento”.

pelo bem da comunidade.<sup>81</sup> Isso se desdobra no sentido de eficácia coletiva, na medida em que cidadãos se sentem, com o tempo e a partir de contínuos processos participativos, aptos a opinar, participar, discutir e deliberar sobre temas que tenham implicação direta na sua vida e na de sua comunidade local.

Um relatório sobre o *Local E-democracy National Project*<sup>82</sup>, publicado pelo governo britânico, identifica que algumas das ferramentas digitais de participação local financiadas pelo projeto conseguiram atingir o objetivo de elevar os níveis de confiança e interesse entre os cidadãos participantes. Além disso, também revelou que o uso desses sites estimulou a busca por informação local em outros meios, como televisão e rádio, mostrando que a utilização de ferramentas digitais não excluem nem um modo nem outro de participação.

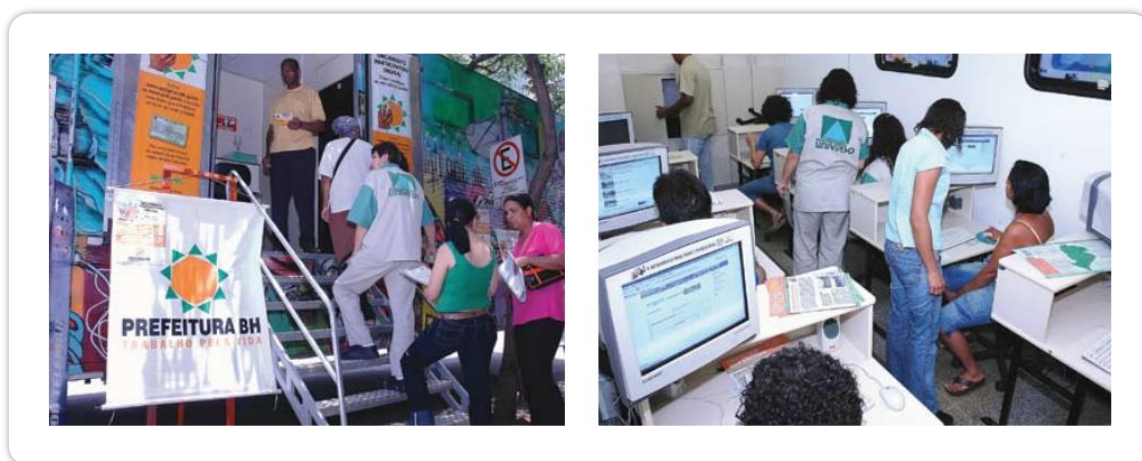


Figura 11 - Unidade Móvel de Inclusão Digital, apoio à participação de cidadãos no Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte<sup>83</sup>

A realização de Orçamentos Participativos (OP) em todo mundo, mas especialmente no Brasil, vem de uma tradição de esquerda. Independente disso, o fato é que em diversas cidades brasileiras esse modelo vem se consolidando como forma de colocar nas mãos do povo certa responsabilidade acerca dos investimentos do Estado nas mais diversas áreas. Em Porto Alegre, o OP já é realizado desde 1989 com relativo sucesso, adquirindo cada vez mais participantes e se alinhando às novas tecnologias,

<sup>81</sup> Mais uma vez, é preciso lembrar que essas questões precisam ser analisadas à luz de seus contextos. Para exemplificar isso, os mesmo autores mostram que pesquisa semelhante realizada no País de Gales, vizinho à Inglaterra, revelou resultado inferior, de 67%.

<sup>82</sup> Deeper and Wider Community Engagement – e-democracy and its benefits for local authorities councilors and communities

<sup>83</sup> Fotos retiradas da revista comemorativa dos 15 anos do OP de BH. Disponível em: [http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/revista\\_15anos\\_portugues.pdf](http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/revista_15anos_portugues.pdf)

assim como o OP de Belo Horizonte. No caso mineiro, Sampaio (2010) mostrou como a prefeitura da cidade conseguiu utilizar ferramentas da internet para dispor de novos inputs participativos e discursivos, transformando esses fóruns em arenas deliberativas.

De modo geral, dentre outras conclusões que podem ser obtidas (SAMPAIO, 2010), é possível identificar que a constante participação nesse tipo de atividade aciona processos cognitivos e contínuos no cidadão. Aumenta o capital social em diversos aspectos, na medida em que coloca ao indivíduo poder para opinar e interferir em questões que implicarão diretamente em suas vidas. No plano comunitário, forma um processo educativo que cresce a cada ano, angariando mais participantes<sup>84</sup> e empoderando aqueles que já participaram, para que em futuras consultas também possam aproveitar melhor tal oportunidade.

Além disso, houve preocupação em identificar pontos da cidade com pouco acesso à internet e levar, através de unidades móveis, acesso a computadores para que ampliasse o alcance do OP a outras regiões. Some-se a isso a oferta de 152 centros de inclusão digital espalhados por Belo Horizonte e região metropolitana, espaços dedicados a oficinas de inclusão digital e participação no orçamento digital. Alia-se, desse modo, uma prática participativa direta em questões sociais locais e a formação continuada de cidadãos para futuros processos digitais.

Um dos principais pontos desse processo educativo a partir da participação é que as pessoas aprendem a discutir em comunidade assuntos que dizem respeito especificamente a eles. Não que esses mesmos cidadãos excluam de suas dietas discursivas e de preocupação questões mais gerais, nacional ou internacionalmente falando, mas há um caminho sendo pavimentado aos poucos sobre a política local e a aspectos únicos daquela localidade.

### **3.5.3 – Comunidade**

Vimos anteriormente nesse capítulo que a construção da concepção do espaço local é realizada socialmente, ou seja, a partir da relação entre os cidadãos que ali vivem ou que sobre aquele espaço interagem. São códigos em comum que os cidadãos

---

<sup>84</sup> De 15 mil pessoas em 1994 para 44 mil em 2009/2010. Números obtidos em revista comemorativa dos 15 anos do OP de BH. Disponível em: [http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/revista\\_15anos\\_portugues.pdf](http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/revista_15anos_portugues.pdf)

compartilham entre si e que, em maior ou menor grau, dão valor àquela localidade. O espaço local é essencialmente construído pelas trocas comunicacionais realizadas pelos cidadãos (LEFBVRE, 2001). Por isso, não há uma concepção final sobre determinado local, e sim uma ideia desenvolvida ao longo do tempo. As práticas cotidianas, portanto, “são encontradas onde reivindicações para uma cidadania inclusiva e substancial são feitas e ‘lutadas’, a favor e contra” (KNUDSEN, 2007, p. 9). Isso significa entender o local como arena de conflitos, mas também de relações dialógicas e compartilhadas.

Por esse caminho, verifica-se que a formação da face política do local é uma condição *a priori* do desenvolvimento diário desse local, ou melhor, há uma relação dialética entre o pensamento comunitário compartilhado e a formação do significado da mesma. Pateman (1992) explica que o espaço local é o primeiro onde o cidadão “aprende” os ideais de democracia, como respeito mútuo, noção de ação compartilhada, equilíbrio entre necessidades pessoais e coletivas, entende como deve ser feita a participação juntamente com outros residentes etc.

Mas como a participação política pode gerar o sentido comunitário como ganho democrático para o cidadão? Para responder essa questão, recorreremos à Galston (2002) e suas características estruturais de uma comunidade. Primeiro, uma comunidade possui membros limitados, mas não no sentido de exclusão arbitrária, e sim pelo viés do se “sentir pertencer” àquele local, seja por questão familiar, tradicional ou história, seja por escolha. O autor explica que há custos de entrada e saída da comunidade e esses dois fatores estão ligados intimamente ao “poder de fala” dentro do espaço local. Ora, se a participação pressupõe que o cidadão tome parte de determinada situação política que lhe interessa, então é avaliando os custos sociais para tal que o indivíduo irá participar e, conseqüentemente, beneficiar-se do sentido de pertencimento àquele local o qual ele ajudou a melhorar tal situação política.

Esse sentimento de pertencimento é tido como essencial para o bem estar do cidadão perante o local em que ele vive, portanto, ao se interessar, envolver-se politicamente numa determinada questão e efetivamente participar, o indivíduo se acopla ainda mais àquele espaço local socialmente compartilhado. Além disso, Galston (2002) ainda argumenta que esse processo gera normas compartilhadas, que são historicamente construídas e mantidas na dependência de mais participação. Isso significa considerar mais dois aspectos: os laços afetivos, que se moldam independente

da esfera política, mas que podem interferir nela; e o sentido de obrigação mútua, que também está ligado à ideia de ação educativa contínua discutida no tópico anterior.

Diferentemente do ‘self’ livre do liberalismo, o ‘self’ comunitário é entendido como sendo constituído nas relações estruturadas pelo papel social e pela subjetividade compartilhada. A comunidade vem antes e permite liberdade individual, expressão e democracia. O diálogo democrático serve à vida comum em grupo, mais do que a interesses individuais privados. Permite que membros da comunidade descubram suas identidades compartilhadas e propostas (DAHLBERG, 2001, p. 163).<sup>85</sup>

O processo participativo mais comum nesse sentido é a discussão de problemas locais, adversidades que assolam a todos da localidade em maior ou menor nível, mas que, por pensarem o bem comum geral, todos são incitados a participar. Essa pode ser uma acepção simplória, mas se trata de participação política no sentido mais amplo, como, aliás, já foi discutido mais cedo nesse trabalho. Ou seja, a participação se dilui em processos pouco automatizados no cotidiano das pessoas, porém carregadas de valor para a melhoria da comunidade.

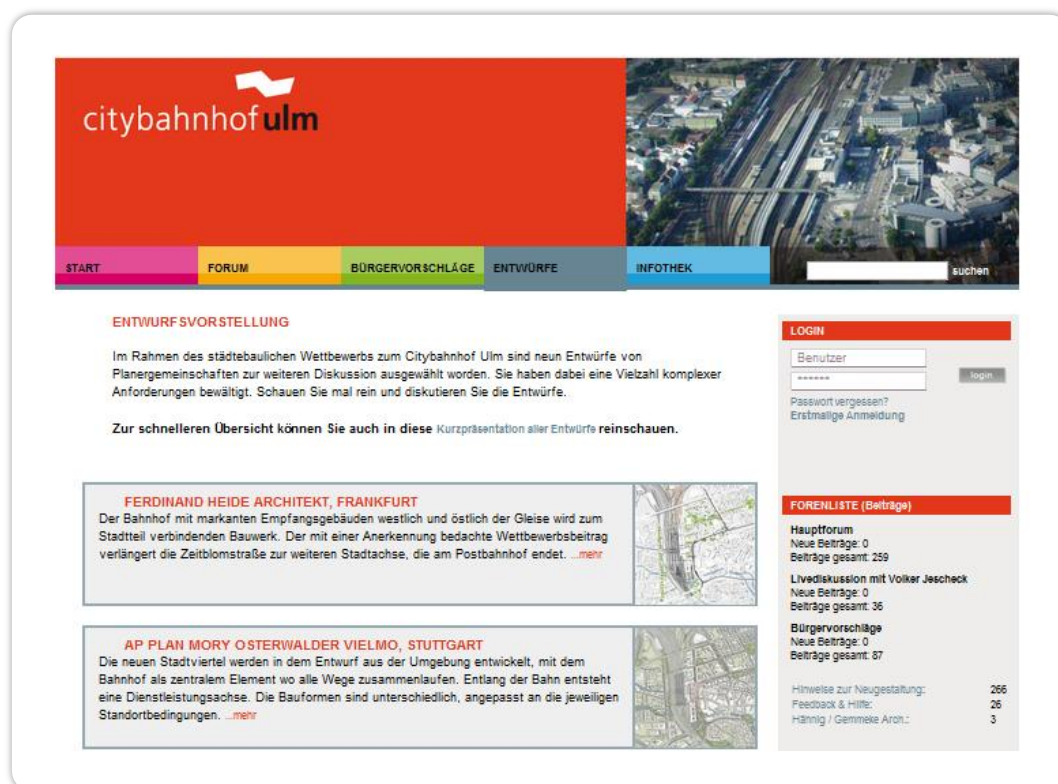


Figura 12 - página de sugestões dos moradores de Ulm para o planejamento urbano da cidade.

<sup>85</sup> Tradução própria do original em inglês: “Unlike the unencumbered self of liberalism, the communitarian self is understood to be constituted within relationships structured by social roles and shared subjectivity. The community comes before and enables individual freedom, expression and democracy. Democratic dialogue serves the common life of the group, rather than the interests of a private individual. It enables members of a community to discover their shared identity and purpose”.

É o caso de fóruns na internet, redes sociais online, listas de discussão, sites de informação local etc. Eles também formam um composto de comunicação localizada, enraizando-se cada vez mais no cotidiano das pessoas e abrindo novos *inputs* de participação local. As ligações via redes digitais seguem propósitos distintos, como, por exemplo, as comunidades de escolha (FREY, 2003), construídas a partir de interesses específicos em comum. No caso aqui discutido, no entanto, trata-se de uma comunidade de escolha no sentido de interesse compartilhado, mas esse interesse é condicionado ao espaço físico, aos assuntos concernentes a esse espaço. Condicionado, porém, não limitado, pois embora possa se discutir diversos aspectos acerca de tais comunidades, há um caminho bem pavimentado em direção ao complemento digital da concepção social compartilhada do local.

The image shows a screenshot of the 'Meu Rio' website. At the top left is the 'MEU RIO' logo. Navigation links include 'SOBRE NÓS', 'NA ATIVIDADE', 'DANDO UMA FORÇA', and 'NOSSO BLOG'. The main heading is 'FICHA LIMPA ESTADUAL' and 'VAMOS APROVAR O FICHA LIMPA ESTADUAL!'. A video player shows a man speaking. Below the video is a progress bar with the text '1353 pessoas assinaram esta petição.' and a goal of 1500. A text block reads: 'URGENTE! Graças a mobilização de pessoas como você, trouxemos o Ficha Limpa Estadual de volta para a agenda política. Agregamos as vozes de mais de mil cidadãos que tomam atitudes concretas em prol do fim da corrupção na administração pública. Chamamos a atenção da mídia, com notas'. To the right is a sign-up form titled 'QUEREMOS A APROVAÇÃO DO FICHA LIMPA ESTADUAL!' with fields for 'Nome', 'Sobrenome', 'E-mail', and 'Zona', and a text area for 'Eu quero o Ficha Limpa no Rio porque...'. A 'ASSINE JÁ!' button is at the bottom right.

Figura 13 - Página do site Meu Rio

Na mesma linha está o *City Bahnhof Ulm*<sup>86</sup> (figura 12), de Ulm, na Alemanha, site que se dedicou a discutir uma questão específica: planejamento urbano da cidade. Esse propósito foi aos poucos se ampliando e hoje é possível acompanhar diversas

<sup>86</sup> <http://www.ulm-citybahnhof.de>

outras discussões pontuais empreendidas pelos cidadãos. No Brasil, também há exemplos semelhantes, como o site Meu Rio e o Movimento Boa Praça<sup>87</sup>. O primeiro caso se refere à união de forças em torno da melhoria de questões pontuais do Rio de Janeiro, como a realização da Copa do Mundo na cidade e seus impactos sociais. Além disso, o site utiliza as redes sociais online para angariar mais pessoas em torno de outros projetos, como forma de pressionar a classe política para questões mais gerais, como fim da violência e da corrupção.

Os cidadãos que participam via Meu Rio só o fazem porque vêm no site a promoção de causas que eles também compartilham, causas essas que, de uma forma ou de outra, integram a agenda pública de problemas locais. Ao compartilhar no facebook a petição sobre a lei da Ficha Limpa estatal, o indivíduo está mostrando aos seus amigos que se importa com a cidade, com o bem estar da comunidade local. Assim, outras pessoas são “intimidadas” a fazerem um mesmo, montando uma rede de cooperação em torno de interesses similares que, em última instância, é o bem comum da cidade do Rio de Janeiro.

No site do Movimento Boa Praça, desenvolvido na plataforma *Ning*, os cidadãos de Belo Horizonte se juntam para discutir questões diversas, mas todos estão imbuídos do sentimento de preservação do local físico compartilhado por todos, a praça. O texto de apresentação do Movimento diz que o objetivo é “mobilizar as pessoas para revitalizar e ocupar as praças, devolvendo a elas seu sentido inicial: de lugar de encontro, diversão, debate e inclusão”. Ao participarem nessas iniciativas e atividades comunitárias, os indivíduos desenvolvem alto senso de eficácia coletiva e, ainda, conseguem pressionar políticos para realização de ações semelhantes em outras regiões da cidade. De fato, as atividades comunitárias são realizadas no espaço físico, mas o senso do local é compartilhado no site, que também é utilizado para marcar reuniões, debater outras questões e agregar mais pessoas para o Movimento.

Mesmo que geograficamente longe, essas pessoas compartilham interesses, gostos, sentimentos e planos relacionados à cidade. São essas questões que tornam os cidadãos próximos e que são formados a partir da participação deles em tais comunidades, sites, ferramentas e iniciativas digitais diversas. É salutar lembrar, no entanto, que essas relações não excluem as discussões face a face ou as participações

---

<sup>87</sup> Respectivamente: <http://meurio.org.br/> e <http://boapraca.ning.com/>



em processos locais de cunho físico, em que é necessária a presença individual. Papacharissi (2009) lembra que diversos autores tendem a atacar a premissa comunitária da internet por meio desse possível antagonismo, mas a participação política e a discussão de problemas locais pressupõem interação de mão dupla, justamente uma das possibilidades que a internet oferece para cidadãos e governos. Isso cria, portanto, um senso de reciprocidade semelhante àquele experimentado nas interações face a face, mostrando que a participação política local online gera sentido comunitário como ganho democrático, e não sentido de fragmentação local.

Para ser mais claro sobre a questão acima, podemos dar um passo lateral e buscar no capital social mais explicações a respeito. A conversação cotidiana tem papel fundamental na formação do capital social, pois é ela que vai munir o repertório individual de cada e, conseqüentemente, ser base para a participação local. Ou, o capital social conecta as pessoas e é lastro para o estabelecimento de formas de cooperação, isto é, formação do sentido comunitário. Nesse caso, dois elementos são fundamentais: reciprocidade e confiança, que são, à rigor, constitutivos do sentido comunitário. Correndo o risco de ser redundante, pode-se dizer que o cidadão participa nas questões do dia a dia em processos instituídos oficialmente ou, na maioria dos casos, em conversações cotidianas (e aqui também inclui a internet), “capazes de gerar vínculos sociais e confiança entre os indivíduos” (MATOS, 2009, p. 89) e, com isso, beneficiam-se da concepção comunitária local socialmente compartilhada e, por isso, chancelada<sup>88</sup>.

Essas questões evocam o conceito de eficácia coletiva (*collective efficacy*), desenvolvido para estudos em psicologia (BANDURA, 1997) e que foi adotado por trabalhos em comunicação e *media effects*. No geral, entende-se por eficácia coletiva “o entendimento compartilhado de um grupo em sua capacidade de organizar e executar os cursos da ação requerida para atingir níveis de realizações/objetivos” (p. 477)<sup>89</sup>. No caso da internet, os grupos que se formam para discutir problemas locais o fazem de forma a atingir um alto senso de eficácia coletiva, que envolve desejo pelo bem coletivo, confiança, reciprocidade e, para Hampton (2010), mais dois elementos: contexto político favorável e infraestrutura de comunicação propícia. No capítulo seguinte, na

---

<sup>88</sup> Aqui estamos tratando a questão num sentido amplo, mas é possível estabelecer interações sociais que são maléficas para a formação do capital social (MATOS, 2009).

<sup>89</sup> Tradução própria do original em inglês: “a group’s shared belief in its conjoint capabilities to organize and execute the courses of action required to produce given levels of attainments”.

análise de caso, poderemos testar tal questão e verificar como esses elementos dialogam e formam um ambiente social propício para participação local.

Além disso, tanto Hampton (2010) quanto Lev-On (2010), Flouch e Harris (2010) e Harlow (2011) falam, ainda, de outro termo que é análogo à eficácia coletiva: coesão social. Os quatro trabalhos analisam casos diversos de participação local na internet em contextos sociais distintos, mas tendem a considerar a formação comunitária como importante em dois sentidos. Primeiro, como base inicial que provoca ou incentiva a participação, isto é, a localidade já experimenta níveis de coesão social e eficácia coletiva altos que permitem participação. Segundo, ao participarem, esses cidadãos se sentem ainda mais atraídos a continuar participando e, em instância final, sentem-se cada vez mais acoplados à comunidade local.

No estudo de Hampton (2010), ele encontra evidências de que, num cenário de desvantagem social e com problemas sociais marcantes, as pessoas tendem a procurar soluções para essas questões. Envolvem-se em discussões locais, engajam-se em causas e, no caso do contexto mais recente, também utilizam a internet para tal. O resultado dessa participação é a formação mais coesa do sentimento de eficácia coletiva. Pelo mesmo caminho aponta Lev-On (2010) em trabalho sobre o *Katif.net*, que se formou com um propósito específico: reunir a população de Gush Katif, comunidade judaica da Faixa de Gaza, que foi expulsa de seu território em 2005. Como o artigo demonstra, o *Katif.net* se estabeleceu como “local” de encontro de famílias desagregadas e pessoas em busca de discussão de problemas e questões relacionadas à localidade perdida. Também no capítulo seguinte, analisaremos essa questão a partir do estudo de caso do site Cidade Democrática.

Mais notadamente, o senso de comunidade virtual é fortemente correlacionado ao uso do site para atualizações sociais; então, quanto mais a pessoa usa o site para atualizações sociais, mais fortemente ela estará inserida na comunidade virtual. Na verdade, acessar atualizações sociais do *Katif.net* (assim como ler blogs e trechos de opinião) é positivamente e significativamente relacionado com outras formas de usos do site – ou seja, quanto mais o cidadão usa o site para atualizações sociais, mais ele usa o site para todos os outros propósitos (LEV-ON, 2010, p. 1221).<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> Do original: “Most notably, the sense of virtual community strongly correlates with usage of the site for social updates; so, the more one uses the site for social updates, the stronger one feels embedded in the virtual community. In fact, receiving social updates from *Katif.net* (as well as reading blogs and opinion pieces) is positively and significantly correlated with all other uses of the site—that is, the more one uses the site for social updates, the more one uses the site for all other purposes”.

No contexto britânico, Flouch e Harris (2010) inserem nessa questão a posse de uma residência como um dos fatores principais que influenciam fortemente o senso de comunidade. Assim, morar e estar ligado fisicamente aumentam as chances das pessoas discutirem politicamente e procurarem a melhoria da comunidade, mesmo que essa discussão tenha como ambiente discursivo a internet. Neste caso, o uso dos sites locais para obter informação ou debater sobre os assuntos da cidade estão positivamente relacionados à encontros face a face, ainda que seja necessário considerar o ambiente social estudado.

Um tema que se desenvolve paralelamente ao abordado nos parágrafos anteriores versa sobre a importância do associativismo como forma de alcançar mais eficientemente ganhos democráticos, fazendo da internet ambiente de apropriações coletivas para tal. Maia (2007) argumenta que esses usos têm como objetivo gerar efeitos democráticos, como a) interpretação de interesses e construção de identidade coletiva; b) constituição da esfera pública; c) ativismo político, embates institucionais e partilha do poder; e d) supervisão e processos de prestação de contas. Interessa-nos, aqui, o primeiro tema, que Maia (2007) desenvolve a partir do papel das interações em rede para alcançar reconhecimento de comunidades ou minorias marginalizadas e fortalecimento intra-grupos. No caso do contexto local, esses grupos estão inseridos num ambiente único e, mesmo que lutem por objetivos distintos e tentem alcançar ganhos democráticos diferentes, eles compartilham o mesmo espaço local, oferecendo *inputs* informativos que se completam dentro da própria comunidade.

Assim sendo, determinadas redes cívicas, apesar de serem consideradas pré-políticas do ponto de vista institucional, podem ressignificar a própria experiência e revalorizar habilidades e propriedades de grupos previamente excluídos. Através da internet, esses atores podem agir como ativos interlocutores para tematizar problemas de forma publicamente convincente (MAIA, 2007, p. 50).

A construção da identidade coletiva é importante em três aspectos. Primeiro, é lastro para a participação, como já tratamos anteriormente em relação à eficácia coletiva, que nos leva a entender porque determinado grupo de pessoas se junta para discutir politicamente determinado assunto (ACKLAN e O'NEIL, 2011). Segundo, é resultado de processos participativos, ou seja, é um ganho democrático direcionado à coletividade e às pessoas individualmente, na medida em que é um reconhecimento importante para o cidadão e seu *self efficacy*. Terceiro, atua fora da esfera participativa, mas pode interferir na produção de políticas públicas a partir do fortalecimento do

grupo por meio de uma identidade coletiva mais marcante e visível (LYCARIÃO e SAMPAIO, 2011), utilizando a internet para tal.

Em um conhecido trabalho, Pipa Norris (2004) argumenta sobre as discussões políticas na internet se desenvolverem entre pessoas com ideologia e interesses iguais, isto é, diminuindo as possibilidades de contra-argumentações entre grupos de pensamento político distintos. Nesse caso, a autora recorre à Putman e sua explicação do capital social do tipo “*bonding*”, que conecta pessoas similares ideologicamente. No caso da participação local, trata-se de se considerar essa questão à luz das necessidades em comum. De fato, embora grupos sociais dentro da comunidade convivam também por meio de suas diferenças, é notório que há algo que os conecte e os coloque em paralelo no que tange à objetivos finais. Seria, portanto, salutar pensar que o bem comum do local seja um elemento importante a se considerar, ainda que se possa entender, numa análise nacional, que essas pessoas compartilhando interesses locais em comum são, na verdade, *link minded* em relação ao todo nacional. A análise de caso empreendida no capítulo seguinte também irá abordar esse aspecto, desenvolvendo idéias acerca de se o cidadão acha que pode contribuir para o bem de sua cidade independentemente da inclinação política dos envolvidos.

#### **3.5.4 - Monitoramento do poder**

Quando tratamos, no início desse capítulo, sobre o espaço e a política local, destacamos, dentre outros fatores, o sentido ampliado de política como norteador dessa pesquisa e de outras no que tange à participação local. Não se refere, obviamente, à uma revisão do termo política, e, sim, assumir que nas práticas coletivas do dia a dia e nas trocas informacionais há carregado valor de participação local. Entende-se que, a partir do momento em que se pensa na valorização das relações cotidianas e no compartilhamento de códigos sociais fincados num local específico, a política passa a ter uma realização prática mais diluída e – também, mas não só – longe das amarras institucionais.

A noção básica de política, apresentada anteriormente por Bobbio (1998), vincula sua prática à realidade urbana, civil e pública, isto é, mostrando que sua origem, embora calcada numa época antiga sem horizonte de extensão territorial tão vasta como

hoje, já previa o entorno social do cidadão como espaço primeiro de articulação política. Ao trocar informações, compartilhar idéias e relacionar-se com seus vizinhos, o cidadão se faz e se reflete na relação diária. Mediado ou não por meios de comunicação, esse processo resulta em aspectos culturais específicos de cada local, que também podem ser acionados de diferentes locais, como em iniciativas de democracia digital.

Essas relações, portanto, estão carregadas de possibilidades de monitoramento do poder, mas não um monitoramento do tipo sentinela ou corretivo, mas, sim, entendido pelo viés da cooperação entre membros da esfera civil e representantes da esfera política formal. Essa questão está, aliás, considerada desde as noções básicas da democracia participativa, encontradas em Mill (2009), e democracia deliberativa, mais notadamente de estudos de raiz Habermasiana. Falamos anteriormente de ganhos democráticos, como a ação educativa, informação e comunidade, e todos esses aspectos estão diretamente correlacionados à continuidade do processo participativo e, obviamente, à ideia do contínuo monitoramento do poder por parte do cidadão.

Para entender melhor essa questão, retoma-se novamente Bobbio (1998), que afirma que o conceito de política está estritamente conectado ao de poder. Num ambiente social restrito, fisicamente pequeno e com baixa densidade demográfica, entender quais as forças e poderes que ali atuam é uma tarefa fácil, porém, no contexto social urbano das últimas décadas, executar igual trabalho torna-se complexo. Afinal, no espaço local habitam grupos sociais (organizados ou não), mídia, religião, membros políticos etc. que, de uma forma ou de outra, se opõem ou se agrupam em torno de interesses (SILVA, M., 2009). No contexto em que estamos trabalhando, no entanto, pode ser feita uma interpretação um pouco diferente, talvez alternativa, que não se opõe a outras formas de entendimento da mesma questão. Assim, formula-se que a noção de política está ligada à ideia de prática cotidiana ou como o domínio das relações cotidianas, que são, por sua vez, embebidas de relações de poder, sejam eles de instância formal ou civil, mas que podem trabalhar cooperativamente pelo bem da comunidade local.

Tanto para Felizes (2000) quanto para Silva, M. (2009), a complexa relação de forças nos ambientes urbanos atuais denota a necessidade da sociedade civil também atuar de forma combativa, pois é dessa forma que se evitaria a perpetuação no poder de determinados grupos específicos. Mas esses poderes se estruturam de duas formas: de

um lado, na esfera institucional, burocrática e organizada, e, do outro, no sentido de “um poder difuso mais próximo do quotidiano social, das relações que envolvem estratégias mais ou menos conscientes de apropriação e utilização desse poder” (SILVA, M., 2009, p. 72).

É justamente nesse ponto onde os indivíduos se beneficiam e a noção de monitoramento do poder pode ser entendida mais claramente como um ganho democrático. Em sua relação cotidiana, ao conversar com amigos, discutir na porta da padaria e se envolver mais diretamente em processos participativos mais organizados, o indivíduo se sente parte do processo de construção da sua localidade, isto é, torna-se mais um dos que pensam a comunidade e permanece monitorando o andamento da mesma, seja do ponto de vista institucional (por intermédio de *inputs* diretos), seja nas relações do dia a dia. É importante que se ressalte o peso do equilíbrio entre forças de poder governamental e do poder civil, independente se é organizada ou do ponto de vista individual.

Imaginar que as instituições podem apresentar um bom desempenho sem algum substrato de cultura cívica é algo logicamente pouco adequado. Catedrais certamente requerem fiéis. Assim, as duas dimensões devem ser vistas como partes de um todo e, nesse sentido, o esforço analítico deve atentar para as características e processos que se desenvolvem nas esferas da sociedade civil e das instituições (ROCHA, 2011, p. 174).

Certamente, nesse ponto do trabalho já é possível trazer a internet para o debate de forma mais natural, afinal, práticas políticas civis nas redes digitais já se tornaram comuns e fruto de inúmeros estudos, como vimos anteriormente no primeiro capítulo. Mesmo em estudos sobre internet e política, a questão da eficácia política é tratada como um aspecto importante a ser considerado como ganho para o cidadão (BUCY e GREGSON, 2001; MCCLUSKEY et al, 2004; FLOUCH e HARRIS, 2010). Esses estudos retomam a ideia de eficácia política de autores mais antigos, como Pateman (1992) – ou, numa questão prática, aplicam tal noção às atuais apropriações participativas da internet. Basicamente, cidadãos são mais propensos a participar porque entendem que seu envolvimento pode influenciar na decisão política final. Isso significa dizer que esse senso de eficácia política só é alcançado porque, em algum momento anterior, já houve participação. De outro modo, sem participar, seria ilógico pensar em como um indivíduo perceberia que sua participação teria efeito prático.

Em estudo sobre sites locais de participação, Flouch e Harris (2010) identificaram que mais da metade (59%) dos usuários dessas iniciativas se sentiam hábeis a influenciar no processo decisório de sua área. Como conclusão, os pesquisadores explicam que pode-se dizer que o uso desses sites proporciona mais contato entre cidadãos e agências do governo ou até mesmo políticos, além de, em alguns casos, contribuir para a formação de processos colaborativos na feitura de projetos ou na decisão de políticas públicas específicas. Em outro questionamento semelhante, 68% dos usuários se sentiram mais hábeis em influenciar a decisão política após terem participado via site. Esse aspecto também será abordado com mais clareza no estudo de caso no capítulo seguinte, além do papel que entidades civis têm na formação de um ambiente participativo em diversos âmbitos da sociedade.

terça-feira, 30 de agosto de 2011

---

### Projetos de Lei de autoria/coautoria do vereador Netinho de Paula (PCdoB), pré-candidato a Prefeitura de São Paulo

Conferência do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) realizada em 27/08, aprovou por unanimidade a pré-candidatura do vereador à Prefeitura de São Paulo. Aproveitamos para disponibilizar aos interessados, a relação de Projetos de Lei apresentados durante seu mandato.

Cabe a seus eleitores a análise da relevância dos projetos apresentados, levando em consideração a importância e o impacto que trará a sociedade paulistana, antes de decidir seu voto em outubro/2012.

Secretaria de Documentação da Câmara Municipal de São Paulo (SGP.3)

---

Base de dados: **projetos**  
 Pesquisa: **Netinho de Paula**  
 Total de referências: **39**

---

**01/39**

Projeto: **PL 347 02/08/2011**  (ver documento)

Promovido: Netinho de Paula

**EMENTA:** ALTERA O INCISO CXXX, DA LEI 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDARIO DE EVENTOS DO MUNICIPIO A FESTA DO CNTC (COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS) CLUBE EM HOMENAGEM AOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

**02/39**

Projeto: **PL 256 25/05/2011**  (ver documento)

Promovido: Netinho de Paula

**EMENTA:** ACRESCE O § 4º AO ART. 12 DA LEI 8.424, DE 18 DE AGOSTO DE 1976, COM REDACAO DADA PELA LEI 10.839, DE 30 FEVEREIRO DE 1990 E LEI 11.089, DE 11 DE SETEMBRO DE 1991, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS (CONCEDE ISENCAO DE TARIFA DE TRANSPORTE A ESTUDANTES SOLISTAS DO PROUNI ENTRE SUA RESIDENCIA E O ESTABLECIMENTO DE ENSINO, NOS LIMITES DO MUNICIPIO DE SAO PAULO)

Figura 14 - Dentro do projeto Adote um Vereador, blog fiscaliza a atuação de Netinho de Paula, vereador por São Paulo

Em São Paulo, o projeto Adote um Vereador recruta cidadãos para que adotem vereadores da cidade e passem a fiscalizar mais de perto suas ações. Para tanto, cada “adotado” tem um blog, em que o cidadão escolhido passa a preencher com informações e conteúdo em geral a respeito do andamento das atividades do legislador. Como pode ser visto na figura 14, Alecir Macedo é o responsável pelo blog Cuidando da Cidania, dedicado a acompanhar as ações de Netinho de Paula (PCdoB). Embora careça de atualizações mais constantes, o site integra uma rede de outros 10 blogs com o mesmo propósito, cada um investigando mais à fundo um vereador diferente.

Esse tipo de ação passa a fazer parte da vida cotidiana do cidadão, que congrega a suas atividades diárias mais uma, a de monitorar e municiar de informação um blog somente para ser um sentinela do vereador. Além disso, os integrantes do Adote um Vereador realizam encontros presenciais, onde trocam experiências e até acompanham sessões da Câmara. Na mesma linha está o Adote um Distrital<sup>91</sup>, iniciativa com enfoque nos parlamentares do Distrito Federal. Lá, a diferença é que os posts sobre cada “adotado” é disposto na mesma timeline, mas a proposta é a mesma, tanto do ponto de vista da informação política direcionada, quanto da congregação para encontros presenciais.

Diante desse quadro, diversas outras atividades online podem ser encaradas como participativas que geram esse senso de monitoramento do poder e eficácia política, como voluntariado, escrever para representantes, engajamento avulso e participação em fóruns. Essas são ações diretas, do ponto de vista da participação em si, e simbólicas, em relação ao *empowerment* (ganho) para o cidadão (BUCY e GREGSON, 2001). Numa escala de nível de influência, o monitoramento do poder como ganho estaria num patamar próximo ao poder institucional, pois há certa influência sobre ele, mas, também, não tão perto a ponto de se tornar influência direta na arena de dos *policymakers*. No caso mais específico da participação na internet, essa é uma questão até natural dado seu caráter cada vez mais pervasivo na vida das pessoas e, por isso, torna-se uma ferramenta poderosa para beneficiar os cidadãos no que diz respeito à manter a percepção de responsividade do sistema político. Em diversas iniciativas civis é possível encontrar políticos que se relacionam com cidadãos em

---

<sup>91</sup> Posts agregados sobre o distrital Chico Vigilante: <http://adoteumdistrital.com.br/category/chico-vigilante/>.



âmbito local a fim de buscar contribuição para questões a serem decididas na esfera política – exemplo mais claro disso veremos no capítulo seguinte, no estudo de caso.

Aqui, a internet é utilizada para um controle mais qualificado e sistemático dos representados sobre seus representantes, uma vez que seu efeito é gerar uma maior acessibilidade e visibilidade de informações políticas, que muito provavelmente passariam despercebidas caso não houvesse esse trabalho (...). Buscam-se, portanto, *accountability* e responsividade por parte dos representantes, os quais, a partir do momento em que procuram maximizar suas chances de permanência no poder, tendem a estar atentos a essas tentativas e procuram estabelecer estratégias de construção de imagem pública que gerem no eleitorado a sensação de estarem agindo de acordo com as expectativas de seus representados (LYCARIÃO e SAMPAIO, 2011, p. 104).

Mesmo no âmbito local, em que teoricamente um contato face a face com políticos seria mais fácil, a internet pode ajudar o cidadão a ultrapassar uma possível barreira. Com a popularização de redes sociais online, por exemplo, diversos políticos passaram a adotá-las como ferramenta de comunicação e cidadãos, agregados muitas vezes em campanhas espontâneas, formam um composto suficientemente robusto de pressão. Num levantamento realizado entre os vereadores de São Paulo<sup>92</sup>, 82% tem perfil no Twitter e, destes, 42% respondem a perguntas feitas pela ferramenta. Além disso, 64% dos vereadores possuem fanpages no Facebook e 55% usam o Youtube como ferramenta de comunicação.



Figura 15 - Sequência de posts no Twitter da vereadora de Salvador, Vânia Galvão ([www.twitter.com/vaniagalvao](http://www.twitter.com/vaniagalvao)).

<sup>92</sup> Pesquisa disponível em: <http://www.medialogue.com.br/wp-content/uploads/downloads/2011/10/politico-20-vereadores2-sp1.pdf>. Acesso em: 8/11/11.

Exemplo disso são os diversos políticos brasileiros com perfis no Twitter. A ferramenta de comunicação digital instantânea dá ao parlamentar, como pode ser visto na figura 15, a possibilidade de mostrar suas atividades, cobrar outros políticos e, principalmente, manter contato com seus eleitores. Nesse caso, fica claro o ganho para o cidadão da comunicação via Twitter, afinal, mesmo trocando uma ferramenta (e-mail) pela outra (microblog), o indivíduo realiza uma atividade de participação que propicia a ele um contínuo acompanhamento de seu representante, além de se tornar um composto razoavelmente forte de futuras interações para outros propósitos.

## **4 – ESTUDO DE CASO: PARTICIPAÇÃO CIVIL E PODER LOCAL NO CIDADE DEMOCRÁTICA**

Nos capítulos anteriores, a presente dissertação se concentrou em estabelecer parâmetros teóricos sobre democracia e participação online e local. Esses aspectos levantados serão levados em consideração nessa parte do trabalho, em que se empreendem esforços para entender os ganhos democráticos gerados para o cidadão através da participação local online no site Cidade Democrática.

Como já foi mostrado, quatro categorias de análise foram formatadas a fim de guiar um estudo mais organizado. Essas categorias não estão explícitas em nenhum autor, mas a bibliografia apresentada trata de diversos pontos que se relacionam a elas, isto é, informação, ação educativa, comunidade e monitoramento do poder são vistas ora como efeitos, ora como benefícios e até mesmo como recompensas cívicas. A literatura sobre participação e democracia aborda essas e outras questões como importantes para a formação cívica do cidadão e da comunidade como um todo, por isso essas categorias de ganhos já foram tratadas brevemente anteriormente e, agora, recebem um aprofundamento a partir de um estudo de caso.

### **4.1 – OBJETO E PARÂMETROS METODOLÓGICOS**

Em diversos estudos de caso consultados, é comum observar a utilização de análises de sites, apontando propósitos, problemas e demais questões sobre a ferramenta, numa tentativa normativa de estabelecer o bom padrão de iniciativa de democracia digital. Porém, essas pesquisas não conseguem responder uma questão importante: independente do padrão de qualidade da ferramenta participativa, esta tem eficiência no seu propósito? Mais profundamente, a participação realizada por intermédio destas ferramentas gera algum benefício ou ganho para o cidadão?

Estudar esse tipo de questão é difícil de ser respondida através de uma análise pura dos diversos aspectos da ferramenta. Na verdade, essa é apenas um dos passos para tal, uma vez que entender aspectos sobre ganhos democráticos para o cidadão necessita necessariamente de respostas diretas dos envolvidos. Macintosh e Whyte (2008)

apontam a importância de entrevistas semi-estruturadas para dar base para esse tipo de análise. Isso significa admitir o alinhamento entre a adoção de um parâmetro quantitativo – número de participantes entrevistados – e outro qualitativo – análise das respostas, relacionando-as com os propósitos do site/ferramenta, com a bibliografia a respeito e com as respostas de outros participantes. Esse direcionamento implicaria em alguns impedimentos metodológicos estancos. Primeiro, haveria dificuldade em encontrar número suficiente de respondentes, pois seria preciso entrevistá-los face a face, fato que não poderia acontecer pois os usuários do site estão concentrado em sua maioria no Estado de São Paulo. Além disso, como poderá ser visto mais à frente, questionários menores e objetivos já encontram resistência por parte das pessoas – o que só se agravaria quando o cidadão se deparasse com uma entrevista maior.

Por outro lado, Macintosh e Whyte (2008), além de Flouch e Harris (2010), admitem que é possível estudar efeitos democráticos ou benefícios democráticos a partir de uma metodologia que alie análise estrutural da ferramenta e análise quantitativa e qualitativa por meio de questionários. Assim, é possível ampliar o *corpus* com o desenvolvimento de um questionário sucinto e rápido de ser respondido, mas nem por isso simplório e fora do contexto de pesquisa. A confluência das duas análises dá subsídios suficientes para, de um lado, investigar os propósitos, objetivos, estruturação técnica e funcionamento da ferramenta. Do outro, consegue testar na prática até que ponto as questões anteriores influenciam no resultado participativo final e, principalmente, entender qual o real ganho democrático para o cidadão.

A metodologia, portanto, ateu-se a esse último objetivo, por isso não seguiu nenhum parâmetro metodológico específico e preferiu criar uma nova a partir de reflexões extraídas da bibliografia consultada. A linha adotada irá seguir 1) análise estrutural do site escolhido, Cidade Democrática; 2) análise qualitativa dos ganhos democráticos a partir de questionário de *corpus* n=123. Abaixo, cada passo é mais bem descrito, porém, é preciso fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, aqui não há intenção de apresentar perspectivas normativas para se chegar à ferramenta de participação local ideal. Segundo, a análise estrutural do Cidade Democrática se dará no plano qualitativo e com objetivo de apresentar brevemente o cenário o qual o processo participativo acontece e quais os elementos técnicos que compõem esse ambiente. Terceiro, a parte final da investigação tem foco num site específico, com suas questões particulares devidamente pontuadas. Por isso, embora se consiga tirar conclusões gerais

e apontar questões pontuais importantes, é preciso ter claro que a dimensão generalizante dos resultados deve ser estudada à luz de contextos sociais específicos, fazendo as devidas adaptações.

#### **4.1.1 - ANÁLISE ESTRUTURAL DO CIDADE DEMOCRÁTICA**

Essa parte do trabalho se concentra em apresentar um panorama do que é o site Cidade Democrática, quem o controla, como ele funciona, quais são os participantes, qual o objetivo do site, dentre outras questões contextuais. Essa investigação é alinhada a uma análise do fórum que congrega alguns pontos extraídos da bibliografia consultada (GIBSON e WARD, 2000; BRAGA, 2009; MACINTOSH e WHYTE, 2008; SAEBO, ROSE e MOLKA-DANIELSEN, 2010; FLOUCH e HARRIS, 2010), estabelecendo, assim, um estudo dividido em: contexto e propósitos, navegabilidade e questões técnicas, atores envolvidos, e canais de participação. A análise do quesito mais importante, ganhos democráticos, será realizada na parte final do trabalho, portanto, os aspectos restantes não têm o mesmo nível de profundidade, pois a intenção é subsidiar e munir de informações para gerar um melhor entendimento da questão principal.

##### **a) Contexto e propósitos**

O Cidade Democrática<sup>93</sup> é uma iniciativa da OSCIP Instituto Seva e tem como objetivo gerar mobilização e discutir assuntos relacionados às cidades. Iniciada em 2009, é uma ferramenta colaborativa que envolve tanto o público quanto parlamentares e governos em nível municipal. O funcionamento básico se dá quando um cidadão se cadastra e se vincula a uma cidade. Lá, ele pode realizar duas operações iniciais: apontar um problema ou criar uma proposta de um problema já apontado que são, na verdade, todos reunidos em tópicos. Além disso, há a opção de apoiar os problemas e propostas apontados. Em forma de rede social, o sistema facilita a conexão entre usuários e a discussão em torno de problemas locais relacionados às cidades de todo Brasil. Não há nenhuma ação em âmbito nacional ou estadual; todos os tópicos dizem respeito a cidades.

---

<sup>93</sup> <http://www.cidadedemocratica.org.br>

Atualmente<sup>94</sup>, o site possui 2360 propostas, 1721 problemas apontados, 9630 comentários e 21065 apoios, sendo que há 10672 pessoas cadastradas. Os participantes são divididos entre cidadãos, parlamentares, conferencistas, empresas, gestores públicos, movimentos, ONGs, e poderes públicos. O espaço para qualquer categoria é igual, seja ele cidadão ou do poder público e a conversação é realizada por intermédio de criação de propostas, apontamento de problemas, comentário direto e apoio a situações propostas. Dentre todas as cidades do Brasil, Jundiaí se destaca por ter altos índices de tópicos agregados, tanto de propostas (724), quanto de comentários (5902) e problemas apontados (324). No *ranking* geral, ela perde apenas para São Paulo, porém o próprio site o considera a cidade mais ativa por apresentar o maior número de comentários em torno das discussões. No *ranking* por Estado, São Paulo lidera com 2482 tópicos, seguido de longe pelo Rio de Janeiro (218), Minas Gerais (116), Paraná (121) e Bahia (115).



Figura 16 - página mostra vídeo explicativo do funcionamento do site

No texto de apresentação, o site afirma que a missão é “ser uma ferramenta inovadora que gere comunicação e mobilização para a construção uma cidade melhor”<sup>95</sup>, enfatizando o objetivo de se tornar um meio colaborativo para se obter boas

<sup>94</sup> Todos os dados obtidos nesse capítulo dizem respeito ao dia 12/11/2011.

<sup>95</sup> [http://www.cidadedemocratica.org.br/home/quem\\_somos](http://www.cidadedemocratica.org.br/home/quem_somos)

soluções para problemas políticos locais. No desenvolvimento do site, a organização conta com o apoio de voluntários, entidades civis e uma equipe formada por sociólogos, designers, jornalistas, engenheiros da computação, dentre outros.

Como poderá ser lido a seguir, algumas cidades se destacam por apresentarem mais tópicos de participação e por terem maior número de respondentes no questionário, por isso algumas considerações sobre elas são importantes. Destacou-se anteriormente o papel de um plano de gestão local voltado para absorver a participação cidadã, principalmente no que se refere ao aproveitamento dos *inputs* gerados pela sociedade civil. No caso de Jundiaí, essa questão é trabalhada sistematicamente por um cenário local articulado em torno da resolução de problemas locais, em que o Cidade Democrática é mais um dos braços operacionais desse processo. Não há, de fato, um plano ou forma institucionalizada para tal, de modo que a participação via Cidade Democrática resulta em conseqüências pela atuação dos agentes políticos (mais notadamente vereadores) e de organizações civis.

Ainda assim, é preciso destacar que o modelo de participação traçado para uma cidade (aqui referimos especificamente ao site em questão) deve se moldar à realidade a qual se destina (FREWER e ROWE, 2005). Isso significa que uma ferramenta pode ser tecnicamente perfeita em determinado contexto, mas simplesmente não trazer os resultados desejados em outras cidades. O próprio Cidade Democrática é exemplo disso. Para Jundiaí principalmente, o site “se encaixou” nas necessidades daqueles interessados em participar e em discutir com mais espaço questões de interesse geral, como educação e cidadania, mas com potencialidades particulares. Além disso, a cidade tem bons níveis de IDH e PIB *per capita*<sup>96</sup>, o que gera objetivos distintos de outros contextos sociais, como na África – em que, como mostrado anteriormente, o modelo de participação seguiu a partir de necessidades básicas de sobrevivência dos cidadãos de Ruanda e Uganda – e na Europa pós-guerra – descrito por Pateman (1992).

De fato, como demonstra Oliver (2000), estudos na área mostram resultados diferentes quanto à eficiência da participação, por isso a importância de se levar em consideração a análise contextual. A prefeitura de Jundiaí não possui *inputs* mais bem desenvolvidos online, diferentemente de outras cidades, como Porto Alegre e Belo

---

<sup>96</sup> Mais à frente esses dados serão apresentados, servindo de base para a análise inicial dos resultados do questionário.

Horizonte, que possuem um sistema consolidado de orçamento participativo digital (OPD). Quer dizer, sem meios e oportunidades de envolvimento político geridos pelo poder governamental, sites como o Cidade Democrática são alternativas viáveis e, nesse caso, únicas para que o cidadão consiga atingir agentes políticos com suas reivindicações.

O orçamento da cidade, aliás, é um exemplo interessante para esclarecer essas questões: ele será apresentado à população em apenas duas audiências públicas<sup>97</sup> – que, a rigor, seguem as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – sem possibilidade de discussão e interferência pela população. No entanto, o horário dos encontros foi alterado para às 19h porque houve uma mobilização, a partir do Cidade Democrática, para que as audiências públicas fossem realizadas em horários alternativos, e não em horário comercial (10h)<sup>98</sup>. Isto é, se a prefeitura não torna disponível um sistema de participação mais efetivo – como em Belo Horizonte, onde o OPD já é realizado há 15 anos e os cidadãos votam diretamente no dinheiro gasto – os indivíduos de Jundiaí seguem outro rumo e tentam, por intermédio de um *input* civil, criar formas de que se possa participar em algum nível do processo.

Seria possível, ainda, enumerar contextos em que a participação se adapta a realidades bem particulares – como em países em que o voto não é obrigatório e entidades civis buscam, na verdade, formas de motivar cidadãos a votarem, enquanto que em outros cenários a realidade é bem distinta, com criação de projetos deliberativos e até voto via internet. Portanto, o ponto chave é entender que se uma ferramenta online de participação dá certo ou errado, é porque o contexto local influencia decisivamente. No caso de Jundiaí, verificou-se que o Cidade Democrática é peça com importância em um sistema articulado de participação, porém, sem um planejamento formal ou desenvolvido institucionalmente.

Em primeiro lugar, há uma parcela de cidadãos envolvidos nas discussões do site que, como poderá ser conferido mais à frente, o faz por diversos motivos: ou pelo fato de que a participação gera resultados efetivos, ou pela também participação de agentes políticos, ou pelo fato de que o processo é compreendido como meio para se garantir

---

<sup>97</sup> <http://www2.jundiai.sp.gov.br/?p=20128>

<sup>98</sup> Tópico: “Câmara Municipal Vazia! (horários impossibilitam participação)” - <http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/171-camara-municipal-vazia-horarios-impossibilitam-participacao>



ganhos democráticos individuais e coletivos. De forma geral, o *input* online faz parte do repertório de ações comuns dos indivíduos, pois o site conserva características comuns a todos. Em segundo lugar, entidades civis organizadas buscam a discussão e a articulação de idéias e esforços para a melhoria de problemas locais, em que a ONG Voto Consciente trabalha diariamente na Câmara de Vereadores, ao mesmo tempo em que recruta cidadãos na internet e até em oficinas de *webcidadania*. Por não ter vinculação partidária, a adesão tende a ser maior – relação que se mostrará importante para que os cidadãos se sintam mais livres e motivados a participar. Por fim, a classe política também está envolvida nas discussões, com vereadores e até membros do executivo inseridos em discussões e, principalmente, responsáveis por levar à frente as reivindicações geradas no site.

Trata-se, portanto, de um ambiente participativo que contempla diversas pontas de acoplamento das reivindicações cidadãs. Isto é, além do input maior que é o próprio site e seus fóruns, a atuação de entidades, órgãos e cidadãos ordinários cria camadas de novos inputs para consideração da agenda de reivindicações da população. Em algumas situações, a atuação conjunta dessas entidades com os cidadãos podem resultar em ganhos mais diretos e efetivos, pautando a agenda política de uma Câmara de Vereadores ou de outros gestores públicos.

#### **b) Navegabilidade e questões técnicas**

Para sistematizar essa análise, a dissertação irá adotar alguns critérios de avaliação de participação local online propostos por Macintosh e Whyte (2008)<sup>99</sup>. Serão levados em consideração os seguintes critérios: (1) acessibilidade, (2) apelo, (3) clareza de conteúdo, (4) responsividade, (5) navegação e organização, (6) eficiência e flexibilidade, e (7) recuperação de erro.

No que se refere à (1) acessibilidade, dentre as possibilidades de participação e envolvimento político, o Cidade Democrática dispõe de ferramentas condizentes com

---

<sup>99</sup> Os autores dividem a avaliação geral de um projeto de participação local online em três critérios: democrático, projeto e sócio-técnico. Como a dissertação não se propõe, como objetivo principal, a analisar tecnicamente o Cidade Democrática, apenas alguns aspectos do critério sócio-técnico serão levados em consideração. Os demais não se encaixam diretamente na ferramenta estudada e se avaliou que esses aspectos podem ser tratados de forma diluída ao longo da análise.

diferentes tipos de usuários, desde o mais avançado até o mais superficial. Para a primeira categoria, os tópicos de problemas e propostas acabam se tornando fóruns de discussão que, a depender dos envolvidos, podem gerar resultados efetivos, como veremos mais à frente. Para a segunda categoria, é possível apenas apoiar uma proposta, ação que demanda pouco engajamento do ponto de vista de discussão do problema, mas que, em certo nível, mostra interesse por parte do cidadão. No entanto, falta ao site dispositivos de acesso à deficientes visuais, que já são largamente utilizados em sites de diversas categorias. A não adoção dessas práticas deixa um *gap* de alcance considerável, uma vez que dessa forma o uso dos deficientes visuais é completamente excluído.

Quanto ao (2) apelo, na página inicial, há duas divisões por nuvens de *tag*, a primeira relacionada às cidades mais atuantes e a segunda com relação aos temas de discussão mais relevantes. Além disso, o site dispõe aleatoriamente a imagem do perfil de usuários, assim como as propostas e problemas adicionados mais recentemente. Os últimos comentários gerais também estão dispostos na *home*, fato que contribui para uma aproximação do cidadão daquilo que está sendo discutido, independente da cidade a qual o fórum pertença. Isso também funciona como um agente motivador, uma vez que é possível ler uma prévia de cada novo comentário e, com isso, ajudar a mostrar que outras pessoas também estão discutindo assuntos dos mais diversos no site.

Uma forma de melhorar essa questão é personalizar a *home* de acordo com o usuário, desde que este faça o login. Essa é uma prática em sites de e-commerce e até jornalísticos com o objetivo de facilitar a navegação pelas seções e tópicos que o cidadão normalmente visita com mais frequência. O fato, por exemplo, de um indivíduo de uma cidade com baixa participação no site não encontrar mais facilmente os fóruns de seu interesse pode atrapalhar a continuidade da participação. Isso significa arrumar a *home* conforme as possibilidades de participação individual, “chamando” o usuário para que realize mais ações no site.

No perfil pessoal de cada participante, os outros cidadãos podem verificar quantos problemas essa pessoa/entidade já apontou, quantos comentários foram realizados e quantos apoios foram dados. Além disso, seguindo parâmetros de outras redes sociais online, pode-se ler uma descrição e outras informações sobre o usuário, como telefone e site. Não há possibilidade de bloquear nenhum tipo de conteúdo, apenas os de cunho pessoal (telefone). Por um lado, isso pode ser interessante pelo fato

de igualar ainda mais todos os participantes, mas também pode ser perigoso quanto à segurança. É preciso levar em consideração que nem todos os usuários gostam de receber mensagens diretas em seus e-mails – como, aliás, é possível fazer facilmente pelo Cidade Democrática. O visitante pode também ler as últimas ações realizadas pela pessoa/entidade, como propostas e problemas.

Com relação à (3) clareza de conteúdo, os tópicos, como dito anteriormente, são divididos entre problemas e propostas que, na verdade, funcionam da mesma forma como um fórum de discussão, apenas mudando sua origem. Na página específica de cada tópico há possibilidades de interação: apoiar, comentar, compartilhar nas redes sociais online e demais sites, e seguir por meio da ferramenta “Meu Observatório”. Clicando na aba “+ comentário”, o cidadão tem a oportunidade de acessar um resumo estatístico do tópico. A título de exemplificação, a proposta “Bilhete Único em Jundiaí”<sup>100</sup> obteve 499 comentários, 2 perguntas e 3 respostas, totalizando 504 discussões em 8 meses desde a abertura do tópico por parte do cidadão Gerson Sartori.

A disposição de conteúdo dos tópicos é clara e coesa, com todas essas informações acima bem distribuídas na página. Há incentivo à participação, inclusive com mensagens chamativas para que os usuários comentem, apoiem a discussão ou até distribuam em outras redes sociais. Ainda assim, quando o tópico é muito grande, ou seja, dispõe de muitos comentários (como o citado no parágrafo anterior), não há ordenamento de conteúdo em páginas, como é comum em qualquer fórum de discussão. Desta forma, a discussão fica muito diluída e exposta de maneira cansativa. Outra maneira de melhorar essa questão seria a utilização de *tags* para cada comentário realizado, ajudando para que outras pessoas acessem informações pelo tópico através das *tags* que mais lhe interessam.

No quesito (4) responsividade, Macintosh e Whyte (2008) falam em interação usuário-site, mas esse critério nem conseguiu ser testado. O Cidade Democrática não dispõe de formulário de contato ou e-mail visível para que o cidadão interaja diretamente com aqueles que desenvolvem e gerem o site. As únicas forma de contato facilmente acessíveis são a página do facebook e o Twitter da iniciativa, sendo este último a forma encontrada para que o pesquisador conseguisse contato com a administração da ferramenta.

---

<sup>100</sup> <http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/2628-bilhete-unico-em-jundiai>

Quanto à (5) navegação e organização, é preciso ressaltar que todos os usuários possuem o mesmo espaço e as mesmas possibilidades, não havendo diferenças entre cidadãos, entidades civis e políticos. Dessa forma, não é possível falar em interação horizontal ou interação vertical, visto que todos obedecem a uma mesma lógica de funcionamento e possibilidades comunicativas e participativas. Uma dessas ações é a “Meu Observatório”, em que o cidadão pode criar uma lista particular de temas que mais lhe interessam, assim como de regiões e tópicos específicos. Desse modo, um e-mail é enviado para o cidadão assim que uma atualização relacionada é efetuada, estabelecendo-se como uma ferramenta interativa importante do ponto de vista da personalização do conteúdo e da comodidade de não precisar, necessariamente, acessar o site para obter a informação.

No quesito (6) eficiência e flexibilidade, encontrou-se dois caminhos de interpretação. Por um lado, como já foi abordado, o site não oferece formas de personalização de conteúdo ou da *home*, o que dificulta a repetição de tarefas. Exemplo disso é que, embora haja como seguir um tópico especificamente, essa ação não é trazida para a página inicial de cada usuário, ação essa que facilitaria ainda mais o acionamento de atividades corriqueiras. Por outro lado, os links para acesso aos tópicos gerais são facilmente acionados, assim como outras informações de interesse. Porém, no geral, o site ainda peca por dispor na *home* muito conteúdo generalizado e pouca coisa direcionada ao interesse individual de cada usuário.

O último aspecto, (7) recuperação de erro, é parcialmente encontrado no site. Ao publicar comentário em algum tópico, o cidadão só pode editar ou apagar o mesmo num período de apenas 15 minutos. Depois disso, o comentário fica gravado sem possibilidade de qualquer ação. No entanto, quanto ao apoio, é possível apoiar e deixar de apoiar qualquer tópico a qualquer hora.

### **c) Atores envolvidos**

Uma forma de tornar uma ferramenta de participação eficaz é contemplar, num mesmo ambiente discursivo e participativo, cidadãos, entidades civis e membros da classe política. Como demonstram alguns estudos na área (CHADWICK, 2006; SAEBO, ROSE e MOLKA-DANIELSEN, 2010), cidadãos se sentem mais incentivados

a se envolver politicamente em contextos em que representantes políticos estão participando. Assim, é possível apontar o envolvimento de políticos nas discussões do Cidade Democrática como um dos fatores principais para que essas discussões gerem algum tipo de ganho democrático.

Como já foi dito mais acima, tanto cidadãos quanto membros políticos (parlamentares) têm a mesma posição e mesmo espaço dentro da ferramenta, assim como as outras categorias de participantes: conferencistas, empresas, gestores públicos, movimentos, ONGs, e poderes públicos. Dos 10.892 perfis cadastrados, apenas 358 não são cidadãos.

Essa construção que iguala em meios e oportunidades todos os níveis da sociedade civil e esfera política se torna importante por permitir relações e interações horizontais, sem hierarquia e nem mediadores. Além disso, a atuação de ONGs e demais entidades também é importante como catalisador de questões a serem discutidas e se formam como alternativas formas de pressão em âmbito presencial e online – fator importante e já discutido no tópico de contextos e propósitos.

#### **d) Canais de participação**

Os principais canais de participação abertos pelo Cidade Democrática são os fóruns, tópicos de discussões que focam em questões locais. Vale ressaltar que não há conexão oficial e direta entre o conteúdo do site e algum órgão político-institucional. Portanto, esse toque de esferas só ocorre – e é efetivo em alguns casos – porque vereadores e membros de órgãos públicos participam voluntariamente do site, abrindo de forma não-oficial um importante canal de comunicação cidadã.

Nos fóruns, ao apontar problemas, os cidadãos conseguem contribuir para a formação da agenda pública local, ou seja, mesmo que não haja nenhum resultado final mais claro e conclusivo, os próprios fóruns podem dar uma noção geral da pauta de reivindicações da cidade e, portanto, agir na esfera da informação individual de cada cidadão e ser parte do repertório dele para futuras participações. Mas, com o envolvimento de políticos, esses ganhos podem ser maiores, como a criação de um ambiente de debate e deliberação. É o caso do tópico “Educação em período integral”,

aberto pelo vereador de São Paulo, Floriano Pesaro. A proposta do parlamentar é “rede de proteção a crianças e adolescentes no atendimento pós-escola e em creches”<sup>101</sup>, tema que obteve 14 discussões, com participação do próprio, de cidadãos e de um membro da secretaria municipal de educação.

Em um exemplo mais claro dessa relação, podemos citar o tópico “Câmara Municipal Vazia (horários impossibilitam participação)”, vinculado à cidade de Jundiaí. Mesmo após um número baixo de comentários de vereadores (3), a combinação da reivindicação cidadã à atitude dos parlamentares resultou na mudança de horário das audiências públicas da cidade. Além desse, o tópico “Falta de Ciclovias” mobilizou os cidadãos em torno de 115 comentários. O resultado foi a formação de uma comissão do povo para criação de um plano cicloviário para a cidade, tema já previsto no Plano Diretor de Jundiaí. Isso significa a articulação de idéias e ações entre atores cívicos politicamente influentes (ONG Voto Consciente), elite política (vereadores) e cidadãos “comuns”.<sup>102</sup>

#### **4.2 – ANÁLISE: GANHOS DEMOCRÁTICOS NO CIDADE DEMOCRÁTICA**

Feita a análise estrutural do site e das ferramentas lá dispostas, passa-se ao ponto final desse trabalho, a análise do resultado obtido através de pesquisa estruturada online em formato questionário (n=123). Tal procedimento objetivou extrair respostas diretamente relacionadas aos quatro critérios de avaliação dos ganhos democráticos, conforme apêndice A. Essas categorias não são definitivas, mas seguem parâmetros essenciais da participação, foram estabelecidas a partir das funções normativas da participação e dos efeitos gerados pelo processo via redes digitais. Além disso, a pesquisa estruturada se dividiu em duas classes de perguntas: a primeira com perguntas diretas e com apenas uma alternativa para resposta; e a segunda respeitando uma escala

---

<sup>101</sup> <http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/102-educacao-em-periodo-integral>

<sup>102</sup> Outros assuntos que resultaram em mudança política efetiva com ajuda dos canais de participação da Cidade Democrática em Jundiaí: pelo menos um audiência pública para debater o plano diretor de Jundiaí; audiência pública em horários alternativos; fim do voto secreto na câmara; Plano Cicloviário; e reforma nos parques públicos. Para mais informações a respeito: <http://blog.cidadedemocratica.org.br/jundiaieneses-transformacoes/>

de importância, onde “1” se refere à avaliação do item como menos importante e “5” como mais importante, sendo os números intermediários gradações.

De forma geral, o a pesquisa estruturada online foi respondida por 123 pessoas, no período entre 12/10, quando ocorreu o primeiro preenchimento, até 16/11, quando ocorreu o último. Para obter respostas completas, todas as 15 perguntas (ver apêndice A) eram de preenchimento obrigatório, sendo que nenhum questionário foi respondido sem alguma das questões. Na pergunta “onde vive”, foram citadas 31 cidades diferentes e as mais mencionadas foram: Jundiaí-SP (29), São Paulo-SP (18), Cotia-SP (9), Várzea Paulista-SP (7) e Curitiba-PR (6). Essa concentração de respondentes no Estado de São Paulo encontra explicação no fato de que os tópicos relacionados às cidades paulistas são os mais relevantes do site – uma relação que envolve número de comentários em tópicos, tópicos abertos, apoios e usuários envolvidos<sup>103</sup>.

Essa última parte da análise atinge um ponto importante dos estudos em democracia digital: entender como um projeto de participação afeta a democracia local e suas práticas (MACINTOSH e WHYTE, 2008). É a partir dessa análise que serão desenvolvidas algumas conclusões acerca do projeto participativo promovido pelo Cidade Democrática, a dosagem de participação perante ambientes sociais mais ou menos estruturados, colaboração, repertório informativo, ação educativa do processo, dentre outras.

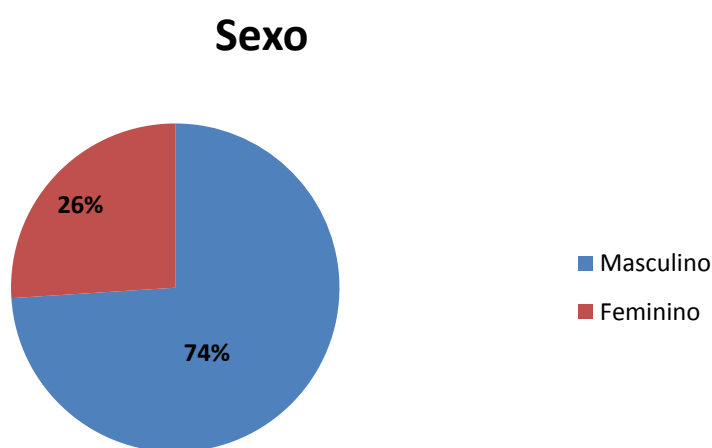


Gráfico 1 – Resultado da pesquisa estruturada: sexo

Em números absolutos: 91 do sexo masculino; 32 do sexo feminino.

<sup>103</sup> Dos 20 tópicos mais relevantes do site, apenas um é referente a uma cidade fora de São Paulo, Foz do Iguaçu-PR.

Para o desenvolvimento do questionário, levou-se em consideração alguns aspectos básicos. O primeiro deles era não construí-lo de forma a espantar a colaboração dos usuários do site, fato que reduziu consideravelmente o escopo de perguntas e limitou a forma como as perguntas foram feitas. Por isso, o questionário se estruturou em três fases. Inicialmente, foram dispostas as perguntas básicas para dar lastro de sustentação à análise das respostas, considerando os seguintes questionamentos: sexo, renda, escolaridade e quantos comentários a pessoa já realizou no site. O objetivo das três primeiras era comparar com os números brasileiros e internacionais e verificar se há confirmação, no caso estudado, de que o perfil do usuário de internet no site segue a lógica de ser do sexo masculino, ter alto nível de renda e escolaridade privilegiada (WILHELM, 2000; DAVIS, 2005).

### Renda

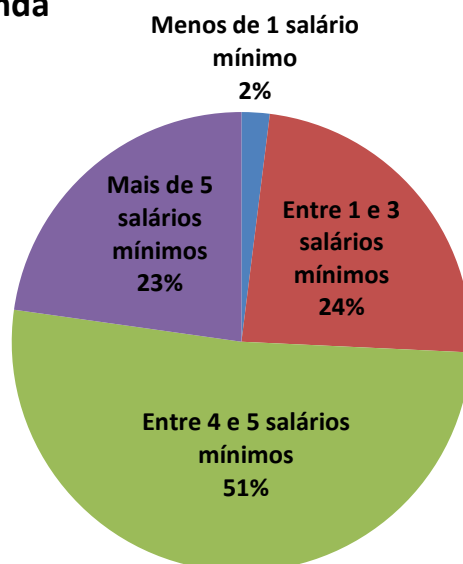


Gráfico 2 – Resultado da pesquisa estruturada: renda

Em números absolutos: Menos de 1 salário mínimo - 2; Entre 1 e 3 salários mínimos - 29; Entre 4 e 5 salários mínimos - 64; Mais de 5 salários mínimos - 28.

Como pode ser visto no gráfico 1, o número de participantes homens é bem superior ao de mulheres, mas pelo menos no nosso estudo esse resultado não pretende ser base de nenhuma análise casuística mais profunda, apenas visa dar um panorama geral de uso do site. Quanto à renda e escolaridade, os resultados obtidos e que podem



ser observados nos gráficos 2 e 3 seguem o padrão latino, detalhado por Schlegel (2009). O pesquisador observou que esses dois parâmetros são indicativos de conexão à internet no Brasil, Chile e Argentina.

Porém, como o tipo de site que tratamos aqui requer um uso específico – participação política ou, de forma mais genérica, envolvimento em questões políticas locais –, faz-se necessário outras considerações. A “Pesquisa sobre o uso das TICs no Brasil”<sup>104</sup>, com dados referentes a 2010, revela pouco uso da internet para questões políticas. Embora o país conte com cerca de 80 milhões de usuários de internet, apenas 12% afirmaram usá-la com algum propósito participativo e 18% com objetivo de engajamento. Outro dado a ser considerado é oferecido pelo relatório “Mapa das Desigualdades digitais no Brasil”<sup>105</sup>: os 10% mais ricos do país concentram 58% do acesso à internet no Brasil, revelando que a exclusão digital ainda é um obstáculo a ser vencido nacionalmente.

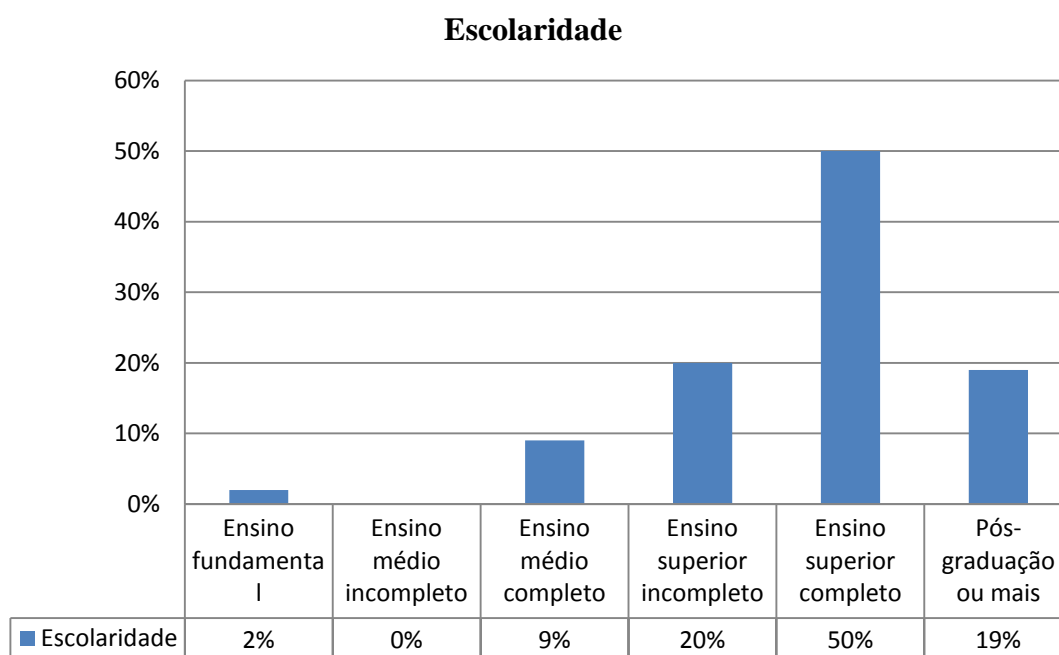


Gráfico 3 – Resultado da pesquisa estruturada: escolaridade

Em números absolutos: Ensino fundamental - 3; Ensino médio incompleto - 0; Ensino médio completo - 11; Ensino superior incompleto - 24; Ensino superior completo - 62; Pós-graduação ou mais – 23

<sup>104</sup> Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil - TIC Governo Eletrônico 2010, do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Disponível em: <http://www.cetic.br/tic/egov/2010/index.htm>.

<sup>105</sup> Estudo conduzido por Julio Jacobo Waiselfisz, em parceria com a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) e com o Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/rl000006.pdf>

Na nossa pesquisa, se formos juntar os índices daqueles que afirmaram ter renda “entre 4 e 5 salários mínimos” e “mais de 5 salários mínimos”, então teríamos um total de 74% de usuários do Cidade Democrática numa faixa de renda alta. Diante desse panorama, os resultados encontrados nessa amostra se juntam aos outros indicadores já apresentados por outros autores no que se refere ao fator alta renda como indicador de envolvimento político via rede. A colaboração de pessoas em sites como o Cidade Democrática é ainda mais restrita se formos considerar que 12% dos 80 milhões de brasileiros conectados usam a rede para propósitos de participação. Obviamente que a falta de dados mais concretos e direcionados dificulta uma análise mais profunda, pois é preciso considerar, dentre outros pontos, que tipo de uso de participação estar se falando. Pode-se participar, por exemplo, via campanhas oferecidas no *Facebook*, ou na simples busca de informação política nos sites governamentais, e assim por diante.

#### Quantos comentários você já fez em algum tópico no Cidade Democrática?

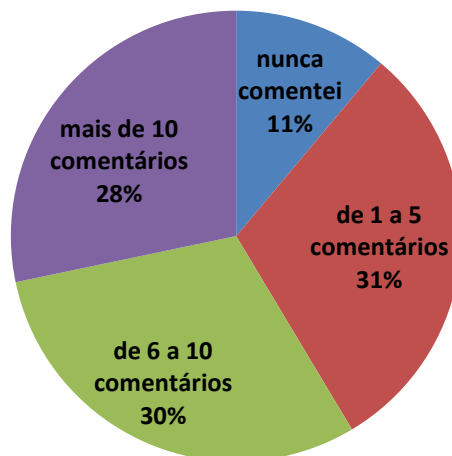


Gráfico 4 – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 4 (conforme apêndice A)

Em números absolutos: nunca comentei - 14; de 1 a 5 comentários - 37; de 6 a 10 comentários - 37; mais de 10 comentários - 35

Quanto à escolaridade, o relatório TIC Domicílios Brasil<sup>106</sup> revela que houve um aumento significativo de acesso de pessoas com ensino fundamental, de 36% da população brasileira em 2009 para 43% em 2010. Ainda assim, quanto maior o nível de escolaridade, maior a propensão a utilizar a rede: dos que possuem ensino superior, 78% acessam internet, patamar que se mantém estável desde 2008. Na nossa pesquisa, esse padrão também se repetiu, com 69% dos respondentes afirmando ter ensino superior completo ou mais. A relação é ainda mais forte se olharmos para o número de 20% que ainda não terminaram o curso de ensino superior, enquanto que ninguém afirmou ter ensino médio incompleto, 2% tem apenas ensino fundamental e 9% tem o ensino médio completo.

Diante da pouca participação de pessoas com baixa renda e baixa escolaridade, há um possível caminho a ser enfrentado por iniciativas de democracia digital. Os sites de redes sociais online experimentam, hoje, um lugar de destaque no tipo de uso que se faz da internet no Brasil. Em praticamente todas as variáveis estudadas pela TICs Domicílios Brasil, o uso desses tipos de site é alto, revelando que acessar Facebook, Orkut e Twitter é muito comum entre todos os usuários de internet do Brasil, com diferença quase nula entre os que têm ensino fundamental (73%), médio (71%) e superior (69%). A mesma lógica se repete no que diz respeito à classe social: A (68%), B (69%), C (70%) e DE (67%), novamente de acordo com a TICs Domicílios Brasil.

Esse tipo de indicador pode levar ferramentas de participação local a se concentrar em desenvolver dispositivos mais atinentes à lógica de uso das redes sociais online. Isso significa dizer que deve ser feita uma varredura de práticas nesses sites para obter parâmetros técnicos e de uso a fim de guiar futuros desenvolvimentos. Na mesma pesquisa TICs Domicílios Brasil, o uso de serviços de *e-gov* é muito maior para aqueles que têm ensino superior. Uma pergunta é óbvia: será que esses serviços estão integrados às práticas gerais de utilização da internet no Brasil? Não seria mais fácil ampliar esses serviços para a população se adequando ao modo como ela utiliza a rede? Os mesmos questionamentos podem ser direcionados aos sites de participação local, que devem direcionar esforços em compreender a forma de utilização dos indivíduos.

---

<sup>106</sup> Pesquisa com dados de 2010 e conduzida pelo CGI.br. Disponível em: <http://www.cetic.br/tic/2010/index.htm>

Esse tipo de estratégia envolve a demarcação clara de um plano de ação participativa, que deve considerar diversos aspectos: perfil do usuário de internet daquela localidade, contexto social e político da região, priorização de temas específicos do local etc. Obviamente, que estudar esse quadro específico é uma tarefa difícil, pois não é comum achar dados disponíveis que envolvam usos de internet por região ou município, o que inviabilizaria uma análise mais direcionada. Ainda assim, num cenário brasileiro geral, se é verificado uma larga utilização de redes sociais para comunicação, informação e entretenimento, então é possível utilizar a mesma lógica no que tange à participação política.

No caso do Cidade Democrática, os usuários já utilizam algumas ferramentas comuns às redes sociais *online*, como criação de perfil, contato entre usuários, dispositivo de participação profundo (fóruns/tópicos), dispositivo de participação superficial (“apoiar a causa”) e customização de página. Só isso, no entanto, não é suficiente para atrair a atenção de pessoas fora do padrão apresentado. Uma explicação para isso pode ser encontrada em uma pergunta do questionário, “cidade onde vive”. Na análise exploratória do site e na observação que o autor já realiza desde 2010, verifica-se claramente que pessoas do Estado de São Paulo são as que mais utilizam o site, fato que foi confirmado na pesquisa. Dentre as cidades citadas, Jundiaí (29), São Paulo (18), Cotia (9) e Várzea Paulista (7) obtiveram o maior índice. Como o Estado possui o maior PIB do Brasil e, especificamente, Jundiaí, Várzea Paulista e São Paulo apresentam um valor de PIB *per capita* bem superior à média nacional<sup>107</sup>, então, é possível afirmar que o perfil dos moradores dessas cidades já é de usuários com mais renda que nos índices brasileiros. Logo, independente das estratégias adotadas por um site de participação local, o cenário, provavelmente, não experimentará mudanças significativas.

Ainda no escopo de perguntas gerais, foi-se questionado sobre a quantidade de comentários realizados pelo usuário em qualquer tópico do site (“*quantos comentários você já fez em algum tópico no Cidade Democrática?*”). Conforme o gráfico 4, apenas 28% dos respondentes afirmaram ter realizado mais de 10 comentários, valor semelhante aos que afirmaram ter comentado de 6 a 8 vezes (30%) e de 1 a 5 comentários (31%). O resultado pode ser considerado como baixa participação, afinal, comentar é o modo mais direto e profundo de envolvimento no site. Verifica-se, por

---

<sup>107</sup> Dados obtidos na plataforma Cidades, do IBGE, referem-se a 2008. PIB *per capita* de Jundiaí = R\$43.442,33; São Paulo = R\$32.493,96; Cotia = R\$30.003,65; total Brasil = R\$ 19.016,00 (em 2010).

exemplo, que em todos os tópicos do site o número de “apoios” é muito superior ao de comentários, 21318 e 9819, respectivamente. Não podemos, no entanto, desconsiderar um apoio como forma legítima de participação que, mesmo sendo superficial e envolvendo pouco investimento de capital social, funciona como endossamento de campanha.

Entretanto, pode-se fazer um segundo esforço para entender melhor quem são esses 28% que mais comentaram. Isolando os respondentes de Jundiaí, cidade que é a mais relevante (participativa) do site<sup>108</sup>, tem-se como resultado o índice de 50%, isto é, metade dos jundiaieenses que responderam participa ativamente dos fóruns relacionados à sua cidade. Isso revela, como já foi mostrado brevemente, que há um desequilíbrio de envolvimento direto do cidadão, fato que irá se repetir em outros aspectos da análise.

No que tange à análise direta dos ganhos democráticos, pode-se observar que, como vimos nos capítulos anteriores, falar em espaço local é tratá-lo de forma a considerar as trocas informativas e fluxos comunicacionais como determinantes na própria concepção de tal espaço. Isto é, a partir do momento em que cidadãos se comunicam, seja entre si ou com membros da classe política e de entidades civis, há a construção contínua do valor intrínseco daquele local. Essas trocas discursivas não precisam se ambientar necessariamente fisicamente, podendo ocorrer em outros cenários, como a internet.

A política também está nesse contexto, pois os mesmos indivíduos que se reúnem para discutir sobre questões menos formais do dia a dia, também podem se interessar por assuntos políticos que vão implicar diretamente em suas vidas. Para estudar esse assunto, duas perguntas foram feitas. A primeira delas diz respeito ao âmbito individual (“*Qual a importância do Cidade Democrática como fonte de informação política sobre a sua cidade?*”) e pretendeu verificar se as discussões empreendidas nos tópicos do site funcionavam, também, como modo de se obter informação localizada e privilegiada. Localizada no sentido de se direcionar a assuntos específicos daquela cidade; e privilegiada por, em algum nível, contar com a participação de cidadãos, entidades ou políticos que podem ter mais repertório informativo sobre o assunto específico discutido.

---

<sup>108</sup> Além dos tópicos da cidade serem os mais relevantes, os cinco perfis que mais comentam no site são da cidade, cada um com mais de 200 comentários realizados.

**Qual a importância do Cidade Democrática como fonte de informação política sobre a sua cidade?**

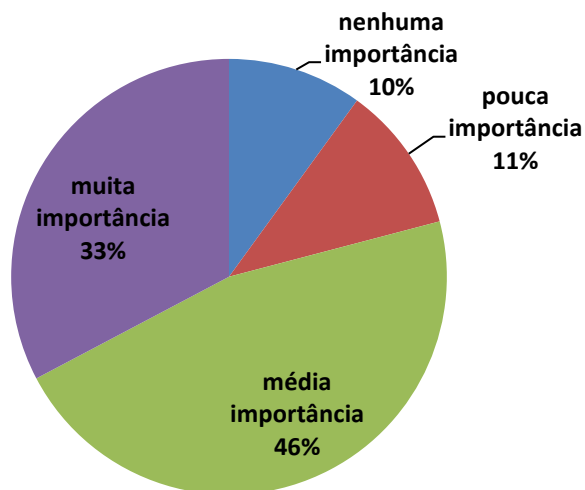


Gráfico 5 – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 5 (conforme apêndice A)

Em números absolutos: nenhuma importância - 13; pouca importância - 15; média importância - 51; muita importância - 44

**Marque de 1 a 5 o nível de importância que você atribui ao Cidade Democrática no quesito *informar cidadãos* (onde 1 é menos importante e 5 é mais importante)**

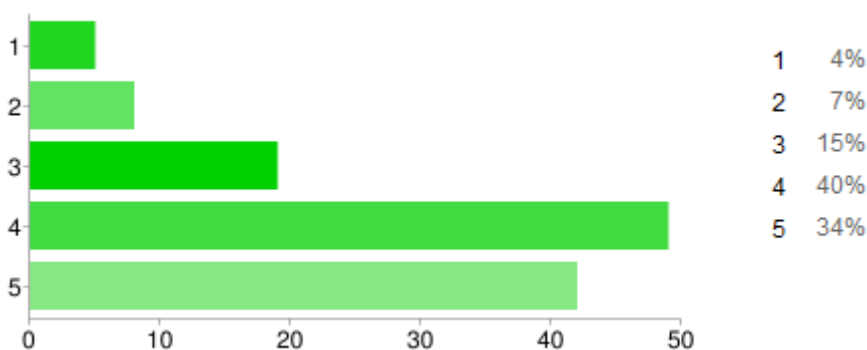


Gráfico 6 – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 11 (conforme apêndice A)

Em números absolutos: escala 1 = 5; escala 2 = 8; escala 3 = 19; escala 4 = 49; escala 5 = 42

Para essa pergunta, como pode ser visto no gráfico 5, 46% dos respondentes afirmaram que a importância do Cidade Democrática como fonte de informação política sobre a cidade é média, enquanto que 33% atribuíram ao site muita importância. Esses dois índices juntos denotam que os tópicos de discussão geram conteúdo importante para o aparelhamento político individual. Isto é, ao se envolver nas discussões, o cidadão se beneficia no que diz respeito à informação política, questões e problemas locais que implicam diretamente na condução da vida social da cidade e, portanto, tem reverberação no plano individual.

Os tópicos do Cidade Democrática se dividem entre “problemas” e “propostas”, mas esses dois âmbitos da mesma questão se misturam. No caso do ambiente local, um site como o Cidade Democrática também deve ser lembrado e considerado como uma importante ferramenta de informação política sobre sua cidade. Falando em internet como um todo, diversos sites tornam disponíveis grande oferta de informação política local, contribuindo decisivamente para a dieta do repertório individual, mais notadamente os sites jornalísticos. Mas ferramentas de participação dão ao cidadão outro “tipo”, porque a informação gerada é fruto dos fluxos de comunicação envolvendo todos de forma igualitária, sem *gatekeeper*, sem filtros. Longe de querer estabelecer aqui um tom revolucionário, apenas tem-se a intenção de qualificar um tipo de informação localizada pouco tratada na literatura sobre democracia e participação local.

Assim, vimos ainda nesse capítulo que os níveis de participação e engajamento dos cidadãos brasileiros, em qualquer nível (local, regional ou nacional), são baixos: 12% e 18%, respectivamente, do total da população do país. Outra estatística relacionada indica que somente 4% dos brasileiros se sentem muito informados sobre política em geral<sup>109</sup>. Apurando o foco para o âmbito local e para o estudo aqui realizado, pode-se verificar que essa relação é diferente. Os cidadãos envolvidos no Cidade Democrática atribuem ao site relativa importância no que diz respeito à informação política local. Logo, o ato de participar no site, independente se é apenas uma participação superficial ou mais direta, gera como ganho para ele mais informação, que será importante tanto para o plano individual e em curto prazo, quanto para o plano da coletivo e à longo prazo.

---

<sup>109</sup> Pesquisa TICs Domicílios Brasil

Um resultado muito parecido ao encontrado na presente pesquisa é fornecido por Flouch e Harris (2010), numa análise do contexto londrino de sites de participação local. Nesse estudo, a participação nessas ferramentas é tida como fator que implica diretamente no sentimento de estar bem informado sobre sua cidade, com índice superior a 90% afirmando que a informação ali compartilhada é útil. Mais precisamente, 74% dos participantes afirmaram confiar no conteúdo ali divulgado – o que reforça a premissa adotada no presente trabalho.

No caso brasileiro geral, não é possível afirmar categoricamente que as pessoas se sentem pouco informadas politicamente porque não participam. Porém, há indicação de que isso pode ocorrer, principalmente no âmbito local. Verifica-se que a troca de informação localizada é fator decisivo para que os cidadãos se sintam mais bem informados. Fluxos de comunicação mais abertos, incluindo a participação de membros da classe política em constante contato com o público, podem ser vitais para a formação de uma “cultura da mutualidade” (FLOUCH e HARRIS, 2010, p. 3). Além disso, quando se trata de um assunto político mais específico – como aquele de implicação local, em que os envolvidos são vizinhos com conhecimento direto a respeito – a estocagem individual de informação é vital para a participação. Ou seja, é preciso mais informação para se discutir e entender uma questão política específica, que, por sua vez, gera como ganho mais informação adquirida, só que dessa vez carregada de uma essência compartilhada.

A outra pergunta realizada e que trata do mesmo assunto foi direcionada ao entendimento individual de como o site estaria contribuindo para o âmbito coletivo no quesito informação. Para essa classe de perguntas – que também aborda outras questões seguindo o mesmo parâmetro – foi adotada a concepção de escala de importância, onde “1” representa um fator menos importante e “5” muito importante: *Marque de 1 a 5 o nível de importância que você atribui ao Cidade Democrática no quesito informar cidadãos*. Como resultado (gráfico 6), 40% dos respondentes marcaram 4 na escala e 34%, 5. Dessa forma, pode-se afirmar que a o sentido de informação política local percebido é alto.

É possível afirmar que esse resultado segue a lógica da percepção individual e é marcante para se entender como a participação pode contribuir para a formação informativa de determinada localidade. Isto é, a informação política local está atingindo



tanto o plano individual – contribuindo para que o cidadão tenha satisfação em curto prazo, além de aparelhá-lo para futuras participações – quanto o plano coletivo, pois há a formação geral de informação compartilhada e importante em longo prazo. Gomes (2011) chama atenção para a importância da obtenção de informação política como ação social que vem anteriormente ao ato participativo, e serve para “orientar o indivíduo na sua participação política e para aparelhar o grupo para o envolvimento na vida pública” (p. 37).

Essa importância se dá em dois níveis. Primeiro, porque se trata de fluxos informativos em constante mudança e re-configuração, fato oriundo do compartilhamento e do pensamento para a melhoria da comunidade. A informação não tem dono e é trocada de parte a parte, ganhando mais valor à medida em que recebe novas camadas. Segundo, porque esse processo contínuo ajuda a comunidade a criar um senso coletivo mais robusto, de forma a construir internamente, numa ação educativa envolvendo todos, mais *inputs* de comunicação preocupados em resolver os problemas locais e reforçar os já existentes.

No que diz respeito à ação educativa da participação online local, ao longo do trabalho, foi possível perceber que a participação opera na instância da educação cidadã em diversos níveis. Autores de raiz participativa e até deliberativa, como Habermas, Mill e Rousseau, dedicam especial atenção ao fato de que o processo de participação é capaz de gerar um efeito educativo significativo em determinada comunidade, principalmente se estamos tratando de um cenário local mais restrito.

Na verdade, a ação educativa, como um ganho democrático para o cidadão, perpassa todos os outros aspectos analisados nesse trabalho. Do ponto de vista da informação, é notório que o ato de participar politicamente requer uma ação social anterior, que em muito é formada pela informação direcionada a respeito do assunto em questão. Assim, um processo contínuo de participação é responsável pelo acúmulo de informação do indivíduo, que vai ser importante para futuras participações e também para a satisfação pessoal e para a formação de cidadãos cada vez mais atentos à sua própria comunidade (PATEMAN, 1992; ROUSSEAU, 2006). Quanto a esse último aspecto, a ação educativa como ganho também é sentida a partir do momento em que a população passa a ter como prática usual do cotidiano da localidade os processos participativos, isto é, a participação se torna parte da própria concepção da cidade. Exemplos disso são o Orçamento Participativo de Porto Alegre, que já tem mais de 20 anos, e o de Belo Horizonte, com 18, que já fazem parte da agenda anual das cidades, com cada vez

mais participação dos moradores. Por fim, quanto ao monitoramento do poder, a ação educativa é o elemento de união para que cidadãos se formem com o sentido de cobrança mais forte, para que o ato de acompanhar de perto representantes e cobrar melhorias na cidade seja constante. Além disso, para que esse ato seja acompanhado de envolvimento cívico mais efetivo no dia a dia da localidade.

Para entender melhor essa questão na prática, foram realizadas duas perguntas no questionário. A primeira delas (“*Entendo que uma tomada de decisão política que envolva discussão dos cidadãos será mais bem aceita por mim*”) tentou avaliar o nível de satisfação do indivíduo perante uma decisão pública que contou com a participação de cidadãos. Além disso, o questionamento seguiu parâmetros vastamente explorados na bibliografia, uma vez que, como aponta Pateman (1992), uma das funções e vantagens da participação é que as decisões tomadas em conjunto são mais bem aceitas. Isso quer dizer que mesmo uma decisão não estando totalmente de acordo com a concepção individual, o fato dela ter sido decidida e conduzida coletivamente geraria um senso de satisfação.

Como pode ser conferido no gráfico 7, 84% dos respondentes confirmaram aceitar mais facilmente uma decisão proveniente de discussão com outros cidadãos. Isso significa afirmar que o indivíduo é consciente da importância da participação para sua comunidade, tanto pelo viés individual, pois ele entende que o melhor caminho para se tomar uma decisão é via discussão pública e participação, quanto pelo lado coletivo, uma vez que ele compreende que seus pares são capazes de decidir sobre assuntos que concernem às suas próprias vidas.

No caso do Cidade Democrática, verifica-se diversos tópicos em que o assunto discutido gerou algum tipo de resultado efetivo. O tópico com maior número de comentários do site (“Bilhete Único em Jundiaí”<sup>110</sup>) foi aberto por um cidadão de Jundiaí e discutiu propostas para melhoria do transporte público da cidade. Num estágio seguinte, o Cidade Democrática levou a ideia para um concurso interno de propostas que, juntamente com a ONG Voto Consciente, mobilizou os moradores da cidade em torno da resolução dessa e de outras questões pertinentes<sup>111</sup>. Além das ações online, o grupo também realizou atividades e encontros com governantes e gestores locais para que o assunto do transporte público fosse levado à pauta de agendas mais decisórias. Um tema levantado por um

---

<sup>110</sup> Disponível em: <http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/2628-bilhete-unico-em-jundiai>

<sup>111</sup> Ver mais em: <http://www.cidadonos.org.br/>

cidadão – contando com apoio de mais de 700 pessoas via site e com mobilização promovida por uma entidade civil – foi levado à frente e colocado efetivamente na pauta da cidade. O cidadão diante de processos que chegam a esse fim tende, como pôde ser visto, a aceitar as decisões e encaminhamento das causas e possíveis reclamações, porque ele vê que suas opiniões são (ou pelo menos podem ser) levadas a sério, assim como a de outros indivíduos.

### **Entendo que uma tomada de decisão política que envolva discussão dos cidadãos será mais bem aceita por mim**

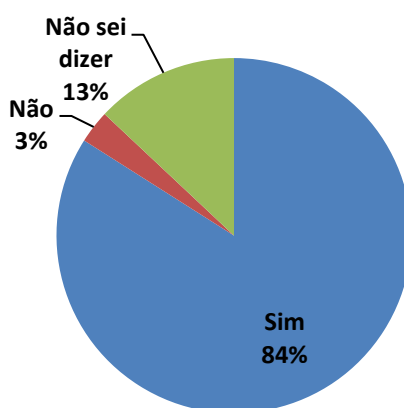


Gráfico 7 - Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 6 (conforme apêndice A)

Em números absolutos: Sim = 103; Não = 4; Não sei dizer = 16.

### **Marque de 1 a 5 o nível de importância que você atribui ao Cidade Democrática no quesito *educar cidadãos* (onde 1 é menos importante e 5 é mais importante)**

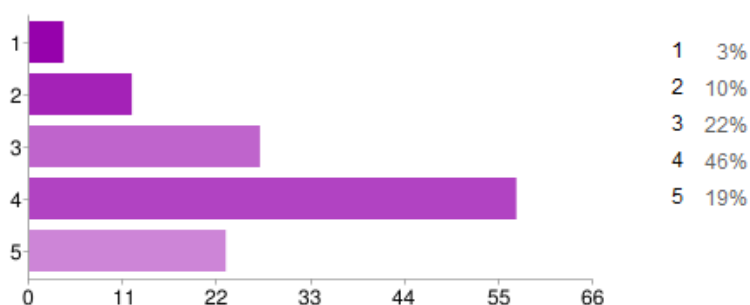


Gráfico 8 – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 12 (conforme apêndice A)

Em números absolutos: escala 1 = 4; escala 2 = 12; escala 3 = 27; escala 4 = 57; escala 5 = 23.

Em um caso inglês apresentado no capítulo anterior, cidadãos afirmaram que voltavam aos sites de participação local porque sabiam que suas opiniões e reivindicações seriam levadas a sério (FLOUCH e HARRIS, 2010). No caso analisado pelo presente trabalho, a mesma situação pode ser observada relativamente, uma vez que poucas cidades gozam de envolvimento mais ativo dos cidadãos. No entanto, no caso das cidades que têm mais participações, mesmo sendo poucas, a lógica inglesa se repete. Isso quer dizer que (1) o fato de o cidadão acreditar que a participação gera decisões mais bem aceitas não quer dizer necessariamente que ele vai se envolver, pois isso depende de diversos outros fatores internos e externos; e (2) em locais em que a participação é maior, os resultados são mais efetivos e geram mais participação e envolvimento – vide a grande quantidade de usuários de Jundiá que responderam ao questionário, os mesmos que são os mais relevantes do site.

O segundo questionamento que compõe essa parte da análise pode ser conferido no gráfico 8. Ele diz respeito à escala de importância que o cidadão dá ao Cidade Democrática como fomentador de educação cidadã. Como resultado, apenas 19% conferiu o valor máximo à questão, enquanto que 46% indicaram o nível 4 e 22% o nível 3 (na escala em que 1 é menos importante e 5 muito importante). Essa pergunta visou entender melhor como é a percepção individual da ação educativa da participação em termos coletivos. No caso individual, entende-se que o cidadão lança mão de seu repertório próprio para participar e, ao final do processo (ou pelo menos em um dos processos, já que a participação é entendida como contínua no contexto social local), sente-se beneficiado pelo fato de que as discussões locais contaram com sua participação. Já no plano coletivo, a percepção é de efeito limitado, pois se entende que a baixa participação geral não é capaz de gerar ganhos efetivos.

Esse resultado pode ser explicado através de dois conceitos que foram brevemente abordados no capítulo anterior. Com relação ao resultado individual, verifica-se que a participação e a conseqüente ação educativa por ela gerada estão atuando de forma positiva no capital social do cidadão. Mais precisamente, os recursos atuais e potenciais que ele adquire, dentre outras situações, por meio do processo participativo está sendo eficaz do ponto de vista da satisfação pessoal. Já a respeito do plano coletivo, a participação empreendida via Cidade Democrática e a ação educativa contínua têm relativa importância no senso de eficácia coletiva, isto é, o cidadão não entende que, como um todo, os participantes do site também são beneficiados da mesma forma que ele.

Como a eficácia coletiva se refere ao senso compartilhado de que os cidadãos juntos podem interferir na sua comunidade, então é possível entender que a ação educativa como ganho democrático ainda precisa ser mais desenvolvida na comunidade. Isso passa pela ampliação das oportunidades de participação, aumentando não só a quantidade de *inputs*, mas, sobretudo o alcance para atingir mais pessoas interessadas – até em cidades como Jundiáí.

A formação do senso de comunidade que cada cidadão possui tem origem, dentre outros fatores, em processos participativos. Não só processos fechados, arranjos realizados com certa dose de burocracia e dentro do âmbito institucional. A perspectiva trabalhada em toda a dissertação versa sobre a importância das trocas informativas cotidianas e em como a internet pode ser essencial nesse caminho, servindo como base tanto para ação política, quanto para participação.

É salutar destacar que o espaço local é o primeiro em que o cidadão compreende o significado do “coletivo”, afinal, é o ambiente inicial de relação com o mundo e com pessoas que o cercam. Deste modo, é natural que o contexto atual permita pensar que é nesse espaço local que o indivíduo entende o que é democracia por meio da concepção de bem comum da comunidade local (PATEMAN, 1992). Entram nesse escopo o respeito mútuo, a noção de ação compartilhada, o equilíbrio entre necessidades pessoais e coletivas etc. Isso, obviamente, só será possível se o cidadão enxergar no próximo a capacidade de pensar coletivamente todos esses pontos e entender que é possível aceitar decisões políticas pensadas através da participação cidadã coletiva. Portanto, ao participar, o indivíduo se acopla ainda mais àquele espaço local socialmente compartilhado.

Para compreender melhor essa questão, duas perguntas foram realizadas. A primeira delas (“*Considero que ao participar das discussões no site eu posso contribuir para a melhoria da minha cidade, independente de inclinação política dos envolvidos*”) teve como objetivo entender se os participantes do Cidade Democrática acreditam que a participação individual contribui para a melhoria da cidade. Mais precisamente, joga luz sobre a percepção de interferência pessoal na construção coletiva da própria comunidade. Como resultado, observa-se que 78% dos cidadãos confirmam a questão e compreendem que participar em tópicos do site ajuda a pensar a cidade, resolver os problemas locais e melhorar a vida em geral.

**Considero que ao participar das discussões no site eu posso contribuir para a melhoria da minha cidade, independente de inclinação política dos envolvidos**

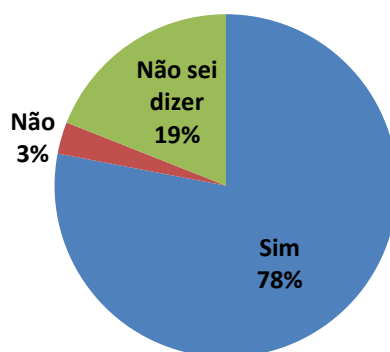


Gráfico 9 – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 7 (conforme apêndice A).

Em números absolutos: Sim = 96; Não sei dizer = 23; Não = 4.

A pergunta inclui um adendo importante (“...*independente de inclinação política dos envolvidos*”), no intuito de verificar a capacidade do cidadão em entender o bem da sua localidade acima de questões políticas partidárias. Isto é, em se tratando do bem comum local, cidadãos passam por cima de questões ideológicas, tanto de outros cidadãos, quanto dos políticos que eventualmente participem. Mesmo com resultado alto para resposta positiva, não se pode ignorar os 19% que não souberam responder à questão. Por um lado, é possível interpretar isso da forma mais óbvia, entendendo que os respondentes simplesmente não acharam relevante a situação ou realmente não acreditam que sim nem que não. Entretanto, outro viés pode ser discutido, o de que esses 19% dizem respeito a pessoas que atribuem certa importância à inclinação política dos indivíduos, mesmo que se trate de um ambiente em que se discute o bem comum de um determinado local.

Uma análise ainda mais direcionada indica que em Jundiaí, dos 29 respondentes da cidade, apenas 4 não souberam responder à pergunta, o que representa um índice de 13%. Já em Cotia, todos os 9 cidadãos concordam com a afirmativa, enquanto que em São Paulo o índice foi de 28% não sabendo responder à questão. Essa diferença entre as três cidades com mais respondentes do questionário pode ser explicada justamente pelo fator que qualificaria uma comunidade mais coesa. Em Jundiaí, como já foi mostrado, há a formação de um composto coletivo consistente em torno das questões que afligem a cidade, envolvendo cidadãos, entidades e a classe política. Um olhar mais apurado verifica que a

cidade possui membros dessas três instâncias que trabalham ativamente para discutir problemas locais e criar cada vez mais *inputs* de participação. No caso específico de políticos, a diferença é menos óbvia, uma vez que todas as cidades possuem vereadores eleitos e pagos para pensar o melhor para a cidade. No entanto, quando se trata dos cidadãos e das entidades organizadas, o cenário jundiaense é bem mais favorável à participação. Nos tópicos relacionados à Jundiaí no Cidade Democrática, há 33 parlamentares envolvidos, número que inclui deputados com base na região, vereadores da cidade e parlamentares de fora que em algum momento participaram dos tópicos referentes. Junta-se a isso uma grande quantidade de moradores e duas entidades civis que realizam atividades na cidade, ou seja, um cenário propício para participação em diversos níveis da sociedade, plural do ponto de vista partidário, atenta as mais diversas questões locais e, portanto, mais favorável à formação de um sentido comunitário proveniente da participação.

**Marque de 1 a 5 o nível de importância que você atribui ao Cidade Democrática no quesito *participar/influenciar em decisões governamentais* (onde 1 é menos importante e 5 é mais importante)**

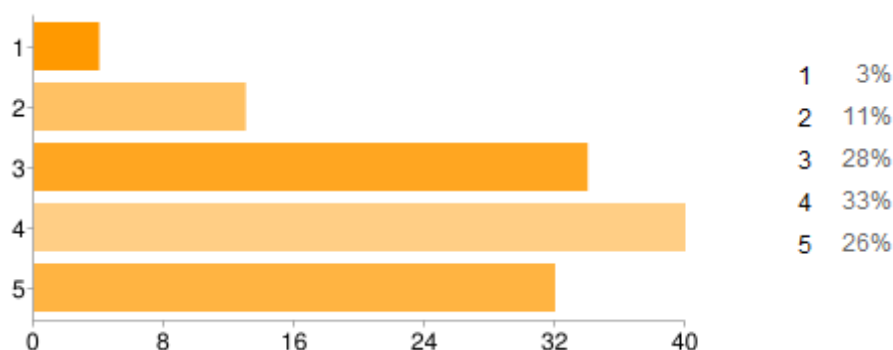


Gráfico 10 – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 13 (conforme apêndice A)

Em números absolutos: escala 1 = 4; escala 2 = 13; escala 3 = 34; escala 4 = 40; escala 5 = 32

O segundo e último questionamento que compõe essa parte da análise pode ser conferido no gráfico 10. Ele diz respeito à escala de importância que o cidadão dá ao Cidade Democrática como fomentador de mobilização e engajamento dos cidadãos. Seguindo à lógica de resultados anteriores, novamente houve concentração de respostas num patamar intermediário, com apenas 26% atribuindo valor máximo à ferramenta como incentivador de mobilização e engajamento em causas locais. A explicação para

esse resultado segue a mesma linha anterior, isto é, os cidadãos entendem que há potencialidade no Cidade Democrática para gerar tal ganho, mas não conseguem identificar completamente isso na prática. Isolando Jundiaí, é possível perceber um aumento significativo, de 26% para 45%, naqueles que acham que o site tem muita importância no envolvimento de cidadãos para resolução de problemas locais.

Mais uma vez, os resultados apresentados corroboram a importância de um ambiente social local propício para a participação. Mesmo com uma ferramenta bem estruturada e com alcance total dentro de uma comunidade, é preciso que esses cidadãos experimentem um ambiente geral mais mobilizador e incentivador, como o contexto jundiaense, que apresenta diversos aspectos positivos no que tange a mobilização e o engajamento de seus moradores. Sentir-se parte da comunidade só será um ganho democrático efetivo se o cidadão perceber que a sua participação terá efeito prático e se compreender que a coletividade também goza dos mesmos benefícios individuais.

Outro fator que também está e deve ser inserido nesse contexto é a possibilidade de monitoramento do poder *online* do cidadão, que não se refere somente aos modos tradicionais de acompanhamento de representantes. Aborda-se a questão pelo viés do monitoramento diluído nas relações cotidianas e que podem se valer de tons participativos bem estruturados, mesmo que longe de formalizações do Estado. A noção de política do dia a dia, como vimos anteriormente por meio de Bobbio (1998), vincula sua prática à realidade urbana e pública, revelando que em termos gerais o cidadão precisa do relacionamento diário com outros cidadãos e instâncias políticas para fazer valer sua cidadania.

A informação, a ação educativa e o senso de comunidade como ganhos democráticos são aspectos que se interrelacionam e dão base e subsídios materiais e simbólicos para a realização de um monitoramento do poder mais natural por parte do cidadão. Isto é, se a continuidade do processo participativo depende, em algum grau, de todos esses elementos em harmonia, talvez o ganho mais efetivo, direto e tangível seja o que aqui tratamos nesse tópico. Na perspectiva participativa, não se trata de um monitoramento do tipo coercitivo, em que o cidadão se torna uma espécie de sentinela da verdade pública, mas, sobretudo da naturalização do acompanhamento da classe política em meio às relações sociais cotidianas.

Para estudar essa questão no ambiente online, o questionário realizou quatro perguntas. A primeira delas (*“No Cidade Democrática, tópicos em que políticos e/ou*



*gestores públicos participam são mais relevantes, pois podem gerar uma decisão política efetiva”)* pode ser verificada no gráfico 11 e visou entender se os cidadãos acreditam na participação de membros da classe política, de forma a aceitar que esses tópicos são importantes para gerar satisfação do ponto de vista do acompanhamento da opinião dos representantes. Como resultado, verificou-se que 80% acreditam que sim, tópicos em que políticos participam são mais relevantes, enquanto que 13% não souberam responder e 7% não acredita nessa premissa.

Há duas explicações para o resultado acima. A mais simples versa sobre a compreensão geral de que uma discussão política em ambiente *online* só será relevante se envolver políticos, afinal, são eles que tomam a decisão em última instância. Quer dizer, mesmo que se crie um ótimo cenário de discussão – com boas trocas de informação, opiniões centradas, respeito mútuo e até articulação de entidades civis –, a percepção é que esse envolvimento só terá real valor se houver participação de membros da classe política decisória. No caso do Cidade Democrática, o ambiente de discussão local criado também é uma arena em que habitam forças de poder e pressão em diversos níveis da sociedade civil, mas os cidadãos só entendem que os tópicos têm força se políticos participem e, potencialmente, levem à frente as questões abordadas.

**No Cidade Democrática, tópicos em que políticos e/ou gestores públicos participam são mais relevantes, pois podem gerar uma decisão política efetiva**

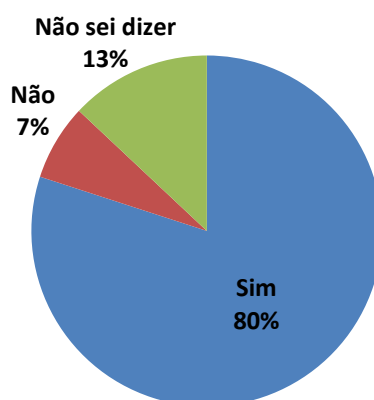


Gráfico 11 – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 9 (conforme apêndice A)

Em números absolutos: Sim = 99; Não = 8; Não sei dizer = 16.

**Acredito que minha opinião e minha participação podem ajudar políticos e/ou gestores públicos a tomarem decisões**

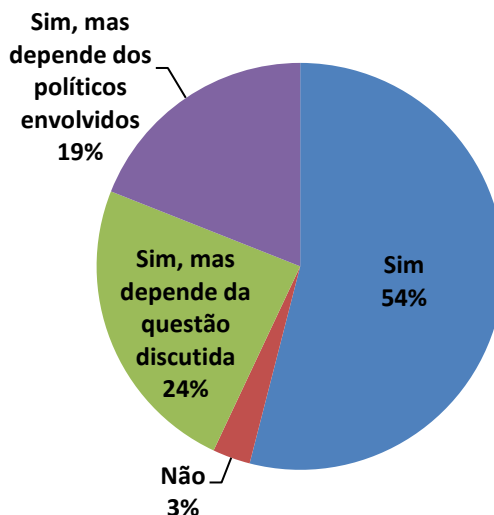


Gráfico 12 – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 10 (conforme apêndice A)

Em números absolutos: Sim - 67; Não - 4; Depende da questão discutida - 29; Depende dos políticos envolvidos – 23

Porém, outra explicação consegue esmiuçar melhor a questão. Embora a importância tratada acima seja fundamental do ponto de vista do resultado final, aqui especificamente os respondentes compreendem que a participação dos políticos gera um senso de monitoramento que é saudável ao sistema democrático. Os indivíduos envolvidos sentem que os vereadores e gestores locais estão mais próximos e, por isso, podem ser acompanhados e cobrados. Ainda que a participação de cidadãos e entidades civis seja importante – como, aliás, vimos em gráficos anteriores –, é o envolvimento de políticos que trará esse ganho mais tangível que, na visão de Bucy e Gregson (2001), é o mais efetivo de todos.

O resultado para a segunda pergunta (“*Acredito que minha opinião e minha participação podem ajudar políticos e/ou gestores públicos a tomarem decisões*”) desse tópico oferece uma interessante interpretação sobre a questão do monitoramento do poder e a inclinação política não dos cidadãos, mas dos membros políticos envolvidos. O gráfico 12 mostra que a maioria diz sim à pergunta (54%), mas há um número

consistente de cidadãos que condicionam a afirmação à questão discutida (24%) ou aos políticos envolvidos (19%). Assim, percebe-se que, diferentemente dos 78% que afirmaram não se importar com a inclinação política dos envolvidos em geral, há preocupação quanto à procedência ideológica dos agentes políticos. É até natural que isso ocorra, uma vez que a percepção geral do brasileiro com relação aos políticos é ruim e de pouca confiança, e por isso que há receio de que um político de determinado partido contrário ao do indivíduo possa atrapalhar. Esse resultado também tem alguma reverberação nos estudos sobre discussões online privilegiarem *like-minded*, mas no caso aqui estudado essa questão não é tão evidente.

Quanto à condicional “depende da questão discutida” (24%), o resultado evidencia que os cidadãos ainda condicionam o monitoramento a situações e tópicos próximos à sua realidade de percepção individual. Em outras palavras, indivíduos pensam que conseguem cobrar mais os políticos sobre questões que se sentem mais à vontade, em que é possível apresentar idéias mais pertinentes. Mesmo que a participação de outros cidadãos seja imprescindível para a efetividade do processo, nesse caso do monitoramento, o resultado evidencia que o tema da discussão tem importância considerável.

**Marque de 1 a 5 o nível de importância que você atribui ao Cidade Democrática no quesito *mobilizar/engajar cidadãos* (onde 1 é menos importante e 5 é mais importante)**

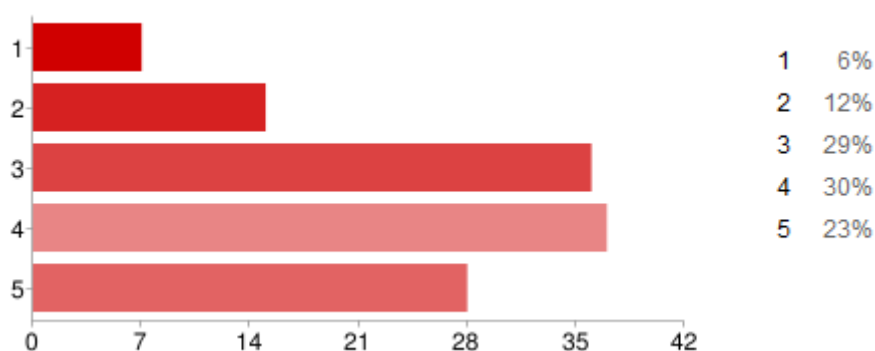


Gráfico 13 – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 14 (conforme apêndice A)

Em números absolutos: escala 1 = 7; escala 2 = 15; escala 3 = 36; escala 4 = 37; escala 5 = 28

**Marque de 1 a 5 o nível de importância que você atribui ao Cidade Democrática no quesito *reivindicar/pressionar governantes* (onde 1 é menos importante e 5 é mais importante)**

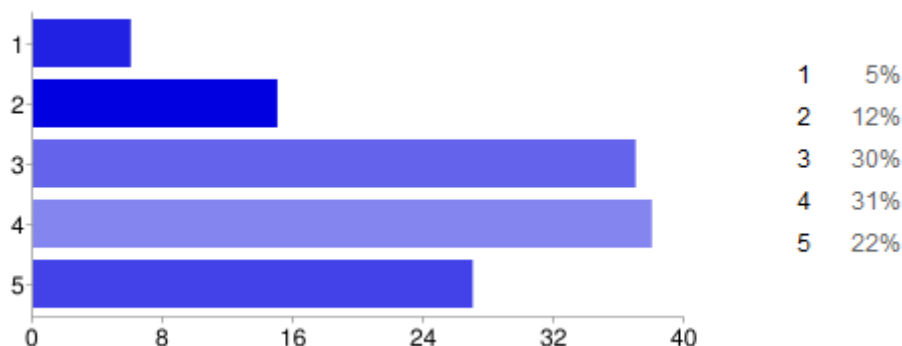


Gráfico 14 – Resultado da pesquisa estruturada: pergunta 15 (conforme apêndice A)

Em números absolutos: escala 1 = 6; escala 2 = 15; escala 3 = 37; escala 4 = 38; escala 5 = 27

Já a terceira e quarta perguntas são da classe da escala de importância e podem ser conferidos nos gráficos 13 e 14. Quanto à reivindicar e pressionar governantes, os cidadãos acreditam que as discussões no Cidade Democrática podem influenciar nesse sentido, mas não estão totalmente convictos. O valor seria maior se o indivíduo percebesse que mais políticos estão inseridos nas discussões do site, ou seja, com mais representantes para acompanhar e pressionar mais diretamente, o entendimento coletivo seria de que a ferramenta tem ainda mais potencial para tal. No caso de Jundiaí, 34% deram nota máxima na escala para a questão e 45% apontaram a escala 4. Isso quer dizer que num ambiente mais propício, contendo todos aqueles elementos já vastamente abordados aqui, o índice tende a ser maior, pois há uma confluência maior de fatores favoráveis. Além disso, o resultado confirma o que pode ser conferido em navegação pelos tópicos de Jundiaí, que contam com muita participação de políticos que podem, inclusive, serem constrangidos publicamente sem restrições *a priori*.

Quanto ao gráfico 14, que investiga a capacidade geral de participar e influenciar em decisões governamentais, o resultado apresentado também permanece na linha intermediária da escala, com os níveis 3 e 4 dividindo o maior número de confirmações. O resultado segue a lógica analisada no gráfico 12, isto é, há uma percepção de que as discussões do site podem influenciar a decisão política final, mas não de forma unânime que exclua outros fatores circunstanciais. Tais fatores podem ser a questão que se

discute, quem são os políticos envolvidos, se há outros cidadãos empoderados no contexto etc. Seguindo a lógica do estudo inglês apresentado por Flouch e Harris (2010), se os indivíduos participarem mais em iniciativas locais de participação online, logo eles se sentirão mais hábeis em monitorar os políticos.

Diante desse quadro geral, o monitoramento do poder como ganho democrático proveniente da participação online local opera no sentido de que quanto mais o cidadão participa, mais ele entende que pode influenciar na decisão final e monitorar seus representantes. No entanto, como os resultados não são totalmente positivos, é salutar relativizar essa questão em alguns aspectos. Primeiro, se a percepção geral é de que não há tanta possibilidade de monitoramento via site, isso se deve, dentre outras causas, pela pouca participação de cidadãos, isto é, pelo fato de que o cidadão individualmente não reconhece que há outros pares em igual oportunidade participativa. Segundo, “questão discutida” e “políticos envolvidos” são levados em consideração quando o cidadão analisa o alcance de sua opinião nos tópicos, pois ele entende que tais fatores influenciam diretamente na possibilidade dele contribuir para que políticos tomem decisões públicas.

Numa comparação direta entre os resultados das questões que solicitam ao respondente o estabelecimento de gradação de importância (gráficos 6, 8, 10, 13, 14), verifica-se concentração de respostas no nível quatro - em que 1 é menos importante e 5 mais importante. A atribuição encontrada revela que as pessoas percebem a importância geral dos quesitos questionados para a saúde democrática da localidade. Independente de qual função estudada se está tratando, os cidadãos entendem que o site pode contribuir para que as discussões dos fóruns tenham papel importante em questões chave para o bem da comunidade.

Os quesitos informar cidadãos e educar cidadãos foram os que obtiveram maior índice no nível quatro (gráficos 6 e 8, respectivamente). Um viés mais genérico enquadra esse resultado no escopo de ganhos democráticos que trazem resultado mais em longo prazo. O fato de a participação online contribuir para que indivíduos se tornem mais informados e conscientes democraticamente pode ser entendido como um diagnóstico positivo da própria comunidade, isto é, as pessoas compreendem a importância da participação sem um fim específico e sendo praticada com mais frequência ao longo do tempo. Os resultados dos demais quesitos não são tão

contundentes e demonstram que são ganhos mais imediatos, importantes, é claro. No entanto, os respondentes parecem dar mais valor ao Cidade Democrática de forma geral como fomentador de resultados a longo prazo do que em curto prazo, embora este último revele suas particularidades importantes, como já discutido nos parágrafos anteriores.

## 5 – CONCLUSÃO

O trabalho realizado até aqui permitiu discutir diversas questões sobre a participação política online de âmbito local, servindo como base para entender, principalmente, como as apropriações civis da internet podem gerar novos *inputs* participativos e serem modos de empoderamento dos cidadãos envolvidos. Mais notadamente, demonstrou como ferramentas podem se formar ao redor de um contexto social propício à participação, de modo a incorporar práticas próximas àquelas típicas da própria localidade.

Ao longo da dissertação, abordamos a participação como um processo natural da sociedade, que envolve, dentre outros aspectos, as trocas informativas cotidianas. Tanto na literatura de participação quanto na de deliberação, esse ponto é fundamental para entender como o cidadão pode se envolver politicamente nas decisões da sua cidade. É por isso que a internet cumpre um importante papel nesse contexto, uma vez que ela se torna cada vez mais comum nas relações do dia a dia. Isso quer dizer que aqueles questionamentos iniciais da literatura do campo podem ser respondidos com mais clareza agora, isto é, é possível afirmar que em determinadas situações a participação via internet é viável e perfeitamente ajustável à realidade de cada localidade.

É salutar esclarecer que a principal conclusão desse trabalho está justamente na questão citada no parágrafo anterior. É preciso estudar participação online a partir de contextos sociais, e não tendo como ponto de partida as ferramentas ou os meios. Claro que este viés também é importante, mas ele tem de vir acompanhado por uma análise contextual que explique especificamente como cidadãos exploram a internet para propósitos políticos. No caso desse trabalho, ficou claro que embora vários cidadãos participassem ativamente e se envolvessem nos tópicos do Cidade Democrática, só isso não basta se o entorno social não ajuda. Durante a avaliação dos resultados, foi preciso recorrer ao isolamento de algumas questões para entender isso, pois a análise pura e simples das respostas não demonstraria resultados tão marcantes. Ao isolar os respondentes de Jundiaí, algumas respostas se clarearam e vieram à tona outras questões importantes que atrelam mais fortemente os ganhos democráticos ao contexto social articulado.

A questão é, portanto, entender que um ambiente social bem arranjado e articulado é imprescindível para que a participação local consiga gerar resultados efetivos para os cidadãos. Ao tratar desse ambiente, podemos enumerar três aspectos fundamentais a partir do contexto de Jundiaí, bastante abordado ao longo do trabalho. Em primeiro lugar, há cidadãos incentivados a se envolverem, seja pelo fato de que outros também o fazem, seja pelo fato de que a participação é vista como podendo trazer possíveis resultados positivos, ou até mesmo pelo fato de que entidades e políticos também estão participando. Os moradores sabem que a discussão empreendida na internet pode trazer algo de efetivo para ele próprio ou para sua comunidade, nem que seja no campo simbólico. Porém, o mais importante é que a motivação existe e tem origem em situações comuns e “banais”, facilmente acionáveis pela internet como um modo natural de se discutir os problemas que lhe afligem.

Em segundo lugar, a cidade de Jundiaí é base de entidades civis que lutam pela melhoria da cidade. Quando, ainda no primeiro capítulo, abordamos os novos desafios da sociedade civil perante as redes digitais, mostramos que uma série de fatores – internet inclusa – trabalhou para que organizações civis mudassem um pouco a chave de atuação para o tom mais moderado, mais atinente a uma lógica de cooperação. E é justamente isso que acontece em Jundiaí, onde a ONG Voto Consciente trabalha diariamente na Câmara de Vereadores, ao mesmo tempo em que recruta cidadãos na internet e até em oficinas de *webcidadania*. Quer dizer, essas atividades são realizadas, na medida do possível, longe de preocupações partidárias, com foco principal na melhoria da cidade, por isso tem forte adesão de cidadãos e aceitação geral.

Em terceiro lugar, a classe política também deve estar envolvida. Essa assertiva parece óbvia e desnecessária à primeira vista, mas o fato é que inúmeras ferramentas que tentam promover participação se desenvolvem sem um modo efetivo de envolvimento com aqueles que vão tomar a decisão final. No caso do Cidade Democrática, o espaço designado para políticos, cidadãos e entidades é o mesmo e todos tem a mesma chance de fala. Em Jundiaí, com os políticos envolvidos ativamente e participando das discussões, estas têm mais chances de serem levadas à frente, de serem colocadas em pautas decisórias mais efetivas e, principalmente, tem o poder de serem importantes para decisões finais.



Diante desse quadro, o processo participativo flui mais naturalmente, pois já é parte do cotidiano da cidade e está inserido como prática usual daquele contexto social. Como consequência, pode-se avaliar os ganhos democráticos gerados para os cidadãos, os benefícios simbólicos e materiais que os cidadãos recebem como resultado da participação. Avaliamos, em certo ponto da dissertação, que o estudo desses ganhos não deve avaliá-los como o fim do processo, isto é, a participação é apenas mais um dos aspectos formadores do Estado, pois a máquina política funciona na dependência de outros elementos conjunturais. E a análise de caso aqui empreendida provou isso, pois em cidades com pouca ou nenhuma participação via Cidade Democrática é possível identificar outras práticas sociais – utilizando ou não a internet – que podem gerar ganhos democráticos, via transparência ou numa atuação mais direta do prefeito ou outros membros políticos em situações das mais diversas.

Isso quer dizer que a participação online local deve ser entendida na dimensão apontada até agora, mas também se deve relativizar sua importância perante outros elementos formadores do Estado e de sua soberania. Correndo o risco de ficar redundante, é possível entender que os ganhos democráticos estudados (informação, ação educativa, comunidade e monitoramento do poder) estão atrelados a um ambiente social local propício e articulado, mas outros valores democráticos podem interferir nesse quadro.

Para chegar a esse ponto, a dissertação percorreu caminho que abordou questões sobre participação, espaço local e internet. No primeiro capítulo, discutimos a participação dentro de contextos históricos distintos, do liberalismo aos teóricos clássicos. Mais importante, com a retomada de estudos a partir da década de 1960 em que a participação ganhou espaço, diversas iniciativas de envolvimento político do cidadão vieram à tona e foram analisadas. Com a chegada da internet, esse quadro ganhou mais fôlego e a literatura passou a se bipolarizar a avaliação quanto à capacidade do meio em gerar ganhos e valores democráticos. Esse panorama foi importante para que a presente dissertação fosse colocada num patamar intermediário, admitindo que para que uma avaliação mais clara fosse realizada, era preciso investigação mais profunda na ferramenta utilizada e no contexto social estudado. Isto é, sem tecer quadros definitivos quanto à internet em si, mas sobre suas apropriações.

Ainda nesse capítulo, mostramos que estudos em participação no Brasil tendem a valorizar as iniciativas do Estado, importantes máquinas com força para criar boas ferramentas, mas não completas do ponto de vista das oportunidades que podem ser criadas para os cidadãos. Por isso a importância de trabalhos que analisem iniciativas civis, que têm desafios enormes pela frente. Por um lado, mesmo que tecnicamente a ferramenta funcione, isso não quer dizer que atrairá a atenção dos cidadãos. De outro, é necessário criar canais de participação claros e que envolvam a classe política, do contrário a iniciativa perde seu caráter final. Mas, com atuação mais cooperativa que combativa, sites podem motivar tanto cidadãos quanto políticos a se envolverem num ambiente mais discursivo e preocupado com os problemas locais.

O ponto chave dessa parte foi entender quais os parâmetros fundamentais da participação política por meio de suas funções e questões normativas, construindo um panorama que é constantemente analisado, nos últimos 15 anos, pelo viés do Estado. Com isso, evidenciou-se a importância da ampliação das pesquisas para que se leve em consideração iniciativas civis de democracia digital, embebidas de novo fôlego perante os desafios e possibilidades de atuação em rede que a internet permite. Desse modo, os estudos que ambicionam esse direcionamento, como este, devem considerar a capacidade de articulação das ferramentas digitais de participação, o contexto social o qual se pretende atingir, a motivação em atingir cidadãos e políticos e, principalmente, o que efetivamente é gerado para o indivíduo que participa – do contrário, a participação pode ser apenas um objeto momentâneo e sem possibilidade de crescimento.

Na sequência dessa revisão, abordamos dimensões de concepção do espaço local. Por esse viés, é necessário entender que uma iniciativa civil de participação local online, como o Cidade Democrática, deve ser concebida e desenvolvida como parte natural do contexto social ambicionado. Por isso ela é só é eficiente em algumas poucas cidades, pois há uma confluência de fatores que propiciam isso. Por motivos já discutidos aqui, as discussões realizadas nos tópicos do site revelam que elas surgem e se desenvolvem no âmbito das trocas informativas locais, que podem ser tanto em encontros presenciais que são promovidos constantemente por entidades civis, quanto na internet, em sites de redes sociais e no próprio Cidade Democrática. Além disso, a cidade tem ao menos um *input* forte de recebimento das reivindicações, que são os vereadores que participam ativamente do site e levam à frente questões abordadas nos tópicos de discussão. Ou seja, diante desses pontos, uma iniciativa como o Cidade

Democrática pode ter mais efetividade do ponto de vista dos ganhos democráticos para os cidadãos, que são, em uma instância final e junto com o próprio Estado, os verdadeiros beneficiários do processo participativo. Claro que vereadores e políticos podem ganhar mais capital político e se aproveitar da ferramenta para fazer propaganda, assim como as organizações civis envolvidas também podem atingir objetivos próprios e não tão condizentes com intuítos individuais dos cidadãos. No entanto, como parte dos resultados mostrou, é possível identificar a participação local online como geradores de ganhos democráticos efetivos para os cidadãos.

Esses ganhos são importantes pelo viés individual e coletivo. Quanto ao primeiro ponto, os cidadãos beneficiados conseguem se aparelhar informativamente e politicamente, pois, de um lado eles conseguem obter informações locais importantes para o processo participativo que está em curso, e de outro, eles se tornam cada vez mais aptos a participarem e se envolver nas questões da sua localidade. No plano coletivo, os ganhos ajudam na manutenção do próprio sistema, isto é, os indivíduos beneficiados pela participação nas quatro dimensões analisadas (informação, ação educativa, comunidade e monitoramento do poder) estão empoderados a ponto de se manter participando pelo bem comum e da sua própria comunidade.

No caso analisado, no entanto, a dissertação mostrou que essa questão não está totalmente fechada. Em muitos estudos de participação, mesmo os de raiz governamental, tende-se a pensar o processo fechado em si, com objetivo definido previamente. No caso da participação local, entendemos que a internet pode ajudar para que a comunidade veja a participação como um processo contínuo, uma vez que as redes digitais habitam o cotidiano das pessoas e perpassam (ou são base para) as trocas informativas diárias. Mas isso só é possível, como já foi ressaltado anteriormente, em determinado contexto – por isso que uma ferramenta como o Cidade Democrática não deve ser exaltada nem rechaçada rapidamente, pois depende de um ambiente social local propício para que funcione mais a longo prazo e do ponto de vista dos ganhos democráticos para os cidadãos.

Quanto aos ganhos especificamente, é possível obter outras conclusões direcionadas. No campo da informação, os resultados indicam que o envolvimento de políticos garante um cenário mais aberto e tido pelos participantes como importante, pois as informações ali trocadas são sobre assuntos que versam sobre o bem da

comunidade e procuram, em diferentes graus, a resolução de problemas locais. Logo, o ato de participar nas discussões do site gera para o cidadão o sentido de estar bem informado, embora se deva ressaltar que essa informação é restrita e específica aos temas de interesse daquela localidade. Quanto à estrutura do site, evidenciou-se que falta espaço para publicações fixas relacionadas às cidades, inclusive com possibilidade de alimentação pelos próprios indivíduos. Isso traria mais coesão ao conteúdo geral e serviria de lastro de sustentação para diversas questões discutidas, além de se tornar um repositório dos tópicos e um histórico importante para futuros acionamentos.

No que tange à ação educativa, os resultados demonstraram que os cidadãos entendem que decisões tomadas a partir da participação são mais legítimas, evidenciando que há uma disposição geral em entender a importância do envolvimento direto em questões políticas locais. Nesse sentido, conclui-se que isso ocorre porque o cidadão entende que a eficácia justifica o processo, ou seja, a decisão levando em consideração a opinião daqueles concernidos é legitimada – um resultado que corrobora com o ideal de soberania pela participação. Assim, pensando em logo prazo, quanto mais decisões tomadas envolvendo discussões públicas, mais legítima será a política local. No caso do Cidade Democrática, as diversas questões levadas à Câmara e à esfera decisória de cidades como Jundiaí e Várzea Paulista mostram que o fato do site ter tido importância considerável nesse processo faz com que, entre outros fatores, os indivíduos envolvidos nas discussões se sintam mais motivados a continuar participando.

No entanto, os resultados obtidos para essa parte da pesquisa revelam que o alcance do site ainda é muito restrito, menos no quesito *inputs*, e muito mais no que se refere ao envolvimento geral. Mesmo que se considere que os níveis de participação em contextos mais específicos (Jundiaí, Várzea Paulista e Cotia) são bons, há outro viés de análise que aponta para uma falha do sistema. Por um lado, o site é eficaz, pois promove discussão de problemas locais e, em certa instância, leva os resultados para a esfera decisória. Porém, quem são, efetivamente, esses que discutem e são beneficiados pelo processo? O alcance ainda é restrito, pois a maioria da população dessas cidades citadas nunca ouviu falar do site, o que contribui para que o Cidade Democrática, assim como outras iniciativas, pensem em formas de aumentar a amplitude das discussões e atinja um perfil de público mais diversificado.

Sobre o senso de comunidade, a pesquisa revela que a maior parte dos respondentes (78%) acredita que pode contribuir para o bem da sua cidade ao participar das discussões no site. Entretanto, é possível identificar uma fatia (19%) que não concorda totalmente com a afirmação, fato que demonstra preocupação com a ideologia política dos envolvidos. Quer dizer, mesmo que os tópicos discutam o bem da comunidade e tentem resolver problemas locais que atingem a todos, a questão ideológica ainda é relevante para uma parcela considerável das pessoas. Mas, também é possível identificar uma diferença de resultados para as três cidades que mais responderam ao questionário (São Paulo, Jundiaí e Cotia). Em resumo, em Jundiaí o índice apresentado nesse parágrafo sobe para 87%, enquanto que em São Paulo o número só chega a 68%. Isto é, o cenário local já amplamente discutido aqui, articulado e propício à participação, atua diretamente para que os cidadãos entendam que o processo participativo é uma forma eficaz de se sentir mais próximo à sua própria localidade.

Ainda sobre esse ganho democrático, os resultados também mostram que os cidadãos entendem que há potencialidade no Cidade Democrática para gerar senso de comunidade, mas não conseguem identificar completamente isso na prática. Porém, ao se isolar Jundiaí, novamente percebe-se que os números aumentam e mais indivíduos vêem o site como forma de mobilizar a comunidade em torno da resolução de seus problemas. Mais uma vez, percebe-se que onde os cidadãos mais participam os ganhos democráticos são mais percebidos.

Por fim, com relação ao último ganho democrático, os resultados apontam que os indivíduos não conseguem entender que há monitoramento de poder porque sentem que há pouca participação geral. Isto é, entendem que individualmente se está bem posicionado com relação à possibilidade de monitorar seus representantes, mas que esse monitoramento só é efetivo se realizado por um grupo maior de indivíduos. Na esteira dessa questão, os cidadãos compreendem que dois elementos são importantes para garantir monitoramento: políticos envolvidos e questão discutida. Quanto ao primeiro, conclui-se que os indivíduos são mais motivados a participar em tópicos em que políticos envolvidos sejam próximos à sua ideologia individual, fato que limita o senso de monitoramento do poder à um grupo específico de políticos. Em outras palavras, determina o monitoramento em um espaço ideologicamente fechado. Quanto ao segundo ponto (questão discutida), o resultado revela que o indivíduo só se sente

motivado a monitorar seus representantes em assuntos que mais lhe interessam especificamente, demonstrando um pouco menos de interesse na resolução geral e ampla de problemas locais.

A participação política local online evidencia, portanto, que pode ser geradora de ganhos democráticos empoderadores, que envolvam o cidadão na esfera individual, do ponto de vista do aparelhamento pessoal para práticas sociais e políticas para o bem local, e na esfera coletiva, como na percepção de senso de comunidade. A limitação está em seu próprio processo, que, como podemos exemplificar no estudo de caso, não consegue ampliar seu alcance para um número maior de cidadãos. Mesmo que estes reconheçam a potencialidade da ferramenta, só foi possível identificar resultados realmente efetivos em ambientes sociais específicos que contam com articulação concreta de cidadãos, entidades e agentes políticos preocupados com a cidade e participando ativamente presencialmente e no meio online.

Ainda assim, o estudo demonstra que, do mesmo jeito que autores como Pateman (1992) evidenciaram, a participação política local é um modo eficiente de gerar benefícios para seus cidadãos, pois é o espaço primeiro de articulação social de cada indivíduo. E a internet, como parte importante da sociedade atual, é capaz de se tornar meio e oportunidade para tal.

## REFERÊNCIAS

- ACKLAN, R.; O'NEIL, M. Online collective identity :The case of the environmental movement. In: **Social Networks Journal**, 2011.
- AGGIO, C.V. **Campanhas Políticas Online: a discussão do estado da arte seguido de estudo de caso sobre os web sites dos candidatos à prefeitura de salvador em 2008.** Dissertação (mestrado em Comunicação), Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Comunicação. Salvador, 2010.
- AICHHOLZER, G.; ALLHUTTER, D. Online forms of political participation and their impact on democracy. In: **ITA manu:script**. Nr.: ITA-11-02, 2011.
- ALVES, N. T. T. Da formação de redes à Esfera Pública na Internet Uma abordagem histórica do surgimento de comunidades online comunicação e crise. In: **Comtempo – Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero – Volume 2, número 1 - Junho 2010.**
- ARNSTEIN, Sherry. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Planning Association**. 35(4), p. 216-24, 1969.
- AZEVEDO, D. Esfera civil e a Net Explorando os meios e oportunidades digitais para o engajamento cívico. In: **Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política**, Belo Horizonte – MG, 2007.
- BAKARDJIEVA, M. Subactivism: Lifeworld and Politics in the Age of the Internet. In: **The Information Society**, 25: 91–104, 2009.
- BANDURA, A. **Self-efficacy: The exercise of control**. New York: Freeman, 1997.
- BARBER, B. **Strong Democracy: participatory politics for a new age**. Londres e Los Angeles: University of California Press, 1984.
- BARROS, S.; REIS, L. Internet e Revolução no Egito: o uso de sites de redes sociais durante a convulsão social que derrubou o governo ditatorial egípcio em 2011. In: **Anais do XI Congresso do Conlab**, Salvador, Bahia, 2011.
- BENHABIB, S. Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A Deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.
- BERGER, G. How The Internet Impacts On International News: Exploring Paradoxes of the Most Global Medium in a Time of ‘Hyperlocalism’. In: **The International Communication Gazette**, 1748-0485; Vol. 71(5): 355–371, 2009.
- BIMBER, Bruce. Information and Political Engagement in America: The Search for Effects of Information Technology at the Individual Level. In: **Political Research Quarterly**, vol. 54, n. 1, p. 53-67, 2001.

BIMBER, B.; STHOL, C.; FLANAGIN, A. J. Technological change and the shifting nature of political organization. In: CHADWICK, A.; HOWARD, P. N. (ORG). **Routledge Handbook of Internet Politics**. Taylor & Francis e-Library, 2009.

BOBBIO, N. **The Future of Democracy**. Polity Press, University of Minnesota Press, 1987.

BOBBIO, N.; MATTERUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1a ed., 1998.

BOBBIO, Noberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOHMAN, J. O que é deliberação pública? Uma abordagem dialógica. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A Deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

BORCHERT, J. “They Ain’t Making Elites Like They Used To”: The Never Ending Trouble with Democratic Elitism. In: BEST, H.; HIGLEY, J. (ORG). **Democratic Elitism: New Theoretical and Comparative Perspectives**. International studies in sociology and social anthropology ; v. 111. 2010

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. In: **Journal of Computer-Mediated Communication**, 13(1), article 11. 2007.

BRAGA, S. Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul. In: **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, nº1, Junho, 2007.

BUCY, E. P.; GREGSON, K. S. Media participation: A legitimizing mechanism of mass democracy. In: **New Media & Society**, 3 (3), p. 357–380, 2001.

CARREIRO, R.; SILVA, M. P. A. Democracia Digital e Participação: Um Estudo Sobre Iniciativas Cívicas No Brasil. In: **Anais do XI Congresso do Conlab**, Salvador, Bahia, 2011.

CHADWICK, A. **Internet politics: States, citizens, and new communication technologies**. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2006.

CHADWICK, A.; HOWARD, P. **Routledge Handbook of Internet Politics**. Taylor & Francis e-Library, 2009.

CHAMBERS, S. Deliberative democratic theory. In: **Anm. Rev. Pol. Sci.**, 6:307-26. 2003.

COHEN, J. Deliberative Democracy. In: ROSEMBERG, S. W. (Org.). **Deliberation, Participation and Democracy: can people govern?** Palgrave MacMillan, New Hampshire, EUA. 2007



COLEMAN, S. Making parliamentary democracy visible: speaking to, with, and for the public in the age of interactive technology. In: CHADWICK, A.; HOWARD, P. N. (ORG). **Routledge Handbook of Internet Politics**. Taylor & Francis e-Library, 2009.

COLEMAN, S.; NORRIS, D. F. A new agenda for e-democracy. In: **Oxford Internet Institute**, Forum Discussion Paper No. 4, 2005.

COELHO, V. S. P. Conselhos de saúde enquanto instituições políticas: o que está faltando ? In: COELHO, Vera S. P.; NOBRE, Marcos (Org.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004.

COLEMAN, Stephen; BLUMLER, Jay G. **The Internet and Democratic Citizenship: theory, practice and Policy**. Cambridge University Press, Cambridge, UK. 2009.

COLEMAN, Stephen; SPILLER, Josephine. Exploring new media effects on representative democracy. In: **The Journal of Legislative Studies**, 9 (3), p. 1-16, 2003.

COOKE, M. Cinco argumentos a favor da democracia deliberativa. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A Deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

DAHLBERG, Lincoln. Democracy via cyberspace: mapping the rhetorics of three prominent camps. In: **New Media & Society**, (3) 2, p. 157-177, 2001.

DELLI CARPINI, Michael. Gen.com: Youth, Civic Engagement, and the New Information Environment. In: **Political Communication**, 17:341-349, 2000.

DOUGLASS, M. Civic Spaces in a Global Age: An Agenda for Pacific Asia Cities. In: **IPS-Nus Forum on Civic Spaces**, Asia-Pacific, nº 2, 2002.

DOWBOR, L. **O Que É Poder Local**. Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1ª edição, 1994.

\_\_\_\_\_. Da globalização ao Poder Local. In: **Pesquisa e Debate**, PUC-SP, Vol. 7, número 1 (8), 1996.

\_\_\_\_\_. **A Reprodução Social**: proposta para uma gestão descentralizada. Ed. Vozes, 1998. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos/repro-98.doc>>. Acesso em: 14/06/2011.

\_\_\_\_\_. **Redes de informação de gestão local**. 2001. Disponível em: <<http://dowbor.org/infomunic.asp>>. Acesso em: 24/11/2011.

DRYZEK, John S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, Vera S. P.; NOBRE, Marcos (Org.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004.

EGLER, C. A. G. Apontamentos sobre rede urbana e políticas públicas no Brasil. In: MATOS, R.; SOARES, W (Org.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro, Garamond, 352 p. 2010.

- FELIZES, J. Três abordagens do poder local enquanto formas diferenciadas de construção das identidades - uma breve exploração. In: **Atas do IV Congresso Português de Sociologia**. APS Publicações, Universidade de Coimbra, Portugal. 2000.
- FERBER, P.; FOLTZ, F.; PUGLIESE, R. Community Networks and Public Participation: A Forum for Civic Engagement or a Platform for Ranting Irate Malcontents? In: **Bulletin of Science Technology & Society**, 26: 388. 2006.
- FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Formulação de Estratégias de Desenvolvimento Baseado no Conhecimento Local. In: **RAE-eletrônica**, v. 5, n. 2, Art. 11, jul./dez. 2006.
- FILLA, J.; JOHNSON, M. Local News Outlets and Political Participation. In: **Urban Affairs Review**, 45(5) 679–692. 2010.
- FLOUCH, H.; HARRIS, K. **Online Neighbourhood Networks Study**. Disponível em: <[http://networkedneighbourhoods.com/?page\\_id=409](http://networkedneighbourhoods.com/?page_id=409)>. 2010. Acesso em: 15/09/2011.
- FREWER, L.; ROWE, G. A Typology of Public Engagement Mechanisms. In: **Science Technology Human Values**, vol. 30, 251. 2005.
- FREY, K. Desenvolvimento Sustentável Local na Sociedade em Rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 21, p. 165-185, nov. 2003.
- \_\_\_\_\_. Governança Urbana e Participação Pública. In: **RAC-Eletrônica**, v. 1, n. 1, art. 9, p. 136-150, Jan./Abr. 2007.
- FUNG, A. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas conseqüências. In: COELHO, Vera Schattan P., NOBRE, Marcos. **Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: editora 34, 2004.
- GALSTON, W. The Impact of the Internet on Civic Life: an early assessment. In: KAMARCK, Elaine Ciulla; NYE Jr., Joseph S. (Org.) **Governance.com: Democracy in the Information Age**. Washington: Brookings Institution Press, p. 140-57, 2002.
- GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. In: **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 27. Agosto, 2005a.
- \_\_\_\_\_. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: **revista Fronteiras – estudos midiáticos**. VII(3), Unisinos. 2005b.
- \_\_\_\_\_. Internet e Participação Política. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.
- \_\_\_\_\_. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. **Participação política e internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- GORDON, E. Towards a theory of Network Locality. In: **First Monday**, Volume 13, Nº 10. 2008.

- GRÖNLUND, Â. Emerging Electronic Infrastructures: Exploring Democratic Components. **Social Science Computer Review**, vol. 21, n. 1, p. 55-72, 2003.
- GUMPERT, G.; DRUCKER, G. Digital Cities II: Computational and Sociological Approaches. In: **Computer Science**, Volume 2362/2002, 169-174, 2002.
- GUTMANN, A.; THOMPSON, D. O que significa democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**. Belo Horizonte: Ano 1, Nº 1, Jan./Mar. 2007.
- HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HAMPTON, K. N. Internet Use and the Concentration of Disadvantage: Glocalization and the Urban Underclass. In: **American Behavioral Scientist**, 53(8) 1111–1132, 2010.
- HARLOW, S. Social media and social movements: Facebook and an online Guatemalan justice movement that moved offline. In: **New Media & Society**, 1–19. 2011.
- HELD, D. **Models of Democracy**. 3a ed., Polity Press, UK. 2006.
- HILTON, S. Developing local e-democracy in Bristol From information to consultation to participation and beyond. In: **New Information Perspectives**, Vol. 58, No. 5, pp. 416-428, 2006.
- HIRAMATSU, K.; ISHIDA, T. An Argumented Web Space for Digital Cities. In: **Applications and the Internet Symposium**, 2001.
- HOLZER, C. A. The Poverty of Democracy: Neoliberal Reforms and Political Participation of the Poor in Mexico. In: **Latin American Politics & Society**, Volume 49, Number 2, pp. 87-122, Summer 2007.
- KLEIN, H. K. Tocqueville in Cyberspace: Using the Internet for Citizen Associations. In: **The Information Society**, 15:213–220, 1999.
- KNUDSEN, A. M. S. The Right To The City: Spaces Of Insurgent Citizenship Among Pavement Dwellers In Mumbai, India. In: **UCL Development Planning Unit**, DPU, n 132. 2007.
- LEE, C.; CHANG, K.; BERRY, F. S. Testing the Development and Diffusion of E-Government and E-Democracy: A Global Perspective. In: **Public Administration Review**, Maio/jun, 2011.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Ed. Centauro, 5ª Ed. 2001.
- LEMOS, A. Nova esfera Conversacional. In: DIMAS A.; KÜNSCH, SILVEIRA, D.A. (org). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro, Ed. E-Papers, 2009.
- LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. Ed. Paulus: São Paulo. 2010.
- LEV-ON, A. Engaging the Disengaged: Collective Action, Media Uses, and Sense of (Virtual) Community by Evacuees From Gush Katif. In: **American Behavioral Scientist**, 53(8) 1208–1227. 2010.
- LÉVY, P. **Cibercultura**, São Paulo: Editora 34, 1999.

LYCARIÃO, D. Internet e movimento ambientalista: estratégias do Greenpeace para a sustentação de debates na Esfera Pública. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. **Participação política e internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

LYCARIÃO, D.; SAMPAIO, R. C. Sociedade civil online: diferentes usos da internet para fomentar a participação política. In: **Rev. Estud. Comun.**, Curitiba, v. 11, n. 25, p. 97-106, maio/ago. 2010.

MACHADO, J. A. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, jul./dez. 2007, p. 248-285. 2007.

MACINTOSH, A.; WHYTE, A. Towards an evaluation framework for eParticipation. In: **Process and Policy**, Vol. 2 No. 1, pp. 16-30, 2008.

MACINTOSH, A.; GORDON, T. F.; RENTON, A. Providing Argument Support for E-Participation. In: **Journal of Information Technology & Politics**, 6:43-59, 2009.

MARCON, M. T. R. As redes políticas territorializadas na serra catarinense: novas escalas de cooperação. In: MATOS, R.; SOARES, W (Org.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro, Garamond, 352 p. 2010.

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: **Logos**, ano 14, n. 27, p. 43-62, 2007.

\_\_\_\_\_. Conversação Cotidiana e deliberação. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

\_\_\_\_\_. Sob a perspectiva da esfera civil: participação política e internet. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. **Participação política e internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MANIN, B. **Principles of Representative Government**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A Deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

MARQUES, F. P. J. A. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

\_\_\_\_\_. Participação política e desenho institucional: uma proposta para a concepção de mecanismos participativos. In: **Ciências Sociais**. Unisinos, 46(2):140-151, maio/agosto 2010a.

\_\_\_\_\_. Internet, canais de participação e efeitos políticos: um estudo do Portal da Câmara. In: **revista Fronteiras – estudos midiáticos** 12(2): 82-94. p. 82-94. maio/agosto 2010b.

- MATOS, H. **Capital Social e Comunicação interfaces e articulações**. São Paulo, Ed. Summus, 2009.
- MATOVU, G. W. M. New Participatory Instruments in Local Governance: Cases from Rwanda, South Africa, and Uganda. In: **Anais do Commonwealth Local Government Research Colloquium**. Cardiff - UK, março. 2011
- MCCLUSKEY, M. R.; DESHPANDE, S.; SHAH, D. V.; MCLEOD, D. M. The Efficacy gap and political participation: when political influence fails to meet expectations. In: **International Journal of Public Opinion Research**, Vol. 06, nº 4. 2004.
- MENDONÇA, R. F. Reconhecimento e (qual?) Deliberação. In: **Anais do XIX Encontro da Compós**. PUC-RJ, 2010.
- \_\_\_\_\_. Comunicação e Sociedade Civil: Interfaces e Agendas. In: **Revista Compolítica**, n. 1, ed. marçoabril, ano 2011. Cidade: Compolítica, 2011.
- MESCH, G. S.; TALMUD, I. Internet Connectivity, Community Participation, and Place Attachment: A Longitudinal Study. In: **American Behavioral Scientist**, 53(8) 1095–1110. 2010.
- MILAKOVICH, M. The Internet and Increased Citizen Participation in Government. In: **JeDEM** 2(1): 01-09, 2010.
- MLANI, C. R. S.; CUNHA, S. S. O papel da cultura no desenvolvimento local: a experiência da Rede Pintadas (Bahia). In: **Anais do I ENECULT**, Salvador-BA. 2005.
- MILL, J. S. **Considerations on Representative Government**. The Floating Press: UK. 2009.
- MIOLA, E. Iniciativas institucionais de deliberação online: um estudo do fórum de discussão do portal da Câmara dos Deputados. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A (org). **Participação política e internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- NORRIS, P. Digital divide: **Civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- OLIVER, E. City Size and Civic Involvement in Metropolitan America. In: **The American Political Science Review**, Vol. 94, No. 2. 2000.
- PALACIOS, M. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. In: PALACIOS, Marcos; MACHADO, Elias. (Org.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003.
- PANOPOULOU, E.; TAMBORIS, E.; TARABANIS, K. eParticipation initiatives: How is Europe progressing? In: **European Journal of ePractice**, Nº 7· March, 2009.
- PAPACHARISSI, Z. The virtual sphere 2.0: the internet, the public sphere, and beyond. In: CHADWICK, A.; HOWARD, P. (org). **Routledge Handbook of Internet Politics**. Taylor & Francis e-Library, 2009.
- PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: **Anais do IV Encontro da Compolítica**, UERJ, Rio de Janeiro-RJ. 2011.

PILLORA, S.; MCKINLAY, P. **Local Government and Community Governance: A Literature Review**. Disponível em:

<[http://aut.academia.edu/PeterMcKinlay/Papers/975072/Local\\_Government\\_and\\_Community\\_Governance\\_A\\_Literature\\_Review](http://aut.academia.edu/PeterMcKinlay/Papers/975072/Local_Government_and_Community_Governance_A_Literature_Review)>. Acesso em: 28/11/2011.

POLAT, K.R. The internet and political participation: exploring the explanatory links. In: **European Journal of Communication**, 20 (4): 435-459. 2005.

POSNER, P. W. Local Democracy and the Transformation of Popular Participation in Chile. In: **Latin American Politics & Society**, Volume 46, Number 3. 2004.

REDDICK, Christopher G. Citizen interaction and e-government: Evidence for the managerial, consultative, and participatory models. In: **Transforming Government: People, Process and Policy**, Vol. 5 No. 2, pp. 167-184, 2011.

RHEINGOLD, Howard. **The Virtual Community: homesteading on the electronic frontier**. Cambridge: MIT Press, 2000.

ROBERT, C.; MAGALHÃES, J. L. Q. **Teoria do Estado, Democracia e Poder Local**. Editora Lumen Juris: Rio de Janeiro. 2000.

ROCHA, C. V. Gestão Pública Municipal e Participação Democrática No Brasil. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 171-185, fev. 2011.

ROSSETO, G. P.; CARREIRO, R. Democracia digital e sociedade civil: uma perspectiva do estado atual no Brasil. In: **Anais do IV Compolítica**, Rio de Janeiro, 2011.

ROUSSEAU, J. **O Contrato Social**. São Paulo: Escala Fundamental, 2006.

SAEBO, O.; ROSE, J.; FLAK, L. S. The shape of eParticipation: Characterizing an emerging research area. In: **Government Information Quarterly**, nº 25, 400-428. 2008.

SAEBO, O.; ROSE, J.; MOLKA-DANIELSEN, J. eParticipation: Designing and Managing Political Discussion Forums. In: **Social Science Computer Review**, 28(4) 403-426. 2010.

SAMPAIO, Rafael. Participação e Deliberação na Internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.

\_\_\_\_\_. Que democracia Digital? Uma prospecção das iniciativas digitais no Brasil. In: **Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, Salvador, 2011.

SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R.; MORAIS, R. Como avaliar a deliberação online? Um mapeamento dos critérios. In: **Anais do 35º Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)**. Caxambu-MG, 2011.

SAMPAIO, R. C. DANTAS, M. FÓRUMS ONLINE E DELIBERAÇÃO: Conversações restritas ou participação democrática? In: **Anais do XIX Encontro da Compós**, PUC-RJ, 2010.

SANFORD, C.; ROSE, J. Characterizing eParticipation. In: **International Journal of Information Management**, n. 27, 406–421. 2007.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. 5ª Edição. Edusp: São Paulo. 2008.

SCHLEGEL, R. Internauta Brasileiro: Perfil Diferenciado, Opiniões Indiferenciadas. In: **Rev. Sociol. Polít., Curitiba**, v. 17, n. 34, p. 137-157, out. 2009.

SCHEUFELE, D. A.; NISBET, M. C. Being a Citizen Online: New Opportunities and Dead Ends. In: **Harvard International Journal of Press/Politics**, 7, p. 55 - 75. 2002.

SCHLOSBERG, D.; ZAVESTOSKI, S.; SHULMAN, S. W. Democracy and E-Rulemaking: Web-Based Technologies, Participation, and the Potential for Deliberation. In: **Journal of Information Technology & Politics**, Vol. 4(1), 2007.

SCHLOSBERG, D.; DRYZEK, J. S. Digital Democracy: Authentic or virtual? In: **Organization & Environment**, vol. 15, n. 3, p.332-335, setembro. 2002.

SCHUDSON, M. Click Here for Democracy: a history and critique of an information-based model of citizenship. In: JENKINS, H.; THORBURN, D. (org). **Democracy and New Media**. Cambridge: The MIT Press, 2003.

SCHULER, D. Digital Cities and Digital Citizens. In: **Lecture Notes in Computer Science**, Volume 2362/2002, p. 567-576. 2002.

SERRA, A. Next Generation Community Networking: Futures for Digital Cities. In: **Lecture Notes in Computer Science**, Volume 1765/2000, 45-57. 2000.

SHAH, D. V.; KWAK, N.; HOLBERT, R. L. Information and expression in a digital age: modeling internet effects on civic participation. In: **Communication Research**, vol. 32, nº 5, p. 531-565, 2005.

SILVA, S. P. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. In: **Revista Opin. Publica**, vol.11 no.2 Campinas. 2005.

\_\_\_\_\_. Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. **Tese de Doutorado**, Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação, 2009.

\_\_\_\_\_. Exigências Democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. In: In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A (org). **Participação política e internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVA, M. Estado e Poder Local: ensaio teórico sobre estudos no Brasil. In: **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. XIV, nº 841. 2009.

SILVA, E. A. B.; BUENO, E. L. Internet e política: os usos do Twitter pelos vereadores de Belo Horizonte. In: **Anais do III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política** (Compólitica), PUC-SP. 2009.

STEINBERG, G. **Política em pedaços ou política em bits**. Editora UNB: Brasília-DF. 2004.

TEIXEIRA, E. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. Editora Cortez: São Paulo, 3 ed. 2004.

TORRES, A. Poder local: Como potenciar a participação dos cidadãos na vida do município de Montijo. **Dissertação de Mestrado**, Instituto Universitário de Lisboa, Administração e Políticas Públicas. 2009.

VITALE, D. Democracia direta e poder local: a experiência brasileira do Orçamento Participativo. In: COELHO, V. S. R. P.; NOBRE M. (Org.). **Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. 1a ed. São Paulo: Editora 34 e DRC, p. 239-254, 2004.

\_\_\_\_\_. Between deliberative and participatory democracy: A contribution on Habermas. *Philosophy Social Criticism* v. 32, nº 739. 2006.

\_\_\_\_\_. Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. In: *Rev. Katál. Florianópolis* v. 10 n. 2 p. 143-153 jul./dez. 2007.

WAMPLER, B.; AVRITZER, L. Públicos Participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, V. S. R. P.; NOBRE M. (Org.). **Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. 1a ed. São Paulo: Editora 34 e DRC, p. 239-254, 2004.

WARD, S.; GIBSON, R. European political organizations and the internet: mobilization, participation, and change. In: CHADWICK, A.; HOWARD, P. (org). **Routledge Handbook of Internet Politics**. Taylor & Francis e-Library, 2009.

WRIGHT, S. Government-run Online Discussion Fora: Moderation, Censorship and the Shadow of Control. In: **Political Studies Association**, vol. 8, p. 550-568. 2006.



## **APÊNDICE A**

### **Questionário aplicado aos usuários do Cidade Democrática**

#### **1 - Sexo**

masculino

feminino

#### **2 - Renda**

Menos de 1 salário mínimo

Entre 1 e 3 salários mínimos

Entre 4 e 5 salários mínimos

Mais de 5 salários mínimos

#### **3 - Escolaridade**

Ensino fundamental

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

Pós-graduação ou mais

#### **4 - Quantos comentários você já fez em algum tópico no Cidade Democrática?**

nunca comentei

de 1 a 5 comentários

de 6 a 10 comentários

mais de 10 comentários

**5 - Qual a importância do Cidade Democrática como fonte de informação política sobre a sua cidade?**

nenhuma importância

pouca importância

média importância

muita importância

**6 - Entendo que uma tomada de decisão política que envolva discussão dos cidadãos será mais bem aceita por mim**

Sim

Não

Não sei dizer

**7 - Considero que ao participar das discussões no site eu posso contribuir para a melhoria da minha cidade, independente de inclinação política dos envolvidos**

Sim

Não

Não sei dizer

**8 – Cidade onde vive (pergunta aberta)**

**9 - No Cidade Democrática, tópicos em que políticos e/ou gestores públicos participam são mais relevantes, pois podem gerar uma decisão política efetiva**

Sim

Não

Não sei dizer

**10 - Acredito que minha opinião e minha participação podem ajudar políticos e/ou gestores públicos a tomarem decisões**

Sim

não

Sim, mas depende da questão discutida

Sim, depende dos políticos envolvidos

**11 - Marque de 1 a 5 o nível de importância que você atribui ao Cidade Democrática no quesito:**

informar cidadãos (onde 1 é menos importante e 5 é mais importante)

**12 - Marque de 1 a 5 o nível de importância que você atribui ao Cidade Democrática no quesito:**

educar cidadãos (onde 1 é menos importante e 5 é mais importante)

**13 - Marque de 1 a 5 o nível de importância que você atribui ao Cidade Democrática no quesito:**

participar/influenciar em decisões governamentais (onde 1 é menos importante e 5 é mais importante)

**14 - Marque de 1 a 5 o nível de importância que você atribui ao Cidade Democrática no quesito:**

mobilizar/engajar cidadãos (onde 1 é menos importante e 5 é mais importante)

**15 - Marque de 1 a 5 o nível de importância que você atribui ao Cidade Democrática no quesito:**

reivindicar/pressionar governantes (onde 1 é menos importante e 5 é mais importante)